



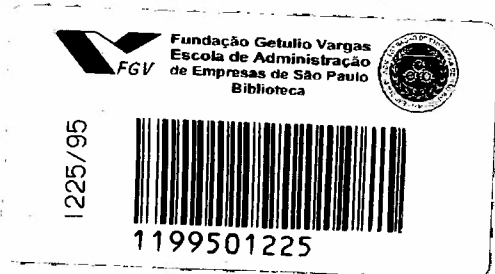
**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**  
**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO**

**ELIZABETE RODRIGUES OLIVEIRA**

**A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA CAFEEIRA**  
**NA PRIMEIRA REPÚBLICA:**  
**AS RELAÇÕES ENTRE O SETOR PÚBLICO E O SETOR PRIVADO**

Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, para obtenção de título de Mestre em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Ruben Cesar Keinert



**São Paulo**

**1995**

**A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA CAFEEIRA  
NA PRIMEIRA REPÚBLICA:  
AS RELAÇÕES ENTRE O SETOR PÚBLICO E O SETOR PRIVADO**

**Banca examinadora**

Prof. Orientador .....

Prof.....

Prof.....

## FICHA CATALOGRÁFICA

OLIVEIRA, Elizabete Rodrigues. *A intervenção do Estado na economia cafeeira na Primeira República: as relações entre o setor público e o setor privado*. São Paulo, 1995. Dissertação de Mestrado. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

Curso de Mestrado em Administração Pública. Área de concentração: Economia e Finanças Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Ruben Cesar Keinert

Palavras-chave: economia cafeeira, intervenção do Estado na economia, política de valorização do café, Convênio de Taubaté, defesa permanente do café, relações entre o setor público e o setor privado.

**Este trabalho contou com o apoio da C A P E S**

## Resumo

---

OLIVEIRA, Elizabete Rodrigues. *A Intervenção do Estado na Economia Cafeeira na Primeira República: as relações entre o setor público e o setor privado*. São Paulo, 1995. Dissertação de Mestrado. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas.

O Estado brasileiro ampliou sua atuação no domínio econômico durante a Primeira República, colocando em xeque os princípios do liberalismo. O processo de intervenção do Estado na economia cafeeira resultou da interpenetração das esferas pública e privada. Os fazendeiros de café reivindicaram a presença do Estado para solucionar os problemas que atingiam a lavoura, pois não acreditavam que o mercado pudesse resolvê-los. Após a primeira intervenção, em 1906, novas crises afetaram a economia cafeeira, especialmente a lavoura. Os fazendeiros continuaram reivindicando a intervenção do poder público. Para isso, eles construíram a ideologia de que seus interesses corporativos representavam os interesses de toda a sociedade brasileira, fundamentados na argumentação de que o café proporcionava o dinamismo na economia nacional. Mas não foi somente o setor privado que contribuiu para o processo de intervenção do Estado no domínio econômico, uma vez que o próprio poder público passou a ter interesses diretos no processo. As intervenções representavam mais uma fonte de receita, na medida em que propiciaram lucros aos cofres dos governos dos Estados produtores, principalmente São Paulo, e do governo federal. O estudo permitiu concluir que o processo de intervenção do Estado na economia foi engendrado pela interpenetração das esferas pública e privada e que os fazendeiros de café atuaram decisivamente nesse processo.

*Os dois processos, de publicização do privado e de privatização do público, não são de fato incompatíveis, e realmente compenetraram-se um no outro. O primeiro reflete o processo de subordinação dos interesses do privado aos interesses da coletividade representada pelo Estado que invade e engloba progressivamente a sociedade civil; o segundo representa a revanche dos interesses privados através da formação dos grandes grupos que se servem dos aparatos públicos para o alcance dos próprios objetivos. O Estado pode ser corretamente representado como o lugar onde se desenvolvem e se compõem, para novamente decompor-se e recompor-se, estes conflitos (...).*

**Norberto Bobbio**

# Índice

---

<b>Resumo</b>	<b>iv</b>
<b>Lista de Tabelas</b>	<b>vii</b>
<b>Lista de Apêndices</b>	<b>viii</b>
<b>Introdução</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I</b>	<b>A economia cafeeira no contexto do desenvolvimento do capitalismo no Brasil</b>
	<b>13</b>
<b>Capítulo II</b>	<b>As relações entre o setor público e o setor privado antes da primeira intervenção do Estado na economia cafeeira</b>
	<b>26</b>
<b>Capítulo III</b>	<b>A intervenção do Estado na economia cafeeira: intervenção provisória</b>
	<b>52</b>
<b>Capítulo IV</b>	<b>A intervenção do Estado na economia cafeeira: intervenção permanente</b>
	<b>78</b>
<b>Capítulo V</b>	<b>As relações entre o setor público e o setor privado no processo de intervenção do Estado na economia cafeeira</b>
	<b>103</b>
<b>Conclusão</b>	<b>129</b>
<b>Summary</b>	<b>134</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>157</b>

# Lista de Tabelas

---

<b>Tabela 1</b>	<b>Produção, exportação e preços do café (1889 - 1930)</b>	<b>136</b>
<b>Tabela 2</b>	<b>Produção cafeeira no Estado de São Paulo (1880 - 1933)</b>	<b>138</b>
<b>Tabela 3</b>	<b>Expansão da rede ferroviária na região cafeeira e no Brasil (1854 - 1929)</b>	<b>139</b>
<b>Tabela 4</b>	<b>Taxa cambial, preço externo e preço interno (1889 - 1900)</b>	<b>140</b>



## Lista de Apêndices

---

<b>Apêndice 1</b>	<b>Proposta de intervenção do Estado na economia cafeeira apresentada por Alexandre Siciliano, em 1903</b>	<b>142</b>
<b>Apêndice 2</b>	<b>Convênio de Taubaté e suas modificações</b>	<b>143</b>
<b>Apêndice 3</b>	<b>Bases legais para a implantação da segunda política de valorização do café</b>	<b>146</b>
<b>Apêndice 4</b>	<b>Bases legais para a implantação da terceira política de valorização do café.</b>	<b>147</b>
<b>Apêndice 5</b>	<b>Proposta de instituição de um sistema de defesa permanente do café apresentada por Silvio Alvares Penteado, em 1917.</b>	<b>148</b>
<b>Apêndice 6</b>	<b>Bases legais para a implantação de um sistema de defesa permanente da produção nacional</b>	<b>150</b>
<b>Apêndice 7</b>	<b>Bases legais para a intervenção permanente do café</b>	<b>152</b>
<b>Apêndice 8</b>	<b>Presidentes do Brasil - 1889-1930</b>	<b>155</b>
<b>Apêndice 9</b>	<b>Governadores do Estado de São Paulo - 1889-1930</b>	<b>156</b>

# Introdução

---

Os momentos de crise econômica, associados ou não aos de crises políticas, têm estimulado o debate sobre as relações entre o Estado, a economia e a sociedade, notadamente sobre o papel que o Estado deve exercer no domínio econômico. O debate sobre o tamanho do Estado tem, no entanto, se limitado aos condicionantes dos discursos liberais e intervencionistas, o que impossibilita uma visão global dessas relações.

O âmago da questão sobre o papel que o Estado deve exercer na economia está relacionada ao esgotamento de sua capacidade em continuar promovendo o crescimento econômico. É fato que o Estado ampliou demasiadamente sua atuação na economia, inclusive em setores onde sua presença não se justifica. Este fenômeno, no entanto, não pode ser compreendido, em toda a sua complexidade, senão dentro de um contexto histórico em que tal processo foi engendrado.

O debate atual sobre o papel do Estado na economia poderá ganhar novas dimensões, para que não permaneça na esfera dicotômica, evitando os condicionantes ideológicos de se o Estado deve ou não ser mínimo. Nesse sentido, torna-se necessário repensar o Estado a partir do estudo das condições históricas que o levaram a assumir uma postura intervencionista.

Essa visão dicotômica poderá ser superada desde que submetida à própria dinâmica da sociedade que gera complexas relações de integração-conflito entre Estado e sociedade. Para isso, pretende-se, neste estudo, resgatar as origens do processo de intervenção do Estado brasileiro no domínio econômico, mostrando que esse processo resultou da interpenetração progressiva das esferas pública e privada.

No Brasil, as origens do processo de intervenção do Estado na economia ainda não foram suficientemente estudadas. A idéia de que a crescente atuação do Estado no domínio econômico resultou da incapacidade ou do desinteresse do setor privado em atuar em determinadas áreas da economia não é suficiente para entender esse processo.

Procurando contribuir para a análise das relações entre Estado, sociedade e economia, sob a ótica das relações entre público e privado, este estudo pretende esclarecer o papel decisivo que o

Estado assumiu na economia e a atuação da sociedade. Busca-se enfatizar particularmente a preponderância de uma fração expressiva da classe dominante, nesse processo.

## 1. Os objetivos e a problemática

O objeto deste estudo é a intervenção do Estado na economia cafeeira na Primeira República — 1889-1930. É uma análise de como as relações entre o setor público e o setor privado engendraram o processo de intervenção do Estado na economia cafeeira do período. Trata-se de mostrar como o setor cafeeiro atuou para que o Estado interviesse na economia e de que forma o Estado assume paulatinamente esse papel decisivo.

Ilumina-se o discurso e a atuação dos fazendeiros de café para combater as crises da lavoura cafeeira.<sup>1</sup> O objetivo é mostrar, através do confronto entre as medidas reivindicadas pelos fazendeiros e as medidas efetivamente implantadas pelo Estado, que os fazendeiros exerceram influência decisiva no processo de intervenção do Estado na economia cafeeira na Primeira República. O confronto entre essas medidas forneceu os subsídios para o estudo da dinâmica das relações entre o setor público e o setor privado no processo de intervenção.

A hipótese norteadora desta análise é a idéia de que o processo de intervenção do Estado na economia foi engendrado pelas mediações estabelecidas entre o setor público e o setor privado no contexto da luta política e ideológica presente no interior da classe dominante e desta com a classe dominada. Trata-se de mostrar como foi sendo construída a trajetória da identificação dos interesses privados com os interesses públicos, ou seja, como os fazendeiros de café foram construindo a idéia da coincidência dos seus interesses corporativos com os interesses públicos e nacionais. Nessa trajetória, o próprio poder público passou a ter interesse no processo de intervenção, já que os lucros que os governos dos Estados produtores e o governo federal obtiveram no processo levaram o Estado a propor medidas de defesa da economia cafeeira.

Defende-se a concepção de que a intervenção do Estado no domínio econômico se ampliou na Primeira República e não a partir de 1930.<sup>2</sup> Apesar da ordem privada prevalecer durante a colônia e o império, o Estado no Brasil sempre foi intervencionista.<sup>3</sup> No entanto, a ampliação de sua atuação

---

1 O foco sobre os fazendeiros de café não implica a suposição de que outros grupos não tenham contribuído para o processo intervencionista, mesmo porque não é possível entender a atuação dos fazendeiros sem levar em consideração sua relação com as demais frações da classe dominante e desta com a classe dominada. Neste trabalho, a expressão “fazendeiros de café” ou “lavradores” identifica o setor do capital cafeeiro diretamente ligado à atividade produtiva, ou seja, à terra; “grande capital cafeeiro” para identificar os setores do capital cafeeiro ligados às atividades comerciais e financeiras — o que não quer dizer que estes não fossem fazendeiros também; e “cafeicultores” ou “bloco cafeeiro” para identificar todos os setores do capital cafeeiro.

2 A grande maioria dos estudiosos dessa temática defende a idéia de que a intervenção do Estado na economia se amplia apenas a partir de 1930. Werner Baer, Isaac Kerstenetzky e Annibal V. Villela traduzem, em parte, a visão predominante de que antes de 1930 “a economia brasileira permaneceu basicamente em um regime de *laissez-faire*”. Baer, Werner *et alii*. “As modificações no papel do Estado na economia brasileira”, *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 3, nº 4, dez. 1973, p. 887.

3 Ver Faoro, Raimundo. *Os donos do poder*, Porto Alegre, Globo, 1958.

no domínio econômico ocorre durante a Primeira República como exigência do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, especialmente quando o Estado assume a defesa permanente da economia cafeeira.

O processo de intervenção do Estado na economia cafeeira caracteriza-se por duas fases distintas. A primeira, denominada intervenção provisória, inicia-se com o Convênio de Taubaté, em 1906, e termina em 1924. Esta fase é marcada por três intervenções provisórias do Estado no setor cafeeiro: 1906, 1917 e 1921. A segunda fase, denominada intervenção permanente, tem início em 1924 com a criação do Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, momento em que o Estado amplia seu domínio no setor econômico.

Este estudo tem como baliza a Primeira República — 1889-1930. Foi nesse contexto histórico que emergiu o Estado intervencionista brasileiro. Destacou-se, sobretudo, os momentos em que a ação do Estado foi decisiva para o processo de intervenção. Esses marcos, no entanto, foram flexibilizados à medida que a análise pressupunha fatos anteriores e posteriores a essas datas.

## 2. As relações entre Estado, sociedade e economia

Os problemas decorrentes de um estudo das relações entre Estado, sociedade e economia na Primeira República estão relacionados à complexidade em captar a dinâmica da sociedade brasileira no contexto de transição para o capitalismo. Esses problemas são maiores ainda quando depara-se com a diversidade dos referenciais teóricos que tal problemática suscita.

As relações entre Estado e sociedade não podem ser vistas como dicotômicas. Só uma visão integrada dessas relações possibilita condições para compreender a dinâmica da sociedade brasileira do período em questão. Neste trabalho, parte-se da premissa de que o Estado reflete as contradições inerentes ao sistema capitalista. Ele condensa os diferentes interesses privados das forças sociais em luta e como tal sua atuação será direcionada pelo grupo que emergir politicamente em uma determinada conjuntura.

No contexto da Primeira República, os cafeicultores não constituíam um bloco homogêneo, pelo contrário, existia uma intensa luta política entre os diversos setores que compunham o capital cafeeiro. É preciso analisar as relações das diferentes frações do bloco cafeeiro entre si e suas relações com as outras forças sociais dentro do contexto específico da história da Primeira República. Dessa forma, poder-se-á detectar quem de fato exerceu a hegemonia naquele período.<sup>4</sup>

Para compreender a complexidade das relações entre o Estado e a sociedade na Primeira República, é imprescindível considerar tanto os fatores endógenos quanto os fatores exógenos. Não se pode desconsiderar a inserção do Brasil no contexto do desenvolvimento do capitalismo

---

4 De acordo com Gramsci, "o fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida(...). "A hegemonia" é exercida por um grupo que possui a capacidade dirigente, mas não a dominação política. Gramsci, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. p.33. Ver também Gruppi, Luciano. *O conceito de Hegemonia em Gramsci*, Rio de Janeiro, Graal, 1978. pp. 78 e 79.

mundial, sobretudo no caso específico da economia cafeeira que garantia ao Brasil a condição de país agroexportador. A ênfase nas transformações por que passou a sociedade brasileira estão relacionadas sobretudo à especificidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A dinâmica das relações entre Estado e sociedade daquele contexto refletia o confronto de elementos de uma formação capitalista em ascensão com elementos da formação “pré-capitalista”.<sup>5</sup>

O Estado não é visto como um instrumento de uma classe ou de uma fração de classe na defesa de interesses privados e também não é visto como um instrumento neutro, produto da razão, acima da sociedade, na defesa de interesses públicos e universais.<sup>6</sup> O Estado é concebido como “a condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe”, que “concentra não apenas a relação entre frações do bloco no poder, mas também a relação de forças entre estas e as classes dominadas”.<sup>7</sup>

As formulações teóricas de Lúcio Kowarick sobre o Estado contribuíram muito com esta reflexão. De acordo com ele, “falar de Estado significa falar de uma dinâmica contraditória das classes sociais, ou seja, fundamentalmente, de uma ação política que cria as condições para a reprodução e expansão do capital e as formas de apropriação dos excedentes”. O Estado capitalista expressa os interesses das classes hegemônicas, mas “expressa a dominação dos interesses de classe contraditoriamente”. Para ele, um pacto de dominação representa em última instância a defesa dos interesses básicos e fundamentais das frações dominantes. A dominação, entretanto, é contraditória não só porque reflete os conflitos no interior da classe dominante, mas também porque “se o Estado exclui as chamadas classes dominadas, tem, em certa medida, que incluir alguns de seus interesses”.<sup>8</sup>

Os conceitos de classe social e fração de classe não são vistos apenas sob a perspectiva do econômico, mas também do ideológico e do político. A classe dominante — assim como a classe dominada — não pode ser considerada como um todo homogêneo, mas dividida em frações que se distinguem pelo lugar que ocupam nas relações de produção e por divergências ideológicas e políticas.

---

5 As dificuldades na caracterização do Estado brasileiro durante a Primeira República decorrem não somente pelo fato de ser este um período de transição para o capitalismo, quando convivem formas não capitalistas de produção, mas também pelo fato de as teorias sobre o Estado terem sido concebidas tendo como referenciais os países desenvolvidos. Essas teorias quando se referem ao Estado na América Latina é para caracterizar principalmente o Estado Populista. No entanto, esses conceitos refletem um capitalismo universal e podem ser utilizados com a precaução de submetê-los às condições específicas da sociedade brasileira.

6 A primeira concepção é defendida por grande parte dos autores marxistas. A segunda está presente nas teorias realistas, que descrevem o Estado “tal como é”, e nas teorias jusnaturalistas, que delineiam o Estado “tal como deveria ser a fim de realizar seu próprio fim”. Bobbio, Norberto. *O conceito de sociedade civil*, São Paulo, Graal, 1982.

7 Poulantzas, Nicos. *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985, p.147.

8 “Processo de desenvolvimento do Estado na América Latina e políticas sociais”, *Serviço Social & Sociedade*, nº 17, abril, 1985, pp. 6-7.



No caso específico dos fazendeiros de café, pode-se afirmar que os mesmos tiveram uma papel decisivo no delineamento do Estado durante a Primeira República. Não se pode afirmar, no entanto, que a “burguesia cafeeira” instrumentalizava o Estado na defesa de seus interesses corporativos.<sup>9</sup> Na condição de fração hegemônica, os fazendeiros de café universalizaram seus interesses particulares, ou seja, construíram a ideologia de que os interesses do café representavam os interesses da nação.<sup>10</sup>

O entendimento de que o Estado condensa as contradições das forças sociais leva à convicção de que só é possível delinear o papel dos fazendeiros no processo de intervenção levando-se em consideração os diferentes interesses que existiam no interior do bloco cafeeiro e deste com os interesses de outras frações da classe dominante e desta com a classe dominada. As forças sociais disputam seus interesses não apenas na esfera privada, mas procuram garanti-los através do poder público. É nesse sentido que “certos interesses especificamente de classe podem ser universalizados (...) e tratados como se fossem ‘os interesses da nação como um todo’”.<sup>11</sup>

Essa concepção de que o Estado implementa políticas que são definidas na disputa de interesses que ocorrem na esfera privada reforça o pressuposto de que o Estado capitalista já nasceu intervencionista, por exigências do capital comercial que precisava de garantias políticas para a acumulação de capital. Dessa forma, houve a necessidade do capital comercial buscar proteção na esfera pública,<sup>12</sup> consolidando, com isso, o papel decisivo do Estado capitalista para as economias européias através da política mercantilista.

O liberalismo do século XIX reduziu, mas não eliminou a presença do Estado no domínio econômico, pelo contrário: em países como a Alemanha e o Japão, o Estado auxiliou a construção industrial e serviu de motor de acumulação no capitalismo primitivo, compilando recursos que dirigiu para a construção de fábricas.<sup>13</sup> Braz Jose de Araujo salienta que “a ‘mão’ do Estado liberal não era assim tão ‘invisível’, como queriam intérpretes idealistas de Adam Smith”, pois, “saindo

---

9 Essa expressão, de vários estudiosos do período, foi considerada imprecisa neste trabalho, pois perde a significação universal e reforça uma tendência presente na literatura sobre o período, que é a de analisar a estrutura de classes sob a ótica regional, que não contribui para o entendimento da complexa organização da sociedade daquele contexto. Partindo do pressuposto de que predominavam as relações capitalistas naquele contexto histórico, torna-se mais apropriado o uso do termo burguesia para caracterizar a classe dominante, que não se restringia aos detentores do capital cafeeiro. No entanto, é preciso ressaltar que essa burguesia não pode ser vista como homogênea, ao contrário, existiam divergências profundas no seu interior, tanto a nível das relações de produção — onde conviviam elementos da antiga estrutura pré-capitalistas com elementos predominantemente capitalistas — como no político e ideológico, o que dificultava identificar quem exerceu efetivamente a condição hegemônica.

10 Considera-se aqui a concepção de Gramsci de que a hegemonia é a capacidade de um grupo dirigir o conjunto da sociedade, ou seja, de transformar seus valores e interesses em valores e interesses de toda a sociedade.

11 Fernandes, Florestan. *A Revolução burguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976, p.30.

12 Habermas, Jürgem. *Mudança estrutural da esfera pública*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984, pp. 30-31.

13 Moore Jr, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*, São Paulo, Martins Fontes, 1983.

de seu período infantil, em parte graças à política do Estado, o capitalismo não vai dispensá-lo no período de sua maturidade”.<sup>14</sup>

Pierre Salama também afirma que o Estado foi o lugar e o elemento de difusão, primeiro, das relações mercantis e, em seguida, das relações capitalistas, notadamente no contexto latino-americano, na periferia, onde também é o avalista de sua perenidade.<sup>15</sup> O liberalismo que predominou no século XIX não eliminou a atuação do Estado no domínio econômico. Segundo Ralph Miliband a intervenção do Estado na economia jamais deixou de ter importância vital nas atividades do capitalismo, mesmo em países apegados ao *laissez-faire* e a um rígido individualismo.<sup>16</sup>

O crescente intervencionismo do Estado no domínio econômico, ocorrido nas sociedades capitalistas no final do século passado, resultou da interpenetração progressiva da esfera pública com a esfera privada.<sup>17</sup> Na presente análise, as relações entre o setor público e o setor privado não são vistas como dicotômicas. Essas relações interagem e traduzem a própria dinâmica da sociedade cujas fronteiras estão condicionadas às especificidades históricas de cada formação social. De acordo com Bobbio, essa visão dicotômica levou ora à idéia da “publicização do privado” ou “primado do público”, com ênfase para o Estado intervencionista, ora à idéia de “privatização do público” ou “primado do privado”, com ênfase no Estado liberal.<sup>18</sup> Bobbio salienta que

*(...) os dois processos, de publicização do privado e de privatização do público, não são de fato incompatíveis, e realmente compenetraram-se um no outro. O primeiro reflete o processo de subordinação dos interesses do privado aos interesses da coletividade representada pelo Estado que invade e engloba progressivamente a sociedade civil; o segundo representa a revanche dos interesses privados através da formação dos grandes grupos que se servem dos aparatos públicos para o alcance dos próprios objetivos. O Estado pode ser corretamente representado como o lugar onde se desenvolvem e se compõem, para novamente decompor-se e recompor-se, estes conflitos (...).*<sup>19</sup>

---

14 Ver Araujo, Braz Jose de. “Intervenção econômica do Estado e Democracia”, in *Estado e Capitalismo no Brasil*, org. Carlos Estevam Martins, São Paulo, Hucitec- CEBRAP, 1977. p. 222.

15 Salama, Pierre. “Intervenção do Estado e legitimação na crise financeira: o caso dos países latino-americanos semi-industrializados”, *Revista de Economia Política*, vol. 8, n.4, outubro-dezembro, 1988, pp. 69-70.

16 Miliband, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972, p.20.

17 Habermas, Jürgen. *Mudança estrutural...*, 169- 171.

18 Bobbio, Norberto. *Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp. 21-27. Bobbio destaca que a diferenciação entre as esferas pública e privada se acentua com o nascimento da economia política, quando “a dicotomia público/privado volta a se apresentar sob a forma de distinção entre sociedade política (...) e sociedade econômica (...)”. Ver especialmente as páginas 16 e 17.

19 Bobbio, Norberto. *Estado, governo...* p. 27.

Sob a ótica integrada das relações entre Estado e sociedade, Antoine Prost expõe, de forma esclarecedora, a dinâmica das relações entre a esfera pública e a esfera privada e sem perder de vista sua historicidade. Para ele, “não existe uma vida de limites definidos para sempre, e sim um recorte variável da atividade humana entre a esfera privada e a esfera pública”. Prost considera que o privado e o público no conjunto da sociedade modifica tanto a vida pública quanto a vida privada, pois elas “(...) não se desenrolam da mesma maneira, nem segundo as mesmas regras. Enquanto suas fronteiras se deslocam e se definem com maior precisão, simultaneamente sua substância se transforma”.<sup>20</sup>

Esses referenciais teóricos delinearam o objeto deste estudo que consiste em captar como as relações entre o poder público e o poder privado, num processo de interação-contradição, foram decisivas para o processo de intervenção do Estado no domínio econômico. Esse processo foi engendrado dentro de um contexto específico, caracterizado, sobretudo, pelo desenvolvimento do capitalismo tardio no Brasil.<sup>21</sup>

### 3. As relações entre o público e o privado na produção historiográfica

A grande maioria dos estudiosos da temática apreendem as relações entre o Estado e a Sociedade no Brasil a partir de uma visão dicotômica. Essa tendência predominou até os anos 70 e contaminou também os que enfatizam as relações entre o público e o privado. Para Norberto Bobbio, “um dos lugares-comuns do secular debate sobre a relação entre a esfera do público e a do privado é que, aumentando a esfera do público, diminui a do privado, e aumentando a esfera do privado diminui a do público”.<sup>22</sup>

Na historiografia brasileira, os autores ora enfatizam a preponderância do Estado diante de uma sociedade desorganizada e frágil — o primado do público sobre o privado —, ora a preponderância de uma sociedade forte, onde determinados grupos privados se apossam de um Estado fragilizado para fazer valer os seus interesses — o primado do privado sobre o público. Essa visão dicotômica está assentada sobre referenciais teóricos que reduzem o conceito de Estado a um instrumento de classe ou a uma entidade neutra, acima das forças sociais.

Nestor Duarte, que pode ser considerado o primeiro autor a trabalhar a temática público-privado na dinâmica da formação da sociedade brasileira, entende que a ordem privada governou o Brasil na colônia, apesar da dominação da Coroa portuguesa. Após a independência e a formação do Estado nacional, essa ordem privada continuou governando “na fórmula de um Estado Liberal”, que não vingou no Brasil, uma vez que os interesses corporativistas desviaram seus reais propósitos.<sup>23</sup> Para o autor, a estrutura do poder político no Brasil teve sua índole modificada, pois deixou de ser função política para ser função privada.<sup>24</sup>

---

20 Prost, Antoine. *História da vida privada: da primeira guerra a nossos dias*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, pp. 15 e 19.

21 Ver Mello, João Manoel Cardoso. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

22 Bobbio, Norberto. *Estado, governo...*, p. 14.



seus reais propósitos<sup>24</sup> Para o autor, a estrutura do poder político no Brasil teve sua índole modificada, pois deixou de ser função política para ser função privada.<sup>25</sup>

Maria Isaura Pereira de Queiroz defende a tese do mandonismo local. Para a autora, o desenvolvimento interno do país processou-se por acomodações sucessivas do poder municipal nas mãos dos proprietários rurais, que “se impôs à metrópole durante a colônia, governou sob o manto do parlamentarismo durante o Império e abertamente dirigiu os destinos do país durante a Primeira República”.<sup>26</sup> Para ela, os governos federal ou estadual sempre estiveram submetidos aos interesses privados dos proprietários, que tinham “carta branca tanto nos seus negócios particulares quanto nos negócios de interesse público”.<sup>27</sup>

Para Queiroz, a configuração do poder na Primeira República encontrava-se no poder dos “coronéis”. Era o resultado de um pacto tácito entre o poder central e o dos “coronéis”, onde “a aliança com o governo era mais uma garantia de vitória para os interesses privados, mais um instrumento de mando”. Essa era, segundo ela, “a única combinação capaz de manter a estabilidade de uma República, construída sobre a base precária e instável dos interesses particulares e das lutas municipais”.<sup>28</sup>

Em oposição às idéias de Duarte e de Queiroz, há quem defenda a tese do primado do público, como Raimundo Faoro e Vitor Nunes. Faoro defende a idéia de que o Estado no Brasil sempre foi onipresente: na época colonial, através da dominação direta portuguesa; após a independência, através da transplantação dos mecanismos do Estado português. “O governo tudo sabe, administra e provê, (...) por toda a parte, em todas as atividades, as ordenanças administrativas (...) ordenam a vida do país (...), confundindo o setor privado ao público.”<sup>29</sup>

Segundo Faoro, a estrutura política, baseada na onipotência do Estado nacional, teve especificidades durante a Primeira República. Durante esse período, o coronelismo tornou-se “a

---

24 Duarte atribui o caráter do Estado Liberal à existência de uma camada de profissionais letrados, a serviço do “senhoriato”, ou seja, os grandes proprietários de terra, que representavam “uma verdadeira disparidade entre o pensamento que concebe e modela e a ação que o realiza, eles eram, entretanto, por tradição, por sentimento, por interesse e por esse instinto conservador de todo o poder, representantes dela e por ela agindo nas esferas do governo”. Duarte, Nestor. *A Ordem privada e a organização política nacional*, São Paulo, Editora Nacional, 1939, pp. 180-181 e 183.

25 Para ele, “a superveniência do Estado (...) fez com que (...) o poder político assumisse o estilo dessa ordem [privada], como esta o obrigou ainda a aceitar, sem modificar, aqueles élos e relações sociais. [Por isso], quando esta classe recebe o poder político e vai desempenhar o papel de classe propriamente política, com o surgimento do Estado brasileiro, é ele, mais do que ela, que se reduz e se simplifica para identificar-se com ela. Ele se define por ela, como se exerce através dela. (...) Depois de o reduzir (...) territorial e funcionalmente, ela (...) o penetra como classe política, para infundir o seu espírito e a sua índole, após impregná-lo dos seus interesses”. Duarte, Nestor. *A Ordem privada...*, pp. 204-205.

26 Queiroz, Maria I. P. *O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*, São Paulo, Alfa-Omega, 1976, pp. 20-21.

27 Queiroz, Maria I. P. *O Mandonismo...*, pp. 154-155. Para ela, o mandonismo esteve presente também durante a Primeira República, sob a denominação de coronelismo, conceito que já incorpora elementos urbanos.

28 Queiroz, Maria I. P. *O Mandonismo...*, pp. 122-123 e 130.

29 Faoro, Raimundo. *Os Donos...*, 1975, vol. 2, pp. 392-393.

espinha dorsal da vida política”, mudando a dinâmica do regime através do deslocamento do eixo decisório para os Estados da federação.<sup>30</sup> Ele mostra que o privatismo do poder local, na Primeira República, quebrou a “armadura estamental da estrutura burocrática” que predominou no Império. Apesar disso, o poder continuou nas mãos do poder público, do Estado, que invade e dirige a esfera econômica, política e financeira.<sup>31</sup>

Vitor Nunes Leal considera as relações entre o público e o privado resultado de um fenômeno específico da Primeira República: o “coronelismo”,<sup>32</sup> O coronelismo, segundo ele, não se reduz ao fenômeno que existia na colônia: o poder privado. O coronelismo, diz ele, “é antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa”.<sup>33</sup> Aqui, o coronelismo é definido como um sistema de reciprocidade entre o poder público e o poder privado, ou seja, “uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”.<sup>34</sup>

Desse modo, Nunes procura superar a visão dicotômica entre as esferas pública e privada. Conclui, porém, que “o poder privado subsiste porque é realimentado pelo poder público que necessita, para seu próprio fortalecimento, controlar o voto dos eleitores sobretudo os do interior do país. Para ele, na Primeira República “o aparelhamento do Estado já se achava suficientemente desenvolvido (...) para conter qualquer rebeldia do poder privado”, tendo o sistema político uma feição marcadamente governista.<sup>35</sup>

---

30 Para Faoro, o coronelismo se irmana à oligarquia das unidades federadas, num recíproco jogo de interações ativas. O comando do sistema caberá ao governador, intermediário dos favores e benefícios da União sobre o poder local. O coronel representa “uma forma peculiar de delegação do poder público no campo privado”. Por isso, ele considera que na organização política “a linha entre o interesse particular e o público (...) seria fluida, não raro indistinta, freqüentemente utilizado o poder estatal para o cumprimento de fins privados”. Isso é consequência do patrimonialismo que converte o agente público num cliente, dentro de uma extensa rede clientelista, onde o coronel “utiliza seus poderes públicos para fins particulares, mistura, não raro, a organização estatal e seu erário com os bens próprios”. Faoro, Raimundo. *Os Donos...*, vol. 2, pp. 622, 629, 631 e 637.

31 Faoro, Raimundo. *Os Donos...*, vol. 2, p. 738.

32 Vitor Nunes Leal identifica o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Ele argumenta que essa inadequação está relacionada ao fato de que, após a abolição do trabalho servil e a proclamação da República, a extensão do direito de sufrágio deu importância fundamental ao voto dos trabalhadores rurais. Isso fez crescer a influência política dos donos de terras, devido a dependência dessa parcela do eleitorado, provocada pela estrutura agrária do país. Leal, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*, São Paulo, Alfa-Omega, 1975, p. 253.

33 Vitor Nunes refere-se à ampliação do direito ao voto garantido na Constituição de 1891.

34 Ele afirma que “de um lado, os chefes municipais e os ‘coronéis’, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial (...)”. Onde os dois poderes, o privado e o público, “são mutuamente dependentes e funcionam ao mesmo tempo como determinantes e determinados”. Leal, Vitor Nunes. *Coronelismo...*, pp. 20 e 43.

35 Leal, Vitor Nunes. *Coronelismo...*, pp. 252 e 254.

A partir da década de 1970, autores como Fábio Wanderley Reis e Eli Diniz apontam para a superação dessa visão dicotômica das relações entre Estado e sociedade. Para Fábio Wanderley Reis, pretender “caracterizar o processo político brasileiro em sua evolução em termos do predomínio originário e permanente do ‘Estado’ sobre a ‘sociedade’, ou vice-versa, representa uma dissociação imprópria desses dois termos”. Não existe, segundo ele, o predomínio do “estado” sobre a “sociedade”, ou vice-versa, mas um jogo complexo de forças integradoras e desintegradoras.<sup>36</sup>

Na mesma perspectiva, Eli Diniz propõe uma visão integrada das relações entre Estado e sociedade, como forma de superação da visão dicotômica. Na dinâmica das relações entre público e privado, “gera-se uma interpenetração entre as duas esferas que pode envolver ganhos e perdas para ambos os lados”.<sup>37</sup> Dessa forma, ao proporem uma análise que capte a dinâmica das relações entre Estado e sociedade a partir de uma visão integrada, eles contribuíram muito para a construção dos referenciais teóricos utilizados neste trabalho.

#### 4. A Metodologia

É pretensão deste estudo demonstrar como as intervenções do Estado na economia cafeeira na Primeira República foram ao mesmo tempo resultado dos interesses do setor privado, especialmente dos fazendeiros de café, e dos interesses do próprio Estado. Este Estado via nas intervenções uma fonte de receita. Para isso, optou-se por estudar as crises do setor cafeeiro que ocorreram nesse período e as respectivas intervenções efetuadas pelo Estado, em 1906, 1917, 1921 e 1924.

O trabalho foi organizado em três etapas principais. Em primeiro lugar, a pesquisa bibliográfica encarregou-se de perceber as diferentes interpretações dos autores sobre o tema, privilegiando aqueles que analisam as relações entre o Estado e a sociedade sob a ótica das relações entre o poder público e o poder privado.

A segunda fase foi marcada pela coleta de documentos que apresentassem registros das medidas reivindicadas pelos cafeicultores, visando a solução dos problemas que atingiam a economia cafeeira. Desse trabalho, foram selecionadas as atas do Congresso Nacional, onde estão registrados os discursos e as propostas dos representantes dos fazendeiros com vistas à solução da crise cafeeira. O poder legislativo era a instância privilegiada pelos fazendeiros para demonstrar a insatisfação do seu setor.<sup>38</sup>

---

36 Ver Reis, Fábio Wanderley. “Brasil: Estado e Sociedade em perspectiva”. *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, nº 2, dez., 1974, p.51.

37 Diniz, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 33.

38 Segundo Edgard Carone, um traço característico da oligarquia agrária brasileira é o “bacharelismo” — fazendeiros fazem de seus filhos bacharéis. “São eles os porta-vozes dos interesses agrários: são os deputados e senadores nos legislativos federais e estaduais. O levantamento numérico de seus membros confirma a sua constante supremacia; os debates e projetos apresentados e aprovados mostram a tendência

Além do legislativo, os fazendeiros de café serviram-se de vários meios de comunicação para reivindicar a defesa do café: congressos agrícolas e a imprensa de maneira geral, publicando artigos em jornais, revistas e livros.<sup>39</sup> As publicações tornaram-se importante fonte da pesquisa para reconstituição da atuação dos fazendeiros de café no processo de intervenção do Estado na economia cafeeira.

Dos discursos dos fazendeiros priorizou-se, primeiro, o conteúdo da linguagem,<sup>40</sup> segundo, o espaço onde ocorreu a comunicação<sup>41</sup> e, finalmente, a quem se dirigiam.<sup>42</sup> A reconstituição dos discursos possibilitou o conhecimento das propostas dos cafeicultores. Isso permitiu confrontá-las com as medidas implementadas pelo Estado para superação da crise. Essa reconstituição foi fundamental para a compreensão da dinâmica das relações entre o público e o privado, uma vez que a linguagem “está no centro de toda a atividade humana (...) sendo ela produzida pelo complexo jogo de relações que os homens estabelecem entre si e com a realidade, ela passou a ser (...) um elemento modelador desse mesmo conjunto de relações”.<sup>43</sup>

Na terceira etapa, coletaram-se nos documentos oficiais as medidas efetivamente implantadas pelo Estado, que caracterizaram a intervenção dele na economia cafeeira. Esta tarefa exigiu o recurso às leis e decretos. Aqui se revela a ação do Estado que protege os interesses dos cafeicultores além dos seus próprios interesses.

## 5. Conteúdo do Trabalho

No primeiro capítulo, apresenta-se um estudo das condições históricas do processo de expansão da economia cafeeira e de como esse processo estava intimamente relacionado ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Enfatiza-se o papel que o Estado brasileiro desempenhou no contexto da acumulação de capital gerada pela expansão da economia cafeeira.

No segundo capítulo são examinadas medidas propostas pelos cafeicultores entre 1896 e 1906, visando solucionar as crises que atingiam a economia cafeeira. É uma análise dos diversos projetos

---

majoritária das classes agrárias”. Carone, Edgard. *A República Velha: instituições e classes sociais*, São Paulo, Difel, 1970, p. 155.

39 O brasilianista francês Pierre Denis, que esteve no Brasil no período da primeira valorização do café, afirma que de 1901 a 1906 apareceu sobre o assunto “uma tal profusão de artigos e brochuras, que não é possível conhecer totalmente (...)”. Denis, Pierre. *O Brasil no século XX*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand-José Bastos & Comp. Editores, [1911], p. 242.

40 As formas de manifestação dos fazendeiros eram a linguagem falada, sobretudo através de seus representantes no poder legislativo, e a linguagem escrita, em jornais e livros.

41 O espaço mais utilizado para reivindicação foi a tribuna do poder legislativo, através dos representantes, mas também utilizaram os jornais, os congressos agrícolas e livros.

42 Normalmente os discursos dos cafeicultores eram feitos por seus representantes políticos no Poder Legislativo, pois as decisões do Poder Executivo dependiam da aprovação daquele poder. É claro que os fazendeiros quando procuravam associar seus interesses aos interesses da nação utilizam os meios de comunicação, para formar a opinião pública em defesa do café. Portanto, seu discurso é voltado para toda a sociedade.

43 Sevcenko, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 19.

dos cafeicultores apresentados à sociedade, sobretudo os que exigem a presença do Estado na solução de suas crises. Trata-se de reconstituir a ideologia e a ação dos fazendeiros de café quando reivindicam a intervenção do Estado na economia cafeeira.

O terceiro capítulo é um estudo do primeiro período do processo de intervenção do Estado na economia cafeeira, quando ele assume paulatinamente a defesa dos interesses dos cafeicultores, ainda que de uma forma provisória em âmbito estadual. Esse período, denominado de intervenção provisória, tem início com o Convênio de Taubaté, em 1906, e termina com a criação do Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, em 1924. Confronta-se as medidas propostas pelos cafeicultores com as medidas executadas pelo poder público para solucionar as crises da lavoura cafeeira para, dessa forma, perceber os agentes sociais que delinearam o processo de intervenção do Estado na economia cafeeira nesse período.

O quarto capítulo trata da consolidação do processo de intervenção do Estado no domínio econômico, quando o Estado, em 1924, assume de forma permanente a defesa da economia cafeeira. Mostra-se que a criação de mecanismos de defesa da economia cafeeira resultou tanto dos interesses dos fazendeiros de café como os do próprio poder público.

O quinto capítulo é uma análise da luta política e ideológica das forças sociais pela posição hegemônica na Primeira República. Enfatiza-se particularmente a ideologia que os fazendeiros construíram para justificar a ação do poder público na defesa dos seus interesses e sua ação para que o Estado interviesse nas crises da lavoura cafeeira. Trata-se de mostrar que os fazendeiros de café tiveram um papel decisivo no delineamento do Estado intervencionista da Primeira República.



# Capítulo I

---

## A economia cafeeira no contexto do desenvolvimento do capitalismo no Brasil

Apresenta-se, neste capítulo, um estudo das condições históricas que engendraram o processo de expansão da economia cafeeira, com ênfase no papel do Estado nesse processo. Essa expansão impulsionou o surgimento das relações de produção capitalista no Brasil, na qual o Estado teve uma participação importante. Pretende-se ainda analisar as causas da crise que afeta a economia cafeeira na década de 1890, crise que deu início às primeiras reivindicações dos cafeicultores.

### 1. A inserção da economia cafeeira no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil

A partir do século XVI, a formação da sociedade brasileira foi submetida ao processo de desenvolvimento do capitalismo europeu, para atender as necessidades crescentes da acumulação de capital. O modo de produção da colônia estruturava-se a partir dos mecanismos do sistema colonial, como “**instrumento da acumulação primitiva da época do capitalismo mercantil**”.<sup>1</sup> Para João Cardoso de Mello, a economia colonial define-se “como altamente especializada e complementar à economia metropolitana”, cujo capital comercial não se limitou ao âmbito da circulação, mas invadiu a esfera da produção, para constituir a economia colonial. Portanto, “o tipo de desenvolvimento das forças produtivas e as correspondentes relações sociais de produção são instauradas pelo capital comercial em seu proveito”.<sup>2</sup>

No século XVIII, o sistema colonial entrou em crise quando o capital industrial se tornou preponderante, momento em que as novas aspirações da burguesia colocavam em xeque o Estado absolutista.<sup>3</sup> Se a economia colonial representou um estímulo ao desenvolvimento das relações de

---

1 Novais, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, São Paulo, Hucitec, 1981, p.70. Grifo do autor.

2 Mello, João Cardoso de. *Capitalismo tardio*, São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 37 e 41.

3 Ver Costa, Emilia Viotti da. “Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil”, in *Brasil em perspectiva*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968, p.79.

produção capitalistas, com o advento da revolução industrial tornou-se um obstáculo. Era preciso, portanto, eliminá-la. Como afirma João Manuel Cardoso de Mello, “economia colonial e capitalismo passam a guardar de agora em diante, relações contraditórias”.<sup>4</sup>

O capitalismo industrial necessita da formação de uma periferia que forneça grande quantidade de produtos primários de exportação. Exige, por outro lado, que esta periferia se organize em bases capitalistas, isto é, mediante trabalho assalariado. Os países latino-americanos tiveram que se adequar às exigências do capitalismo industrial que, ao proporcionar o início da crise da economia colonial, provocou a ruptura do pacto colonial e a formação de Estados Nacionais. Nesse sentido, é a crise da economia colonial que engendra as condições para a constituição de uma economia nacional de bases capitalistas, ainda que dependente das “economias centrais”.

No Brasil, a ruptura do pacto colonial e a formação do Estado Nacional permitiram a formação de um excedente de capital que foi, em grande parte, utilizado pela economia cafeeira. Isso criou, em parte, “a possibilidade de que se nacionalizasse a apropriação do excedente e de que se internalizassem as decisões de investir”.<sup>5</sup> É, portanto, nesse contexto de crise da economia colonial e do surgimento do Estado Nacional que germinaram as condições para a formação do capitalismo no Brasil.<sup>6</sup>

A contradição entre economia colonial e os interesses do capital industrial não impedem, todavia, a reafirmação do caráter colonial da economia, mesmo após a independência política, pois, segundo Emília Viotti da Costa, “ao mesmo tempo que os artigos manufaturados europeus invadiram os nossos mercados, cresceu a demanda de produtos tropicais, o que reforçou a tendência agrária e o escravismo”.<sup>7</sup> São esses elementos, aparentemente contraditórios, que impulsionaram a passagem da economia colonial para a economia exportadora capitalista. Essa passagem ocorreu, segundo João Manuel Cardoso de Mello, através da formação da economia escravista nacional.

*A economia mercantil-escravista cafeeira nacional é obra do capital mercantil nacional, que se viera formando (...) nos poros da colônia, mas ganhara notável impulso com a queda do monopólio de comércio metropolitano e com o surgimento de um muito embrionário sistema monetário nacional, conseqüências da vinda, para o Brasil, da família real, o passo decisivo para a formação do Estado Nacional.*<sup>8</sup>

---

4 Mello, João Manuel Cardoso de. *Capitalismo...*, p. 44 Ele faz uma análise muito interessante dos fatores contraditórios entre capitalismo industrial e economia colonial. Ver especialmente as páginas 44 a 52.

5 Mello, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo...*, p. 58.

6 João Manuel diz que a economia colonial cumpriu a função de instrumento de acumulação primitiva de capital. Para ele, a especificidade da economia colonial era caracterizada pela produção mercantil e pela utilização do trabalho escravo, “reinventados” para estimular a transição para o capitalismo. Apesar da economia colonial ser definida através da órbita do capitalismo comercial, o capitalismo na colônia é apenas formal. Mello, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo...*, pp. 41 e 44.

7 Costa, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1982, p. 449.

8 Mello, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo...*, p. 54.

Os elementos constitutivos da formação das relações de produção capitalistas no Brasil emergiram com a expansão da economia cafeeira dentro, ainda, de um contexto escravocrata. No entanto, o processo de acumulação de capital na economia cafeeira sofria obstáculos proporcionados pelos elevados custos de transporte e de mão-de-obra. Emília Viotti da Costa mostra que “a economia regredia ou estacionava e a causa deste atraso era o estado miserável em que se encontravam as estradas”, com isso “o preço do frete era maior que o do produto”.<sup>9</sup> O custo da mão-de-obra era elevadíssimo e crescia de acordo com a escassez de escravos no mercado interno, provocada pela proibição do tráfico externo de escravos.<sup>10</sup>

A melhoria das condições de transporte, principalmente com a construção de estradas de ferro, trouxe uma revitalização da economia escravista cafeeira, visto que reduziu custos do frete,<sup>11</sup> e resolveu o problema da escassez de mão-de-obra, visto que grande parte deslocada para os serviços de transportes voltou para a lavoura. Outro fator de revitalização para a economia escravista foi a introdução de máquinas de beneficiamento do café, principalmente no oeste de São Paulo: poupou mão-de-obra e melhorou a qualidade do café, valorizando mais ainda o produto brasileiro no mercado mundial.

No entanto, esses fatores “revitalizadores” da economia escravista cafeeira, paradoxalmente, foram os mesmos que engendraram sua destruição e o surgimento de uma economia exportadora cafeeira baseada no trabalho assalariado.<sup>12</sup> João Manuel ressalta que “a estrada de ferro e a maquinização do beneficiamento não somente reforçam a economia mercantil-escravista cafeeira nacional. Ao mesmo tempo, se opõem a ela, criando condições para a emergência do trabalho assalariado”.<sup>13</sup> Convém salientar que essa revitalização ocorre apenas em São Paulo, onde os fatores da dinâmica capitalista destruíram os obstáculos decorrentes da estrutura escravocrata. No Vale do Paraíba, não houve essa revitalização: o declínio da produção prejudicada pelas condições do solo, pelas técnicas de cultivo e pela alta dos preços dos escravos provocaram a decadência da economia cafeeira naquela região.<sup>14</sup>

---

9 Costa, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia...*, p. 144.

10 O sistema escravocrata no Brasil tinha como fonte de reprodução o tráfico externo de escravos. Com a abolição do tráfico, em 1850, rompeu-se a principal fonte de obtenção de braços para a lavoura, gerando escassez de mão-de-obra, o que implicou a dinamização do tráfico interno e a elevação dos preços, influenciado também pelo contrabando praticado após 1850.

11 Roberto Simonsen salienta que “a construção das vias férreas veio prolongar a rentabilidade de muitas culturas, já oneradas com pesadas despesas de transporte”. Simonsen, Roberto. “Aspectos da história econômica do café”, in *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*, São Paulo, Ed. Nacional/Ed. USP, 1973, p. 185.

12 Para um estudo das relações de trabalho assalariado na economia cafeeira do período em questão ver o texto de Sallum Jr., Brasílio. *Capitalismo e cafeicultura - oeste paulista: 1888-1930*, São Paulo, Duas Cidades, 1982.

13 Mello, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo...*, p. 82.

14 Stanley J. Stein faz um estudo específico da economia cafeeira no Vale do Paraíba em *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo, Brasiliense, 1961.



O fundamental é que essa revitalização da economia cafeeira estimulou a acumulação de capital, proporcionando um dinamismo interno que, associado ao abolicionismo e à adoção do trabalho assalariado do imigrante, tornou dominante as relações de produção capitalistas no Brasil.<sup>15</sup> A economia cafeeira foi, portanto, o centro propulsor da transição para uma economia baseada no processo de acumulação de capital que apesar de se concretizar no mercado externo, propiciava um dinamismo interno, favorecendo, ainda que tardiamente, o desenvolvimento das relações de produção capitalistas e, inclusive, o início da industrialização no Brasil.<sup>16</sup>

## 2. A expansão da economia cafeeira

A expansão da economia cafeeira está inserida no contexto de profundas transformações sócioeconômicas que ocorreram na sociedade brasileira na segunda metade do século XIX. Essas transformações engendraram as bases do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Para captar as condições históricas da expansão cafeeira privilegiaram-se os fatores endógenos. Entretanto, não se pode perder de vista os fatores exógenos, uma vez que, no contexto da divisão internacional do trabalho, a dinâmica da economia brasileira só poderá ser apreendida em sua totalidade a partir de uma análise que enfatize sua inserção no desenvolvimento do capitalismo mundial.

O processo de internacionalização do capitalismo decorrente do crescimento intenso do comércio e dos meios de transporte marítimos, que encurtou as distâncias entre os mercados, contribuiu para a expansão da economia cafeeira.<sup>17</sup> A expansão da oferta sofreu estímulos oriundos do aumento da demanda mundial por café, aumento relacionado a dois fatores principais: o crescimento da população mundial, sobretudo nos Estados Unidos, e aumento da *renda per capita* nos países consumidores.<sup>18</sup> A queda da produção asiática de café, em virtude de enfermidades que destruíram cafezais, principalmente no Ceilão, também contribuiu para a demanda mundial por café brasileiro, o que tornou o Brasil responsável por cerca de 70% do consumo mundial.<sup>19</sup>

Esses fatores são importantes, mas insuficientes para explicar a expansão da oferta brasileira de café, já que os fatores endógenos foram decisivos para essa expansão. Ao estudar o crescimento do consumo de café nos países europeus, Roberto Simonsen afirma que “o café (...) passou a ser usado pelos operários, e quem facilitou esse uso, proporcionando grande produção e relativa

---

15 É preciso considerar também, como diz Francisco de Oliveira, o movimento das forças sociais em ação nesse processo de transição para o capitalismo, aspecto que será tratado nos próximos capítulos. Oliveira, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*, Rio de Janeiro, Graal, 1977, p. 11.

16 Ver Silva, Sergio. *Expansão cafeeira e origens da industrialização no Brasil*, São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

17 Silva, Sergio. *Expansão cafeeira...*, p. 29.

18 Delfim Netto, Antonio. *O Problema do café no Brasil*, Rio de Janeiro, FGV, Ministério da Agricultura e SUPLAN, 1979, pp. 30-31.

19 A exportação de café do Ceilão caiu de 892.454 sacas, em 1869, para cerca de 50.000 sacas, por ano, na década de 1890. Dados obtidos em Taunay, Affonso de. *História do café no Brasil*, Rio de Janeiro, Departamento Nacional do café, 1939, v. 9, p. 208.

redução em seus preços, foi o Brasil, que, a partir de 1830, tornar-se-ia, ininterruptamente, a maior região produtora de café do mundo”.<sup>20</sup>

Sob o mesmo ponto de vista, João Manuel Cardoso de Mello registra que o consumo de café se generalizou, nas primeiras décadas do século XIX, em decorrência da queda dos preços no mercado mundial, em grande parte, devido ao crescimento da oferta brasileira. Nesse sentido, convém destacar a análise pertinente de João Manuel:

*a demanda externa (...) não foi mero fator independente e inerte, sobre o qual a economia brasileira não teve a menor ação. Ao contrário, é a própria expansão da oferta brasileira que permite, em última análise, que a demanda se amplie constantemente e, ao mesmo tempo, estimule novamente, dentro de certas condições, o crescimento da oferta.*<sup>21</sup>

Com a expansão da economia cafeeira, o capital mercantil dominou a economia nacional, realimentando os investimentos que garantiam a continuidade da própria expansão. A existência desse capital não consiste um fator suficiente para explicar a ampliação da oferta de café no Brasil. Havia vários outros fatores para a expansão cafeeira, inserida no contexto de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, na região conhecida por Oeste Paulista. É nessas circunstâncias que o capitalismo torna-se dominante no Brasil.

Na década de 1870, a expansão da economia cafeeira proporcionou aumento das margens de lucro por dois motivos: pela implantação de máquinas de beneficiamento, que reduziu custos de mão-de-obra, e pelo surgimento das primeiras ferrovias, que reduziu custos de transporte. Como salienta Wilson Cano, “essa alta lucratividade das terras paulistas, aumentando as margens de lucro da cafeicultura, passava a exigir, cada vez mais, a ocupação de novas terras, com o que podia converter lucros em inversões, na forma de novos plantios”.<sup>22</sup>

No entanto, a continuidade do processo de expansão foi obstruída por dois fatores: a escassez de mão-de-obra e, novamente, o elevado custo dos transportes.<sup>23</sup> À medida em que a fronteira agrícola se expandia aumentavam os problemas dos fazendeiros com a mão-de-obra. Por um lado, a oferta de escravos era escassa porque estava praticamente limitada ao mercado interno, devido à abolição do tráfico de escravos, que provocou elevação do preço do escravo.<sup>24</sup> Por outro lado, as tentativas da iniciativa privada de resolver o problema da escassez com os imigrantes fracassaram.

---

20 Simonsen, Roberto. *Aspectos da história...*, p. 171.

21 Mello, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo...*, pp. 56-57.

22 Cano, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, São Paulo, Difel, 1977, p. 33.

23 Até a década de 1860 o sistema de transporte do café era feito pelas tropas de muare. O custo era elevado em razão das limitação da carga, do tempo despendido, da falta de segurança, do alto custo da mão-de-obra, entre outros. O sistema de transporte tornou-se inviável também em função das tropas condicionarem o transporte a um raio de distância de no máximo 150 quilômetros dos portos.

24 O preço do escravo também era elevado porque, após a abolição do tráfico em 1850, o contrabando externo tornava-se uma atividade de alto risco à medida que aumentavam as pressões abolicionistas.

Com a expansão da fronteira agrícola aumentavam o custo dos transportes.<sup>25</sup> A redução dos custos do transporte representava um aspecto importante para a ampliação da oferta de café. Após tentativas fracassadas de construção de ferrovias por falta de recursos e do apoio do Estado, os cafeicultores investiram na construção de ferrovias com capital cafeeiro e com capital externo, sobretudo inglês, obtido com garantias do governo brasileiro.<sup>26</sup> A expansão cafeeira estava intimamente ligada à construção das ferrovias,<sup>27</sup> pois ao mesmo tempo que as novas plantações exigiam a construção de nova ferrovia, uma vez estabelecida, ela contribuía ainda mais para a “febre de plantar”.<sup>28</sup>

As ferrovias desempenharam papel importante para elevar economicamente a produtividade física do café, já que parte da produção parecia nas fazendas mais distantes pelas dificuldades de transporte.<sup>29</sup> Houve uma perfeita solidariedade entre mercado cafeeiro e a prosperidade das ferrovias até a década de 1890, quando a crise cafeeira provocou conflito de interesses entre fazendeiros e empresários das ferrovias.<sup>30</sup>

Um outro fator muito importante para o estímulo da expansão cafeeira deveu-se a substituição do trabalho escravo pelo livre. O custo da saca de café produzida pelo trabalho escravo era de 15\$000, enquanto a produzida pelo trabalhador livre custava entre 7\$200 e 9\$800.<sup>31</sup> Esse fato representou um estímulo para que muitos fazendeiros libertassem seus escravos antes de 1888. A redução do custo da mão-de-obra teve efeitos positivos para as margens de lucro do produtor que se lançou a novas plantações. O grande contingente de imigrantes para o Estado de São Paulo contribuiu muito para a expansão da lavoura cafeeira, graças ao poder público que subsidiou a vinda dessa mão-de-obra estrangeira.

A expansão cafeeira resultou também do tipo de sistema de trabalho dos imigrantes: o sistema de colonato.<sup>32</sup> Nesse sistema, os colonos, “exigiam constantemente novas plantações, onde,

---

25 Wilson Cano afirma que os gastos com transporte do café, antes de 1867, entre Santos e Jundiaí, eram de 33% do preço de exportação; por volta de 1863, de Campinas a Santos, eram um pouco acima de 40%; e de Rio Claro para Santos, por volta de 1857, eram em torno de 50%. Cano, Wilson. *Raízes da concentração...*, p. 34.

26 Matos, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias*, Alfa-Omega, São Paulo, 1974. Wilson Cano afirma que, com a expansão das ferrovias, os custos dos transportes caíram para cerca de 20%, em média, do preço da saca de café exportada, o que compensava os altos investimentos que o capital cafeeiro despendeu na construção da rede ferroviária. Cano, Wilson. *Raízes da concentração...*, p. 34.

27 Os dados da Tabela 3 mostram a expansão da rede ferroviária na região cafeeira e no Brasil. Ela estava associada à expansão cafeeira, quando inicialmente foram construídas a Santos-Jundiaí, 1867/1868, a Jundiaí-Campinas, 1872, a Campinas-Itu, 1873, Mogiana e Sorocaba, 1875, e a D. Pedro II, 1877. Lapa, José Roberto do Amaral. *A Economia cafeeira*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

28 Expressão usada por Alfonso de Taunay que significava o aumento demasiado do plantio de novos cafeeiros.

29 Cano, Wilson. *Raízes da concentração...*, p. 34.

30 Saes, Flávio Azevedo Marques de. *As Ferrovias de São Paulo 1870-1940*, São Paulo, Hucitec/I.N.L.-M.E.C., 1981, pp. 86-87.

31 Simonsen, Roberto. *Aspectos da história...*, p. 210. Os valores são em moeda nacional, ou seja, em réis.

32 Este sistema de trabalho é analisado no capítulo 5 deste trabalho.

concomitantemente, cultivariam os cereais que representavam a fonte melhor das suas receitas”.<sup>33</sup> Exigiam o cumprimento das cláusulas do contrato de trabalho feito com o fazendeiro, como a cessão do espaço de terra, entre um cafeeiro e outro, para que pudessem cultivar produtos de subsistência,<sup>34</sup> bem como o pagamento da remuneração fixa.<sup>35</sup>

Pierre Denis considera que a superprodução do café tinha origem na política de imigração e no sistema de trabalho dos imigrantes. Segundo ele, os fazendeiros acomodaram-se ao desejo dos colonos de plantar novos cafeeiros, o que representava redução dos custos da produção: “a concorrência entre os trabalhadores que pediam cafeeiros para plantar tornou-se tamanha que os preços baixaram muito nesse gênero de trabalho. Plantar acabou por tornar-se para o fazendeiro uma operação absolutamente gratuita”.<sup>36</sup>

Essa pressão dos colonos pode ter contribuído na fase inicial do processo de expansão da economia cafeeira. Mas, ela não pode ser considerada um fator fundamental para compreender a superprodução que ocorreu a partir do final da década de 1890. Os imigrantes tinham uma capacidade de reduzida de mobilização para exigir que o fazendeiro cumprisse as normas contratuais.<sup>37</sup>

Não foram somente esses os fatores que estimularam a grande oferta de café. Entre 1887 e 1895, a alta dos preços do café no mercado externo também foi fator estimulante para o grande aumento da oferta de café,<sup>38</sup> que cresceu mais que a demanda e provocou uma superprodução. Além disso, a abundância de terras próprias para o cultivo, a existência de capital oriundo da produção açucareira e as facilidades de créditos do encilhamento para a compra das terras e para o plantio.<sup>39</sup> Sem esses créditos dificilmente os fazendeiros teriam condições de arcar com os altos custos do aumento da produção.<sup>40</sup>

---

33 Ramos, Augusto. *O café no Brasil e no estrangeiro*. Rio de Janeiro, Papellaria Santa Helena, 1923, p. 528.

34 Holloway afirma que “cada família de colono, além do seu salário, tinha direito a ter uma roça de subsistência, ou entre as fileiras de pés de café ou nas terras baixas, consideradas inadequadas à produção de café”. Holloway, Thomas H. *Vida e morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. pp. 27-28. Ver também Beiguelman, Paula. *A Formação do povo no complexo cafeeiro*, São Paulo, Pioneira, 1978. pp. 69-70.

35 Augusto Ramos registrou que alguns contratos, com prazos elevados, não previam nenhum tipo de remuneração ao colono. Ramos, Augusto. *O Café no Brasil...* p. 207.

36 Denis, Pierre. *O Brasil no século XX*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand - José Bastos & Comp. Editores, [1911], pp. 234-235.

37 Apesar de Roberto Perosa atribuir muita importância às pressões dos colonos pela formação de novos cafezais, ele alerta para a verificação da oferta de imigrantes, que determinava o poder de barganha deles. Ver Perosa, Roberto. “Comércio e financiamento na lavoura de café de São Paulo no início do século”, *Revista de Administração de Empresas*, v. 20, n. 1, jan/mar., 1980, p. 71.

38 Conforme dados parciais da Tabela 1.

39 “encilhamento” é o nome atribuído à reforma financeira realizada por Rui Barbosa, em 1890, que se caracterizou, principalmente, pela expansão do meio circulante, que foi feita através de uma “lei bancária”, para a emissão de moeda.

40 A produção exigia grande extensão de terra, mão-de-obra, equipamentos e outras despesas ligadas à produção. Não se pode esquecer também que o café é uma planta perene, tendo um período longo de maturação. Em média, o retorno do capital ocorre somente após cinco anos do plantio.



### 3. A atuação do Estado no processo de expansão da economia cafeeira

No Brasil, o Estado sempre assumiu, em maior ou menor intensidade, uma postura intervencionista no domínio econômico. Inicialmente, o processo de exploração econômica subordinava-se à política econômica mercantilista ditada pelo Estado português. O Estado brasileiro, que surgiu após a independência política, herdou os traços intervencionista da ex-metrópole pelas próprias circunstâncias relacionadas ao processo de independência. A estrutura política predominante em Portugal esteve presente na sociedade brasileira durante o processo de colonização, sobretudo a partir da transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808. A independência “acentua o papel interventor e participante do Estado na atividade econômica”, afirma Faoro.<sup>41</sup>

O processo de transição de uma economia colonial, baseada no trabalho escravo, para uma economia agroexportadora, baseada no trabalho assalariado, teve a participação crescente do Estado. Na fase de transição para uma economia capitalista, o próprio Estado se transformou e assumiu um caráter burguês,<sup>42</sup> contribuindo para a reprodução da acumulação de capital.

Durante o Império, a intervenção do Estado na economia incidia principalmente sobre as tarifas alfandegárias. Na segunda metade do século XIX, o Estado ampliou sua esfera de atuação e teve um papel importante nas transformações socioeconômicas da época, influndo de modo decisivo no processo de expansão da economia cafeeira. Ele atuou diretamente na transição do trabalho escravo para o assalariado e no fornecimento de créditos ao setor agrícola e, indiretamente, ao garantir os investimentos externos para a construção de ferrovias.

De certa forma, coube ao Estado elaborar as leis abolicionistas para atender interesses antagônicos. Primeiro, responder às exigências dos interesses econômicos do capital e de setores abolicionistas da sociedade e, segundo, atender os setores mais conservadores. A ação do Estado reforçou o caráter escravista das relações de produção, uma vez que essas leis eram graduais, não afetando substancialmente o contingente de escravos disponíveis para a lavoura.

No entanto, é preciso salientar que a abolição do tráfico externo, em 1850, proporcionou condições para a transferência de recursos monetários, antes remetidos ao exterior, para a economia interna. Esses recursos serviram não só como reforço para a lavoura, mas também para setores de infra-estrutura e de atividades industriais, o que contribuía para a dinamização do capital interno.

Para Braz Jose de Araújo, no século XIX, “a ligação do Estado com a economia é muito mais política, pois visava preservar e criar novas condições para o desenvolvimento da economia escravista”.<sup>43</sup> O Estado, no entanto, ao reforçar politicamente a estrutura econômica escravista,

---

41 Faoro, Raimundo. *Os Donos do poder*. Porto Alegre, Globo, 1975, vol. 1, p. 62.

42 Com algumas restrições, mereceu destaque a conceituação de Décio Saes sobre a particularidade do Estado burguês no Brasil, implantado numa formação social onde relações de produção servis eram dominantes. Saes, Décio. *A Formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. Ver especialmente as páginas 349-354.

43 Araújo, Braz Jose de. “Intervenção econômica do Estado e democracia”, in *Estado e capitalismo no Brasil*,

quando retardou o cumprimento de leis,<sup>44</sup> e quando aboliu a escravidão de forma gradual, contribuiu também para o desenvolvimento das condições que levaram à sua superação.<sup>45</sup>

Ainda que o Estado tenha contribuído para a manutenção da escravidão por mais algumas décadas, é fato que, ao sancionar as leis abolicionistas, ele criou as possibilidades para a utilização da mão-de-obra assalariada. O próprio Estado, aliás, encarregou-se da importação de imigrantes para substituir o trabalho escravo, ainda que essa iniciativa tenha sido mais relevante no âmbito dos governos estaduais.<sup>46</sup> Essa ação do poder público beneficiou diretamente o setor cafeeiro. Como afirma Elisa Pereira Reis,

*para satisfazer a demanda crescente de mão-de-obra da cafeicultura no contexto pós-abolição a atuação do Estado foi decisiva. Enquanto a importação de mão-de-obra estrangeira permaneceu restrita à iniciativa privada, foi impossível a institucionalização de um mercado de trabalho. (...) No entanto, quando o Estado assumiu a responsabilidade de assegurar uma oferta abundante de mão-de-obra imigrante, tais restrições à mobilidade deixaram de ser imperativas e o mercado de trabalho pôde se consolidar.<sup>47</sup>*

Pierre Denis atribui ao Estado a responsabilidade pela expansão demasiada da oferta de café por sua atuação na política de imigração. Segundo Denis, “se tivesse deixado à imigração espontânea o encargo de oferecer os seus braços aos empresários de plantações, a expansão do café teria sido menos apressada”.<sup>48</sup> Ainda que esse fator não tenha sido decisivo para a expansão, é fato que o governo federal e o governo estadual adotaram uma política de imigração, usando recursos públicos para recrutar na Europa trabalhadores rurais, que beneficiou os fazendeiros e estimulou o aumento do plantio.

Os governos federal e de São Paulo adotaram o sistema de subvencionar as passagens dos imigrantes atendendo às pressões dos fazendeiros de café, que sentiam a escassez de braços para a lavoura. Até 1900, a subvenção foi responsável pela entrada da maior parte dos imigrantes. Entre 1890 e 1930, de um total de 2.384.257 imigrantes que chegaram a São Paulo, 1.128.500 foram subsidiados pelo poder público.<sup>49</sup> A atuação do poder público no processo migratório foi tão

---

São Paulo, Hucitec-CEBRAP, 1977, pp. 228-229. Braz aponta para as dificuldades na compreensão do caráter do Estado dentro de um contexto histórico caracterizado pela complexidade dos processos heterogêneos, tanto na estrutura da produção como na estrutura das classes agrárias.

44 Convém lembrar que a Lei de 1831, que abolia o tráfico de escravos, permaneceu “letra-morta” até 1850, porque não houve empenho dos governantes na sua fiscalização.

45 Araújo, Braz Jose de. *Intervenção...*, p. 229.

46 Em 1885, o governo do Estado de São Paulo decidiu financiar os gastos com a imigração, com recursos originários de tributação à propriedade de escravos.

47 Reis, Elisa Pereira. “Interesses agroexportadores e construção do Estado: 1890 a 1930”, in *Economia e movimentos sociais na América Latina*, São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 197.

48 Denis, Pierre. *O Brasil no século...*, p. 233.

49 Petrone, Maria Tereza Schorer. “Imigração”, *História geral da civilização brasileira, O Brasil republicano: sociedade e instituições*, Rio de Janeiro, Difel, 1978, p.108.

intensa que chamou a atenção de Pierre Denis: “(...) o mundo moderno tem visto poucos espetáculos semelhantes ao desse governo, incumbir-se de importar em massa operários agrícolas (...)”.<sup>50</sup>

Do mesmo modo, no início da República, o Estado teve um papel importante para o aumento da oferta de café através da reforma financeira, praticada por Rui Barbosa. O governo imperial promulgou a “lei bancária”, de 1888, que definia os mecanismos para a emissão de papel-moeda, com o objetivo de auxiliar a lavoura e resolver problemas trazidos pela falta de liquidez.<sup>51</sup> Foram, porém, os novos governantes da República que puseram em prática essa lei. O ministro da fazenda Rui Barbosa ampliou os objetivos da lei bancária, pois acreditava que as emissões de moeda seriam um mecanismo apropriado para impulsionar as bases do desenvolvimento econômico.<sup>52</sup>

Os créditos, como queria Rui Barbosa, deveriam beneficiar principalmente o setor industrial, mas a maior parte dos recursos foi canalizada para a lavoura cafeeira. Esse investimento na economia cafeeira explica, em grande parte, o crescimento das plantações em São Paulo, na década de 1890, quando o número de pés de café passou de 220 milhões, em 1890, para 526 milhões, em 1901.<sup>53</sup>

A grande expansão do meio circulante, decorrente do encilhamento, provocou um processo inflacionário que desequilibrou o orçamento e as finanças públicas, acarretando enorme pressão sobre a balança de pagamentos.<sup>54</sup> Dentre as medidas adotadas pelo governo federal face a esse desequilíbrio uma, em especial, beneficiou os fazendeiros de café: a política cambial.

A queda dos preços do café no mercado externo, em decorrência da superprodução, não afetava com muita intensidade os preços do mercado interno, o que estimulou novas plantações. Esse mecanismo de contenção da queda dos preços do café, via política cambial, foi denominado por Celso Furtado “socialização das perdas”.<sup>55</sup> Os sintomas da crise já estavam presentes: a superprodução e a queda dos preços no mercado externo. No entanto, os efeitos dessa política cambial retardaram as previsões da crise da lavoura cafeeira.

---

50 Denis, Pierre. *O Brasil no século...*, pp. 169-170.

51 Luiz Antonio Tannuri mostra que o Decreto nº 3.403, de 24 de novembro de 1888, assegurava o direito de emissão às companhias autônomas que se propusessem a fazer operações bancárias. Esse decreto só foi colocado em prática após seu segundo regulamento, através do Decreto nº 10.262, de 6 de julho de 1889. O sistema seria alterado pela Reforma Bancária, de Rui Barbosa, através do Decreto nº 165, de 17 de janeiro de 1890, com a organização de bancos de emissão. Tannuri, Luiz Antonio. *O Encilhamento*, São Paulo, Editora Hucitec-FUNCAMP, 1981, pp. 42-45 e 49.

52 José Maria Bello afirma que Rui Barbosa assinou o decreto sem ouvir seus colegas de governo, fato que gerou uma crise no interior do governo. Bello, José Maria. *História da República*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1940, p. 95.

53 Conforme dados apresentados na Tabela 2.

54 Os dados de Holloway são importantes para se ter uma dimensão do problema provocado pela política emissionista de Rui Barbosa. A quantidade de papel-moeda em circulação era de 437 milhões de mil réis, dos quais 266 milhões de mil réis era papel inconvertível, ou seja, 60% do total. Holloway, Thomas H. *Vida e morte...*, p. 31.

55 Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972, p. 165.

Os preços caíram no mercado externo, mas o cafeicultor continuou tendo preço elevado em moeda nacional através do mecanismo de correção da taxa cambial.<sup>56</sup> Luiz Antonio Tannuri salienta que, entre 1894 e 1897, enquanto os preços externos caíram em cerca de 53%, os preços em moeda nacional caíram apenas 38%, em decorrência da política de desvalorização cambial.<sup>57</sup> A desvalorização da moeda nacional beneficiava o setor exportador, em especial os cafeicultores. Por isso, Celso Furtado conclui que a lavoura cafeeira foi duplamente beneficiada com a política econômica do período, pois “proporcionou o crédito necessário para financiar a abertura de novas terras e elevou os preços do produto em moeda nacional com a depreciação cambial”.<sup>58</sup> O processo de correção do desequilíbrio externo, para Celso Furtado,

*significava, em última instância, uma transferência de renda daqueles que pagavam as importações para aqueles que vendiam as exportações. Como as importações eram pagas pela coletividade em seu conjunto, os empresários exportadores estavam na realidade logrando socializar as perdas que os mecanismos econômicos tendiam a concentrar em seus lucros.*<sup>59</sup>

Não se pode afirmar, no entanto, que a política cambial constituía-se numa política deliberada do governo para defesa apenas dos interesses dos cafeicultores. As receitas do governo federal dependiam em cerca de 75% dos impostos sobre importação. Uma queda brusca das exportações, provocada por uma alta da taxa cambial, tenderia a diminuir as importações, afetando demasiadamente as receitas do governo federal. Porém, é inegável que a política cambial representou um fator a mais para a expansão da lavoura cafeeira.

Em suma, todos esses fatores proporcionaram as condições para que a economia cafeeira paulista dobrasse sua capacidade produtiva entre 1876 e 1883,<sup>60</sup> tendo como consequência uma acentuada queda dos preços do café no mercado mundial.<sup>61</sup> Entre 1886 e 1890, a produção de café no Brasil cresceu em cerca de 50% e saltou de 7,2 milhões de sacas, em 1894 para 11,2 milhões, em 1897, como mostra a Tabela 1.<sup>62</sup>

#### 4. Os primeiros indícios da crise na lavoura cafeeira

Os primeiros sintomas da crise da lavoura cafeeira datam de 1895, na fase de maior euforia econômica provocada pelo crescimento do consumo no mercado externo e pela alta do preço do café. Euforia que anunciava uma grande expansão de oferta, “verdadeira febre para a plantação de

---

56 Como mostra os dados da Tabela 4.

57 Tannuri, L. A. *O Encilhamento...*, p. 119.

58 Furtado, Celso. *Formação...*, p. 177.

59 Furtado, Celso. *Formação...*, p. 165.

60 Cano, Wilson. *Raízes da concentração...*, p. 35. Esse aumento da produção também decorreu da alta dos preços verificada a partir de 1870, em virtude da destruição de grande parte da safra devido à geada.

61 Delfim Netto, Antonio. *O Problema do café...*, p. 14.

62 Ver também Holloway, Thomas H. *Vida e morte...*, p. 102.



café apossara-se de quantos tinham conseguido aproximar-se dos fornecedores de fundos e alcançar-lhes os favores”, na expressão de Affonso de Taunay.<sup>63</sup>

Nesse contexto, houve quem identificasse as origens da crise de superprodução que atingiria o setor, com o argumento de que a euforia incentivava os fazendeiros a novas plantações e o surgimento de novos fazendeiros dispostos a investir também no setor.<sup>64</sup> O aumento no plantio de novas mudas não trazia consequências imediatas, mas, num prazo médio de cinco anos,<sup>65</sup> os cafeeiros começariam a produzir café desproporcionalmente à demanda.

As previsões de superprodução do café insitavam alguns cafeicultores a elaborar projetos que visavam impedir a ampliação da crise. Inicialmente esses refletiam a expectativa de uma parcela muito pequena do setor cafeeiro, que enxergava as consequências da “febre de plantar”, a superprodução, e, com ela, a queda nos preços do café. A grande maioria dos fazendeiros, no entanto, continuava empolgada com o aumento dos lucros naquele momento.

Entre 1895 e 1897, verifica-se uma progressiva queda dos preços no mercado externo, atenuada, no entanto, pelos efeitos da queda da taxa cambial, uma vez que os fazendeiros recebiam em moeda nacional. “Esta circunstância fez com que os plantadores não sentissem os efeitos da baixa, a não ser com um atraso de alguns anos”.<sup>66</sup>

Em 1898, o presidente Campos Sales adotou várias medidas saneadoras da crise financeira do Estado. Uma delas afetou diretamente os interesses dos fazendeiros: foi eliminado o mecanismo de desvalorização da taxa cambial que protegia a renda dos cafeicultores. Com a valorização da taxa cambial, os preços em moeda nacional começaram a cair, provocando o descontentamento principalmente entre os fazendeiros de café, que passaram a utilizar a imprensa, os congressos agrícolas e, sobretudo, o poder legislativo, para divulgar propostas visando recuperar os preços do café.

A crise, que teve início a partir de 1895 e se agravou com a política de saneamento da finanças públicas, na gestão do ministro Murtinho, em 1897, expôs com nitidez as divergências no interior do bloco cafeeiro. Na verdade, o processo de expansão cafeeira encobriu as desigualdades na apropriação da acumulação do capital cafeeiro, sobretudo na fase da expansão e da política emissão. É preciso levar em conta as diversas funções que o capital cafeeiro assumiu na forma de apropriação. O desenvolvimento do capital cafeeiro provocou uma cisão entre o grande capital, que se caracterizava pela atividade comercial e financeira, o médio capital e o capital diretamente ligado à terra.<sup>67</sup>

---

63 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 9, p. 131.

64 Era natural que outros produtores, atraídos por facilidades de créditos e pela rentabilidade proporcionada pelo café, optassem pelo setor cafeeiro. Outra e grande causa de perturbação econômica era que o café, monopolizando todas as vistas e atenções, provocara enorme diminuição da produção de cereais. A importação dos cereais provocava problemas na Balança Comercial repercutindo sobre as finanças públicas. Taunay, Affonso de. *História do café...*, v. 9, p. 135.

65 Este é o tempo médio que um novo cafeeiro leva para começar a produzir.

66 Denis, Pierre. *O Brasil no século...*, p. 238.

Após 1895, a crise que atingiu a economia cafeeira não afetou o grande capital e os fazendeiros de café com a mesma intensidade. Os discursos e as propostas dos cafeeicultores podem esclarecer as causas de tal crise e os seus efeitos para cada fração do bloco cafeeiro.

# Capítulo II

---

## As relações entre o setor público e o setor privado antes da primeira intervenção do Estado na economia cafeeira

Neste capítulo, apresenta-se um estudo das propostas que os cafeicultores reivindicavam para a solução dos problemas que atingiam a economia cafeeira entre 1895 e 1906, período que antecede a primeira intervenção do Estado nesse setor. Trata-se de estudar, em especial, a atuação dos fazendeiros de café — sua ideologia e sua ação — para que o Estado interviesse na lavoura cafeeira.

O estudo das propostas dos cafeicultores é fundamental para os objetivos deste trabalho. Ele possibilita confrontar — temática do próximo capítulo — essas propostas com as medidas executadas pelo poder público, o que permite fazer uma análise do papel que os cafeicultores desempenharam no processo de intervenção do Estado na economia cafeeira.

### 1. As primeiras reivindicações dos fazendeiros de café e a ação do poder público

A participação do Estado no processo de expansão da economia cafeeira nas últimas décadas do século XIX, principalmente na política de imigração e no fornecimento de créditos para a lavoura, foi, em grande parte, resultado da pressão dos fazendeiros de café. Affonso de Taunay identifica três causas dessas pressões: “grande grita levantava-se dos meios fazendeiros; em todos os tons se proclamava a minguagem de braços, a escassez dos capitais e a deficiência dos transportes”.<sup>1</sup>

As pressões dos fazendeiros repercutiram no Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro, em 1878, oportunidade em que eles fizeram ao poder público várias reivindicações para a lavoura. Segundo Peter L. Eisenberg, o maior problema deles era a escassez de mão-de-obra, reivindicação unânime dos fazendeiros do Vale do Paraíba, do Oeste Paulista e de outras regiões produtoras.<sup>2</sup>

---

1 Taunay, Affonso de. *Pequena História do Café no Brasil*, Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1945, p. 130.

2 Eisenberg, Peter L. “A mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878”, in *Modos de*

Havia consenso de que a “imigração espontânea”, realizada pelo setor privado, não produzia resultados positivos, razão por que era preciso a intervenção do governo para garantir a vinda de imigrantes para o país. Era grande a expectativa dos fazendeiros de que o poder público atenderia suas reivindicações, uma vez que o próprio governo os convocara para esse Congresso.<sup>3</sup>

Os governos federal e, principalmente, de São Paulo responderam positivamente às pressões dos fazendeiros por mão-de-obra. Os governos passaram a subvencionar a vinda de imigrantes sobretudo para a lavoura de café. Entre 1888 a 1890, o governo subvencionou 63,4% do total dos imigrantes. Essa subvenção foi maior ainda de 1891 a 1900, quando o governo foi responsável pela vinda de 79,9% deles.<sup>4</sup>

Os fazendeiros queriam que o poder público lhes concedessem tratamento privilegiado. No entanto, eles sentiam falta de um canal efetivo junto ao governo central para apresentar suas reivindicações. O meio mais direto de que dispunham seria através da atuação de representantes na Câmara dos Deputados. Existiam, porém, obstáculos que impediam a aprovação de seus projetos. Os deputados paulistas não correspondiam as suas expectativas e havia, na Câmara, uma grande oposição às propostas de auxílio direto à agricultura, razão por que o governo vacilava em tomar uma posição frente às reivindicações.<sup>5</sup> Em 1885, os fazendeiros mostraram sua insatisfação com o governo monárquico elegendo vários deputados paulistas pelo Partido Republicano. “Não foi por acaso”, afirma Sandra Lima, “que as idéias republicanas encontraram fácil repercussão no Oeste Paulista”.<sup>6</sup>

A esperança dos fazendeiros de que a lavoura teria um tratamento especial do poder público aumentou com os primeiros anos da República, com a aprovação da política emissionista, que representou um grande estímulo para a expansão da oferta brasileira de café. Segundo Affonso de Taunay, uma “verdadeira febre para a plantação de café apossara-se de quantos tinham conseguido aproximar-se dos fornecedores de fundos e alcançar-lhes os favores”.<sup>7</sup>

Além dos fazendeiros de café, “viram-se quantias consideráveis entregues a pessoas que poucas, e, por vezes, muitíssimo poucas garantias podiam oferecer, indivíduos que se propunham a abrir fazendas novas ou adquirirem lavouras já formadas”.<sup>8</sup> No Estado de São Paulo, o número de novos cafeeiros plantados saltou de 114 milhões, entre 1876 e 1885, para 306 milhões, entre

---

produção e realidade brasileira. Petrópolis, Vozes, 1980.

3 O governo, através do Ministro da Agricultura, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, além de convocar os fazendeiros para discutir os problemas da lavoura cafeeira levou também as questões que eles deveriam discutir. Eisenberg, P. L. *A mentalidade...*, p. 177.

4 Villela, Annibal V. e Suzigan, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973, p. 265.

5 Lima, Sandra Lúcia Lopes. *O Oeste paulista e a República*, São Paulo, Vértice, 1986, pp. 85-88.

6 Lima, Sandra L. L. *O Oeste paulista...*, p. 91.

7 Taunay, Affonso de. *História do café no Brasil*, Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939, vol. 9, p. 131.

8 Taunay, Affonso de. *Pequena história...*, p. 257.

1886 e 1896, alcançando em apenas um ano, em 1897, 159 milhões.<sup>9</sup> Essa situação agravou ainda mais os problemas dos fazendeiros: a “febre de plantar” trouxe a superprodução e a queda dos preços do café no mercado externo.

A partir de 1896, surgiram os efeitos da “febre de plantar”. A produção brasileira de café subiu de 5,5 milhões de sacas, em 1890, para 9,9 milhões, em 1896, atingindo a quantia de 11,2 milhões de sacas em 1897.<sup>10</sup> O crescimento demasiado da produção provocou a queda dos preços no mercado externo.<sup>11</sup> Em moeda nacional, no entanto, os preços continuavam estáveis graças à baixa taxa cambial,<sup>12</sup> que encobria a queda dos preços do café no mercado externo, estimulando, com isso, o aumento da produção.

Em 1895, quando as exportações proporcionavam um alto retorno aos fazendeiros, que plantavam novos cafezais, algumas vozes anunciavam a existência de uma crise iminente de superprodução. O deputado Erico Coelho, preocupado com essa crise, apresentou ao Congresso Nacional um projeto de intervenção do Estado na economia cafeeira. Ele requereu a nomeação de uma comissão especial para que emitisse um parecer sobre o projeto de monopólio da exportação do café pela União.<sup>13</sup>

O projeto foi aceito e a comissão nomeada. Dada a importância da matéria, a comissão deliberou “constituir-se em comissão de inquérito para proceder a um estudo minucioso sobre: a produção, o comércio, as condições de transporte e as condições do mercado de café”. O deputado Serzedello Correa, presidente da comissão, definiu a finalidade dela: “conciliar os legítimos interesses do país, os reais e cardeais interesses do Tesouro Federal com o interesse não menos respeitável, não menos digno de acatamento, cuidado e escrúpulo da lavoura de nosso país”.<sup>14</sup>

O projeto de Erico Coelho foi arquivado porque não teve qualquer repercussão entre os fazendeiros, já que, naquele momento, eles obtinham uma grande margem de lucro. Não foram levadas em conta preocupações de algumas vozes, dentre elas a do Presidente da República, Prudente de Morais, e a do governador de São Paulo, Bernardino de Campos, que alertavam para as consequências da enorme expansão cafeeira.<sup>15</sup>

9 Cano, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, São Paulo, Difel, 1977, p. 41. Ver também dados da Tabela 2.

10 Conforme dados da Tabela 1.

11 Como pode-se observar nas Tabelas 1 e 4.

12 Ver efeito da queda da taxa cambial sobre os preços na Tabela 4.

13 *Documentos Parlamentares, Política econômica: valorização do café*, Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1915, vol. 1, p. 9. Esta publicação aparecerá, nas próximas referências, com a denominação Doc. Parl., Valorização...

14 *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1, p. 9. Ver também Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol 9, pp. 136-137. Provavelmente não tiveram andamento os trabalhos da comissão, pois não há mais nenhum registro nos Anais da Câmara Federal sobre a sua atuação.

15 Na mensagem presidencial de 3 de maio de 1895, Prudente de Morais fez referências à enorme expansão da cultura cafeeira. *Documentos Parlamentares: mensagens presidenciais*, Rio de Janeiro, Tipografia Progresso, 1912. Os governadores dos cinco Estados produtores de café realizaram uma reunião em Petrópolis, Rio de Janeiro, e decidiram firmar um convênio para organização de propaganda na Europa,

## 2. As propostas dos cafeicultores para a crise cafeeira

Após 1898, os fazendeiros passaram a sentir os efeitos da valorização cambial sobre os preços do café, gerados pela política ortodoxa do governo para sanear as finanças públicas. Os fazendeiros de café, insatisfeitos com a redução dos preços do café e dos lucros, iniciaram uma intensa campanha pela valorização do café. Eles mobilizaram o poder legislativo, a imprensa e os congressos agrícolas, criaram associações de classe e divulgaram publicações, como livros e panfletos, para convencer a sociedade da necessidade de uma intervenção do poder público na solução da crise que atingia a lavoura cafeeira.

Nesse processo de mobilização, os cafeicultores apresentaram várias propostas para a solução da crise cafeeira. Essas propostas foram apresentadas à sociedade num contexto em que predominava a ideologia liberal, o que provocou conflitos políticos e ideológicos entre as várias frações da classe dominante. Como forma de delinear as ideologias que permeavam os discursos e as reivindicações dos cafeicultores, as propostas apresentadas no período de 1895 a 1906 foram classificadas a partir dos aspectos econômicos, políticos e ideológicos.

Os projetos dos cafeicultores podem ser classificados em três tendências: 1) defesa da intervenção indireta do Estado no setor, através de medidas corretivas, com vistas ao equilíbrio do mercado; 2) defesa da intervenção direta do Estado no setor cafeeiro, tornando-o responsável pelo monopólio de exportação do café; e 3) defesa da não-intervenção do Estado, ou seja, a solução dos problemas via leis de mercado.

### 2.1. Intervenção indireta do Estado

Entre 1896 e 1906, surgiram vários projetos cujo objetivo principal consistia na solução da crise da economia cafeeira através da intervenção indireta do Estado. Dentre as principais propostas destacavam-se: 1) cobrança de impostos sobre novas plantações, como forma de conter a “febre de plantar”; 2) garantia de financiamentos diretos ou através do sistema bancário para a lavoura; 3) empenho do governo no sentido de estimular o consumo no exterior, principalmente através da propaganda do café; e 4) necessidade de estabelecer o controle dos estoques de café.

Ao detectarem que uma das causas da queda dos preços do café encontrava-se no plantio de novos cafezais, alguns fazendeiros afirmavam que somente o Estado, através da cobrança de impostos, poderia impedir tal prática. Segundo Elisa Pereira Reis, “era difícil para uma associação privada de produtores de café autolimitar sua produção, já que nenhum cartel teria meios de impedir que não-membros se beneficiassem de seu esforço. Apenas a autoridade pública tinha o poder para coibir novas plantações”.<sup>16</sup>

---

Ásia e Estados Unidos. Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 9, pp. 132, 151 e 161.

16 Reis, Elisa Pereira. “Interesses agroexportadores e construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930”, in Sorj, Bernardo et alii. *Economia e movimentos sociais na América Latina*, São Paulo, Brasiliense, 1985, pp. 197- 198.



Em 1898, Orozimbo do Amaral, um lavrador de café, defendeu num Congresso de cafeicultores a adoção de um imposto de mil réis por cafeeiro novo.<sup>17</sup> Em 1900, Vicente de Carvalho, lavrador de café, defendia e ampliava a mesma proposta, sugerindo a cobrança de vinte por cento sobre o café exportado e a utilização desses recursos para compra e queima dos cafés de baixa qualidade.<sup>18</sup> Para ele, “em princípio, era absurdo econômico produzir para destruir”, porém “era absurdo econômico produzir com esforço, para daí não advir lucro algum”.<sup>19</sup> Em 1901, Vicente de Carvalho encaminhou ao Congresso do Estado de São Paulo uma representação em nome “de uma parte considerável da lavoura e da maioria do comércio comissário”, para que o legislativo aprovasse o imposto e a destruição do café.<sup>20</sup>

No Congresso Nacional, surgiram várias propostas solicitando ao executivo a concessão de créditos para a lavoura cafeeira, que, a partir de 1896, tornaram-se escassos. Na verdade, essas reivindicações refletem a mudança do sistema de comercialização do café. Roberto Perosa afirma que “na ausência de um sistema bancário, público ou privado, ligado diretamente à produção, o comerciante chamava a si o papel fundamental de suprir o crédito necessário”.<sup>21</sup> Esses comerciantes, conhecidos por comissários, intermediavam o comércio do café entre os fazendeiros e os exportadores. Eram também considerados os banqueiros dos lavradores, já que obtinham empréstimos pessoais aos bancos e os repassavam aos fazendeiros.<sup>22</sup>

Com a expansão da lavoura cafeeira, no entanto, esse sistema de financiamento tornou-se ineficiente porque “a pressão por novos investimentos eleva-se a tal ponto que torna impossível às firmas comissárias o fornecimento adequado de crédito”.<sup>23</sup> No entanto, o fator decisivo para o

17 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 9, p. 517.

18 Essa proposta de queima do café de Vicente de Carvalho foi considerada absurda pelos cafeicultores, naquele momento. No entanto, essa proposta foi posta em execução por Getúlio Vargas devido à crise que afetou a lavoura de 1929 a 1933.

19 Taunay, Affonso de. *História do café...*, pp. 358.

20 Carvalho, Vicente de. *Solução da crise do café*, São Paulo, Livraria Civilização, 1901, p. 72. Contraditoriamente, o primeiro signatário da referida representação foi o conselheiro Antônio Prado, que tornou-se conhecido por defender a solução da crise via mercado.

21 Perosa, Roberto. “Comércio e financiamento na lavoura de café de São Paulo no início do século”. in *Revista de Administração de Empresas*, jan./mar. 1980, p. 64.

22 Para Roberto Perosa, os comissários não auferiam lucros no repasse dos empréstimos, mas utilizavam esse mecanismo como uma forma de assegurar para si a colheita do fazendeiro, cuja comercialização lhe proporcionava os lucros da sua atividade, ou seja, 3% do valor da venda de café. Ele estudou também as razões que levaram os bancos a fornecerem empréstimos apenas ao comissário e não diretamente ao fazendeiro. O crédito, diz ele, era basicamente constituído de empréstimos pessoais, onde o conhecimento e as relações pessoais assumiam relevância na concessão do financiamento. Perosa mostra que a principal razão que permitia o acesso dos comissários ao financiamento bancário residia na própria natureza da empresa do café. “Era na esfera da comercialização onde se faziam os negócios relevantes, sendo o café uma das mercadorias de maior valor no comércio internacional. E era no comércio, onde eram acumuladas as fortunas e prosperavam as fortunas e prosperavam as empresas.” Perosa afirma ainda que enquanto o comércio dos comissários situava-se na praça de Santos, próximo aos bancos, os fazendeiros tinham pouca oportunidade de manter qualquer relacionamento com os bancos, pois residiam em regiões distantes do centro comercial. Perosa, Roberto. *Comércio e financiamento...*, p. 65.

23 Perosa, Roberto. *Comércio e financiamento...*, p. 69.

colapso do sistema de financiamento aos comissários decorreu da mudança da forma de comercialização do café: os exportadores passaram a controlar as atividades antes exercidas pelos comissários, comercializando diretamente com os fazendeiros, o que implicou na diminuição do poder dos comissários junto aos fazendeiros e aos Bancos.

O colapso do sistema de financiamento aos comissários não foi sentido imediatamente pelos fazendeiros, uma vez que os lucros elevados cobriam as despesas de custeio e os reinvestimentos em novos cafezais. Nesse momento, de alto retorno do capital, quando não dependem tanto dos comissários, os fazendeiros também não percebem a ampliação do controle do comércio pelos exportadores. Após 1896, as casas exportadoras passaram a operar diretamente com os fazendeiros; “ao contornar os intermediários, procuravam dessa forma alargar sua margem de lucro e evitar que as casas comissárias manipulassem a oferta objetivando fechar negócios com cotação elevada”.<sup>24</sup>

Com a queda dos preços do café e a escassez de créditos para a lavoura após 1896, os fazendeiros pleitearam do poder público recursos financeiros para a lavoura. Em 1901, Rivadavia da Cunha Correa, deputado pelo Rio Grande do Sul, apresentou um projeto que autorizava o poder executivo a despender recursos para auxílios à lavoura. O projeto previa que a medida deveria durar por um período de cinco anos e que os contratantes se obrigariam a um serviço de propaganda do produto no exterior.<sup>25</sup> Um outro projeto apresentado no Congresso autorizava o poder executivo a garantir juros mais elevados para os bancos que operassem em benefício das lavouras de café e de cana-de-açúcar.<sup>26</sup>

Em 27 de setembro de 1902, o deputado Alfredo Ellis fez no Congresso Nacional um discurso com o qual pretendia sensibilizar a sociedade para a necessidade de recursos públicos para a lavoura cafeeira. Dizia ele que:

*a principal razão da baixa, causa única da gravíssima crise econômica que está nos reduzindo a um país de mendigos, é a falta de recursos, é a escassez de dinheiro e de crédito para a defesa de nossa exportação. (...) o nosso organismo está enfermo porque a lavoura sofre.*

*O seu deperecimento reflete-se sobre todas as classes sem exceção; a pobreza, a sua miséria sobre toda a nação. (...) o que me apavora na situação atual é o indiferentismo com que os poderes públicos, principalmente o poder legislativo, ao qual cabe a iniciativa das medidas capazes de remediar à crise encaram este problema, de cuja solução dependem a riqueza pública e particular.*<sup>27</sup>

24 Tannuri, Luiz Antonio. *O Encilhamento*. São Paulo, Hucitec; Campinas, Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP. 1981, p. 110.

25 *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1, pp. 63-64.

26 *Doc. Parl., Valorização...*, vol 1, p. 83. Esse projeto foi assinado pelos deputados paulistas Alfredo Ellis, Paulino Carlos, Gustavo de Godoy, Moreira da Silva e Rebouças de Carvalho.

27 *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1, pp. 81 e 84-85.



As propostas de concessão de créditos para a lavoura estavam intimamente relacionadas aos fazendeiros que “tudo o que necessitavam eram recursos financeiros para reter parte da produção fora do mercado, isto é, para contrair artificialmente a oferta”.<sup>28</sup> Para Roberto Perosa, “a intervenção do Estado adquire o estatuto de salvação da lavoura, no sentido literal da expressão, principalmente para os fazendeiros e demais proprietários do capital da época”.<sup>29</sup>

Havia também um grande número de propostas para que o Estado adotasse medidas para a elevação do consumo no exterior. Era consenso entre os cafeicultores de que a crise da lavoura poderia ser solucionada através da ampliação do consumo e, para isso, tornava-se necessário a realização de uma intensa propaganda no exterior.<sup>30</sup> A idéia de que o governo deveria organizar a propaganda do café estava presente em quase todos os projetos, e era defendida até mesmo pelos não-intervencionistas.

Em 1897, Chagas, Drupat & Companhia e Francisco Ribeiro Guimarães pedem uma subvenção anual, durante vinte e cinco anos, em favor de uma companhia que organizasse a propaganda do café no exterior.<sup>31</sup> No Congresso dos Lavradores de Minas Gerais, em 1903, discutiu-se a problemática do café e das diversas tendências sobreviveu a proposta de não-intervenção do Estado. No entanto, o Congresso votou uma proposta solicitando subsídio ao governo para fins de propaganda do café no exterior.<sup>32</sup>

O deputado Francisco Malta também defendeu a intervenção do Estado na divulgação do café no exterior como forma de aumentar e criar mercados para o seu consumo. Na sessão de 3 de novembro de 1903, ele apresentou um projeto que previa o aumento do consumo do café através da concessão de prêmios anuais para indivíduo, sociedade ou empresa que fundassem estabelecimentos de torrefação e venda de café em quaisquer das principais cidades do mundo, escolhidas a critério do governo. Defendia ainda o projeto que “no domínio da política econômica, que hoje substitui, em toda a parte, a política pura, a primeira função é defender o produtor”. E isso porque “a política que serve o produtor é a única que faz obra fecunda, acumula riquezas, assegura o futuro, defende a integridade e a independência da Pátria”.<sup>33</sup>

Pulularam projetos sobre a divulgação do café no exterior, como o de Camillo Cresta e J. B. Raschiero, apresentado ao governo do Estado de São Paulo, em 1905. Propunham a fundação de um jornal em Paris, Roma, Viena, Madrid, Bruxelas, Berlim e Genebra, com os mais variados

28 Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*, São Paulo, Ed. Nacional, 1971, p. 178.

29 Perosa, Roberto. *Comércio e financiamento...*, p. 71.

30 Antonio Ribeiro forneceu alguns depoimentos, publicados pelo Diário Popular, em que declarou que viveu nos Estados Unidos da América durante quatro anos e que não encontrou lá nenhuma propaganda de café brasileiro, ao contrário, ele afirma que existia naquele país um total desconhecimento sobre as qualidades do café brasileiro. Ribeiro, Antonio. *A Valorização do café sob o ponto de vista prático*, [Maranhão], [1906], pp. 1-3.

31 *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1, p. 11. A Câmara indeferiu o pedido de subvenção.

32 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 9, p. 459.

33 *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1, p. 192.

assuntos, mas “absolutamente neutro em política”, com o objetivo de divulgar o café brasileiro. O leitor, na compra de um exemplar do jornal, receberia um vale com direito a um café brasileiro. Previam-se para isso a construção de *Bars Brésil* nessas cidades onde o leitor do jornal tomaria o café ou receberia grãos de café.<sup>34</sup>

Em 1903, surgiu um outro projeto de valorização do café defendido por Alexandre Siciliano, com grande repercussão e muitas adesões entre os cafeicultores. Siciliano partiu da premissa de que o Brasil desfrutava de uma posição privilegiada no mercado produtor mundial e, portanto, em condições favoráveis de controlar o mercado e determinar os preços. A solução da crise, de acordo com ele, viria com a retirada do excesso do café disponível no mercado, pelo tempo que fosse necessário, como forma de valorizar o café exportado. Defendia que essa retirada do excesso de café fosse feita pela ação conjunta do Estado e do setor privado, mediante um contrato prévio entre o governo e um sindicato de capitalistas que se compromettesse a conduzir o processo de valorização do café.

Siciliano explicitou as bases desse contrato, segundo o qual caberia ao governo: 1) estabelecer limites da quantidade de café a ser exportada — uma média de 12 milhões de sacas anualmente; 2) pagar ao sindicato uma comissão sobre todo o café exportado, pressupondo um novo imposto para o café exportado e a manutenção do imposto proibitivo sobre novas plantações; 3) comprar do sindicato, por preço previamente acertado, todo o café em seu poder, mediante um contrato de seis anos, prorrogáveis ou não. Ao sindicato caberia exercer o monopólio da compra, da exportação e do armazenamento do excedente do café, em quantidade e a preço definidos em contrato. Também caberia ao sindicato conseguir fundos para a compra do café, pagando ao produtor um preço previsto em contrato.<sup>35</sup>

Ao propor a criação de um sindicato administrado pela esfera privada em colaboração com o governo federal, Siciliano rompia com uma tendência ao radicalismo verificada entre os intervencionistas e os liberais. Seu projeto teve uma grande repercussão devido ao apoio manifestado tanto pelos defensores do intervencionismo como pelos liberais que não aceitavam a idéia do monopólio do café por parte do Estado. O fato de não estar diretamente ligado à atividade cafeeira — ele era diretor-gerente da Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo — pode explicar a tentativa de conciliação dos vários interesses que estavam em jogo naquele momento.

O projeto de Siciliano gerou muitos debates, principalmente os promovidos pela Sociedade Paulista de Agricultura, Comércio e Indústria. Augusto C. da Silva Telles destacou-se como defensor do projeto, porque “exclui toda e qualquer feição de um monopólio”.<sup>36</sup> As discussões

34 Cresta, Camillo e Raschiero, J. B. *Valorização do café: plano de propaganda*, São Paulo. Duprat & Comp., 1906.

35 Siciliano, Alexandre. *Valorização do café*. São Paulo. Duprat & C.. 1903. Ver também Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 10, pp. 58-81. Convém observar que Affonso de Taunay data a divulgação do projeto de Siciliano em 1905; provavelmente trata-se ou de um erro do autor ou de uma análise a partir de uma nova divulgação do projeto, na data em questão.

36 Em artigo publicado pela Revista Agrícola, in Siciliano, Alexandre. *Valorização do café...*, p. 33.

sobre o projeto Siciliano foram retomadas no momento da implementação do Convênio de Taubaté. O projeto não serviu de base para a idealização do Convênio, mas norteou a sua execução, uma vez que limitou a ação do Estado, contrariando o pressuposto básico do Convênio.<sup>37</sup>

## 2.2. Intervenção direta do Estado

Entre 1895 e 1906, os fazendeiros subscreveram vários projetos reivindicando uma intervenção direta do Estado na economia cafeeira. A grande maioria deles defendia a necessidade de que o monopólio da comercialização do café, nas mãos dos exportadores, deveria ser assumido pelo poder público. O primeiro projeto de intervenção direta do Estado, do deputado federal Erico Coelho, já analisado, não teve grande repercussão, pois foi apresentado num momento de euforia entre os fazendeiros. No entanto, com a queda do lucro, a partir de 1898, quando os preços do café atingiram níveis baixíssimos, não faltaram projetos exigindo a intervenção direta do Estado na crise cafeeira.

Em 1898, o JORNAL DO COMÉRCIO publicou um artigo assinado com o pseudônimo de Mercator, em que este defende uma proposta de destruição do excesso de produção de café, ou seja, do estoque do grão. Para ele, a superprodução provocava redução dos preços e a única forma de restabelecer o equilíbrio entre a oferta e a procura era a destruição do excedente, já que o Brasil não possuía mecanismos para influir no consumo. A medida exigiria o aumento da taxaço do café correspondente a 20%. Essa taxaço seria compensada desde que houvesse a garantia, em forma de lei, de que o excesso de café seria destruído. Mercator justificava sua proposta com base em experiências na Grécia e nos Estados Unidos. Ele diz que, na Grécia, os cultivadores destruíram parte do excesso da colheita de passas e, nos Estados Unidos, só não colocaram em prática tal proposta “por não se sentirem os árbitros do mercado mundial do algodão, como o Brasil o era incontestavelmente a respeito do café”.<sup>38</sup>

A pressão dos parlamentares representantes dos fazendeiros não se limitava aos discursos e às propostas apresentadas. Eles utilizavam também a imprensa do Congresso para divulgação de artigos de jornais em defesa do café. Em abril de 1899, o deputado Cassiano do Nascimento requereu a publicação no Diário do Congresso de dois artigos do JORNAL DO COMÉRCIO, de autoria de Joaquim Franco de Lacerda, em que este reivindicava a necessidade do estabelecimento de “uma organização comercial que metodize as entregas para o consumo e sustente os estoques disponíveis”. Segundo Lacerda, ao Governo da União e aos dos Estados cafeeiros caberia estudar seriamente as finanças públicas e “procurar na valorização dos preços do café nos mercados consumidores o remédio para a solução da crise que ameaça tudo desmoronar no nosso país”.<sup>39</sup>

37 A análise do Convênio de Taubaté e a execução do projeto Siciliano estão no capítulo 3.

38 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 9, pp. 257-261. Taunay considera Mercator o precursor de idéias que seriam aplicadas no Brasil, ou seja, de aplicação de métodos e princípios da economia dirigida, que se tornariam correntes em todo o Globo.

39 *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1, pp. 20-21.

No Congresso agrícola de Juiz de Fora, em outubro de 1899, os fazendeiros propunham uma reorganização do comércio de café com a venda em leilão público nos portos de embarque, a preços mínimos fixados oficialmente, e o estabelecimento imediato de centros de propaganda do café nos países consumidores. Além dessas medidas, sugeriam a fundação de bancos regionais destinado ao custeio das lavouras e à redução dos fretes nas ferrovias.<sup>40</sup>

O deputado paulista Alfredo Ellis em discurso na Câmara Federal, em outubro de 1899, conclamava a nação a reverter a crise da lavoura de café cuja “situação (...) é tão precária, é tão crítica que reclama a atenção esclarecida e os cuidados de todos os patriotas para melhorá-la”. Ellis identifica uma única solução para os problemas financeiros do país: valorizar o café. Segundo ele, a desvalorização do café era responsável pela baixa do câmbio e pelo empobrecimento de todos os brasileiros.<sup>41</sup>

O deputado Alfredo Ellis criticava os que viam no excesso de produção a causa da baixa dos preços do café no mercado interno, argumentando que no varejo, nos mercados da Europa e dos Estados Unidos, os preços continuavam altos e fora do alcance das classes pobres. Ele argumentou que os exportadores alegavam que a queda dos preços decorria do excesso da produção, mas continuavam comprando para revendê-lo com lucro.

Segundo Ellis, a causa da crise da lavoura cafeeira não estava no aumento da produção, mas “o principal fator da baixa era a especulação”. Esse diagnóstico de Ellis mostrava certamente que existiam interesses conflitantes no interior do bloco cafeeiro. Ele acreditava que os exportadores eram os responsáveis pela situação de miséria dos fazendeiros, como percebe-se no seu discurso na Câmara Federal.

*Antigamente os exportadores de café, os representantes dos trusts e sindicatos contentavam-se em mugir a vaca, dando-lhe, entretanto, o suficiente para não morrer de fome. Hoje não exigem só o leite, querem o bife também, pouco se importando que a vaca pereça.*

*Em suma, Sr. Presidente, o lavrador engorda a rês durante um ano, mata-a e pendura para a divisão. Chega o colono e leva a metade ou mais, vem a estrada de ferro e arrecada para si um dos quartos e chega afinal o fisco e leva o resto. O comissário tira o couro.*

*De braços cruzados o lavrador assiste à razzia, sem poder tugir nem mugir, e verifica que lhe deixaram afinal os chifres, provavelmente para palitar os dentes e a cauda para divertir-se enxotando os usurários que, como moscas famintas, esvoaçavam sobre os restos mesquinhos da carniça.*<sup>42</sup>

---

40 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 9, p. 279.

41 *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1, pp. 36-37.

42 *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1, p. 38.

Evidentemente a situação dos lavradores não era tão catastrófica como dramatiza o deputado Alfredo Ellis, haja vista o crescimento constante da produção e do plantio de novos cafezais verificados naquele período. No entanto, o seu discurso é importante para sinalizar as disputas no interior da classe dominante, os conflitos com os colonos e a revolta contra os altos impostos, assim como a visão dos fazendeiros sobre a grave crise da lavoura na virada do século.

Alfredo Ellis expôs as medidas que considerava necessárias para “evitar o naufrágio da lavoura e a ruína do país”, que só poderiam ser, segundo ele, implantadas pelo poder público. Ele reclamava recursos para subsidiar o produtor face ao custeio da lavoura, à revisão das tarifas de estradas de ferro, à modificação do sistema tributário e à organização de sociedades cooperativas com a finalidade de promover a venda do café no Brasil e no exterior. Para Ellis, o governo deveria promover acordo com a França e a Itália para redução das tarifas alfandegárias, consideradas proibitivas à importação de café brasileiro e a criação de fábricas de torrefação no exterior para valorização e divulgação do café de qualidade superior. Com isso, ele submete à apreciação da Câmara Federal um projeto que autorizava o Governo Federal a despender recursos para premiar associações nacionais que montassem, nas principais cidades da Europa e dos Estados Unidos, instalações para torrefação e venda do café.

Em 1901, foram apresentados na Câmara Federal dois projetos reivindicando a intervenção direta do Estado. O deputado Joaquim Pires, em sessão de 18 de outubro, propôs que as exportações fossem feitas exclusivamente por intermédio do Governo Federal, que adotaria uma taxa fixa anual para a venda do café. Mediante proposta do Governo, essa taxa deveria ser votada uma vez por ano. O projeto previa ainda a classificação da qualidade do café por uma comissão nomeada pelo governo, privilegiando para exportação os cafés de tipo sete ou superior, ou seja, cafés de boa qualidade.<sup>43</sup> Na sessão de 13 de novembro, o deputado Fausto Cardoso apresentou um projeto que outorgava ao Governo Federal o direito exclusivo de comprar no país e vender no exterior todo o café e toda a borracha produzidos aqui, bem como transferir esse monopólio a uma empresa privada, desde que subordinada às regulamentações legais estabelecidas pelo governo.<sup>44</sup>

Em fevereiro de 1901, o Centro Comercial do Rio de Janeiro enviou uma solicitação ao Presidente da República, apelando para o “indiscutível patriotismo do chefe da nação”, contra aquilo que considerava “manobras da especulação baixista estrangeira”: a imediata decretação do monopólio do café nos portos nacionais, a partir da criação de uma Bolsa de Café, subordinada e dependente do Ministério da Fazenda. O Centro Comercial justifica o apelo direto ao Presidente, alegando que “as condições atuais da lavoura e comércio do café (...) não comportam (...) **a delonga que naturalmente haverá, se o governo, para esse fim, aguardar a reunião do Congresso**”.<sup>45</sup>

43 *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1, pp. 64-66. Ver também Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 9, p. 378.

44 *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1, pp. 66-69. Ver também Affonso Taunay, *História do café...*, vol. 9, pp. 379-380.

45 A íntegra da solicitação foi publicada por Peixoto, Rodrigues. *A Crise do café e sua solução pelo*



Como essa, várias reivindicações foram feitas diretamente ao poder executivo, uma vez que seus autores apostavam na probabilidade de aprovação no Congresso de mensagens enviadas pelo poder executivo.

Em 1903, Rodrigues Peixoto defendeu, através da imprensa, a proposta do Centro Comercial do Rio de Janeiro, mencionada no parágrafo anterior. Para ele, a única forma de combater os *trusts* americanos e europeus, que controlavam o comércio do café e eram responsáveis pela grave situação da lavoura, seria através de um outro monopólio executado pelo Estado brasileiro. “Combateemos o monopólio em tese, mas queremos-lo para o Brasil, com relação ao café, porque é o único meio de salvar a lavoura e as nossas finanças”, defendia Rodrigues que deixava também transparecer o nacionalismo que caracterizou a campanha dos fazendeiros de café pela intervenção do Estado.

*O remédio para arrancar a lavoura da situação de opressão em que se vê é o monopólio do café por intermédio do governo, ou de bancos, ou de sindicatos, ou de bolsas de comércio de café criados sob os seus auspícios que, adquirindo toda a colheita nacional, só a possam lançar no mercado quando o exijam as necessidades do consumo.*

*Aos trusts estrangeiros oponhamos o trust nacional, com um capital de resistência capaz de desconcertar todas as manobras que possam ser empregadas para contrastar os nossos planos.*<sup>46</sup>

No início de 1903, realizou-se um congresso de lavradores em São Paulo para analisar vários planos de solução para os problemas que atingiam a lavoura cafeeira. Dentre as várias propostas defendidas nesse evento, houve até mesmo algumas que refletiam o desespero de alguns lavradores, que propunham a alienação de parte do território brasileiro à Inglaterra com o objetivo de socorrer a lavoura do café.<sup>47</sup>

Nesse Congresso foi eleita uma comissão de dez membros para estudar os planos e selecionar propostas a serem reivindicadas, que ao final resumiram-se em: 1) ao governo do Estado de São Paulo caberia: a) garantir um empréstimo para a lavoura através de Bancos que melhores vantagens oferecessem por um prazo de três anos; b) redução de 30% nas tarifas das estradas de ferro; c) combater os impostos interestaduais; d) reduzir o frete para estimular o comércio interno do café, pois tinham notícias de que os estados do norte do Brasil eram, freqüentemente, supridos de café pelos Estados Unidos; e 2) ao governo federal caberia: a) emitir uma determinada quantia de papel-moeda, por meio do Tesouro ou de um banco, a título de empréstimo aos Estados cafeeiros, destinado exclusivamente à indenização dos cafés de baixa qualidade, que seriam eliminados, e à

---

monopólio oficial, São Paulo, Duprat & Comp., 1903, pp. 5-6. Grifos no texto original.

46 Peixoto, Rodrigues. *A Crise do café e sua solução pelo monopólio oficial*, São Paulo, Duprat & Comp., 1903, pp. 11 e 30.

47 Taunay, Affonso de. *História do café*..., vol. 9, p. 473.



criação de estabelecimentos de crédito agrícola; b) promover junto aos governos de outros países, gestões para reprimir a falsificação do café brasileiro e a redução dos impostos para o café.<sup>48</sup>

Em sessão do Senado Federal, no dia 1º de julho de 1903, o senador paulista Alfredo Ellis expôs as medidas que julgava necessárias para contornar a crise da economia cafeeira. O projeto suscitou um debate intenso durante várias sessões dos meses de julho e de agosto, com reações favoráveis e desfavoráveis à medida proposta, principalmente entre os membros da Comissão de Finanças, encarregada de emitir parecer sobre a viabilidade do projeto. Eram os termos da mensagem:

*O Congresso Nacional decreta:*

*Art. 1º Fica o Governo autorizado a promover, de acordo com os Estados produtores, com capitais nacionais ou estrangeiros, os meios de defender e valorizar o café;*

*Art. 2º Fica o Governo autorizado a fazer as operações de crédito necessárias para a execução da presente lei;*

*Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.*<sup>49</sup>

Na sessão de 7 de agosto, a Comissão de Finanças e a Comissão de Comércio, Agricultura, Indústria e Artes do Senado expuseram seus pareceres. A Comissão de Finanças foi contra porque, nos termos do relator Ramiro Barcellos, deputado do Rio Grande do Sul,

*(...) nunca se animaria a Comissão de Finanças a aconselhar a abertura de um crédito ilimitado, destinado a operações desconhecidas, cujas bases são ignoradas e o projeto não especifica senão dois termos vagos — defender e valorizar.*

*Diante dos avultados capitais manejados no comércio do café, ninguém pode precisar até onde poderiam ir os sacrifícios exigidos ao Tesouro Federal, envolvido em uma guerra comercial, cujo fim é aumentar ficticiamente os preços da procura de uma mercadoria que, por ser produzida em excesso, dá naturalmente lugar às especulações para a baixa.*

*Pondera ainda a Comissão que o processo adotado pelo projeto de transformar o Tesouro Federal em amparo direto das indústrias que sofrem pelo excesso ou não de produção e em valorização de mercadorias, cujos preços entram em decadência, constitui uma inovação perigosa.*

*Convém ainda, acrescentar que, igual ou pior decadência de valor mercantil afeta atualmente todos os outros produtos da lavoura*

48 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 9, pp. 474-477.

49 *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1, p. 102.

*nacional, sendo de justiça e eqüidade que para todas se encarregasse o Tesouro de buscar defesa e valorização.*<sup>50</sup>

O parecer da Comissão de Finanças era importante, enquanto representava a opinião de outros setores da economia que também passavam por dificuldades. Outro aspecto relevante era a resistência em adotar um procedimento econômico supostamente inovador, ou seja, a interferência do Estado na economia, traduzida na expressão “inovação perigosa”.

A Comissão de Comércio, Agricultura, Indústria e Artes por sua vez não concordou com a rejeição ao projeto de Ellis. Ela argumentou que a lavoura cafeeira atravessava uma crise profunda com a queda constante dos preços nos mercados de consumo e, por isso, encaminhou parecer favorável à apreciação da matéria em sessão plenária:

*Em presença desse fato econômico perfeitamente caracterizado, afetando de uma modo iniludível as rendas da União e a dos particulares, perturbando a circulação do comércio da República, interna e externamente, pois que se trata do produto base da exportação nacional e sobre que se apoia secularmente toda a circulação da riqueza do Brasil, é politicamente justificável a intervenção da legislatura no sentido de decretar meios financeiros em auxílio da lavoura? Pensa a Comissão que sim.*<sup>51</sup>

Na sessão de 11 de agosto, o deputado Alfredo Ellis discursou em defesa do projeto que apresentou, refutando as críticas da Comissão de Finanças, ainda que reconheça algumas falhas no seu projeto apontadas pela Comissão. As críticas eram naturais, argumentava, porque, primeiro, o projeto era amplo e conferia ao executivo poderes ilimitados para debelar a crise do café, segundo, o assunto era desconhecido no Senado. “Pela primeira vez a lavoura de café batia às portas do Poder Legislativo pedindo auxílio e remédio a seus males”.

Ellis colocava-se como patrono daquele que foi “rei outrora, hoje mendigo”. Utilizava-se da eloquência e da emoção, com o objetivo de sensibilizar outros parlamentares para votar a favor da intervenção direta do Estado na defesa dos interesses do café, como neste discurso na Câmara Federal.

*Sr. Presidente, dir-se-á que, levantando a voz neste recinto, pretendo avolumar as queixas e recriminações da lavoura, importunando os altos poderes da Nação; dir-se-á também que advogo os interesses do Estado de São Paulo. É verdade que o Estado que represento é o mais interessado na solução do problema, por ser o principal produtor de café do mundo. É verdade que para realizar essa estupenda riqueza aplicou, além de assombrosa energia, todas as suas sobras e a maior parte de suas rendas.*

50 Doc. Parl., Valorização..., vol. 1, pp. 102-103.

51 Doc. Parl., Valorização..., vol. 1, p. 104.

*Mas, pergunto eu aos honrados representantes da Nação, a riqueza paulista não é nacional, não é também brasileira? (...) Em relação ao café (...) há necessidade de remédios especiais, porque é também um produto especial. O Brasil é o país do café, porque é o seu principal, quase único, produto de exportação. É o nosso ouro; é com essa moeda que pagamos o que importamos. (...) Sr. Presidente, em relação ao café só perdem três agentes, todos os demais ganham.*

*Seja dito de passagem que, com a redução de salários, determinada pela força das circunstâncias, o colono, agora, principiou a sofrer as consequências da crise. Até há pouco, porém, nada sofria.*

*O trabalhador, o carreiro, o carroceiro, o comissário e os acionistas de estradas de ferro, todos (...) empregados na cultura, transporte ou no comércio do café ganham o mesmo que outrora. Todos tiram resultado do seu trabalho — menos o produtor, o Estado e a Nação.*

*(...) o produtor vê desaparecer, destinados a esses pagamentos [de impostos], de 44 a 45% do valor de sua mercadoria. Os 50 ou 55%, que lhe deixam, tem forçosamente de entregar aos seus trabalhadores — colonos e empregados.*

*Ficam-lhe, o perfume do café e o prazer de ver o produto, que tanto trabalho, sobressalto, vigilância e angústias lhe custou, nas sacas destinadas ao mercado. Nada mais lhe resta.*<sup>52</sup>

Ellis atribui a situação de penúria do lavrador à ganância dos exportadores. Em âmbito nacional, reivindica soluções do governo federal para os problemas do café. Enfatiza a forma de intervenção dizendo: “eu não pedi auxílios diretos à lavoura, nem pretendo que o Governo Federal intervenha no sentido de salvar o lavrador. Entendo, porém, que deve, franca e positivamente, intervir, para evitar a desmoralização dos preços do café, porque, fazendo-o, valoriza a nossa moeda”. Com essa desvalorização “o produtor arruína-se em primeiro lugar, o Estado mais tarde e afinal a própria União”.<sup>53</sup>

Na sessão de 28 de agosto de 1903, o deputado paulista Antonio Cândido Rodrigues submete à Câmara Federal um projeto que, “traduz o pensamento geral dos representantes nesta casa dos Estados produtores de café”. Para ele, “a lavoura cafeeira necessita ser protegida e amparada na temerosa crise que há sete anos vem atravessando de um modo cruel”. Após fazer um diagnóstico das causas da crise,<sup>54</sup> Cândido Rodrigues afirma que “a lavoura do café (...) viu-se desparelhada

52 *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1, pp. 105- 111.

53 *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1, pp. 112 e 115.

54 Para Cândido Rodrigues, a crise tem origens distintas: a substituição do trabalho escravo pelo livre, o cumprimento do *funding-loan* e a especulação de alguns exportadores que monopolizavam o café. *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1, p. 131.

para resistir à crise porque não tinha ao seu lado o instrumento do crédito, faltava-lhe o amparo dos poderes públicos”. Defende a necessidade de se procurar um meio qualquer, “mesmo artificial”, para amparar a lavoura do café.<sup>55</sup>

O projeto de Cândido Rodrigues trazia a assinatura de trinta e seis deputados e autorizava o governo “a promover a valorização do café e o equilíbrio entre a oferta e a procura desse gênero”.<sup>56</sup> Não explicita, no entanto, como o governo deve promover a valorização do café. Ele prevê que o governo deveria, de acordo com os Estados produtores de café, auxiliar sindicatos agrícolas ou empresas comerciais idôneas que tenham por fim regular o comércio do café, garantindo-lhe um preço mínimo. Deveria ainda fazer ativa e constante propaganda do café dentro e fora do país, através de garantias de juros, subvenções, porcentagens, aumento, redução ou isenção de impostos.<sup>57</sup>

Ainda em 1903, aproveitando os incessantes debates que o projeto de valorização provocou na Câmara Federal, o deputado fluminense Henrique Borges Monteiro propôs a ampliação da valorização para todos os produtos agrícolas do país.<sup>58</sup> Affonso de Taunay, comentando esse projeto, diz que: se, por um lado, era simpático aos agricultores das outras culturas, por outro, dificultava, se não inutilizava, a ação do governo em relação à crise do café, como propunha Cândido Rodrigues.<sup>59</sup>

Na sessão de 23 de dezembro de 1903, o projeto de Cândido Rodrigues recebeu parecer favorável da Comissão de Finanças,<sup>60</sup> porém estabelecia limites aos amplos poderes que Cândido Rodrigues queria do Estado. A Comissão sintetizou seu ponto de vista.

*Que o Governo não organize, para diretamente explorar, no interesse do Tesouro com sacrifício dos Estados, empresas ou sindicatos agrícolas ou industriais, que não se envolva em especulações mercantis, arriscando os capitais da Nação em fins para que se os não arrecadou e repugnantes à função do Estado, que a proteção dispensada a uma classe não se faça à custa dos dinheiros do contribuinte, em prejuízo dos outros, é o que basta para retirar a intervenção de que se trata qualquer caráter prejudicial, odioso, incompatível com os que estabelece a Constituição e o interesse público exige.*

*Auxílios indiretos, amplos, completos, urgentes — sim; auxílios diretos — por meio de empréstimos, de retirada de dinheiro dos cofres públicos,*

55 *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1, p. 132.

56 O projeto de lei era assinado por 16 deputados paulistas, 16 deputados mineiros e 4 deputados fluminenses.

57 *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1, pp. 132-134.

58 Esse projeto consta do parecer da Comissão de Agricultura e Indústrias Conexas apresentado na sessão de 10 de agosto de 1904, da Câmara Federal. *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1, pp. 159-190, ver especialmente a página 162.

59 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 9, p. 505.

60 Houve divergências entre os oito membros da Comissão: quatro assinaram o parecer integralmente, dois opunham restrições ao parecer e dois votaram contra. O deputado João Galeão Carvalhal apresentou voto em separado, com o apoio do deputado Francisco de Sá, contra a intervenção do Estado na economia cafeeira defendida por Cândido Rodrigues.

*de operações de crédito, de emissão de moeda-papel ou de apólices — não e nunca.*<sup>61</sup>

Em 1903, Cândido Franco de Lacerda, lavrador paulista, manifesta-se favoravelmente à intervenção do Estado na economia cafeeira, pois entendia que a solução para minorar os problemas dos lavradores estava na redução do custeio da produção. Ao criticar a proposta da queima de 20% dos estoques de café, disse ser mais adequado a eliminação de 20% a 30% dos cafezais, medida que proporcionaria redução dos salários dos colonos e conseqüentemente redução dos custos de produção. Segundo ele, a área de corte dos cafezais seria destinada aos colonos para cultivo de outros cereais, com mais vantagens para eles. A redução dos cafezais resultaria em oferta de mão-de-obra, obrigando-a a aceitar salários mais baixos e forçando-a a aceitar o sistema de parceria.<sup>62</sup> Além disso, Lacerda defendeu a necessidade de que o governo reduzisse vários impostos e tarifas visando baratear os custos da produção e se empenhasse junto aos Estados produtores em fazer cessar as novas plantações.

### 2.3. As manifestações contrárias à intervenção do Estado

Num contexto histórico em que predominavam as idéias liberais, era de se esperar que houvesse resistência à intervenção do Estado na economia cafeeira. No entanto, poucas vozes se manifestaram contra as idéias de intervenção. O grande capital cafeeiro foi praticamente a única fração de classe a posicionar-se contra a intervenção, uma vez que tirava proveito das crises da lavoura cafeeira, principalmente da queda dos preços do café para formar estoques visando revendê-los quando os preços fossem atraentes — manobra amplamente denunciada pelos fazendeiros. Alguns fazendeiros de outras culturas também manifestaram-se contra a intervenção porque ela estava limitada ao setor cafeeiro e, portanto, não abrangia suas culturas.

Antonio Prado,<sup>63</sup> um dos porta-vozes do grande capital cafeeiro, manifestou-se contra a intervenção desde o momento em que os fazendeiros iniciaram a campanha para que o Estado assumisse a defesa da lavoura. Em um congresso de fazendeiros em São Paulo, em 1896, Antonio Prado afirmou que a lavoura cafeeira não atravessava uma crise econômica, o que ocorreria somente quando os preços estivessem mais baixos que os custos da produção. Admitia, porém, algumas dificuldades de natureza financeira para os fazendeiros. Prado acreditava que o próprio mercado resolveria os desequilíbrios entre a oferta e o consumo, responsáveis pela queda dos preços. Para ele, “tal circunstância correspondia a um fato econômico próprio de toda e qualquer produção”; no caso do café, como era um produto de primeira necessidade, a conseqüência seria o aumento do consumo e a elevação dos preços.<sup>64</sup>

61 *Doc. Parl., Valorização....*, vol. 1, p. 144.

62 Taunay, Affonso de. *História do café....*, vol. 9, pp. 517-522.

63 O conselheiro Antonio da Silva Prado era um grande fazendeiro de café, destacando-se como grande exportador brasileiro de café — a maioria dos exportadores eram estrangeiros — e como político influente.

64 Taunay, Affonso de. *História do café....*, vol. 9, pp. 165-166.



A Sociedade Nacional de Agricultura, onde o grande capital cafeeiro dominava, mostrou-se contrária à proposta feita pelo governador do Rio de Janeiro, Quintino Bocaiuva, em 1902, de que os Estados produtores deveriam intervir na economia cafeeira.

*Somos em princípio pelo livre exercício das funções sociais, para as quais a concorrência é o egrégio tonificante e o mais eficaz dos diferenciadores.*

*Pensamos que no organismo social, o Estado exerce a função reguladora do sistema nervoso e não pode constituir-se órgão especializado sem perturbação das relações orgânicas.*<sup>65</sup>

Em 1903, o Congresso dos Lavradores de Minas Gerais tratou de vários temas relacionados à economia de modo geral e dos problemas da lavoura cafeeira, elegendo uma comissão especial encarregada de apresentar propostas para a solução desses problemas. A comissão manifestou-se favoravelmente ao intervencionismo do Estado através da elevação dos impostos para o café de qualidade inferior. No entanto, um dos participantes do Congresso, o Dr. Stockler, submeteu à votação uma proposta contrária: o Estado não deveria intervir em assuntos econômicos. A proposta de não-intervenção foi vencedora e ficou estabelecida a criação de uma associação de iniciativa particular para promover os interesses da lavoura. Apesar disso, o Congresso votou uma moção pedindo subsídio ao governo para a propaganda do café no exterior e tarifas protetoras do produto, pois proclamaram que “o grande obstáculo ao progresso do país residia na atuação do comércio representado por pessoas estranhas ao desenvolvimento econômico do Brasil”.<sup>66</sup>

Em dezembro de 1903, João Galeão Carvalhal, deputado paulista, defendeu na Câmara Federal a não-intervenção do Estado na economia.<sup>67</sup> Segundo Carvalhal, “os adeptos da intervenção governamental (...) explicam a ação dos poderes públicos porque consideram o café como base principal da fortuna pública nacional”, porém, “o remédio único, aconselhado pela experiência e pela lição da história, será deixar que o equilíbrio se restabeleça pelos meios naturais”. Torna-se preciso, diz ele, “combater o falso aforismo de que uma nação é rica porque muito exporta e é também urgente levar a convicção aos lavradores do café que o fetichismo pela preciosa rubiácea não pode ser absoluto”.<sup>68</sup>

As declarações de Antonio Prado sobre a situação da lavoura cafeeira causaram preocupações entre os fazendeiros. Em setembro de 1905, o JORNAL DO COMÉRCIO, que cedia sempre grande espaço para manifestações sobre a lavoura cafeeira, publicou as opiniões de Antonio Prado

---

65 Sociedade Nacional de Agricultura, *Valorização do café*, Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1902. p. 8. A proposta de Bocaiuva encontra-se mais detalhada no Capítulo 3.

66 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 9, pp. 457-459.

67 O deputado manifesta-se contrário, através de voto em separado, ao parecer favorável da Comissão de Finanças, da qual fazia parte, de lei do deputado Cândido Rodrigues autorizando o governo a promover a valorização do café. O deputado Francisco de Sá, também da Comissão, deu apoio ao voto de Carvalhal.

68 *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1, pp. 146-147.



sobre os planos de valorização do café. Prado declarou que estavam completamente iludidos os que julgavam ter encontrado remédio para a crise da lavoura cafeeira, porque, se o problema era o excesso de produção, não seria através da valorização que ele se resolveria, era preciso atacar as causas. Para ele, a intervenção dos poderes públicos somente justificar-se-ia para auxiliar a ação das leis econômicas de produção e consumo, com o objetivo de diminuir o custo da produção e desenvolver o consumo.

Segundo Antonio Prado, o governo poderia contribuir para a redução dos custos da produção diminuindo os juros do financiamento que os fazendeiros faziam para o custeio das fazendas, através da fundação de estabelecimentos de crédito agrícolas, e da redução dos salários dos trabalhadores, através do estímulo à imigração. Para o aumento do consumo, ele propunha a atuação do Estado no auxílio à propaganda do café, podendo o governo fornecer capitais, sem juros ou com juros baixos, às empresas interessadas na valorização do café. Prado considerava essas medidas “um verdadeiro remédio e o seu fim supremo não é aliviar e sim salvar os lavradores”.

Antonio Prado combateu o plano Siciliano, de valorização do café, afirmando que “como todos quantos haviam vindo à luz, assentava-se sobre a base falsa da valorização do café pelo processo artificial de exportação e consumo, em substituição das leis econômicas reguladoras do preço dos produtos, segundo as necessidades ou conveniências da oferta e da procura”.<sup>69</sup> Ele reafirmou seu ponto de vista liberal quando discordou da lei de 1902, aprovada pelo governo de São Paulo, que impôs pesados impostos sobre a plantação de novos cafeeiros. Disse “não poder acreditar em benefícios resultantes de uma lei antieconômica e antiliberal, negação da riqueza pelo trabalho, atentória da propriedade e da aplicação arbitrária ao direito de cobrar impostos”.<sup>70</sup>

A postura não-intervencionista era apregoada pelos defensores das idéias liberais. Naquele contexto histórico, havia um debate intenso sobre essas idéias, momento em que alguns liberais defendiam a total ausência do Estado na economia enquanto outros, como Antonio Prado, admitiam a necessidade de uma intervenção do Estado como forma de restaurar o equilíbrio entre oferta e demanda por café. Para Antonio Prado, o ideal liberal prevê certa ação do Estado para estabelecer o equilíbrio do mercado.

*Era preciso que os governos republicanos se mostrassem efetivamente convencidos das vantagens do regime democrático, cumpria-se aproximarem das classes que trabalhavam e cooperavam para a riqueza pública, que lhes conhecessem as necessidades e nelas se inspirassem, bem como em suas aspirações e sofrimentos; que instituissem enfim o governo do povo pelo povo, como era da essência do regime democrático. Só assim encontrariam no povo o apoio necessário para resistir e debelar as crises. Enfim era preciso que o governo fosse governo.*<sup>71</sup>

69 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 10, p. 51.

70 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 10, p. 52.

71 Taunay, Affonso. *História do café...*, vol. 10, p. 54.

## 2.4. Outras propostas para a crise cafeeira

Os cafeicultores também apresentaram à sociedade outras propostas que atacavam indiretamente a crise da lavoura cafeeira. Em 1897, o deputado Alfredo Ellis enviou ao Congresso um projeto autorizando o governo a promover estudos detalhados sobre a cultura do café em outros países, por intermédio dos representantes do governo brasileiro no exterior, cuja finalidade era orientar os fazendeiros brasileiros para a utilização de recursos para contornar a crise da lavoura.<sup>72</sup>

Alfredo Ellis, em 1902, submeteu à apreciação da Câmara Federal outro projeto autorizando o governo a conceder prêmios em dinheiro às fábricas de tecido que utilizassem matéria-prima de origem nacional para a confecção de sacos próprios para o café.<sup>73</sup> O autor reafirma uma vez mais sua postura nacionalista, atacando os exportadores estrangeiros que monopolizavam também a comercialização dos sacos para acondicionar o café. Ellis insiste:

*Triste é dizer-se que a nossa incuria, o nosso desleixo vão ao ponto de, tendo variedade de matéria-prima para o ensaque de café, importamos, para favorecer a três ou quatro fábricas, o fio de juta, que é aqui tecido e vendido aos lavradores, pelo duplo ou triplo do que custa aos monopolizadores dessa lucrativa indústria.*

*(...) Chamam de indústria nacional o odioso monopólio, que nada tem de nacional, a principiar pelas telhas das fábricas, que são francesas, máquinas, trabalhadores que são estrangeiros, e até o fio da juta, que ali entra para ser tecido e entregue ao comércio.*

*(...) A indústria nacional, sob essa forma, nada adianta ao país, porque a matéria-prima empregada é de origem estrangeira. Quem lucra afinal? Três ou quatro pessoas que têm o monopólio e dominam o mercado.*<sup>74</sup>

Em 1905, a questão cambial passou a ser considerada pelos fazendeiros um obstáculo à valorização do café. Em face dos seus compromissos, tinham interesses apenas no preço do café em moeda nacional, por isso reivindicavam a fixação da taxa cambial num patamar reduzido, para que pudessem avaliar melhor as condições do mercado e obter uma quantidade maior dessa moeda. No Senado Paulista, Luiz de Toledo Pisa e Almeida defendeu a fixação da taxa de câmbio com esses objetivos.<sup>75</sup>

As dificuldades para solucionar a questão cambial centravam-se principalmente nas implicações que afetavam a arrecadação de tributos tanto do governo federal, que recebia o imposto sobre importação, quanto dos governos estaduais, que recebiam os impostos sobre as exportações,

---

72 *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1, p. 12.

73 O projeto foi assinado ainda pelos deputados: Paulino Carlos, Rebouças de Carvalho, Gustavo Godoy e Moreira da Silva. *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1, p. 93.

74 *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1, pp. 91-92.

75 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 10, pp. 82-83.

em especial, o Estado de São Paulo, o grande exportador do país. Não era, portanto, uma questão de fácil solução, pois existiam interesses conflitantes entre esses dois níveis de governo.

### 3. Formas de organização dos fazendeiros de café

Diante da crise que atingiu a lavoura cafeeira a partir de 1896, os fazendeiros intensificaram as pressões sobre o Estado para que encontrasse formas de atenuar essa crise. Para isso, os fazendeiros se mobilizaram em várias frentes: na eleição de seus representantes para os poderes executivo e legislativo; na apresentação de projetos em defesa do café por seus representantes no poder legislativo; na divulgação através de jornais dos problemas da lavoura e de propostas para solucioná-los; na publicação de panfletos e livros sobre o assunto e através de associações sindicais.

A expectativa dos fazendeiros de que os republicanos fossem atenuar os problemas da lavoura não durou muito tempo. Ao mesmo tempo em que atuavam diretamente sobre o poder legislativo e divulgavam suas idéias através da imprensa escrita, os fazendeiros articulavam-se para organizar o que eles chamavam de “a lavoura”.<sup>76</sup> Em 1896, os fazendeiros realizaram, na cidade de São Paulo, um congresso para discutir os problemas da lavoura. Nesse congresso, houve divergências entre eles e o conselheiro Antonio Prado, representante do grande capital cafeeiro, que não via crise na lavoura, mas apenas uma crise de natureza financeira para alguns fazendeiros.<sup>77</sup> As declarações de Antonio Prado mostram apenas o início das profundas divergências entre os fazendeiros e o grande capital cafeeiro. Essas divergências já existiam antes da crise, mas estavam dissimuladas no período de euforia. Com a crise, elas emergiram especialmente quando faziam o diagnóstico da crise e, conseqüentemente, apontavam formas para solucioná-la.<sup>78</sup>

À medida que os fazendeiros se articulavam para organizar a “lavoura”, o próprio governo do Estado de São Paulo antecipou-se e fundou a Sociedade de Agricultores Paulistas, em 1896, cuja comissão provisória foi escolhida diretamente pelo governador do Estado,<sup>79</sup> Campos Salles. Paradoxalmente, o objetivo do governo consistia em mostrar aos fazendeiros que caberia a eles buscar alternativas para os problemas da lavoura e não ao Estado.<sup>80</sup> As posições da Sociedade de Agricultores não agradaram aos interesses da “lavoura”, principalmente porque tinha como presidente Antonio Prado, um representante dos exportadores, a quem ela atribuía grande parte da crise. Como diz Casalecchi, o movimento dos agricultores era no sentido de obrigar o Estado a

76 Expressão utilizada no período em questão para caracterizar os interesses dos fazendeiros de café.

77 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 9, pp. 164-165.

78 O capítulo 5 estuda essas divergências no interior do bloco cafeeiro.

79 Convém lembrar que, durante a Primeira República, os governadores recebiam a denominação de presidentes porque, de acordo com a Constituição de 1891, os Estados constituíam unidades autônomas e independentes, tendo uma estrutura de poder semelhante à do Governo Federal. Neste trabalho utiliza-se a denominação governador. As citações, evidentemente, não foram alteradas: os autores utilizam ora a expressão governador ora a expressão presidente do Estado.

80 Casalecchi, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista*, São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 93.

procurar saídas para a crise, mas, diante da insensibilidade dos poderes públicos, “cabia-lhes o conagraçamento da classe como poder de pressão”.<sup>81</sup>

Em 1898, Campos Salles assume a Presidência da República, através do Partido Republicano, com dois grandes desafios para resolver: atender as reivindicações da lavoura e sanear as finanças do governo. A política econômica adotada pelo presidente Campos Salles priorizou o controle das finanças públicas e, com isso, contrariou os interesses dos fazendeiros. O governo entendia que o crescimento da produção cafeeira provocava a crise e era devido à existência de produtores ineficientes que sobreviviam graças à contínua desvalorização cambial.<sup>82</sup> Joaquim Murtinho, ministro da Fazenda de Campos Salles, mostrou claramente o ponto de vista do governo no Relatório Anual do Ministério: “Convicto de que a intervenção oficial só poderia aumentar os nossos males, o governo deixou que a produção de café se reduzisse por seleção natural, determinando-se assim, a liquidação e a eliminação dos que não tinham condições de vida, ficando ela na mãos dos mais fortes e bem organizados para a luta”.<sup>83</sup>

A queda dos preços do café e a decisão do governo de não intervir na crise cafeeira despertaram entre os fazendeiros a idéia de que era preciso se organizar para enfrentar os problemas que os atingiam. Affonso de Taunay diz que “se desenvolveu certo sentimento de associação, de corporativismo, por parte dos fazendeiros, traduzido na multiplicação de reuniões de lavradores e realização de congressos agrícolas”.<sup>84</sup> No período em que antecede a primeira intervenção do Estado na crise cafeeira, surgiram algumas associações e congressos de fazendeiros que tinham como objetivo a defesa dos interesses da “lavoura”.

Havia consenso entre os fazendeiros de que a união era a única forma de mobilização para alcançar os objetivos pretendidos. Joaquim Franco de Lacerda reproduz, em artigo publicado pelo JORNAL DO COMÉRCIO, de 16 de março de 1899, o sentimento de grande parte dos fazendeiros de São Paulo:

*(...) imitemos o procedimento dos agricultores de São Paulo, que, em Campinas, se reuniram em congresso e estabeleceram as bases para a defesa da classe agrícola. Esta agremiação era indispensável e oportuna, pois só reunidos chegarão a um resultado prático e conveniente aos seus interesses e aos do país. Igual procedimento deveriam ter os outros Estados cafeeiros, pois que só assim poderá a classe agrícola, abandonada até hoje, sendo, entretanto o sustentáculo do engrandecimento e riquezas nacionais, encontrar os auxílios e o crédito necessários para a manutenção de suas culturas.*<sup>85</sup>

---

81 Casalecchi, José Ênio. *O Partido...*, p. 94.

82 Villela, Annibal V. e Suzigan, Wilson. *Política do governo...*, p. 114.

83 Ver Casalecchi, José Ênio. *O Partido...*, p. 94.

84 Taunay, Affonso de. *Pequena história...*, pp. 267-268.

85 *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1, pp. 30-31.

A decisão do governo de que a solução para a crise cafeeira estava no próprio mercado desagradou profundamente a “lavoura” e provocou fissuras no Partido Republicano Paulista. José Ênio Casalecchi mostra que a lavoura possuía 53,86% do contingente eleitoral do Partido Republicano Paulista.<sup>86</sup> Esse dado é importante para entender as tensões que o Partido enfrentou durante a crise da lavoura, quando uma facção dissidente do Partido Republicano, composta por fazendeiros, resolveu lançar um manifesto, em 1899. Essa facção propunha “eleição de representantes que aceitem — ocupando poderes públicos — a incubência de pleitearem e defenderem junto ao governo os interesses e direitos da lavoura, promovendo uma ‘legislação’ adequada ao progresso”.<sup>87</sup> Nesse manifesto estava implícito a criação de um Partido da Lavoura.

No Congresso da Lavoura de Campinas, ao constatar o desinteresse do governo e do Partido Republicano pela “lavoura”, os fazendeiros propuseram “intervir ao máximo no pleito eleitoral, indicando os seus candidatos a fim de evitar que prevaleçam as teorias do Sr. Murtinho”.<sup>88</sup> José Ênio ressalta que, entre as cisões verificadas no PRP, a de 1899 foi profunda: “É que se articulava agora o Partido da Lavoura explorando convenientemente os descontentamentos entre os lavradores, os fazendeiros de café, escapando, assim, o controle político da cúpula do Partido Republicano e de sua Comissão Central”.<sup>89</sup> O depoimento de um lavrador no Diário Popular pode ilustrar os conflitos no interior do Partido Republicano e a articulação dos fazendeiros para fundar o Partido da Lavoura.

*Agora que a lavoura, chocada com o Governo, trabalha e organiza-se a fim de dar-lhe combate na arena legal das eleições; e sendo certo que os intuitos da lavoura são essencialmente honestos e aureolados por alevantado e nobre civismo, revolta e causa dolorosa impressão a hostilidade abilontada e satânica que lhe movem os pseudos republicanos governistas, já negando-lhe o direito de intervir na promoção dos poderes públicos já falsificando-lhe o objetivo com afirmativas trêfegas e afrontosas, senão ineptas e pueris (...).*<sup>90</sup>

Havia também os que defendiam a organização dos fazendeiros em cooperativas. Antonio Piccarolo defendeu a necessidade de os fazendeiros se organizarem em cooperativas agrícolas, pois dessa forma não estariam à mercê dos comissários e dos exportadores. Em uma conferência realizada na Sociedade Paulista de Agricultura, Piccarolo disse que “um grande sociólogo” aconselhou os trabalhadores a que “a redenção do proletariado deve ser obra do proletariado

86 Casalecchi, José Ênio. *O Partido...*, p. 89.

87 Casalecchi, José Ênio. *O Partido...* p. 94.

88 Publicação feita no Correio Paulistano, de 14.1.1899, citada por Casalecchi, José Ênio. *O Partido...*, p. 95.

89 Casalecchi, José Ênio. *O Partido...*, p. 99.

90 Publicado no dia 24 de novembro de 1899, sob o título “O Governo e a lavoura”, in: Saes, Flávio Azevedo Maques de. *A Grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira 1850-1930*, São Paulo, Hucitec, 1986, p. 137.



mesmo”, por isso ele aconselhava os lavradores a que “a redenção da lavoura deve ser obra dos próprios lavradores”.<sup>91</sup>

A idéia do fortalecimento de organizações não representava apenas um meio para que os lavradores pudessem fazer frente à crise; para alguns ela representava uma alternativa às posições antagônicas de que, de um lado, o mercado e, de outro lado, o Estado pudessem resolver os problemas cafeeiros. A idéia era de que as próprias organizações dos lavradores deveriam intervir para regular o mercado cafeeiro.

Em 1902, a Sociedade Nacional de Agricultura, ao criticar a proposta de intervenção do Estado no setor cafeeiro, feita pelo governador do Rio de Janeiro, Quintino Bocaiuva, propôs a organização da “lavoura” em sindicatos locais e centrais e estabeleceu que “exclúissem de seu seio todo o elemento estranho, tornando-se um todo homogêneo pela identidade de interesses”. A “Sociedade” acreditava que a solução para a crise da lavoura estaria nas mãos dos sindicatos: “A concentração do produto em mãos dos sindicatos centrais, reduzindo o número de ofertantes e a intensidade da oferta, que são fatores poderosos de baixa, constituirá um elemento de força adquirido pelo produtor e que se manifestará na valorização do produto”.<sup>92</sup>

A “Sociedade” não dispensava, no entanto, a ajuda dos poderes públicos, que deveriam subsidiar a lavoura. Defendia que o poder público enviasse os créditos agrícolas para os sindicatos centrais que os distribuiriam aos lavradores com a responsabilidade dos sindicatos locais, “ficando excluídos dos auxílios do poder público todos os produtores não agremiados”. De acordo com essa proposta, os sindicatos centrais teriam “o poder para discutir os preços e promover a sua gradual elevação. Será então um monopólio, dir-se-á? Não, porque não haverá obrigatoriedade para a sua organização, mas somente uma utilidade irresistível”.<sup>93</sup> Ela não excluía a participação dos exportadores, mas acreditava que o controle exercido pelo sindicato sobre a comercialização poderia prejudicá-los, já que previa a exclusão dos exportadores dos centros rurais, ou seja, da função intermediária, que era uma reivindicação dos lavradores e dos comissários.

Além disso, a Sociedade Nacional de Agricultura reivindicou do poder público o empenho para que o Congresso Nacional votasse a lei reguladora dos direitos dos sindicatos agrícolas. Antonio Piccarolo, que também reivindicava a aprovação da referida lei, afirma que a lei dos sindicatos agrícolas foi promulgada — Decreto 979, de 6 de janeiro de 1903 — facultando aos profissionais da agricultura e da indústrias rurais a organização de sindicatos para a defesa de seus interesses.<sup>94</sup>

As propostas de Piccarolo e da Sociedade Nacional de Agricultura tinham em comum a idéia de que estava nas mãos dos próprios fazendeiros a solução para a crise que atingia a lavoura, ou seja, a de que era preciso a constituição de uma organização para resolver os problemas do setor.

---

91 Piccarolo, Antonio. *Cooperativas e defesa do café*. São Paulo, Livraria Magalhães, s/d., p. 22.

92 Sociedade Nacional de Agricultura. *Valorização...*, p. 30.

93 Sociedade Nacional de Agricultura. *Valorização...*, pp. 30-33.

94 A regulamentação do referido decreto foi realizada através do decreto 1.637, de 5 de janeiro de 1907, que criou os sindicatos profissionais e as sociedades corporativas. Piccarolo, A. *Cooperativas...*, p. 31.



Essa idéia também estava presente na proposta de Alexandre Siciliano, que defendeu a necessidade da criação de um sindicato da categoria para promover a valorização do café, se bem que sua proposta contemplasse a parceria do Estado no processo de valorização.

Apesar da idéia de que a organização seria a forma mais viável para enfrentar a crise cafeeira, surgiram poucas organizações propriamente de fazendeiros porque eles preferiam esperar pela ajuda do poder público. Os fazendeiros encontraram também outro tipo de obstáculo: as suas organizações sofriam oposição de alguns setores da sociedade.

O jornal O ESTADO DE SÃO PAULO criticou veementemente a possibilidade de criação do Partido da Lavoura. A crítica não visava propriamente a organização dos fazendeiros, mas alertava contra os perigos que a sociedade paulista estaria exposta com o fortalecimento do corporativismo deles, uma vez que esse tipo de organização poderia proliferar-se por toda a sociedade, principalmente entre os trabalhadores. Com o título “O Partido da Lavoura” o ESTADO opinou:

*Os lavradores do Estado de São Paulo estão formando clubes de classe com caráter francamente político. Trata-se da organização do partido da lavoura.*

*Mal inspirados foram os iniciadores deste movimento. Dir-se-ia que os lavradores jamais intervieram na vida política do Estado e que, vendo as outras classes bem aquinhoadas de favores oficiais, resolveram disputar o poder. Mas isso é inexato: neste país a classe dos agricultores sempre foi apresentada largamente no legislativo e no executivo.*

*Hoje a lavoura paulista vê um lavrador na Presidência da República, outro na do Estado. Lavrador é o vice-presidente do Estado; lavradores são os presidentes do Senado e da Câmara, o secretário da Fazenda e o da Agricultura do Estado, e lavradores são pelo menos metade dos membros do congresso legislativo de São Paulo.*

*Que mais quer a lavoura? Acaso ignora que sempre foi assim. Esse partido é o maior perigo que tem surgido para a vida da lavoura. É perigoso como exemplo, é perigoso como força ativa da política.*

*(...) Se for adiante a sua organização dará aos trabalhadores o exemplo da resistência (...).*

*Os trabalhadores reagirão contra o regime de trabalho que se lhes há de querer impor. Associar-se-ão, para isso. Associando-se para fins políticos, isto é, formando um enorme partido operário, seguirão à risca o exemplo dado pelos patrões. Logo, o PARTIDO*

*DA LAVOURA ESTABELECE A NECESSIDADE DO SOCIALISMO  
AGRÁRIO.*<sup>95</sup>

A proposta de que a organização dos produtores poderia contribuir para atenuar os problemas da lavoura teve adeptos até mesmo fora do país. O diretor do jornal inglês *South American Journal*, John Samson, publicou um artigo comentando a crise mundial do café, especialmente a paulista, onde propôs “aos governos, produtores de café e povo do Brasil” a formação de uma associação dos produtores e importadores de café para que ela definisse mecanismos para aumentar o consumo de café.<sup>96</sup>

As associações dos fazendeiros tinham um caráter marcadamente agrário e dentre os seus objetivos constava o de neutralizar o controle exercido pelas casas exportadoras estrangeiras sobre o comércio internacional do café. Com isso, visavam impedir que os exportadores manipulassem os preços como mostra a ata de fundação da Sociedade Paulista de Agricultura.<sup>97</sup>

---

95 Publicado sob o título “O Partido da Lavoura”, no dia 5 de janeiro de 1899, in Saes, Flávio A. M. de. *A Grande empresa...*, pp. 138-139. Grifo no original.

96 Samsum, John. *Situação e perspectiva do café*, s.l.p., s/ed., [1899].

97 Vilardo, Franceschina. *A Burguesia cafeeira e a política econômica na Primeira República*, dissertação de mestrado, Campinas, UNICAMP, 1986, p. 65.

# Capítulo III

---

## A intervenção do Estado na economia cafeeira: a intervenção provisória

O processo de intervenção do Estado na economia cafeeira teve duas fases distintas durante a Primeira República. A primeira, em 1906, com a aprovação do Convênio de Taubaté, chamada fase de intervenção provisória, uma vez que o Estado assumiu provisoriamente a defesa do café apenas nos momentos em que os problemas da lavoura cafeeira eram mais agudos. A segunda fase caracterizou-se pelo estabelecimento de mecanismos permanentes em defesa do café, com a criação do Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, em 1924, momento em que se consolidou a atuação do Estado no domínio econômico.<sup>1</sup>

Neste capítulo, faz-se um estudo da fase de intervenção provisória, quando ocorreram três intervenções do Estado — 1906, 1917 e 1921 — visando à valorização do café. Partindo da idéia de que esse processo de intervenção foi resultado da progressiva interpenetração entre o público e o privado, pretende-se confrontar as medidas executadas pelo poder público na economia cafeeira com as medidas reivindicadas pelos cafeicultores, com o objetivo de identificar os agentes sociais que delinearam o processo de intervenção do Estado na economia cafeeira.

### 1. As primeiras medidas adotadas pelo Estado na economia cafeeira

Antes mesmo da primeira intervenção do Estado na economia cafeeira, a política econômica adotada no final do Império e no início da República beneficiou, de uma forma ou de outra, o setor cafeeiro. O poder público contribuiu para a acumulação do capital cafeeiro, uma vez que teve participação decisiva no processo de expansão daquela economia, sobretudo por dois fatores essenciais: no processo de substituição do trabalho escravo para o assalariado e na adoção de uma política de créditos à agricultura, através da criação de bancos de emissão, o que beneficiou principalmente o setor cafeeiro.<sup>2</sup>

---

1 O estudo sobre a segunda fase faz parte do Capítulo 4.

A partir de 1896, o governo adotou uma política econômica para enfrentar os desequilíbrios das contas do Tesouro, cujos problemas mais graves estavam relacionados ao déficit orçamentário. Esse déficit era gerado, de um lado, pela queda da receita — a desvalorização cambial desestimulava as importações e provocava a queda na arrecadação sobre importados — e, por outro lado, pelo aumento das despesas, principalmente por causa do pagamento do serviço da dívida externa. Adotou-se também medidas para enxugar o meio circulante: além de diminuir a quantidade de papel-moeda em circulação, o governo retirou dos Bancos a concessão de emissão, centralizando-a no Tesouro Nacional.

Em 1898, Campos Salles implementou uma política econômica ortodoxa para resolver problemas financeiros do governo e em parte por pressões dos credores ingleses. Essa política provocou a alta da taxa cambial e, conseqüentemente, a queda dos preços do café em moeda nacional. Só então os fazendeiros perceberam a intensidade da crise cafeeira e trataram de se mobilizar pela valorização do café.

A crise do setor, no entanto, não preocupava apenas os cafeicultores. Os Estados produtores de café assistiam à paulatina redução das receitas, uma vez que a arrecadação dos impostos sobre exportação era da competência estadual. Nessas circunstâncias, as divergências entre o poder executivo federal e os estaduais produtores de café vieram à tona, já que a elevação da taxa cambial adotada, pelo governo federal para resolver seus problemas financeiros, atingiu diretamente as finanças dos Estados que dependiam da receita das exportações, agora reduzida pela queda nos preços do café. Os governadores trataram de encontrar soluções para atenuar os efeitos da crise sobre a arrecadação e, para isso, se aliaram aos fazendeiros na busca de uma solução para o setor cafeeiro.

Em 1896, o governador do Rio de Janeiro apresentou uma proposta para que os Estados produtores fizessem um convênio com o objetivo de estimular o consumo do café na Europa, na Ásia e nos Estados Unidos. Os governadores aceitaram a proposta, firmaram um convênio obrigatório pelo prazo de cinco anos e encarregaram uma comissão para estudar e executar o melhor sistema de propaganda para a ampliação do consumo nesses continentes.<sup>3</sup> “Nada resultou porém de aproveitável desta tentativa que parecia auspiciosa”, observa Affonso de Taunay.

---

2 Holloway, ao citar dados de um relatório do início do século, diz que 85% de todo o capital investido na indústria paulista foi canalizado para a produção, comércio e transporte do café. Holloway, Thomas H. *Vida e morte do Convênio de Taubaté*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 32.

3 A Comissão seria composta por um representante de cada Estado produtor de café: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. Foi acordado que a sede da comissão seria no Rio de Janeiro, cabendo a presidência ao Estado de São Paulo. Denominada de “comissão propagadora do café brasileiro”, ela “teria plenos poderes para escolher o melhor sistema de propaganda e executá-lo; promover perante os poderes públicos a adoção de medidas capazes de interessar o comércio e a lavoura de café; nomear e demitir todo o pessoal necessário à propaganda, determinar-lhe atribuições e fixar-lhe vencimentos; apresentar anualmente aos governos dos Estados acordantes relatórios dos serviços e aplicação dos fundos recebidos; promover entre os agricultores e comerciantes auxílios no sentido de facilitar a iniciativa dos Estados”. O custeio do serviço de propaganda ficaria por conta dos Estados, cabendo a São Paulo custear 40% do total das despesas, e o restante entre os demais Estados: Rio de Janeiro (20%), Minas Gerais (20%),

Ainda que os governos dos Estados produtores apresentassem razões para justificar a idéia de que eles contribuíram para o início do processo de intervenção do Estado na economia cafeeira, defende-se a tese de que, nesse processo, coube aos fazendeiros o papel decisivo. Foram eles que utilizaram todos os meios disponíveis para pressionar o poder público a favor da valorização do café, influenciando, inclusive, na atuação dos governos, propondo e criando mecanismos para essa valorização.

A primeira resposta às reivindicações dos cafeicultores partiu do governo do Estado de São Paulo, que, em 1902, aprovou um “imposto proibitivo” de dois contos de réis sobre cada alqueire de terra ocupada por novos cafezais, visando conter a superprodução do café.<sup>4</sup> O cafeicultor e escritor Augusto Ramos acreditava que com essa medida os fazendeiros ficariam armados contra as pressões de seus colonos que exigiam novas plantações para poderem cultivar, concomitantemente, outros cereais.<sup>5</sup>

Segundo Pierre Denis, tal lei era um paliativo que apenas evitava o agravamento da crise.<sup>6</sup> Um outro objetivo, menos explícito, da lei era criar obstáculos ao aparecimento de novos fazendeiros de café que, sedentos dos lucros da atividade cafeeira, abandonavam as próprias para produzir café. Para Augusto Ramos, essa lei proibitiva fazia parte da operação de valorização do café pretendida pelo governo do Estado de São Paulo:

*Quatro anos depois, em 1905, é que, certo o governo de que, dentro em breve começaria a produzir efeito a limitação cultural, começou a encarar a possibilidade de intervir no mercado, para apressar o restabelecimento do equilíbrio entre a oferta e a procura do gênero, retirando temporariamente o excesso que nele se patenteava e que ia agravando a crise de preços e a situação cada vez mais difícil da lavoura e de todo o Estado. Era a nova fase da operação.<sup>7</sup>*

Não é possível comprovar se o governo do Estado de São Paulo aprovou o “imposto proibitivo” planejando uma futura valorização do café. No entanto, é fato que os obstáculos criados por esse imposto contribuíram para a execução do plano de valorização de 1906. Entre 1903 e 1906, a quantidade de novos cafeeiros caiu praticamente a zero.<sup>8</sup> Em São Paulo, o número de cafeeiros

---

Espírito Santo (10%) e Bahia (10%). Taunay, Affonso de. *História do café no Brasil*, Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939, vol. 9, p. 161.

4 O Poder Legislativo de São Paulo votou a Lei nº 861 A, de 16 de dezembro de 1902, artigo 10. O Poder Executivo regulamentou essa Lei através do Decreto nº 1.090, de 9 de janeiro de 1903. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1902 e 1903*, São Paulo, Tipografia do Diário Oficial, 1903, volumes XII e XIII, pp. 7-8.

5 Ramos, Augusto. *O Café no Brasil e no Estrangeiro*, Rio de Janeiro, Santa Helena, 1923, pp. 58-59. Augusto Ramos atribui a si próprio a autoria do projeto dessa lei proibitiva, que foi publicado pelo JORNAL DO COMÉRCIO do Rio de Janeiro e de São Paulo, em 1901. É bom lembrar, porém, que, desde 1898, algumas propostas semelhantes à de Augusto Ramos já tinham sido apresentadas.

6 Denis, Pierre. *O Brasil no século XX*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand - José Bastos & Comp. Editores, [1911], p. 240.

7 Ramos, Augusto. *O Café no Brasil...*, p. 529.



imposto contribuíram para a execução do plano de valorização de 1906. Entre 1903 e 1906, a quantidade de novos cafeeiros caiu praticamente a zero.<sup>9</sup> Em São Paulo, o número de cafeeiros manteve-se estável entre 1902 e 1911,<sup>10</sup> o que contribuiu para a implementação das medidas valorizadoras, uma vez que eliminou do mercado a expectativa de uma elevação progressiva da produção, um dos fatores que desencadeavam a baixa do café.

Em 1902, o governador do Rio de Janeiro, Quintino Bocaiuva, divulgou um plano de valorização do café, que previa um acordo entre alguns Estados produtores de café — Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo — visando à fixação de um preço mínimo para o café.<sup>11</sup> O plano estabelecia também que o exportador pagasse ao Tesouro Nacional a diferença de preço quando inferior ao fixado.<sup>12</sup>

Além de aprovar as “leis proibitivas”, o governador de São Paulo procurou fazer um diagnóstico das condições da lavoura cafeeira nos países da América Espanhola, cujo resultado serviria como referencial das ações que o Estado poderia adotar em defesa da valorização do café. O governador, Jorge Tibiriçá, disse que “do relatório que me for apresentado, dependerá a adoção das outras medidas a estabelecer em prol da lavoura de café, que tanto merece dos poderes públicos, e a cuja sorte está intimamente ligada à prosperidade econômica do Estado”.<sup>13</sup> Augusto Ramos, indicado pelo governador, visitou os países durante a colheita de 1904-1905 e, em relatório, garantiu que não havia ali elementos que favorecessem a expansão da lavoura cafeeira, pois “o Brasil acha-se colocado na vanguarda de todos os países produtores tanto no que concerne à qualidade do café produzido, como em relação à organização da indústria e ao seu aparelhamento”.<sup>14</sup> A partir do relatório de Augusto Ramos, o governador se convenceu de que um obstáculo para a valorização do café estava descartado.<sup>15</sup>

Em 1905, surgiram dois fatos que impulsionaram o processo de intervenção do Estado no setor cafeeiro: a divulgação da existência de um estoque mundial de café de 11 milhões de sacas, representando 70% do consumo mundial durante um ano,<sup>16</sup> e as previsões de uma super-safra de café para o ano de 1906.<sup>17</sup> Os fazendeiros ficaram desesperados e intensificaram as pressões para

---

9 Dados referentes ao Estado de São Paulo, conforme Tabela 2.

10 Conforme dados apresentados na Tabela 2.

11 Taunay, Affonso de. *História do café*..., vol. 9, pp. 432-434.

12 Holloway, Thomas H. *Vida e morte*..., p. 48.

13 Soares Junior, Rodrigo. *Jorge Tibiriçá e sua época*, São Paulo, Ed. Nacional, 1958, vol. 2, p. 509.

14 Ramos, Augusto. *A indústria cafeeira na América Espanhola: relatório apresentado ao secretário da agricultura*, São Paulo, Tipografia Brasil de Rothschild & Comp., 1907, p. 66.

15 Augusto Ramos visitou El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Costa Rica, Colômbia, Venezuela e Porto Rico. Ele afirma que não visitou o Haiti, que estava no roteiro da viagem, por causa dos “movimentos revolucionários” naquele país. Ramos, Augusto. *O Café no Brasil*..., pp. 531-532.

16 Dados fornecidos por Denis, Pierre. *O Brasil no século*..., p. 239.

17 As previsões do tamanho da safra, baseadas não apenas no número de cafezais velhos e novos, mas também nas condições climáticas, como as geadas e as secas, poderiam constituir-se um poderoso mecanismo de especulação para o estabelecimento dos preços do café e que foi denunciado por muitos fazendeiros.



opinião pública sobre o governo paulista era cada vez mais intensa, não só na imprensa, como na tribuna das conferências públicas e nos órgãos das sociedades de agricultura”.<sup>17</sup>

A expectativa em torno da possibilidade da intervenção do Estado cresceu a partir das negociações entre o governo federal e os governos dos Estados produtores para a valorização do café. O governo federal recuou, mas os governadores, sobretudo o de São Paulo, empenharam-se em encontrar mecanismos para a intervenção. As pressões dos fazendeiros de café e a atuação dos governos dos Estados produtores para conter a queda na arrecadação de impostos de exportação foram fatores decisivos para o início do processo de intervenção do Estado na economia cafeeira.

O governo de São Paulo aprovou duas leis que impulsionaram a intervenção do Estado na economia cafeeira. A Lei estadual nº 959, de outubro de 1905, autorizou o governo a celebrar acordos com o governo federal e com os demais governos dos Estados produtores de café para adoção de medidas que assegurassem a valorização do produto. Em seu artigo 29, a Lei estadual nº 984, de 29 de dezembro de 1905, criou sobre cada saca de café exportado uma taxa destinada à valorização do café e ao serviço de operações de crédito.

Enquanto isso, o Congresso definia as bases legais que serviriam de suporte para o início do processo intervencionista, isto é, aprovou a Lei 1.452, de 30 de dezembro de 1905, que autorizava o poder executivo a celebrar acordos com os governos dos Estados cafeeiros para: a) regular o comércio do café; b) promover sua valorização; c) organizar e manter um serviço regular e permanente de propaganda de café, com o fim de aumentar o seu consumo.<sup>18</sup>

Desse modo, o Congresso Nacional finalmente respondia, depois de muito tempo, às pressões dos representantes dos fazendeiros para que o poder público interviesse na lavoura cafeeira. A lei garantia ao governo federal o endosso das operações de crédito que os governos dos Estados cafeeiros fizessem com a finalidade específica prevista nessa lei, sob as seguintes condições:

*a) os Estados assegurarão à União uma garantia em ouro, suficiente para o serviço de pagamento de juros e amortização do empréstimo; b) esta garantia terá caráter definitivo para todo o empréstimo (...); c) o produto da operação de crédito só poderá ser aplicado a manter um preço mínimo para o café de exportação (...); d) a importância do empréstimo será depositada no Tesouro Nacional ou nas Delegacias Fiscais, sendo entregue à medida das necessidades (...); e) todos os lucros realizados nas operações de valorização serão aplicadas à amortização do empréstimo.*<sup>19</sup>

---

17 Taunay, Affonso de. *Pequena História do café no Brasil*, Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1945, p. 302.

18 *Documentos Parlamentares, Política econômica: valorização do café*, Rio de Janeiro, JORNAL DO COMÉRCIO, 1915, vol. 1, p. 413.

19 *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1, p. 413.

## 2. A primeira intervenção provisória: o Convênio de Taubaté

Garantidas as condições legais para que o executivo interviesse no setor cafeeiro, governador do Estado de São Paulo, Jorge Tibiriçá, convidou os governadores do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, e de Minas Gerais, Francisco Sales, para, juntos buscarem uma forma de intervenção no setor cafeeiro. O encontro foi em 25 de fevereiro de 1906, na cidade de Taubaté, no Estado de São Paulo, quando os governadores assinaram o Convênio de Taubaté, um acordo para a valorização do café.

De acordo com o Convênio, os Estados produtores de café se obrigavam a: a) manter um preço mínimo para o café de boa qualidade e previam a elevação progressiva desse mínimo conforme as conveniências do mercado; b) dificultar a exportação dos cafés de qualidade inferior; c) organizar e manter um serviço de propaganda no exterior para aumentar o consumo do café; d) criar uma sobretaxa por saca de café exportado, cujos recursos deveriam ser destinados ao pagamento dos juros e à amortização dos empréstimos para a execução do Convênio; e) manter as leis dos impostos proibitivos para evitar novas plantações.

Ficou estabelecido no Convênio que caberia ao Estado de São Paulo, com a responsabilidade dos três Estados, realizar as operações de crédito necessárias até o valor de quinze milhões de libras esterlinas. Estava prevista ainda a criação da Caixa de Conversão com a finalidade de emitir papel-moeda conversível em ouro a uma taxa pré-fixada, cujo lastro seria assegurado por um empréstimo no exterior previsto no Convênio.<sup>20</sup> O Congresso Estadual de São Paulo aprovou o Convênio de Taubaté através da Lei 990, de 4 de junho de 1906.

Por outro lado, o Convênio de Taubaté gerou conflitos entre os governos federal e os dos Estados produtores de café, porque foram aprovadas medidas que só poderiam ser executadas no âmbito do executivo federal, que, no entanto, não foi consultado. Talvez a confiança de representarem uma grande força política no país, não apenas porque produziam a “riqueza da nação”, mas também porque tinham uma bancada representativa no Congresso Nacional e por acreditarem que a ação do Presidente da República estava enfraquecida em período eleitoral, com as atenções voltadas para a escolha do novo presidente, tenham sido fatores determinantes para que os Estados deliberassem sobre matérias de competência do governo federal.

Em mensagem enviada ao Congresso Nacional, no dia 3 de maio de 1906, o Presidente da República, Rodrigues Alves, declarou que “não há quem não tenha pela lavoura, a cuja classe pertença, o mais decidido interesse”.<sup>21</sup> No entanto, ele se negou a abandonar a política econômica centrada no equilíbrio financeiro do orçamento, na contenção da emissão de moeda e na valorização do câmbio que prejudicavam os interesses dos fazendeiros e os dos Estados produtores de café. Rodrigues Alves revelou a posição do seu governo em relação à política de valorização do café e à política econômica.

---

20 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 10, pp. 86-90.

21 *Documentos Parlamentares: Mensagens Presidenciais*, Rio de Janeiro, Tipografia Progresso, 1912, p. 382.

*Deve-se atender aos seus reclamos com critério, sem a preocupação de lisonjeá-la, afügando esperanças exageradas e irrealizáveis, nem o temor de contrariar ambições e planos que, à sua sombra, se formaram.*

*Medidas imprudentes poderão produzir o efeito negativo de restringir o consumo do café, provocar a reação hostil dos países que o recebem e levar aos nossos mercados a ameaça de agitações (...).*

*(...) O bom câmbio é um sinal de crédito, de bem estar e prosperidade e todo o esforço do governo tem consistido em elevá-lo, ativando as forças produtivas do país e promovendo o desenvolvimento de sua riqueza. Não será prudente abandonar essa tendência, nem perturbar um trabalho que se firma em métodos financeiros já consagrados como os únicos capazes de preparar, sem abalos ou desconfianças, uma situação que seja propícia à conversão da moeda.*

*(...) e tudo está nos indicando que podemos e devemos perseverar na execução dos planos iniciados por meus antecessores, com vantagem para o crédito público e tendentes à valorização da moeda.*

*Seria um erro recuar, como será obra de patriotismo afastar de vossas deliberações a idéia de quebra do padrão monetário e a de fixação do câmbio, que contrariam profundamente aqueles planos, com tanto êxito, experimentados.<sup>22</sup>*

O Presidente Rodrigues Alves eximiu-se da responsabilidade de executar as medidas previstas no Convênio de Taubaté, transferindo-a para o Legislativo, e sugeriu que ele fosse implementado pelos próprios Estados produtores, sem a intervenção do governo federal, nos termos da Constituição.<sup>23</sup> Em resposta à solicitação do governo do Estado de São Paulo, para que convocasse extraordinariamente o Congresso Nacional, o Presidente não apenas se eximiu das responsabilidades pela execução do Convênio como também expressou sua discordância com as idéias ali contempladas:

*Pode-se, pois, dizer que as indicações formuladas com o intuito de regular a situação do comércio do café não dependem mais de lei e quando os Estados produtores, além de uma considerável renda, dispõem de avantajado crédito, estão sempre habilitados, sem dependências de qualquer natureza, para prepararem nos mercados a resistência que considerarem eficaz.*

---

22 Doc. Parl., Mensagens..., 1912, pp. 382- 383.

23 De fato estava previsto na Constituição de 1891, no art. 65, que “é facultado aos Estados: 1º Celebrar entre si ajustes e convenções sem caráter político”. Campanhole, Adriano e Campanhole, Hilton L. *Constituições do Brasil*, São Paulo, Atlas, 1981, p. 583.

*Não é um fenômeno econômico singular o da baixa do preço do café por excesso de produção. Em todos os países do mundo tem-se observado crises idênticas, afetando diferentes produtos, e, em toda a parte, o mesmo clamor se tem levantado com intuítos semelhantes aos dos nossos lavradores: nunca providência alguma legislativa foi considerada eficaz para levantar, de pronto, o preço das mercadorias, e sustentá-lo.*<sup>24</sup>

O Presidente preferiu aliar-se, na expressão de Pierre Denis, à fração da opinião pública hostil à valorização, representada, principalmente, pelo JORNAL DO COMÉRCIO e pelo principal credor da dívida externa, o Lord Rothschild.<sup>25</sup> Ele não se colocou frontalmente contra o Convênio, suas restrições diziam respeito às medidas que poderiam comprometer a condução da política econômica do seu governo. O Presidente chegou a sugerir medidas para atenuar os problemas da lavoura e que evitariam as mudanças nos rumos da política econômica vigente. Ele deixava claro que os problemas da economia cafeeira somente seriam resolvidos no âmbito do mercado; portanto, segundo os princípios liberais. Salientava que:

*desde que se procure dificultar a exportação das qualidades inferiores do produto (...); desde que se institua uma propaganda séria e constante para a expansão do consumo; que o crédito agrícola como o crédito real sejam definitivamente organizados e o fazendeiro possa encontrar, com as garantias reais que tiver, dinheiro, a juro razoável, para custear suas fazendas, dispensando os recursos do intermediário, e facilidade para ser aliviado dos pesados encargos que o oprimem, é difícil não poder resistir aos efeitos de uma baixa, ainda prolongada.*<sup>26</sup>

As propostas do Presidente não agradaram os fazendeiros que exigiam medidas urgentes, de curto prazo, que, segundo eles, só poderiam ser adotadas através da intervenção do poder público. O que o Presidente propunha, na verdade, eram reivindicações feitas principalmente pelos defensores da intervenção indireta e pelos não-intervencionistas nos últimos dez anos, dentre as quais algumas delas foram executadas, sem produzir os efeitos esperados.

Os fazendeiros estavam insatisfeitos com os últimos presidentes, que, apesar de paulistas e fazendeiros quando, no poder, adotaram políticas econômicas que contrariavam os interesses da lavoura cafeeira, exatamente no período em que ela atravessou muitas dificuldades.<sup>27</sup> Essa insatisfação traduziu-se na intensa campanha pela valorização do café desencadeada pelos fazendeiros desde 1896, é, como diz Boris Fausto, uma demonstração de que “as razões de Estado

---

24 *Doc. Parl., Mensagens...*, 1912, p. 381.

25 Denis, Pierre. *O Brasil no século...*, p. 253.

26 *Doc. Parl., Mensagens...*, 1912, p. 382.

27 Durante o período de crise cafeeira, que antecede à primeira intervenção, o Brasil teve três presidentes da República de São Paulo, todos fazendeiros de café: Prudente de Moraes (1894-1898), Campos Sales (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906).

prevaleceram por vezes sobre os interesses escritos da classe, como revelam as desavenças entre o setor do café e Rodrigues Alves”.<sup>28</sup>

A falta de apoio do governo federal ao Convênio e a ameaça de veto desde que aprovado pelo Congresso Nacional levaram os governos dos Estados produtores a proporem alterações no processo de condução da intervenção, que consistiram em atribuir aos Estados produtores de café uma maior autonomia para a obtenção dos empréstimos e em reduzir o preço mínimo fixado para a valorização do café.<sup>29</sup>

A reação contra as posições assumidas pelo Presidente na Mensagem ao Congresso concentrava-se em São Paulo. Em carta enviada ao governador Jorge Tibiriçá, Arnolfo Azevedo, vice-presidente da Câmara, tece considerações sobre a mensagem de Rodrigues Alves. Para Arnolfo, o teor da carta revela a indignação dos fazendeiros com a decisão do Presidente: “A mensagem estrangula-nos positivamente. As classes produtoras indignadas deviam levantar-se, num protesto unânime, de norte a sul, contra o crime de quem escreveu o documento mais perverso que jamais saiu das mãos depositárias do poder público”.<sup>30</sup>

Os fazendeiros não esconderam seu descontentamento com o atual e os últimos presidentes da República nas eleições presidenciais de 1906. O nome de Bernardino de Campos, ex-governador de São Paulo e candidato oficial à sucessão, foi vetado pelos fazendeiros paulistas, porque Bernardino defendeu a continuidade da política financeira do Presidente Rodrigues Alves. Ele defendeu também uma reforma tributária que poderia afetar os interesses de São Paulo: pretendia acabar com o imposto sobre exportações, cedendo, em troca, aos Estados o imposto sobre o consumo.<sup>31</sup> Pinheiro Machado liderou a campanha anti-Bernardino que renunciou à candidatura.<sup>32</sup> As articulações em torno do nome do então vice-presidente, o mineiro Afonso Pena, agradaram o setor cafeeiro, uma vez que ele apoiou as medidas estabelecidas pelo Convênio.

O debate sobre o Convênio de Taubaté no Congresso Nacional foi intenso. As pressões para que o Congresso aprovasse o Convênio partiram, principalmente, de São Paulo. Em 6 de junho de 1906, o Senado de São Paulo enviou representação ao Congresso Nacional pedindo, em nome dos grandes interesses da pátria, que se aprovasse o Convênio.<sup>33</sup> Cerca de 60 moções de Câmaras

---

28 Fausto, Boris. *Pequenos ensaios de História da República (1889-1945)*, Caderno Cebrap nº 10, 1972, p. 11.

29 O Convênio sofreu algumas modificações, em 4 de julho de 1906, não alterando propriamente a sua essência. Para uma apreciação do texto integral do Convênio de Taubaté e as suas modificações consultar o Apêndice 2.

30 Soares Junior, Rodrigo. *Jorge Tibiriçá...*, p. 537.

31 Fausto, Boris. A Expansão cafeeira e política cafeeira, in *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, Difel, 1977, p. 216. O imposto de exportação representava a maior parte da arrecadação do Estado de São Paulo.

32 Segundo José Ênio Casalecchi, Pinheiro Machado proferiu ataques veementes, através da imprensa, ao candidato oficial Bernardino de Campos. Casalecchi, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*, São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 123. Pinheiro Machado era senador pelo Rio Grande do Sul e notabilizou-se por defender, no Senado Federal, os interesses dos fazendeiros de café.

33 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 10, p. 100.



Municipais de cidades produtoras de café solicitavam a aprovação do Convênio.<sup>34</sup> Rodrigo Soares Junior faz uma descrição apropriada das expectativas dos interessados na intervenção:

*Foi a fase dos foguetes, dos entusiasmos verbais, dos telegramas e dos aplausos. Costume genuinamente brasileiro de embarcar com todas as flâmulas ao vento. Dezenas de Câmaras Municipais passaram aos presidentes de São Paulo, Minas e Rio, ao legislativo federal telegramas e ofícios em que dirigiam aplausos aos signatários do Congresso e encareciam as medidas relativas à fixação do câmbio e valorização do café, binômio salvador, enaltecido com todas as fórmulas da retórica patriótica. Esperavam agora os lavradores salvar sua riqueza e debelar as especulações. O fato é que a parte mais ponderável da opinião pública apoiava irrestritamente o Presidente Tibiriçá e, ipso facto, condenava a atitude do governo federal.*<sup>35</sup>

As resistências ao Convênio de Taubaté ficaram por conta dos exportadores que lucravam com a queda dos preços do café,<sup>36</sup> cuja crise atingia somente o produtor de café.<sup>37</sup> Segundo os fazendeiros, a especulação praticada pelos exportadores era a causa principal da queda dos preços do café a níveis abaixo do custo de produção. De fato, a especulação prejudicava os interesses dos fazendeiros, que precisavam vender o café logo após a colheita, para pagar as despesas de custeio e o salário dos trabalhadores. Com isso, eram obrigados a aceitar os preços determinados pelos exportadores que estocavam o produto para revendê-lo por preço mais elevado.

Os exportadores colocaram-se, inicialmente, contra o Convênio, temendo perder o monopólio sobre o estoque, utilizado como um mecanismo de especulação dos preços. Antonio Prado, conhecido como grande exportador brasileiro, atacou o Convênio; era uma forma de defender os interesses do grande capital cafeeiro. Perissinotto aponta dois fatores que não interessavam aos exportadores: a fixação de um preço mínimo do café e a proposta de monopolização do comércio pelo Estado, considerada inadmissível, já que ela significava a expulsão do grande capital cafeeiro de um dos setores mais lucrativos em que atuava.<sup>38</sup>

---

34 *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1. pp. 231 a 261.

35 Soares Jr., Rodrigo. *Jorge Tibiriçá...*, p. 530.

36 Analisando dados do porto de Santos do período 1895 a 1906. Thomas H. Holloway afirma que um pequeno número de grandes firmas alemãs, francesas e americanas dominava o mercado exportador brasileiro. Ele mostra o grau de concentração do comércio exportador no porto de Santos: as vinte maiores companhias exportavam 87,3%, as dez maiores 70,6% e as cinco maiores 52,7%. Holloway mostra ainda que das vinte maiores somente uma era brasileira, a Prado, Chaves & Co., da família Silva Prado, que tinha o controle de 60% do café exportado por empresas brasileiras, que juntas controlavam 6,6% das exportações realizadas, enquanto que a Theodor Wille & Co. de Hamburgo era responsável por 18,5% de toda a exportação. Holloway, Thomas H. *Vida e morte...*, p. 51.

37 Prado Junior, Caio. *História econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1969, p. 228.

38 Perissinotto, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1994, p. 72.



A Casa Rothschild também se opunha ao Convênio, porque temia que o abandono da política ortodoxa do governo pudesse repercutir negativamente no pagamento da dívida externa. Os Rothschilds e outros banqueiros estrangeiros divulgavam sua oposição ao Convênio no JORNAL DO COMÉRCIO, considerado “o mais ferrenho inimigo da valorização e da caixa de conversão”.<sup>40</sup>

Alguns setores se opuseram ao Convênio de Taubaté, não propriamente porque eram contra a intervenção do Estado na economia, mas porque o Convênio limitava a ação do Estado ao setor cafeeiro. Essa é a razão que influenciou a decisão de quase toda a bancada pernambucana e de mais da metade da bancada baiana, representantes do setor açucareiro no Congresso Nacional, de votar contra o Convênio. A Associação Comercial da Bahia enviou ao Congresso Nacional uma representação contra a aprovação do Convênio de Taubaté. Ela considerava que não se justificava tanto empenho em benefício apenas da cultura cafeeira, o que poderia abrir um precedente para que outras culturas recebessem igualmente os benefícios concedidos ao café. Opunha-se ao fato de o Convênio ser um monopólio que colocava em risco o Tesouro Nacional e afetar toda a economia do país, com a agravante de ser administrado sem a ação do governo federal.<sup>41</sup>

Apesar da oposição, o Convênio de Taubaté não encontrou grande resistência no Congresso Nacional. Foi aprovado com 107 a 15 votos na Câmara e com 35 a 4 votos no Senado, convertendo-se no Decreto nº 1489, de 6 de agosto de 1906.<sup>42</sup> No entanto, mais de 80 deputados presentes abstiveram-se da votação.<sup>43</sup> Através dos dados da votação, pode-se concluir que não

---

40 Soares Junior, Rodrigo. *Jorge Tibiriçá....* 1958. vol. 2, p. 546. Rodrigo Soares afirma que o JORNAL DO COMÉRCIO, em agosto de 1906, defendeu com paixão a atitude dos banqueiros que teimavam em recusar o empréstimo pleiteado por São Paulo. Para ele, o JORNAL DO COMÉRCIO tinha “uma posição doutrinária que equivalia a fazer graciosamente o jogo dos interesses estrangeiros contra os produtores brasileiros”. Soares diz que a exaltação do JORNAL DO COMÉRCIO chegou ao ponto de publicar que o governo devia mandar um navio de guerra bloquear o porto de Santos. Ele afirma que esse jornal era comparado ao *TIMES* da Inglaterra, pois editava e reeditava constantemente, por vários anos, artigos que defendiam as idéias da economia liberal. Segundo Caio Prado, os banqueiros ingleses estavam direta ou indiretamente ligados aos interesses estabelecidos para aceitarem qualquer modificação do funcionamento em vigor do negócio cafeeiro. Rodrigo Soares aponta o JORNAL DO COMÉRCIO como um “alto-falante do Catete”, pois divulgava constantemente as manifestações contrárias ao Convênio de Taubaté e, principalmente, à caixa de conversão, porque esta estava vinculada à proposta dos fazendeiros de uma baixa taxa cambial.

41 Associação Comercial da Bahia. *Representação dirigida ao Congresso Legislativo Federal contra a aprovação do Convênio de Taubaté*, Bahia, Tipografia Bahiana, 1906.

42 A composição da Câmara Federal durante a Primeira República era constituída de 212 deputados: Amazonas, 4 deputados; Pará, 7; Maranhão, 7; Piauí, 4; Ceará, 10; Rio Grande do Norte, 4; Paraíba, 5; Pernambuco, 17; Alagoas, 6; Sergipe, 4; Bahia, 22; Espírito Santo, 4; Rio de Janeiro, 17; São Paulo, 22; Paraná, 4; Santa Catarina, 4; Rio Grande do Sul, 16; Minas Gerais, 37; Goiás, 4; Mato Grosso, 4 e Distrito Federal, 10. Fonte: Telarolli, Rodolpho. *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 30.

43 Não foi possível encontrar subsídios suficientes para uma análise global deste alto índice de abstenção na votação do Convênio, tendo em vista inclusive o acalorado debate que este suscitou, tanto na imprensa como no Congresso. No entanto, pelo menos dois fatores estavam relacionados à questão: 1) alguns grupos não tinham interesse no enfrentamento direto com os representantes dos fazendeiros de café como forma de preservar futuros aliados e 2) parte das abstenções refletiam os interesses do setor da borracha, que não se opunha à intervenção, mas estava descontente com sua restrição ao café. Pode-se observar ainda alguns

houve um procedimento homogêneo dos grupos que votaram a favor assim como dos que votaram contra ou se abstiveram, com exceção dos representantes dos fazendeiros de café que votaram em bloco a favor do Convênio.<sup>43</sup>

O Convênio foi aprovado excluía a Caixa de Conversão, medida de maior resistência entre os opositores que consideravam-na contrária à política monetária de Rodrigues Alves que, por sua vez, estava disposto a, caso fosse aprovada, vetá-la. A exclusão da Caixa de Conversão representou uma vitória dos defensores do liberalismo que viam nela uma ruptura com a política ortodoxa do governo federal. Somente após a posse do Presidente Afonso Pena, essa cláusula do Convênio foi aprovada, tornando-se o Decreto nº 1575, de 6 de dezembro de 1906, com uma taxa cambial de 15 dinheiros e não de 12, como desejavam os fazendeiros, o que lhes proporcionaria um preço mais elevado em moeda nacional.

Apesar de aprovado, o Convênio enfrentou obstáculos à sua execução. Com a recusa do governo federal em apoiar a valorização, os governadores de Minas Gerais e do Rio de Janeiro também retiraram, na prática, seu apoio ao plano de valorização. Por isso, o governo de São Paulo resolveu realizar sozinho a valorização do café. Diante das dificuldades em obter empréstimos dos tradicionais banqueiros internacionais e sem a ajuda do governo federal e dos outros Estados produtores, o governador de São Paulo, Jorge Tibiriçá, designou uma missão oficial para contatar interessados em financiar a operação valorizadora. A pressão dos Rothschild contra o Convênio influenciou a decisão dos banqueiros internacionais em não fornecer empréstimos para a valorização. Augusto Ramos registra que o Convênio foi hostilizado por toda parte, principalmente na França e na Inglaterra.<sup>44</sup>

Essas dificuldades provocaram mudanças substanciais nos rumos do processo de intervenção. O Convênio, cujo pressuposto fundamental era a transferência do monopólio do café dos exportadores para o Estado, para proteger os interesses da “lavoura” da especulação dos exportadores, não teria sido viabilizado sem a participação dos setores que representavam interesses opostos aos da “lavoura”, ou seja, dos mesmos setores que o Convênio pretendia combater. Quando percebeu que não obteria apoio do governo federal, dos outros Estados produtores e dos banqueiros estrangeiros tradicionais, o governo de São Paulo decidiu aliar-se aos grupos financeiros

---

dados relevantes da votação: 17 deputados paulistas, de uma bancada de 22, votaram a favor do Convênio; 13 deputados do Rio de Janeiro, de uma bancada de 17, votaram a favor; dos 15 votos contra, 10 eram de pernambucanos, apenas um dessa bancada votou a favor; 14 deputados da Bahia, de uma bancada de 22 deputados, votaram a favor; e da bancada de Minas Gerais 19 dos 37 deputados votaram a favor. Sobre os dados de Minas Gerais convém destacar o pequeno número de deputados que votaram a favor, já que Minas era um dos Estados signatários do Convênio. Dados obtidos com base nas informações de Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 10, p. 186.

43 Apesar de sua força política, o grande capital cafeeiro não teve uma atuação decisiva para impedir a aprovação do Convênio, isso, em grande parte, devido à pequena representação direta que os exportadores tinham no Congresso, haja vista a predominância entre eles de estrangeiros.

44 Ramos, Augusto. *O Café no Brasil e no estrangeiro*, Rio de Janeiro, Papellaria Santa Helena, 1923, p. 535.

internacionais que, interessados em ampliar seu domínio no mercado cafeeiro, faziam oposição aos grupos que controlavam até aquele momento o mercado.

Foi nesse contexto que surgiu a disputa entre grupos exportadores e financeiros estrangeiros para influir na execução do Convênio e no controle do mercado cafeeiro. Segundo Caio Prado, “entram em cena outros grupos financeiros que se aproveitarão da oportunidade (...) para escamotear, em seu favor, o controle do comércio de café”.<sup>45</sup> Essa disputa entre grupos financeiros internacionais estava inserida dentro do contexto da expansão imperialista, momento em que esses grupos monopolistas buscavam locais onde pudessem obter elevado retorno do capital.

O governador de São Paulo, para assegurar a intervenção do poder público na crise cafeeira, para não ter que recuar da decisão que assumiu com os fazendeiros e para obter os empréstimos necessários à intervenção, aliou-se aos mesmos grupos que, segundo os fazendeiros, eram responsáveis por práticas especulativas que provocavam a crise e que supostamente deveriam ser combatidas com as medidas previstas no Convênio. Thomas H. Holloway diz que

*a falta de capital forçou o Estado [de São Paulo] a depender dos mesmos banqueiros e comerciantes, contra os quais os paulistas só queriam defender-se. Ironicamente o plano teve amplo sucesso graças ao fato de, preocupados com seus próprios interesses, os banqueiros e comerciantes europeus e norte-americanos tudo fizeram para garantir o sucesso das intenções do governo paulista.*<sup>46</sup>

O governo do Estado de São Paulo procurou tornar o Convênio um fato consumado através do empréstimo de um milhão de libras esterlinas a um banco alemão, o *Disconto Gesselleschaft*, em agosto de 1906. Esse empréstimo estava distante dos recursos necessários previstos para a operação. A missão do governo Tibiriçá, liderada por Francisco Ferreira Ramos, contactou o importador norte-americano Herman Sielcken que se dispôs a organizar um consórcio privado de banqueiros e comerciantes com o objetivo de realizar as operações valorizadoras. Sielcken cotizou-se com os exportadores e importadores norte-americanos, alemães e franceses e conseguiu atrair empréstimos para a retirada do mercado de parte do café.

O “Plano Sielcken”<sup>47</sup> representou, na verdade, a mudança dos objetivos centrais do Convênio de Taubaté, de um plano centralizado no poder público para um plano de parceria do poder público com o poder privado. A proposta de um monopólio estatal, presente no Convênio, cede lugar, na prática, a um monopólio exercido pelos poderes público e privado. A mudança dos rumos do processo de intervenção acabou contemplando a proposta defendida por Alexandre Siciliano, em

---

45 Prado Jr., Caio. *História econômica...*, p. 229.

46 Holloway, Thomas H. *Vida e morte...*, p. 96.

47 Expressão utilizada por Holloway para caracterizar, de fato, a operação de valorização do café implementada a partir de 1906. Holloway, Thomas H. *Vida e morte...*, p. 98.

1903, que previa a formação de um sindicato de capitalistas em colaboração com o governo para a valorização do café.

O Convênio de Taubaté refletia um mecanismo intervencionista defendido pelos lavradores contra os exportadores enquanto o acordo feito pelo governo paulista com o consórcio de Sielcken representava a intervenção indireta do Estado, com a parceria dos grupos que os fazendeiros consideravam responsáveis pela crise do setor. O próprio Siciliano opunha-se ao monopólio do café pelo Estado, como previsto no Convênio de Taubaté.

*Aos que argumentam de má fé ou com pouco conhecimento do assunto, afirmando, por exemplo, que o meu projeto é um **outro monopólio** respondo (...) que o meu plano em vez de estabelecer o monopólio, inspira-se (...) **na mais ampla liberdade de comércio**, não contrariando absolutamente interesses de quem quer que seja.*<sup>48</sup>

A GAZETA MERCANTIL E FINANCEIRA publicou uma análise do projeto Siciliano e que confirma o apoio dos não-intervencionistas às medidas propostas. Para a “GAZETA”, Siciliano “não exige do governo algum monopólio, o que o torna assás recomendável, principalmente para nós, que somos, por princípio e convicção, amantes da mais absoluta liberdade de comércio”.<sup>49</sup>

A Casa Rothschild, percebendo a atuação de outros grupos financeiros nas operações de valorização, decidiu rever sua posição inicial, passando não só a apoiar como a fornecer recursos para as operações. Com o fim das resistências dos grupos exportadores e financeiros e com a anuência do governo federal, o Estado de São Paulo conseguiu finalmente os recursos previstos para a retirada do excedente de café do mercado. As condições do empréstimo de 15 milhões de libras esterlinas modificaram ainda mais os rumos da intervenção, pois praticamente forneceram aos banqueiros e aos exportadores o controle do programa de valorização. De acordo com Steven Topik, “esse empréstimo praticamente retirou a valorização das mãos do governo de São Paulo, transferindo-o para um comitê representante dos credores”.<sup>50</sup>

O “Comitê de Valorização” passou a controlar a venda de aproximadamente sete milhões de sacas de café entregues ao sindicato de banqueiros pelo Estado de São Paulo, mediante o pagamento de uma sobretaxa de 3% por saca. O “Comitê” era composto de sete membros, com apenas um representante brasileiro da família Silva Prado, que se destacou pela oposição ao Convênio e, agora, empenha-se na questão da valorização. Segundo Holloway,

*(...) as condições do empréstimo para consolidação de dezembro de 1908, eram especialmente opressivas, mas, a esta altura dos acontecimentos, o governo paulista não tinha outra saída a não ser aceitar. A opção que se apresentava ao Estado era ou submeter-se as*

48 Em artigo publicado pelo JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO, de 24 de agosto de 1903, in Siciliano, Alexandre. *Valorização do café*, São Paulo, Duprât & C., 1903, p. 26.

49 In Siciliano, Alexandre. *Valorização...*, pp. 39-40. Grifo do autor.

50 Topik, Steven. *A Presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*, Rio de Janeiro, Record, 1987, pp. 86-87.

*condições impostas pelos banqueiros ou perder os estoques de café, dados como garantia em empréstimos precedentes.*<sup>51</sup>

O processo de valorização do café, que teve início no Convênio de Taubaté, em 1906, apesar de ter sido reivindicado pelos fazendeiros, na prática favoreceu principalmente o setor exportador. Caio Prado considera que “os grandes proveitos, que dela tirarão grupos financeiros que nada tinham de comum com os produtores, autorizam-nos, contudo, suposições verossímeis. Os produtores propriamente serão beneficiados, não há dúvida, embora momentaneamente apenas; mas a parcela maior dos proveitos não irá para eles”.<sup>52</sup> Com algumas oscilações, o mercado cafeeiro se manteve estável — até a Primeira Guerra Mundial — em decorrência dos empréstimos externos utilizados na valorização do café, da manutenção da lei proibitiva para as novas plantações e das constantes geadas que, ao reduzir a produção, provocava elevação dos preços do café.

O Convênio de Taubaté resultou das pressões que os fazendeiros exerceram sobre o poder público para que ele interviesse na crise cafeeira. Mas não foram os fazendeiros que conduziram o processo de intervenção, pois as forças que se opunham à intervenção do Estado, diante do fato consumado, ou seja, da aprovação do Convênio por ampla maioria no Congresso Nacional e dos primeiros empréstimos que o governo de São Paulo obteve para efetuar a operação valorizadora, resolveram atuar no processo, descaracterizando o projeto original. As mudanças significativas entre as medidas aprovadas no Convênio e as medidas efetivamente praticadas são prova dessa descaracterização.

O Convênio de Taubaté, que elencava as propostas dos fazendeiros de uma intervenção direta do Estado na economia cafeeira, cedeu lugar, na prática, a uma intervenção indireta baseada no projeto idealizado por Alexandre Siciliano, em 1903, que satisfazia os interesses do grande capital cafeeiro e do grande capital internacional. No entanto, ainda que o grande capital cafeeiro tenha executado, em seu proveito, o Convênio, os fazendeiros, além de idealizadores, também se beneficiaram das medidas adotadas. Como fator relevante para a mudança de postura dos que se opunham à intervenção do Estado, destacava-se a disputa pelo controle do mercado de café entre grupos monopolistas internacionais.

Após dez anos de intensa campanha pela defesa do café, quando foram utilizados vários mecanismos para convencer a opinião pública, os fazendeiros conseguiram sensibilizar o poder público para uma intervenção direta do Estado em seu setor. Ainda que a intervenção tenha sido praticada apenas em âmbito estadual e em parceria com o grande capital, a atuação dos fazendeiros contribuiu para a interpenetração entre o público e o privado que impulsionou o processo de intervenção do Estado na economia brasileira.

---

51 Holloway, Thomas H. *Vida e morte...*, p. 97.

52 Prado Jr., Caio. *História econômica...*, p. 228.



### 3. A segunda intervenção do Estado na economia cafeeira

Depois da primeira intervenção do Estado, a lavoura cafeeira enfrentou sucessivas crises. Ela serviu de referencial para que os fazendeiros de café consolidassem suas idéias sobre a implementação de novas formas de ação do poder público para resolver os problemas que ressurgiam na economia cafeeira. A partir dela, fazendeiros fortaleceram a mobilização pela valorização do café. Eles usaram, segundo Holloway, o sucesso da primeira operação valorizadora do café para justificar outras valorizações.<sup>54</sup>

Ainda sob os efeitos da primeira intervenção, a economia cafeeira sofreu um impacto durante a Primeira Guerra Mundial, que abalou o comércio cafeeiro em virtude do bloqueio imposto à Alemanha e às dificuldades de transportes.<sup>55</sup> Ela provocou também grande recessão nos países importadores de café, diminuição do poder aquisitivo dos consumidores, redução da demanda por café e, conseqüentemente, queda dos preços. Países tradicionalmente consumidores como os Estados Unidos da América suspenderam ou reduziram as importações. A queda no consumo associada ao aumento da produção elevou o estoque de café e desencadeou a baixa dos preços. O estoque de um milhão de sacas subiu para seis milhões, em julho de 1917.<sup>56</sup>

Antes da guerra, ainda no “triênio da prosperidade” da economia cafeeira,<sup>57</sup> o governador de São Paulo, Rodrigues Alves, apontou dois fatores que anunciavam uma grave crise financeira do Estado: a escassez de numerário e a baixa dos preços do café.<sup>58</sup> Com a guerra, a economia cafeeira sofreu uma nova crise e agravou mais ainda os problemas financeiros do Estado. A exportação de café que, em 1913, foi de 13 milhões de sacas — 70 milhões de libras esterlinas — caiu, em 1914, para 11 milhões de sacas — 54 milhões de libras esterlinas.<sup>59</sup> Affonso de Taunay descreve a situação da lavoura:

*Vira-se a lavoura grandemente atingida e prejudicada com rendimentos diminuídos, e a lutar com sérios embaraços encontrados pelos lavradores, a fim de conseguir recursos de custeio e a solução de compromissos anteriormente tomados. A necessidade de liquidar, com*

54 Holloway, Thomas H. *Vida e morte...*, p. 100.

55 Em discurso no Senado, em janeiro de 1915, o senador Alfredo Ellis mostrou as dificuldades do transporte como um fator prejudicial ao comércio do café durante a guerra. Ele aponta que o bloqueio na Alemanha impediu a comercialização do café não somente com a Alemanha, mas também com os países da região do Báltico e do Mar do Norte, que recebiam o café brasileiro através da Alemanha. *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 2, p. 425.

56 Fausto, Boris. *Expansão do café...*, p. 229. O mercado cafeeiro é suscetível às oscilações do estoque de café, assim como às previsões meteorológicas e às condições de produção. O mercado detecta com antecedência o volume do estoque e a expectativa da próxima safra e, com base nisso, determina os preços do café.

57 Existem várias referências ao “triênio da prosperidade” — 1911-1913 — nos textos consultados, período considerado de grande retorno dos investimentos pelos fazendeiros.

58 Na mensagem do governador ao Congresso Estadual, em 1913. Taunay, Affonso de. *Pequena...*, p. 357.

59 Dados da Tabela 1. Ver também Taunay, Affonso de. *Pequena...*, p. 358.



*a maior rapidez, as colheitas, mais forçava a baixa dos preços, e esta, por sua vez, influiu desfavoravelmente sobre todos os negócios.*<sup>59</sup>

Diante da iminência de uma nova crise, os fazendeiros articularam-se para exigir soluções do poder público, que se via impedido de dar prosseguimento à política de valorização por causa dos obstáculos impostos pela Guerra ao financiamento externo. Os fazendeiros pressionaram o poder público para que abandonasse a política monetária, em vigor desde 1898, centrada no controle do meio circulante. Eles queriam que o Estado emitisse papel-moeda para resolver a crise que afetava os produtos de exportação.

Na sessão de 8 de agosto de 1914 do Congresso Nacional, o deputado Victor Silveira apresentou um projeto que autorizava o governo federal a emitir uma quantia de até duzentos mil contos de réis, em notas do Tesouro Nacional, para a compra de café e de borracha. Para convencer os parlamentares dessa proposta, Victor Silveira serviu-se dos mesmos argumentos que os fazendeiros de café utilizaram antes da primeira intervenção: a importância dos produtos de exportação para a economia nacional e a ideologia da identificação dos interesses dos produtores com os da nação.

*Nós estamos comercialmente isolados do velho mundo; não sabemos quanto tempo permanecerá a aflição dessa catástrofe que lá se desenrola; não sabemos quando os nossos produtos voltarão a ser cotados e recebidos por esses mercados, quando estes tornarão a se normalizar, mas o certo é que os dois principais produtos da nossa exportação se encontram neste momento sem cotação e, absolutamente, sem possibilidades de exportação. (...)*

*Os interesses dos produtores, porém, são os interesses da Nação, principalmente os interesses dos produtores dessas mercadorias que são a moeda com que nós temos até hoje estabelecido o nosso equilíbrio intercambial. Os Estados produtores do café e da borracha concorrem naturalmente para o nosso equilíbrio orçamentário em uma proporção considerabilíssima; atender às suas condições econômicas neste momento excepcional que atravessamos eu reputo um gesto patriótico. Mas, repito, não visei absolutamente a produção nem a lavoura de café, nem a indústria extratora da borracha, visei acautelar os interesses do Tesouro (...).*<sup>60</sup>

O senador Alfredo Ellis, que se destacou pela atuação em prol da primeira intervenção, voltou novamente à tribuna do Senado Federal, em setembro de 1914, para defender a necessidade de uma nova intervenção do Estado na lavoura cafeeira. Ellis apresentou um projeto autorizando o governo federal a emitir duzentos mil contos de réis para a compra da safra daquele ano.<sup>61</sup>

---

59 Taunay, Affonso de. *Pequena...*, p. 359.

60 *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 2, pp. 358 e 363.

61 *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 2, p. 417.

A Comissão encarregada do estudo dos projetos de Vitor Silveira e Alfredo Ellis recomendou a emissão de papel-moeda para a valorização do café, mas desaconselhou o mesmo para a borracha.<sup>62</sup> Para ela, a intervenção no caso do café seria benéfica, uma vez que o Brasil possuía o predomínio da produção mundial; em relação à borracha, no entanto, a crise poderia se agravar, beneficiando os países orientais, grandes produtores desse produto.<sup>63</sup>

Houve resistências à aprovação do projeto de emissão. Alfredo Ellis protestou contra as declarações que os banqueiros Rothschild & Sons e Schroeder & Comp. fizeram ao seu projeto de emissão, principalmente contra a dos Schroeder “porque, tendo eles auferido, como banqueiros, grandes resultados, grandes proventos com a valorização do café, deviam conhecer melhor a situação desse produto, a fim de emitirem a sua opinião”.<sup>64</sup>

Na Câmara Federal, também houve quem se opusesse à intervenção do Estado. A maioria fez objeção não propriamente à intervenção, mas ao fato de ela se restringir ao café, como o deputado federal baiano, Otávio Mangabeira: “não nos competia unicamente ir em socorro da produção de São Paulo; já está no espírito de todos que as demais são dignas do mesmo amparo, da mesma proteção, do mesmo auxílio”.<sup>65</sup> Ao apresentar um parecer ao projeto de orçamento da União, Carlos Peixoto rejeitou totalmente a intervenção com base nos argumentos de que:

*seria contraproducente alimentar no ânimo do produtor a convicção de que o Estado pode artificial e arbitrariamente modificar as condições mundiais da oferta e da procura; contraproducente porque desse modo se retarda a indispensável e relativa conformidade dos interessados com a gravidade da situação, além do que se impede a execução de outras providências, que sejam possíveis no que concerne a tais assuntos.*<sup>66</sup>

A Primeira Guerra não afetou apenas a situação da lavoura cafeeira e de outros produtos de exportação. A queda das exportações provocou um déficit na balança comercial, reduzindo a capacidade de importação e, conseqüentemente, a receita do governo federal. A crise fiscal afetou também os Estados produtores de café e de borracha, que dependiam, em grande parte, das receitas das exportações. A grave crise financeira do Estado não foi maior porque o governo conseguiu renegociar a dívida externa, prorrogando os prazos de pagamento.

---

62 Como consta do relatório apresentado por Cincinato Braga à Câmara Federal, em agosto de 1915. *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 2, pp. 430-431.

63 O Congresso aprovou, em agosto de 1915, uma autorização para o governo federal realizar operações de crédito, através da emissão de papel-moeda, até o máximo de trezentos e cinquenta mil contos de réis para liquidar compromissos do Tesouro, para amparar a produção nacional, entre outros compromissos, conforme Decreto 2.986, de 28 de agosto de 1915. *Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1915*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1917, pp. 238-239.

64 *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 2, pp. 417-418.

65 *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 2, p. 369.

66 *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 2, p. 407.

Apesar da queda dos preços,<sup>67</sup> houve aumento das exportações, de 11 milhões, em 1914, para 17 milhões, em 1915.<sup>68</sup> A guerra só não prejudicou mais o comércio de café porque os Estados Unidos da América, que consumiam aproximadamente 50% do café brasileiro, não se envolveram diretamente com o conflito mundial. No entanto, quando eles entraram no conflito, a partir de 1917, os problemas aumentaram em consequência da drástica redução das exportações.<sup>69</sup> A situação tornou-se insustentável quando se divulgou a previsão de uma super-safra para 1917-1918, que desorientou os fazendeiros.<sup>70</sup>

Face a essas dificuldades, os fazendeiros iniciaram novas manifestações em defesa de uma nova intervenção do Estado. Nesse contexto, surgiu a segunda intervenção do Estado na economia cafeeira que, apesar dos mesmos objetivos da intervenção de 1906, se diferenciava desta por duas razões: a atuação decisiva do governo federal na valorização e a política emissionista para financiar a compra do café.<sup>71</sup>

Não apenas os fazendeiros tinham interesses na intervenção. O poder público buscava medidas para contornar os problemas do comércio cafeeiro que atingiam as finanças do governo federal e dos Estados produtores de café. Com dificuldades para obter empréstimos no exterior, o Congresso Nacional autorizou, através do Decreto nº 3.316, de 16 de agosto de 1917, o Presidente da República a emitir 300 mil contos de réis em papel-moeda, para amparar a produção nacional.<sup>72</sup> Com esses recursos, o governo federal abriu um crédito de até 150 mil contos de réis ao Estado de São Paulo para a defesa do café. Na verdade, o governo federal forneceu ao governo de São Paulo apenas 110 mil contos de réis entre agosto de 1917 e junho de 1918.<sup>73</sup> Com esses recursos o governo de São Paulo comprou e retirou do mercado 3,5 milhões de sacas de café estocadas nos portos de Santos e do Rio de Janeiro, impedindo assim a baixa dos preços do café.

A segunda valorização do café foi obra tanto do governo federal como do governo de São Paulo, que juntos compraram o café para a sustentação dos preços. O acordo previa que o governo

---

67 Os preços caíram, em média, de três libras a saca de café, entre 1910 e 1913, para duas libras, entre 1914 e 1917. Dados obtidos em Kulgemas, Eduardo. *Difícil hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. São Paulo, FFLCH-USP, 1986. (tese de doutorado), p. 166.

68 Conforme dados da Tabela 1.

69 As exportações que eram de 17 milhões, em 1915, e de 13 milhões, em 1916, caíram para 10 milhões, em 1917, e para 7 milhões, em 1918. Taunay, Affonso de. *Pequena...*, pp. 548-549.

70 Essa safra elevada refletiu a retomada das novas plantações durante o “triênio da prosperidade” (1911-1913), quando também se tornou inócua a “lei proibitiva”, aprovada em 1902, com a previsão para cinco anos, e reeditada em 1906, também para um período de cinco anos.

71 Antônio Delfim Netto afirma que “desde a política iniciada por Murtinho e continuada por Leopoldo de Bulhões, o governo federal deixara de recorrer às emissões para resolver os seus problemas”. Delfim Netto, Antônio. *O Problema do café no Brasil*, Rio de Janeiro, FGV/SUPLAN/Ministério da Agricultura, 1979, p. 66.

72 Para uma apreciação de parte desse Decreto ver Apêndice 3.

73 Lefevre, Eugênio. *A Administração do Estado de São Paulo na República Velha*, São Paulo, Tipografia Cupolo, 1937, p. 139. Alfredo Ellis, em discurso no Senado Federal, afirmou que o ministro da fazenda, Antonio Carlos, “não deu cumprimento exato ao que se havia combinado, projetado e votado”. O discurso de Ellis foi reproduzido nas *Atas do Senado de Estado de São Paulo de 1924*, p. 517.

federal forneceria o empréstimo, com isenção de juros, para o de São Paulo, enquanto este se comprometeria a dividir, caso houvesse, os lucros de tal operação com aquele governo. Assim como na primeira, a segunda operação de valorização proporcionou bons resultados para o governo do Estado de São Paulo, que efetivamente dividiu os lucros com o governo federal.

No entanto, o êxito da segunda intervenção pode ser atribuído mais à geada, que queimou um terço dos cafezais paulistas,<sup>74</sup> do que propriamente à operação valorizadora. O governo de São Paulo comprou o café com os preços em baixa e formou os estoques. O anúncio da queda na produção, em virtude da geada, fez o preço subir. Com os preços em alta, o governo de São Paulo vendeu o café, obtendo um lucro elevado,<sup>75</sup> dividido com o governo federal aproximadamente 70.000 contos de réis para cada um.<sup>76</sup>

A alta dos preços decorrente da geada, da operação de defesa e da retomada do consumo nos países importadores provocou um surto de prosperidade econômica em 1919 e começo de 1920,<sup>77</sup> fator que estimulou o plantio de novos cafeeiros. Apesar da euforia proporcionada pelo êxito da intervenção, houve quem criticasse duramente a forma da operação de compra do café. Silvio Alvares Penteado criticou os baixos preços pagos pelo governo estadual aos fazendeiros. Para ele, o lucro auferido pelos governos estadual e federal foi em detrimento dos interesses dos fazendeiros. Suas críticas eram dirigidas à política emissionista e à divisão dos lucros: “E a quem aproveitou esse fabuloso prejuízo inflingido à lavoura cafeeira? Ainda se fosse somente ao nosso Estado [de São Paulo] (...), foram pagos ao governo federal pelo presente de grego de haver emprestado a São Paulo 110.000 contos de infecto papel-moeda”.<sup>78</sup>

O deputado Francisco Valladares também fez críticas à segunda valorização: “se a valorização nos moldes da antecedente trouxera considerável lucro ao Estado de São Paulo e à União, na distribuição dos lucros não havia sido atendida à proporção que merecia o credor da riqueza. Para este aspecto do problema não convinha considerar precipuamente o Estado [de São Paulo] e a União, e sim serem os lucros igualmente repartidos pelos produtores”.<sup>79</sup>

### 3. A terceira intervenção do Estado na economia cafeeira

A euforia dos anos 1919-1920 foi abalada pela recessão que atingiu os principais países consumidores, em especial os Estados Unidos, e em razão da política econômica adotada para

---

74 Ellis Junior, Alfredo. “O Café e a paulistânea”. In *Boletim História da Civilização Brasileira*, nº 13, USP-FFLCH, 1951, p. 625.

75 O governo do Estado comprou do produtor ao preço de 29\$400 a saca de café e vendeu a mais de 80\$000, auferindo um lucro de 166%. Penteado, Silvio Alvares. *Sistema de defesa permanente do café*, São Paulo, Casa Editora o Livro, 1921, pp. 82-83.

76 Penteado, Silvio Alvares. *Sistema de defesa...*, p. 83.

77 Os preços subiram de 2,55 libra esterlinas, em 1918, para 5,10 libras esterlinas, em 1919, Kugelmas, Eduardo. *A Difícil hegemonia...*, p. 165.

78 Penteado, Silvio Alvares. *Sistema de defesa...*, p. 83.

79 Affonso de Taunay, *História do café...*, vol. 12, p. 46.

combatê-la. A recessão provocou queda no consumo de café e, conseqüentemente, redução dos preços de 5,10 libras esterlinas, em 1919, para 3,51, em 1920, e 2,19, em 1921.<sup>80</sup> Havia expectativa de que uma crise muito maior ainda afetaria o setor, principalmente porque se esperava um aumento da produção.

A queda das exportações de café afetou a balança comercial. As receitas de exportação caíram de 73 milhões de libras esterlinas, em 1919, para 53 milhões, em 1920. Ao mesmo tempo verificou-se uma elevação das despesas com importação de produtos industrializados, em razão da aceleração industrial. O desequilíbrio na balança comercial provocou ainda a desvalorização da taxa cambial de 17 dinheiros por mil réis para 9 5/8, durante o ano de 1920.<sup>81</sup> A queda dos preços do café no mercado externo, entretanto, não afetou muito os fazendeiros. O câmbio baixo, ao elevar os preços dos produtos de exportação em moeda nacional, os beneficiava — através do mecanismo de transferência de renda — enquanto os produtos importados tinham seus preços elevados em moeda nacional, prejudicando os setores que os consumiam.

No entanto, a situação se agravou e os preços caíram novamente no segundo semestre de 1920. Nesse contexto, ressurgiu a campanha pela valorização do café, que ganhou uma conotação mais nacionalista. A “aliança de interesses” entre fazendeiros e o grande capital cafeeiro ocorrida durante a primeira intervenção rompeu-se a partir da Primeira Guerra Mundial. As dificuldades para obtenção de empréstimos e as críticas que os banqueiros internacionais, que participaram da primeira intervenção, fizeram à segunda intervenção despertaram o sentimento nacionalista de que era imprescindível a atuação do Estado na defesa não apenas do café, mas de toda a produção nacional. Tanto o nacionalismo como o intervencionismo ganhavam força a partir das informações de que os países consumidores de produtos brasileiros estavam combatendo a recessão com medidas protecionistas, como a elevação das tarifas sobre importações e créditos para os setores de exportação, o que prejudicava ainda mais o mercado cafeeiro.

A crise cafeeira suscitou várias discussões no Congresso Nacional em torno da política de defesa do café. Na sessão de 26 de agosto de 1920, o deputado paulista Rafael de Abreu Sampaio Vidal, impressionado com a crise que afetava o setor cafeeiro, afirmava que a expansão econômica registrada no período anterior nem sempre resultara no enriquecimento do país, pois “os brasileiros trabalhavam como verdadeiros colonos do capitalismo estrangeiro”. Para ele, os problemas da economia cafeeira e do país decorriam da falta de uma organização comercial e bancária que financiasse a lavoura, para evitar que os lucros da produção fossem parar nas mãos dos especuladores. A solução para o financiamento, segundo Sampaio Vidal, era a organização de um banco de emissão e redescontos. Ele pediu ao presidente da República que implementasse a política de defesa do café, sugerindo a retirada de um a dois milhões de sacas do estoque.<sup>82</sup>

---

80 Conforme dados apresentados na Tabela 1.

81 Ver Aureliano, Liana Maria. *No Limiar da industrialização*, São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 61-62.

82 Taunay, Affonso de. *História do Café no Brasil*, Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1941, vol. 12, pp. 37-40 e 46.



Nessa mesma sessão, o deputado mineiro Francisco Valladares afirmava que era necessária providência urgente para conter os baixos preços do café. Ele ressaltava, no entanto, que “era preciso medidas de efeitos duradouros e não simples refresco de papel-moeda para só favorecer a banqueiros que seriam os primeiros a acender a voracidade da especulação em geral, principalmente nas Bolsas e no câmbio”.<sup>83</sup> Sugeriu a organização e mobilização dos fazendeiros na defesa da lavoura:

*(...) enquanto os representantes do alto comércio, acionistas e não-acionistas das caixas de liquidação, os fazendeiros platônicos e os políticos financeiros discutiam e sugeriam meios para debelar a crise, os lavradores deveriam arregimentar-se rapidamente, suspender todas as remessas para Santos, arrostar intimações, penhores e execuções, até a espera de que se divulgassem as notícias do pequeno rendimento da safra corrente, as irregularidades das floradas, o estado das lavouras, os efeitos dos últimos frios e as necessidades do disponível.*<sup>84</sup>

Valladares expressa o ponto de vista dos fazendeiros de café quando ataca os considerados responsáveis pela crise que afeta a economia cafeeira: os estrangeiros especuladores. Para ele, “a lavoura não tem gosto nem dinheiro para pôr as operações a termo. A estas se entregam os jogadores e a especulação estrangeira, munida de capitais, amparada pela grande organização bancária externa, notadamente a americana (...)”. Valladares afirma ainda que cabia ao Estado de São Paulo coibir ou impedir a “desenfreada jogatina que, pelas operações de venda a termo forçava a baixa, evitando-se e impedindo-se que, ao mesmo tempo, adquirissem os especuladores, por vil preço, o café cuja baixa se obtivera por meio artificial”. Para Valladares, a situação reclamava a instituição da defesa permanente do café.<sup>85</sup>

Na Câmara dos Deputados de São Paulo, o deputado Antonio Carlos Salles Junior dizia que “se impunha aos poderes públicos, ao governo do Estado de São Paulo e ao governo da República vir em defesa da lavoura cafeeira tão gravemente prejudicada”. Para ele, a lavoura estava seriamente ameaçada em seus mais legítimos interesses “pela coligação dos desenfreados apetites de especuladores e açambarcadores destituídos de consciência”.<sup>86</sup>

Diante de uma conjuntura internacional recessiva, desfavorável à obtenção de empréstimos para socorrer o setor cafeeiro, os fazendeiros de café defenderam a necessidade de se adotar novamente uma política emissionista, nos moldes da realizada durante a segunda valorização do café. Era quase consenso na sociedade a idéia de que o poder público deveria intervir no setor cafeeiro e as divergências quanto a isso giravam mais em torno da forma de obtenção dos recursos para a valorização do café.

---

83 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 12, pp. 40-41.

84 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 12, p. 42.

85 Taunay, Afonso de. *História do café...*, vol. 12, pp. 44-46.

86 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 12, p. 45.



O deputado paulista Carlos de Campos, líder da maioria e presidente da Comissão de Finanças do Congresso Nacional, apresentou um projeto, em setembro de 1920, com a aprovação do Presidente Epitácio Pessoa, autorizando o Tesouro Nacional a emitir papel-moeda, mas sem especificar o destino dos recursos. Outro deputado paulista, Cincinato Braga, apresentou um projeto substitutivo, estabelecendo que a emissão deveria destinar-se à sustentação da política cafeeira. Com isso, o Presidente retirou o apoio ao projeto original, pois ele pretendia, com a emissão, favorecer não apenas o setor cafeeiro, mas resolver problemas orçamentários e financiar um programa de combate às secas no Nordeste. A crise política iniciada pelos representantes políticos dos Estados produtores de café contra o Presidente o fez recuar de sua decisão.<sup>87</sup>

O deputado federal paulista Sampaio Vidal também apresentou um substitutivo ao projeto que autorizava o Governo Federal a emitir papel-moeda até a importância de cento e cinquenta mil contos de réis para a defesa do café. As emissões seriam aplicadas na compra de até dois milhões de sacas do produto pelo governo federal ou pelos Estados produtores e na criação do banco de emissão e redescontos.<sup>88</sup>

Entre os não-emissionistas encontravam-se os que defendiam a valorização do café através de empréstimos externos, como na primeira valorização. Nesse sentido, o deputado Antônio Carlos de Andrada apresentou um substitutivo ao projeto que autorizava a emissão, sugerindo ao governo federal que fizesse um empréstimo no exterior, no valor de trinta mil contos. O projeto previa ainda, caso persistisse a crise dos preços do café, a autorização para que o governo federal emprestasse ao Estado de São Paulo, para a compra do produto, até trinta mil contos ouro (em moeda metálica).<sup>89</sup>

No Congresso Nacional, na sessão de 2 de outubro de 1920, o deputado fluminense Nicanor do Nascimento constatava a existência de duas correntes antagônicas: os partidários da política emissionista, defensores da intervenção cafeeira, e os partidários do não-emissionismo. Estes eram considerados otimistas, pois afirmavam que a situação do café era boa e que o Brasil tinha uma situação assegurada nos mercados internacionais, razões por que não precisava de empréstimos nem de emissão. Essa posição era liderada pelo deputado Antonio Carlos de Andrada, líder financeiro do governo na Câmara.

Segundo Nicanor do Nascimento, os intervencionistas, como Cincinato Braga e P. de Frontin, entendiam que o Governo da República devia intervir imediatamente, criando recursos para socorrer a produção e sustentar-lhes os preços, defendendo-a dos *trusts* estrangeiros — compradores a preço mínimo e revendedores a preço máximo. Nicanor argumentava que a situação do café era tão grave que provocou uma crise política com a demissão do líder da maioria, Carlos de Campos, por discordar do Presidente da República, Epitácio Pessoa, já que este não achava

---

87 Fausto, Boris. *Expansão cafeeira...*, p. 233.

88 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 12, pp. 52-53.

89 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 12, p. 52.

urgente o projeto intervencionista.<sup>91</sup> Nicanor atacava a política do Presidente por não intervir na política dos dois gêneros, de máxima importância para o país, então em baixa: o café e o açúcar.

A terceira intervenção do Estado na economia cafeeira refletiu os interesses dos fazendeiros de café e os interesses do Estado. A queda nas exportações, principalmente do café, teve consequências sobre a balança comercial e sobre o câmbio, afetando as contas públicas. O governo federal empenhou-se diretamente na intervenção para resolver os problemas relacionados ao déficit na balança comercial e a queda da taxa cambial. A decisão do governo federal de realizar sozinho a intervenção foi influenciada também pela expectativa de obter lucros com a operação de valorização, como ocorreu na segunda intervenção, quando obteve cerca de 65% de lucro.

Nessa terceira intervenção prevaleceram mais os interesses do Estado do que propriamente o dos fazendeiros, que sequer tiveram tempo hábil para uma nova campanha de valorização do café, já que o governo agiu com rapidez no mercado cafeeiro.<sup>92</sup> O governo federal se antecipou à campanha dos fazendeiros e realizou a operação de compra do excesso de café para a formação dos estoques. As discussões entre os fazendeiros limitaram-se mais à forma como o Estado deveria intervir. A questão mais controvertida foi sobre a utilização ou não da política emissionista com vistas à valorização do café.

Praticamente existia consenso de que era necessária a intervenção do Estado na valorização do café para resolver os problemas financeiros do Estado. Os setores contrários à valorização do café argüiam apenas contra a política emissionista. Argumentavam que a emissão de moeda provocaria inflação, reduziria o poder de compra dos salários e comprometeria as finanças públicas. Porém, afirmavam que se a intervenção fosse inevitável ela não deveria se restringir ao “imperialismo paulista”, mas estender-se a todos os produtos.<sup>93</sup>

Apesar da grande oposição à política de emissão, a terceira intervenção foi realizada diretamente pelo governo federal, com base no Decreto nº 4.182, de 13 de novembro de 1920, que prevê a emissão de papel-moeda, como pode-se observar no Apêndice 4. O governo federal realizou a operação de compra do café com crédito obtido pela Carteira de Emissão e Redescontos do Banco do Brasil.<sup>94</sup> Através dessa Carteira, o governo federal tinha “o poder de influir diretamente na economia nacional, fomentando a produção ou reprimindo a especulação”.<sup>95</sup> Os recursos iniciais utilizados pelo governo federal para a retirada do café do mercado foram obtidos através da emissão de moeda, limitada inicialmente a cem mil contos de réis, e posteriormente elevada para duzentos

---

91 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 12, p. 47.

92 Nas atas do Congresso Nacional constam poucos discursos reivindicando a ação do Estado na solução da crise cafeeira de 1920, o que prova a rapidez com que o governo federal interveio na questão.

93 Aureliano, Liana Maria. *No limiar...*, p. 63. A oposição era liderada no Congresso por Antônio Carlos de Andrada e integrada por políticos gaúchos, baianos e pernambucanos.

94 A Carteira era uma instituição do Banco do Brasil que tinha como objetivo o aumento da elasticidade da oferta de moeda, a redução das reservas bancárias e a baixa da taxa de juros.

95 De acordo com o Relatório do Banco do Brasil de 22 de abril de 1922. In Aureliano, Liana Maria. *No limiar...*, p. 64.

mil. O governo federal retirou do mercado cerca de 4,5 milhões de sacas de café entre março de 1921 e março de 1922,<sup>96</sup> operação que deteve a queda dos preços no mercado internacional.

As críticas à terceira intervenção centraram-se na forma como o governo conduziu o processo de valorização do café, sobretudo a partir do momento em que ele iniciou negociações para obter um financiamento externo, para dar prosseguimento à valorização. O governo federal utilizou o estoque de café como garantia para conseguir financiamento externo de 9 milhões de libras esterlinas com Rothschild, Baring Brothers e J. Schroeder. As críticas centravam-se nas cláusulas do contrato do empréstimo que impedia o governo de realizar novas operações de valorização sem autorização dos banqueiros credores.

A indignação dos fazendeiros foi maior ainda porque o governo federal delegou aos banqueiros estrangeiros o processo de valorização “ao invés de entregá-la aos interessados imediatos e à capacidade comprovada do Estado de São Paulo”, como reclamava o senador federal Azeredo.<sup>97</sup> A responsabilidade pela venda do café ficou nas mãos de uma comissão formada por um representante brasileiro e um representante dos banqueiros. O acordo previa que até o vencimento do contrato — 1932 — o governo brasileiro não poderia realizar nenhuma intervenção para a defesa do café, sem a autorização do representante dos banqueiros que detinha de fato o controle sobre toda a operação valorizadora: a *Brazilian Warrant Company*.

Os protestos de Isaltino Costa refletem o descontentamento dos fazendeiros com os rumos da terceira intervenção, em razão do envolvimento dos exportadores e banqueiros estrangeiros na operação de valorização.

*Transferida para a Brazilian Warrant Company, a função de agente comprador do governo, o erro continuou a subsistir e com agravantes, porque aquela empresa, também estrangeira, sem vínculos morais que a ligassem aos interesses da nacionalidade, era, como é, uma grande comerciante e uma grande especuladora em café. Grande exportadora de disponível e operando na Bolsa em vultuosas proporções, pela sua situação no mercado e por lhe pertencer a caixa registradora, era justamente ela a única empresa contra-indicada para um encargo daquela espécie. Perante a moral e o bom senso, era, de todas as firmas e empresas de Santos, a única que estava impossibilitada de ser investida dessa missão. (...)*

*Ora, a Brazilian Warant Company, como detentora que era e é de todas as ações da caixa registradora, ficava, como ficou durante algum tempo, senhora da situação dos operadores e soberana absoluta dominadora do mercado. A ela se lhe entregava uma posição privilegiada por intermédio da qual podia fazer manobras no mercado que lhe proporcionassem lucros colossais, em prejuízo dos outros*

---

96 Ramos, Augusto. *O Café no Brasil...*, 1923, p. 539.

97 Citado por Costa, Isaltino. *Erros da valorização*, São Paulo, “O Estado de São Paulo”, 1925, p. 20.

*operadores e do comércio legítimo, ferindo fundo os interesses da coletividade e prejudicando os propósitos da valorização.*<sup>98</sup>

As críticas à terceira valorização do café tinham conteúdo marcadamente nacionalista. O senador Alfredo Ellis expressou o descontentamento dos fazendeiros de café com o envolvimento dos banqueiros na operação de defesa, oportunidade em que “se entregara o baralho para jogarem com as cartas marcadas”.<sup>99</sup> Da mesma forma, o senador pernambucano Rosa e Silva criticou duramente a entrega da direção da defesa a estrangeiros.<sup>100</sup>

O JORNAL DO COMÉRCIO publicou vários artigos escritos por Silvio Alvares Penteado que não atacava apenas as condições impostas por esses banqueiros ao governo brasileiro e à valorização do café, mas, principalmente ao tipo de financiamento baseado em empréstimos externos.

*Outra tremenda heresia financeira tem consistido em apelar para empréstimos externos. Nada por certo tem incentivado maiores abusos e malversações que o levantamento de dinheiro no estrangeiro sob pretexto de defender o café. E, no caso do recente empréstimo de 9 milhões de libras, por exemplo, agravaram-se os inconvenientes de semelhante prática, obrigando-se o nosso país às mais leoninas condições contratuais, e retirando-se-lhe mesmo a autonomia para a futura política defensiva do café.*<sup>101</sup>

Essa intervenção, portanto, originou-se tanto dos interesses dos fazendeiros em garantir as margens de lucro como dos interesses do Estado em obter recursos da operação valorizadora, já que as experiências anteriores foram rentáveis, e em resolver os problemas das finanças públicas. A terceira intervenção teve uma abrangência maior que as primeiras intervenções porque não se limitava a socorrer um determinado setor da sociedade. Ela fazia parte de uma tentativa bem mais ampla de institucionalizar intervenções federais na economia.<sup>102</sup>

A campanha pela defesa do café, que resultou na terceira valorização, não se limitou, como nas campanhas anteriores, às reivindicações de medidas excepcionais visando contornar as crises do setor cafeeiro. Essa terceira intervenção, na realidade, representou o primeiro passo do Estado brasileiro no sentido de consolidar sua atuação no setor econômico. Essa terceira intervenção já estava inserida dentro do contexto de mobilização para a criação de mecanismos permanentes de defesa do café e, portanto, da ampliação do domínio do Estado no setor econômico.

---

98 Costa, Isaltino. *Erros da valorização*.... p. 21.

99 Taunay, Affonso de. *História do café*..., vol. 12, p. 156.

100 Taunay, Affonso de. *História do café*..., vol. 12, p. 137.

101 Os artigos do JORNAL DO COMÉRCIO foram divulgados pelo autor em forma de livro. Penteado, Silvio Alvares. *A Campanha de defesa do café em 1923-24*, São Paulo, s/ed., 1923, pp. IX e X.

102 Topik, Steven. *A Presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*, Rio de Janeiro, Editora Record, 1987, p. 90.

# Capítulo IV

---

## A intervenção do Estado na economia cafeeira: a intervenção permanente.

O objetivo central deste capítulo é o estudo das condições históricas que engendraram a intervenção permanente do Estado na economia cafeeira. Essa intervenção não atendeu apenas os interesses do setor cafeeiro, mas também os do Estado. Trata de comprovar a premissa de que essa intervenção, ao estabelecer mecanismos permanentes de ação do poder público na órbita dos interesses privados, principalmente do setor mais dinâmico da economia, consolidou a atuação do Estado no domínio econômico.

### 1. O Contexto Histórico da Intervenção Permanente

Uma economia centrada na produção agrícola e voltada para a exportação como a brasileira tornar-se-ia vulnerável a quaisquer acontecimentos que abalassem o mercado externo consumidor. Apesar de, na década de 1920, a economia brasileira apresentar um dinamismo próprio, com tendência para a diversificação da produção, é fato que a produção e a comercialização do café continuaram sendo o sustentáculo de toda a economia. A dependência do café às condições do mercado consumidor externo é uma razão importante para entender a crise por que passou a lavoura cafeeira durante e logo após a Primeira Guerra. No entanto, as razões dessa crise não são apenas exógenas; ela tinha origem principalmente na órbita da produção.

Após a Primeira Guerra, houve um surto de prosperidade na economia cafeeira, quando os preços subiram de 2,55 libras, em 1918, para 5,10 libras, em 1919 e começo de 1920.<sup>1</sup> Com a prosperidade ressurgiu o fenômeno das novas plantações, um problema cíclico da economia cafeeira, visto que cada alta dos preços provocava o aumento da produção e, conseqüentemente, a queda dos preços. Convém salientar que não eram apenas as intervenções responsáveis pela alta

---

1 Conforme dados da Tabela 1.



dos preços do café. Os ventos frios e geadas contribuíam muito para a valorização do café, já que provocavam redução da oferta e dos estoques e, conseqüentemente, a alta dos preços.

Durante a Primeira República, não houve medidas efetivas para limitar a oferta de café, com exceção da “lei proibitiva” de 1902 do governo de São Paulo, que manteve estável o número de cafeeiros entre 1903 a 1906, como se observa na Tabela 2. A partir da alta dos preços decorrente da intervenção de 1906, essa lei, porém, perdeu sua eficácia. A limitação e a ampliação do plantio ocorreram mais em função da cotação dos preços do café do que propriamente das intervenções artificiais no mercado cafeeiro.

Um outro fator que abalou a lavoura cafeeira na década de 1920 foi a política econômica adotada pelos países consumidores de café para enfrentar as conseqüências da conjuntura recessiva do pós-guerra. Eles serviram-se de mecanismos de proteção, elevando as tarifas de importação e incentivando as exportações através da política de créditos. Essa política econômica afetou o mercado cafeeiro e colocou em xeque os princípios do liberalismo. O protecionismo dos países consumidores fez cair o preço da saca de café de 5,10 libras, em 1919, para 2,19 libras, em 1921.<sup>2</sup> Com isso, um novo clamor se ouviu das fazendas de café, dessa vez pela adoção de mecanismos permanentes de defesa do café.

Por outro lado, a queda dos preços dos produtos de exportação provocou desequilíbrios na contas públicas, uma vez que a balança comercial apresentou saldo negativo e ocorreu uma desvalorização da taxa cambial. Tal quadro e a expectativa de lucro com a operação da defesa levaram o governo a se manifestar também a favor da defesa permanente.

## 2. A intervenção permanente do Estado na economia cafeeira

As intervenções provisórias do Estado na economia cafeeira já não atendiam os interesses dos fazendeiros, por isso, passaram a pressionar o Estado para que assumisse uma política de defesa permanente do café. Além dos argumentos já utilizados em outras ocasiões, os fazendeiros justificaram a necessidade da defesa permanente baseados nas mudanças impostas pela conjuntura mundial no pós-guerra.

A recessão nos países consumidores de produtos brasileiros e as medidas protecionistas adotadas por esses países para combatê-la serviram duplamente de incentivo à mobilização dos fazendeiros de café pela defesa da lavoura cafeeira. Primeiro, porque a elevação dos impostos sobre as importações naqueles países prejudicava as exportações de café brasileiro e, segundo, porque as medidas implantadas fortaleciam as idéias intervencionistas dos fazendeiros.<sup>3</sup>

---

2 Conforme dados da Tabela 1.

3 Não se pode esquecer que a predominância das idéias liberais nos países consumidores de café representou, até aquele momento, um grande obstáculo para as propostas intervencionistas dos fazendeiros. Esse obstáculo traduziu-se tanto na postura oposicionista do grande capital cafeeiro, que controlava o mercado cafeeiro, como também no protesto dos banqueiros internacionais e dos governos daqueles países contra a valorização do café.



A perspectiva de que o governo brasileiro pudesse criar mecanismos permanentes de proteção para o café<sup>4</sup> e a adoção das medidas protecionistas em outros países levaram ao fortalecimento de uma campanha para a proteção não apenas da economia cafeeira, mas de toda a produção nacional. Essa campanha pela defesa permanente fez ressurgir os conflitos entre as diferentes forças sociais que visavam influir no processo de intervenção.

A política de valorização do café, através do mecanismo de retenção da oferta e sem a limitação da produção, provocava na lavoura cafeeira crises de maiores dimensões que as anteriores. Era a própria valorização que gerava as condições para futuras crises que atingiam o setor. Celso Furtado salienta que

*a redução artificial da oferta engendrava a expansão dessa mesma oferta, e criava um problema maior para o futuro". Isso porque "os lucros elevados criavam para o empresário a necessidade de seguir com suas inversões. Destarte, tornava-se inevitável que essas inversões tendessem a encaminhar-se para a própria cultura do café. Dessa forma, o mecanismo de defesa da economia cafeeira era, em última instância, um processo de transferência para o futuro da solução de um problema que se tornaria cada vez mais grave."*<sup>5</sup>

Apesar da "lei proibitiva" ter vigorado durante muito tempo, inclusive durante a primeira valorização, na prática ela não representou obstáculo ao aumento da produção de café. Além disso, as intervenções de 1917 e 1921 ignoraram completamente o problema do excesso da oferta de café e, portanto, não estabeleceram nenhum mecanismo de limitação do plantio. O número de cafeeiros paulistas subiu de 720 milhões, em 1909, para 828 milhões, em 1918, chegando a um bilhão e 47 mil pés, em 1927.<sup>6</sup>

A maioria dos fazendeiros apontavam a "febre de plantar" como uma das causas da crise da lavoura e reconheciam que essa situação relacionava-se com as operações valorizadoras, mas não estavam dispostos a limitar o plantio por iniciativa própria. No entanto, diante da previsão da super-safra para 1920-1921, os fazendeiros reivindicaram a instituição de mecanismos para a defesa do café, acenando para a solução do problema com o estabelecimento de mecanismos duradouros e não apenas provisórios, sem tocar na questão da limitação da produção.

O movimento pela criação de mecanismos permanentes de defesa do café fundamentava-se na idéia de que o mercado era incapaz de resolver os problemas que atingiam constantemente o setor cafeeiro. Os seus idealizadores defendiam que somente o Estado teria a capacidade de intervir para resolver definitivamente as crises da lavoura cafeeira, evitando assim a queda dos lucros dos

---

4 Por ocasião da terceira intervenção o governo federal manifestou apoio à criação de mecanismos permanentes de defesa do café.

5 Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971, pp. 180-181.

6 Monbeig, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, São Paulo, Hucitec/Polis, 1984, p. 114. Ver também dados da Tabela 2.

fazendeiros. A intervenção de caráter provisório não atendia mais os interesses dos fazendeiros porque o Estado se limitava a socorrer a lavoura apenas quando uma super-safra anunciava a queda dos preços. Eles exigiram que o Estado estabelecesse mecanismos permanentes para regular a oferta de café, para evitar as oscilações intrínsecas ao mercado cafeeiro.<sup>7</sup>

A justificativa dos fazendeiros era que as oscilações na oferta do produto provocavam a queda dos preços; por isso, defendiam a criação de um organismo que controlasse permanentemente a oferta de café. Para Eugênio Lefevre, “a ação oficial limitada apenas a compras de cafés na iminência da entrada de grandes safras, para reduzir momentaneamente a oferta e assim evitar a queda dos preços, não podia satisfazer para a solução completa da regularização dos mercados. A produção, progredindo sempre sem guardar relação com o aumento da procura do artigo, impunha a adoção de medidas que não fossem de mero expediente”.<sup>8</sup>

Quando reivindicaram a defesa permanente do Estado na economia cafeeira, os fazendeiros não sugeriram uma inovação. Ao longo da campanha pela valorização do café, algumas vezes reivindicaram medidas para uma solução definitiva dos problemas que afetavam o setor. Em 1906, Rafael A. Sampaio Vidal divulgou, em 1906, uma proposta de instituição de um mecanismo permanente para regular a oferta de café. Ele defendia a criação de alguns armazéns gerais, próximos às ferrovias, onde seria realizada a operação para reter e regular a oferta de café.

*Os poderes públicos dos Estados cafeeiros estão agora patrioticamente empenhados nessa campanha de defesa da produção nacional. Mas, toda a obra de defesa regularmente organizada reclama órgãos permanentes que representem as fortalezas e armaduras com que o produtor e o comerciante possam contar praticamente nos momentos de luta. O plano de valorização do café representa, sem dúvida, uma idéia altamente fecunda e benemérita. Mas, na vida diária os armazéns gerais, retendo a mercadoria e assegurando a regularização da oferta, constituem o aparelho reforçado que funciona firme e suavemente, sustentando os embates da luta comercial. É essa a organização permanente da defesa.*<sup>9</sup>

A proposta de Vidal não ganhou repercussão naquele momento, visto que prejudicava diretamente os interesses dos exportadores. Ao sugerir a criação de armazéns gerais para regular a oferta de café, ele sugeria a transferência do controle dos estoques, em mãos dos exportadores estrangeiros, para o Brasil. Essa medida, dificilmente seria aprovada naquele contexto, haja vista o controle do mercado cafeeiro pelos exportadores, que formavam estoques no exterior para especulação dos preços. A proposta da construção de armazéns significava a transferência do

---

7 A produção cafeeira não oscila apenas por razões climáticas, mas também pela própria natureza da cultura que pode apresentar elevação ou quebra da produção de safra para safra.

8 Lefevre, Eugênio. *Administração do Estado de São Paulo na República Velha*, São Paulo, Tipografia Cupolo, 1937, p. 147.

9 Vidal, Rafael A. Sampaio. *Organização comercial da defesa do café*, São Paulo, Duprat & Comp., 1906, pp. 9-10.

controle externo dos estoques para um controle interno, sob a administração do poder público ou do setor cafeeiro nacional. Esta proposta foi também descartada porque, apesar da primeira valorização ter sido oficialmente conduzida pelo poder público, de fato quem a praticou foram os grupos exportadores que mantiveram sob seu controle os estoques no exterior.

Apesar de Sampaio Vidal ter proposto esse mecanismo de defesa permanente, pode-se afirmar que a primeira proposta de intervenção do Estado na economia cafeeira baseada na instituição de mecanismos permanentes de defesa foi delineada por Silvio Alvares Penteado. Sua proposta foi divulgada no Jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, em 2 de julho de 1917. A proposta foi muito elogiada pelo deputado Nicanor Nascimento que a divulgou no jornal na Câmara Federal, sendo transcrito, por sua solicitação, nas Atas do Congresso Nacional.<sup>10</sup>

A proposta de instituição de um sistema de defesa permanente do café de Silvio Alvares Penteado fundamentava-se no fato de ser o café o principal produto da economia e “um monopólio natural do Brasil”. Para ele, esses dois fatores justificavam a formulação de um método de ação, conjugado com um mecanismo de crédito em defesa do café, ou seja, “um **sistema orgânico de defesa** que mobilize e faça operar **exclusivamente forças e energias coletivas internas**, existentes no próprio Estado e ao nosso alcance, faltando apenas **organizá-las e coordená-las** para enfrentar as lutas do comércio internacional”.<sup>11</sup>

Os fundamentos básicos da proposta de Penteado centravam-se em dois princípios: a) um mecanismo de controle dos estoques de café nas mãos dos brasileiros e não dos exportadores estrangeiros; b) um mecanismo de financiamento que não fosse inflacionário, como as emissões, e que não comprometesse a soberania nacional, como os empréstimos externos. O primeiro mecanismo previa o controle dos estoques pelo poder público ou por um instituto criado para tal finalidade, ou seja, o objetivo consistia em transferir o controle dos estoques para quem efetivamente produzia. Para Penteado, a crise que atingia a lavoura cafeeira era determinada pela irregularidade das safras e a solução encontrava-se no estabelecimento de um método que regularizasse as saídas de café para o mercado externo, visando à manutenção dos preços.

O segundo mecanismo previa a adoção de um financiamento interno através da emissão de bônus especiais pelo poder público, cujo lastro seria o próprio café. Para Penteado, a experiência francesa de evitar as emissões, criando bônus para evitar os problemas causados pelo excesso do meio circulante, justificava sua utilização no Brasil, como forma de solucionar os desajustes provocados pelas emissões no período de 1913 a 1916, quando o meio circulante aumentou em 87%.

---

10 *Anais da Câmara dos Deputados Federais*, vol. X, 1917, pp. 52-58. O deputado solicitou a publicação da proposta na sessão da Câmara de 3 de novembro de 1917. Para apreciação da proposta detalhada da defesa permanente de Silvio Alvares Penteado ver apêndice 5.

11 Penteado, Silvio Alvares. *Como minorar os prejuízos da lavoura*, São Paulo, s/ed., 1918, p. VI. Grifos do autor. Penteado teve uma preocupação constante em caracterizar o sistema de defesa permanente como um método científico utilizado pelas “sociedades modernas” e que ele denominou de “protecionismo integral e generalizado.

Silvio Alvares Penteado definiu ainda as medidas específicas para a proteção exclusiva dos fazendeiros: a garantia das cotações do café dentro de preços limites e a garantia de recursos para o capital cafeeiro, quando os fazendeiros seriam remunerados caso tivesse sua produção comprometida em virtude de alguma calamidade, como as geadas. O objetivo principal de Penteado consistia na formulação de um sistema para “assegurar a atribulada classe dos lavradores, uma prosperidade financeira e bem estar social, nunca antes atingido”.<sup>12</sup>

Penteado escreveu vários livros e publicou muitos artigos na imprensa sempre defendendo os interesses dos fazendeiros. Criticou veementemente o poder público por não ter proporcionado benefícios aos fazendeiros nas três intervenções realizadas. Referindo-se à segunda intervenção ele questionou e concluiu:

*Efetivamente, qual a vantagem econômico-social durável, que promoveu em benefício da classe dos lavradores? — Absolutamente nenhuma vantagem, que permanecesse além das escassas semanas ou meses, em que foi posto em execução. Então, a quem beneficiou o plano (...)? — Aproveitou (cruel ironia!) aos que absolutamente não se buscou beneficiar, às classes dos banqueiros, comerciantes ou comissários, que de nenhum auxílio necessitavam.*<sup>13</sup>

A mobilização dos fazendeiros se fortalecia à medida que chegavam notícias de que alguns países adotavam medidas protecionistas para seus produtos. O economista Vitor Vianna divulgou um estudo, em 1921, mostrando que a intervenção realizada pelo Estado no mercado cafeeiro refletia uma tendência universal. Ele afirmou que outros povos trataram de reorganizar os sistemas econômicos, leis, tarifas alfandegárias e métodos de trabalho para vencer as dificuldades que se acumulavam. Vianna diz que triunfou a corrente protecionista nos Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália, Espanha e outros países. Ele cita a Inglaterra, onde os governantes mantinham as tradições liberais e, no entanto, passaram a praticar o intervencionismo, defendendo as indústrias mestras, estabelecendo seguros contra os riscos de exportação e procurando garantir os desempregados. Nos Estados Unidos, ele aponta a lei de emergência, segundo a qual o governo concedia créditos aos exportadores.<sup>14</sup> Affonso de Taunay enfatiza a repercussão que teve no Brasil a notícia de que o governo japonês estudava o mecanismo de defesa do café brasileiro, com o objetivo de aplicá-lo ao arroz e à seda, dois de seus grandes produtos nacionais.<sup>15</sup>

Os fazendeiros, convencidos da necessidade da intervenção permanente, articularam-se para pressionar os poderes constituídos, não só através do legislativo, da imprensa e nos congressos agrícolas. Organizaram recepções ao presidente da República para dele cobrar suas reivindicações. Em visita à cidade de Santos, em 24 de agosto de 1921, o presidente Epitácio Pessoa teve que

---

12 Penteado, Silvio Alvares. *Como minorar...*, p. VII.

13 Penteado, Silvio Alvares. *Como minorar...*, p. 132.

14 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 12, pp. 55-56. O economista Vitor Vianna defendeu a valorização do café.

15 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 12, p. 61.

responder às pressões dos fazendeiros e admitiu que a valorização do café não era problema paulista, mas uma questão de interesse nacional. Ele apontou a necessidade da realização de operações de defesa do café, argumentando que outras nações praticavam políticas econômicas com o intuito de proteger seus produtos.<sup>16</sup>

Os fazendeiros aproveitaram também a visita do presidente Epitácio Pessoa a São Paulo, em setembro de 1921, para pressioná-lo a assumir a defesa do café. Prepararam uma solenidade no Teatro Municipal e expuseram-lhe suas reivindicações. A Sociedade Rural Brasileira, representada por João Pedro da Veiga Miranda, deputado federal, escritor e fazendeiro, teceu elogios à ação conjunta do governo federal e do Estado em prol da lavoura cafeeira. A “Sociedade” chamou a atenção do Presidente para a necessidade de se organizar a defesa permanente do café.

*Mas, ninguém se iluda: a necessidade é premente. Ou organizamos a defesa forte do mercado, ou, apesar da situação favorável, continuaremos a entregar a mercadoria pelo preço que nos impuserem os compradores organizados e poderosos.*

*A lição dolorosa dos fatos aí está para demonstrar esse perigo. Sem organização sólida e permanente, continuaremos fracos e indefesos, entregando o nosso rico produto, como colonos submissos. Os paulistas já não alimentam mais a mínima dúvida sobre isso. Por isso, pugnam com verdadeiro ardor pela defesa permanente desse produto, que é a base da economia nacional.*<sup>17</sup>

O Presidente viu-se acuado e respondeu positivamente às indagações dos fazendeiros através de um discurso em que assumiu o compromisso de lutar em prol da valorização.

*(...) A questão da valorização do café não é, portanto, uma questão do Estado; é uma questão nacional. Valorizar o café é valorizar as nossas exportação, de que ele representa mais de cinquenta por cento; valorizar a nossa exportação é canalizar ouro para o país; canalizar ouro para o país é fazer pender para o nosso lado a balança mercantil, é dar valor à nossa moeda, é elevar o nosso câmbio, é preparar o bem estar e a prosperidade da nação.*<sup>18</sup>

Essas pressões não ficaram restritas ao setor cafeeiro. A recessão mundial e as medidas protecionistas adotadas pelos países consumidores de produtos brasileiros afetaram os diversos setores exportadores, que, juntamente com os fazendeiros de café, engrossaram a mobilização pela intervenção permanente do Estado na economia do país.

Em agosto e setembro de 1921, Sampaio Vidal publicou vários artigos no Jornal ESTADO DE SÃO PAULO defendendo a necessidade de organização da defesa permanente para coibir a

---

16 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol 12, p. 75.

17 Discurso transcrito por Covello, A. A. de. *Discursos do deputado A. A. de Covello*, São Paulo, Tipografia da Casa Garraux, [1926], pp. 15-16.

18 Covello, A.A. de. *Discursos...*, p. 16.



especulação do café praticada pelos exportadores estrangeiros, que “são oito ou dez casas ricas e poderosas, mais ou menos unidas entre si pelo interesse comum da baixa”.<sup>19</sup> Vidal entendia que as razões da situação do mercado cafeeiro, naquele momento, resumiam-se em dois fatores: “vendedores fracos e compradores fortes”.

*Vendedores fracos porque são mal informados e pessimamente municiados para a luta — compradores fortes porque são admiravelmente informados e dispõem das abundantes munições fornecidas pela organização bancária de seus países. Mas, não é só. Os vendedores representam uma simples multidão detentora da mercadoria, sem laços de união, sem coesão alguma. São vinte mil fazendeiros e muitas dezenas de comissários, seus representantes — grande massa de interessados inteiramente isolados uns dos outros. Cada qual cuida do seu negócio. Nas horas críticas do mercado cada um procura salvar-se como pode, estabelecendo às vezes verdadeira correria, criando lamentáveis situações de pânico. É fácil compreender a fraqueza de uma tal massa difusa de vendedores.*<sup>20</sup>

O fundamento básico da proposta de Sampaio Vidal era semelhante ao da proposta de Silvio Alvares Penteado, ou seja, a regularização da oferta de café no Brasil. Para isso, Sampaio defendia a instituição de uma direção para conduzir a operação e um grande capital ou fundo para sustentar o estoque retirado do mercado. Mas, ao contrário de Silvio Penteado, ele não via obstáculos à utilização das emissões para a constituição do fundo para a compra do café. Nessa questão, Vidal apelava para a ideologia da identificação dos interesses: “não podemos acreditar que brasileiros de espírito lúcido e elevado se oponham à emissão destinada à defesa de um produto que representa a base fundamental de toda a economia brasileira, que se recussem a proporcionar os meios de organizar essa defesa permanente (...)”.<sup>21</sup>

Silvio Alvares Penteado acreditava que até mesmo os próprios fazendeiros poderiam cuidar do Instituto, mas Sampaio Vidal, em face da desunião dos fazendeiros, não via outra alternativa senão exigir a presença do Estado para coibir a ação dos especuladores estrangeiros.

*Entre produtores e consumidores trabalhava um bando de rapineiros do comércio, que se fartava tranquilamente a devorar os frutos da produção brasileira. Era exatamente contra os abusos desse bando audacioso que se impunha a organização da defesa permanente. Não para impor preços, e sim apenas para acautelar o fruto do trabalho nacional.*<sup>22</sup>

A insatisfação dos diversos setores da sociedade com a crise econômica que afetava o país traduziu-se na violenta campanha eleitoral para presidente da República, em 1921. Foi nesse

19 Vidal, Rafael A. Sampaio. *Defesa Permanente do café*, São Paulo, Casa Espindola, 1921, p. 20.

20 Vidal, R. A. Sampaio. *Defesa permanente...*, pp. 19-20.

21 Vidal, R. A. Sampaio. *Defesa permanente...*, pp. 15-16 e 30.

22 In Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol 12, p. 86.

contexto que o então presidente da República, Epitácio Pessoa, enviou ao Congresso Nacional, em 17 de outubro de 1921, uma mensagem propondo a defesa permanente do café. Nessa mensagem, o Presidente destacava a falta de organização bancária capaz de fornecer recursos para o setor cafeeiro e a importância do café para a economia nacional, que representava 75% da produção mundial, como fatores justificadores para a intervenção.

As palavras do Presidente são indicadoras da disposição do poder público em intervir no domínio econômico e do grau de comprometimento entre o poder público e o setor privado cafeeiro. Esse discurso contribuiu para a construção da idéia da identificação dos interesses dos cafeicultores com os interesses da nação.<sup>23</sup> Em suas palavras:

*O café representa a principal parcela no valor global da nossa exportação, e, portanto, o produto que mais ouro fornece à solução dos nossos compromissos no estrangeiro. (...) Longa experiência nos tem demonstrado que da situação do café depende a segurança da nossa economia.*

*A defesa do valor do café constitui, portanto, um problema nacional, cuja solução se impõe à boa política econômica e financeira do Brasil. Justo seria sem dúvida que se regulasse a defesa de toda a nossa produção. Assim deve ser, e, para isto, cumprir- nos cuidar sem demora da nossa organização bancária.*

*Enquanto, porém, não o fazemos, será imperdoável descuido deixarmos que continue entregue às astúcias da especulação o nosso principal produto, quando fácil nos é, mesmo sem aquela organização, ampará-lo desde já por meios capazes e eficientes.*<sup>24</sup>

O Presidente defendeu a criação de um órgão apoiado em dois elementos principais: “unidade de ação e força de resistência”. Esse órgão seria representado por um Conselho, composto por pessoas de notória competência, para dirigir as operações de defesa do café, sob a presidência do Ministro da Fazenda e a vice-presidência do Ministro da Agricultura. Esse Conselho de Defesa Permanente do Café teria uma organização comercial com o objetivo de obter informações a respeito de todos os mercados de café. As reuniões do Conselho seriam presididas pelo Ministro da Fazenda, que teria direito de veto contra as resoluções porventura contrárias aos fins do Instituto de Defesa Permanente do Café.<sup>25</sup>

---

23 Segundo Boris Fausto, por essa defesa, o Presidente recebeu uma grande homenagem das associações de classe, quando visitou o Estado de São Paulo e era frequentemente lembrado pelos porta-vozes do setor cafeeiro como um exemplo a ser seguido. Fausto, Boris. “Expansão do café e política cafeeira”, in *História geral da civilização brasileira: O Brasil Republicano, Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*, São Paulo, Difel, 1977, volume 3, p. 233.

24 *Documentos Parlamentares: Mensagens Presidenciais*, Rio de Janeiro, Imprensa do Congresso Nacional, 1922, p. 3.

25 A política cafeeira durante a Primeira República esteve subordinada às decisões do Ministério da Fazenda, e não às da Agricultura. Nas mensagens que os presidentes da República enviavam ao Congresso Nacional

Esse Instituto, segundo o Presidente, teria sucursais nos principais mercados produtores e representantes nos grandes centros consumidores. Ele estabelece em trezentos mil contos o capital do Instituto, que só poderia ser utilizado da seguinte forma:

*I. Empréstimo aos interessados, com base e juro módico determinados pelo Conselho, mediante garantia de café depositado em armazéns gerais ou nos armazéns oficiais da União ou dos Estados.*

*II. Compra de café para retirada provisória do mercado, quando o Conselho julgasse oportuno e necessário à regulamentação da oferta.*

*III. Propaganda do café para aumento do consumo e repressão das falsificações.*<sup>26</sup>

Estava previsto que o capital do Instituto teria como fontes de recursos: a) lucros apurados nas operações de valorização que estavam sendo realizadas pelo governo federal; b) lucros apurados na liquidação do convênio comercial com a Itália; c) lucros apurados nas operações efetuadas pelo Conselho e d) caso necessário, emissão de papel-moeda sobre lastro ouro, constituído pelas sobras do fundo de garantia e, por último, sobre lastro café, na razão de 80% tanto quanto bastasse para completar o capital.<sup>27</sup>

Os deputados e os senadores discutiram a proposta apresentada pelo Presidente da República. O deputado e membro da Comissão de Finanças da Câmara, Rafael Sampaio Vidal, apontava que os preços baixos do café estavam associados à negligência em organizar meios seguros, permanentes, para defesa do café. Ele atribuíra as causas da baixa dos preços à ausência de um sistema de crédito bancário para a retenção da mercadoria que “trouxera sempre prejuízos enormes aos produtores e à economia nacional”.

Para Rafael Sampaio Vidal, a falta de uma organização de crédito decorria da grande influência da “opinião de negativistas professando verdadeiro horror à idéia de que o Estado viesse imiscuir-se em questões econômicas”. Isso propiciava as condições, “onde os especuladores estrangeiros realizavam anualmente lucros de uma ou duas centenas de milhares de contos, lucros legítimos do trabalho nacional, verdadeiro paraíso como campo para assaltos de especuladores poderosos”.<sup>28</sup> O discurso do deputado Sampaio Vidal significava uma retomada do discurso nacionalista que ganhava novamente espaço no Congresso e na imprensa.

A maioria dos deputados, no entanto, não concordava com a proteção exclusiva dos interesses dos cafeicultores. A oposição ao projeto de defesa permanente do café centrava-se em três

---

eram constantes as referências ao fato de que o café representava um elemento fundamental na política econômica do país, por seu peso na balança comercial e por sua influência na taxa cambial.

26 *Doc. Parl., Mensagens...*, p. 4.

27 *Doc. Parl., Mensagens...*, p. 5.

28 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 12, p. 85.

argumentos principais: a política emissionista, por ser inflacionária, o monopólio do café pelo governo e o privilégio com que a União tratava o Estado de São Paulo.

Na sessão de 30 de novembro de 1921, o deputado pernambucano Gonçalves Maia combateu duramente o projeto de defesa permanente pois “não tratava senão de criar um monopólio de café, às mãos do governo, a este transformado em negociante, para adquirir o artigo a preço que entendesse, artificialmente estabelecido, e vendê-lo no estrangeiro”. O deputado Maurício de Medeiros também argumentou contra o projeto afirmando que “iam os demais produtores nacionais ficar de joelhos, a pedir a São Paulo as migalhas acaso caídas do banquete da valorização”.<sup>29</sup> Antonio Prado, que defendeu o não-intervencionismo antes do Covênio de Taubaté e, posteriormente, aderiu ao intervencionismo provisório, manifestou, em 1921, uma posição contrária à intervenção permanente, em carta enviada a Nilo Peçanha.<sup>30</sup>

Outro ponto que mereceu duras críticas da oposição foi o artigo que previa auxílios diretos aos produtores. Na sessão de 8 de dezembro de 1921, o deputado Gonçalves Maia voltou novamente à tribuna da Câmara para dizer que o projeto não defendia o produto e sim os produtores. Para ele, em nenhum momento da execução dos planos de defesa adotados anteriormente cogitou-se a “idéia disparatada” de emprestar individualmente aos fazendeiros, e que “estes para vender bem as colheitas não hesitavam em lançar mão do pior recurso possível, o da inflação, cancro e chaga de todo o organismo social”.<sup>31</sup>

Por isso, eles aprovaram várias emendas alterando o projeto original de defesa do café e transformaram-no em defesa permanente da produção nacional, mas mantendo a mesma forma de organização prevista no projeto de defesa do café, que previa:

*I — empréstimos aos interessados, sobretudo produtores, mediante condições, prazo e juros módicos determinados pelo Conselho e garantia de produtos agrícolas nacionais, de fácil e segura conservação, depositados em armazéns gerais ou armazéns oficiais da União ou dos Estados.*

*II — Compra de café para a retirada provisória do mercado, quando o Conselho julgasse oportuna tendo em vista a regularização da oferta.*

*III — serviço de informações e propaganda dos produtos agrícolas nacionais para aumento do consumo e repressão das falsificações.*<sup>32</sup>

Apesar da resistência de alguns não-intervencionistas, o projeto de defesa permanente da produção nacional foi aprovado por ampla maioria do Congresso,<sup>33</sup> tornando-se o Decreto nº 4.548,

29 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 12, p. 107.

30 Fausto, Boris. *Expansão cafeeira...*, p. 245.

31 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 12, p. 108.

32 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 12, p. 114.

33 No Senado Federal o projeto foi aprovado por 104 votos contra 7. Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 12, p. 124.

de 19 de junho de 1922.<sup>34</sup> Como disse Affonso de Taunay: “os adversários da intervenção do Estado na solução desses problemas, jamais haviam logrado a vitória de seus princípios ou idéias, aferados à ortodoxia de que a função do Estado se devia limitar a criar impostos, cobrar impostos, e entreter o mecanismo preciso ao exercício dessas duas funções”.<sup>35</sup>

A estrutura do projeto enviado pelo Presidente da República praticamente não foi alterado. Apesar das mudanças de conteúdo do projeto, ampliando a defesa a toda produção nacional, o novo projeto, elaborado pelos parlamentares, continuou atribuindo um peso significativo ao café, quando destinavam a ele 300 mil contos de réis dos 350 mil previstos para a defesa permanente da produção em geral. Além disso, o decreto previa a criação do Instituto de Defesa Permanente do Café, da mesma forma como estava prevista no projeto original. Outra preocupação dos deputados dos Estados produtores de café era evitar que os impostos sobre exportação passassem para as mãos do governo federal, como ditava o artigo 10 da Constituição de 1891.<sup>36</sup>

O processo de intervenção permanente do Estado na economia cafeeira resultou também do interesse dos governos federal e estadual nos lucros advindos da valorização do café. Delfim Netto não deixa dúvidas sobre o interesse do Estado no processo de intervenção no setor cafeeiro na década de 20. Referindo-se à terceira intervenção, Delfim diz que “a rapidez da intervenção governamental, principalmente o fato de o governo federal tomar a iniciativa da ação, e o término do escrúpulo de financiá-la por meio de emissões, mostra claramente que o Estado participava da cupidez dos agricultores e que o terreno estava preparado para ações de maior envergadura”.<sup>37</sup> Delfim afirma que

*o próprio governo federal, a princípio hesitante, tirara boas vantagens das operações. Estes fatos que pareciam contradizer toda a ortodoxia econômica (...) fortificaram de tal maneira a posição dos chamados ‘valorizadores’ que dificilmente haveria qualquer titubeio por parte do governo para intervir em outras dificuldades.*<sup>38</sup>

A idéia de defesa ganhava força na medida em que representava mais uma fonte de receita de divisas para o Estado. Eugênio Lefevre mostra que as três primeiras intervenções no setor cafeeiro deram lucro para os governos.

*Para levar a cabo a campanha da primeira intervenção no mercado, para a valorização, o Estado de São Paulo, sem qualquer concurso dos outros Estados interessados, signatários do Convênio de Taubaté, contraiu empréstimos no valor total de 525.432:000\$000 e arrecadou,*

---

34 Para uma apreciação da íntegra desse Decreto consultar o Apêndice 6 deste trabalho.

35 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 12, p. 123.

36 O artigo 10 da Constituição está no Apêndice 6.

37 Delfim Netto, Antonio. *O Problema do café no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, Min. Agricultura/SUPLAN, 1979, p. 83.

38 Delfim Netto, Antonio. *O Problema do café...*, p. 72.



*sobre o café de produção paulista somente, a quantia de 362.029:483\$677, até 1920.*

*O café comprado para ser retirado fora do mercado custou 279.958:108\$475 e foi vendido por 340.958:108\$475. Até 1920, o governo resgatou os empréstimos externos no valor de 513:185:670\$000, com o produto da venda de café e da sobre-taxa, faltando apenas resgatar o saldo do empréstimo do governo federal, na importância de 12.246:330\$000, a vencer-se em 1924, e satisfaz a todas as despesas da valorização, armazenagens, comissões, etc., na importância de 369.902:491\$769. E dispunha ainda do saldo existente na casa Bleischröder, de Berlim, de responsabilidade do governo alemão, de modo que, conforme o balanço do ativo e passivo do serviço da valorização, extraído na Diretoria de Contabilidade do Tesouro, ao encerrar-se o exercício de 1920, o ativo líquido, transferido para o patrimônio do Estado, era de 105.574:841\$349.*

*Na segunda intervenção, feita pelo governo do Estado, em 1917, exclusivamente com recursos fornecidos pela União, não resultaram também prejuízos. Ao contrário, tendo as despesas com as compras e armazenagens do café retirado do mercado atingido a 110.000:000\$000, a sua venda por preços altos, aliás favorecidos pela escassez do produto em virtude da geada de 1918, permitiu o resgate da dívida total contraída pelo Estado e ainda a distribuição dos lucros na importância de 64.467:628\$756, a cada uma das partes interessadas, a União e o Estado.*

*Finalmente, na terceira e última intervenção, feita exclusivamente pelo governo federal e sob sua responsabilidade, em 1921, a liquidação final da operação fez-se ainda com o avultado lucro de 159.147:605\$629.<sup>39</sup>*

Durante a terceira intervenção de 1921, quando ainda existia grande parte do estoque do café adquirido, o governo federal iniciou o processo de defesa permanente do café com a construção de armazéns reguladores — em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro — e com a limitação das entradas de café, em quotas mais ou menos iguais, nos portos de Santos e Rio. Para executar essas medidas, estudar e elaborar outras, o governo tratou da criação do Instituto de Defesa Permanente do Café.

Antonio Barros de Castro também analisa as razões que levaram o Estado a assumir a defesa dos interesses da economia cafeeira.

*Primeiramente, a hipertrofia atingida pelo setor cafeeiro exigia um retrocesso paulatino e controlado, caso contrário, a crise acarretaria uma série de 'quebras', levando ao caos o núcleo central da economia.*

---

39 Lefevre, Eugênio. *A administração do Estado...*, pp. 143-144.

*A seguir, o Estado já se encontrava totalmente comprometido com o setor, dispondo de instituições especializadas no terreno e de larga experiência 'intervencionista'. Finalmente, a imensa crise em que se encontravam envolvidos os grandes centros capitalistas não permitia contar com qualquer forma de apoio externo. Cabia assim, indeclinavelmente, aos poderes públicos evitar o colapso e facilitar acomodações pelo patrocínio de uma variada gama de medidas.*<sup>40</sup>

Para iniciar a implementação da defesa permanente do café, o governo federal — Presidente Arthur Bernardes — procurou alterar as cláusulas contratuais do empréstimo de 9 milhões de libras que o Presidente Epitácio Pessoa contraiu, em 1922, com banqueiros internacionais, por ocasião da terceira intervenção. Coube a Numa de Oliveira ir a Londres, em 1923, com a incumbência de tentar alterar duas cláusulas desse empréstimo, que vetava a implementação de qualquer operação de defesa por parte do governo, sem a devida autorização da **Braslian Warrant Company**, até o término do contrato.<sup>41</sup> A cláusula mais polêmica, e que suscitou acalorados debates no Congresso Nacional e na imprensa, foi a 12ª: “o governo absentar-se-á de comprar, direta ou indiretamente, sem o prévio consentimento do comitê, dado por escrito, qualquer café, **assim como não autorizará qualquer novo plano de valorização ou defesa relacionada com o café**”.<sup>42</sup>

A polêmica sobre o empréstimo foi maior quando o ex-Presidente Epitácio Pessoa veio a público afirmar que as cláusulas do contrato divulgadas pela imprensa não correspondiam às cláusulas que o governo efetivamente acordou com os credores. Epitácio Pessoa declarou que o texto original da 12ª cláusula previa que: “o governo não comprará, direta ou indiretamente, sem o prévio consentimento do Comitê, dado por escrito, qualquer café, **e o governo compromete-se a empregar os seus melhores esforços no sentido de evitar a criação de um novo plano de valoriação do café**”.<sup>43</sup> A declaração do ex-presidente suscitou várias discussões na imprensa e no Congresso Nacional porque revelava a submissão do governo face aos banqueiros internacionais e a postura destes contra as intervenções estatais.

As discussões sobre as condições para obtenção de empréstimos externos e sobre o controle do processo de defesa pelos exportadores e banqueiros internacionais fortaleceram as idéias de que a intervenção estatal deveria ser realizada com financiamento interno e pelos próprios brasileiros. Era a retomada do nacionalismo que caracterizou a campanha intervencionista desenvolvida, particularmente, pelos fazendeiros de café.

Com base no Decreto 4.783 de 31 de dezembro de 1923, o Presidente Artur Bernardes iniciou a execução da defesa permanente.<sup>44</sup> No entanto, a sua decisão de implementar apenas a defesa

---

40 Castro, Antonio Barros de. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1975, vol. 2, p. 78.

41 Aureliano, Liana Maria. *No Limiar da industrialização*, São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 72.

42 *Anais da Câmara dos Deputados de 1923*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928, vol. 11, p. 451. Grifo no original.

43 *Anais da Câmara dos Deputados de 1923...*, vol. 11, p. 634. Grifos no original.

permanente do café contrariou vários setores da economia que também reivindicavam a proteção do poder público. A oposição à defesa permanente do café era composta principalmente pelos produtores de outros produtos de exportação, que também sentiram os efeitos da política recessiva nos países consumidores, e pelos setores que produziam para o mercado interno. Também houve pressões externas para que o governo não assumisse a defesa permanente do café, como a de uma missão econômica e financeira inglesa que, após um estudo da situação econômica brasileira, disse ao Presidente Artur Bernardes que não era função do governo federal emprestar o seu crédito para uma indústria particular e que a defesa do café deveria ser conduzida pelos próprios produtores.<sup>45</sup>

Em face das pressões contra a defesa permanente do café, o Presidente Arthur Bernardes, que já havia adotado várias medidas para isso, recuou de sua posição e considerou mais conveniente transferir o encargo da defesa para o governo de São Paulo. Manuel Olimpio Romero fez duras críticas à nova decisão do Presidente.

*O sr. Arthur Bernardes, então mudou de idéia e renegou tudo quanto prometera solenemente na plataforma com que se apresentou candidato das forças políticas que o levaram à presidência da República. E, mudou de forma tal, que não se limitou apenas a desistir do Instituto de Defesa do Café; e até fez o que pôde para baixar os preços desse produto, não se cansando de repetir que era verdadeira loucura café a 40\$000 a arroba. Por esse preço, pago nas fazendas paulistas, acrescentava ele, o café desorganiza a economia nacional e concorre para o despovoamento dos outros Estados, principalmente Bahia e Minas. E, coerente com esse modo de pensar, a primeira providência que deu, para fazer cair o mercado, foi mandar abolir a limitação das entradas de café nos portos de Santos e Rio. Nesse sentido, deu ordens ao Ministro da Fazenda, chefe de toda a organização e, portanto, quem dirigia todo o movimento do café. Esta resolução governamental provocou uma crise e quase houve um rompimento entre a política paulista e o governo federal, ou antes, entre a política paulista e a política mineira.*<sup>46</sup>

### 3. O Instituto do Café do Estado de São Paulo

A transferência da defesa permanente do café para o governo do Estado de São Paulo satisfaz os interesses de muitos fazendeiros paulistas, já que acreditavam que o governo federal poderia novamente beneficiar os exportadores e banqueiros, em detrimento dos interesses da lavoura. A

---

44 Ver parte desse Decreto, que autorizou o Presidente da República a organizar uma instituição para a defesa do café, no Apêndice 7

45 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 12, p. 194-195.

46 Romeiro, Manuel Olimpio. "São Paulo e Minas na economia nacional", in Lefevre, Eugênio. *A Administração do Estado...*, pp. 150-151. Grifos do autor.

transferência foi aprovada pelo Congresso Nacional, constituindo-se no Decreto 4.868, de 7 de novembro de 1924.

Com isso, o governo do Estado de São Paulo criou, através da Lei 2.004, de 19 de dezembro de 1924,<sup>47</sup> o Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, denominado posteriormente de Instituto do Café do Estado de São Paulo.<sup>48</sup> A estrutura organizacional desse Instituto era exercida por um Conselho do qual faziam parte o Secretário da Fazenda e do Tesouro, no cargo de presidente, o Secretário da Agricultura, como vice-presidente, e os outros três cargos eram ocupados por pessoas de “notória competência em assuntos agrícolas e comerciais, indicadas pelo governador do Estado, pela lavoura cafeeira e pela Associação Comercial de Santos”.<sup>49</sup>

Os fazendeiros tentaram modificar a estrutura do Instituto, através de sua representação parlamentar no Congresso Estadual. Eles queriam aumentar sua participação nas decisões do Instituto. No Senado de São Paulo, o senador Reinaldo Porchat, ao declarar-se “representante do interesse legítimo dessa classe [de lavradores], a que aliás não pertença”, propôs a ampliação do número de membros da administração do Instituto de cinco para sete e a participação de quatro representantes da lavoura e não de dois como estava previsto. Reinaldo Porchat considerava que “para os lavradores de São Paulo é ponto capital que a administração do Instituto de Defesa do Café seja composta de membros em sua maioria pertencentes à classe dos agricultores”.<sup>50</sup>

A estrutura do Instituto foi alterada várias vezes até 1930, mas todas elas seguiram o mesmo rumo, a centralização do poder nas mãos do poder público, sob o controle da Secretaria da Fazenda. Ao contrário do que pleiteavam os fazendeiros, a administração passou a ser feita exclusivamente pelo governador do Estado, que indicava também o nome de todos os membros do Instituto. Eles perderam até mesmo o direito de escolher alguns membros do Instituto. A Associação Comercial de Santos e as sociedades agrícolas protestaram contra a centralização das decisões do Instituto nas mãos do poder público, tendo o apoio do Partido Democrático que tentou capitalizar a insatisfação dos fazendeiros. O Partido Democrático posicionou-se contra as mudanças porque, como afirma Boris Fausto, ele podia influir no Instituto através das entidades de classe, mas “não tinha a mesma possibilidade quando o controle total do organismo passava para as mãos do Estado e portanto do PRP”.<sup>51</sup>

No final de 1927, o Instituto passou por uma nova reformulação, momento em que foram separadas as atribuições de defesa econômica agrícola e de defesa econômica comercial, ficando a primeira sob a responsabilidade da Secretaria da Agricultura e Comércio e a segunda sob o controle

---

47 A íntegra desta Lei está no Apêndice 7.

48 O Decreto nº 4.301, de 22 de março de 1926, não apenas muda o nome do Instituto como também determina algumas alterações no seu funcionamento.

49 A estrutura completa do Instituto encontra-se no Apêndice 7.

50 *Anais do Senado do Estado de São Paulo de 1924*, p. 553.

51 Fausto, Boris. *Expansão do café...*, p. 240.

do Instituto.<sup>52</sup> Essa reformulação foi realizada com o intuito de centralizar a atuação do Instituto no controle dos estoques.

Os principais objetivos do Instituto eram: a) a regularização dos embarques de café para os portos, medida que visava impedir que o fazendeiro colocasse no mercado toda a produção num determinado período; b) a facilidade de crédito para os fazendeiros e; c) a propaganda sistemática para o aumento do consumo.<sup>53</sup> A intervenção tinha como objetivo central evitar flutuações bruscas no mercado.<sup>54</sup>

O Instituto começou a funcionar plenamente após a transferência dos armazéns do governo federal e da construção de novos para a retenção do café.<sup>55</sup> Para Carlos Manuel Peláez, “a disponibilidade de estoques nos mercados consumidores constituía ameaça iminente aos preços do café. Era mais fácil ocultar os eventuais excessos de produção cafeeira no interior do Brasil”.<sup>56</sup> Com isso, o sistema de defesa permanente introduziu mudanças substanciais no sistema de comercialização do café com a transferência do local de armazenamento de café do exterior para o Brasil.

O Instituto de Defesa centrou sua atuação na retenção do café e na regularização das entradas de café nos armazéns gerais. O objetivo era eliminar o mecanismo de especulação, praticado pelos exportadores, que reduzia os preços do café. Para isso, tornou-se fundamental que o Instituto tivesse os recursos para comprar o café dos fazendeiros e mantê-lo estocado nos armazéns. Era preciso também fornecer créditos aos fazendeiros para que ele pudesse também reter o café nas suas fazendas, tendo em vista que o Instituto limitava a entrada de café nos armazéns reguladores.<sup>57</sup> Procurava-se assim evitar que o café fosse vendido apenas num determinado período ano,<sup>58</sup> para coibir a especulação baixista dos exportadores.

---

52 Telles, Mário Rolim. *A Defesa do café e a crise econômica de 1929*, São Paulo, s/ed., 1931, p. 11.

53 Ver Lei da criação do Instituto Paulista que se encontra no apêndice 7. Ver também Lefevre, Eugênio. *A Administração do Estado...*, p. 168.

54 Simonsen, Roberto. “Aspectos da história econômica do café”, in *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*, São Paulo, Editora Nacional-Editora da USP, 1973, p. 225.

55 Esses armazéns eram construídos, até aquele momento, predominantemente nos portos de embarque para o exterior, onde os exportadores tinham controle dos estoques. Com a defesa permanente, eles passaram a ser construídos no interior, em locais estratégicos para os fazendeiros e próximos às ferrovias. Esses armazéns cumprem uma função vital para o setor cafeeiro, pois ali são armazenados a safra de café para ser comercializada ao longo do ano.

56 Peláez, Carlos Manuel. “Análise econômica do programa brasileiro de sustentação do café — 1906-1945: teoria, política e medição”, in *Instituto Brasileiro do Café, Ensaio sobre o café e desenvolvimento econômico*, Rio de Janeiro, I.B.C., 1973, p. 207.

57 O sistema de retenção pressupunha três procedimentos básicos: primeiro, a quantidade exportada era igual à exportada no mês anterior; segundo, os armazéns reguladores só poderiam receber a mesma quantidade que foi exportada no mês anterior; e, terceiro, uma vez definida a quantidade a ser adquirida, estabelecia-se o percentual que as regiões tinham direito.

58 Normalmente os fazendeiros vendiam a safra logo após o período da colheita — que era aproximadamente entre junho a agosto —, já que eles necessitavam do dinheiro para fazer face aos compromissos de custeio e ao pagamento dos empréstimos contraídos no período da entressafra.



Para garantir o funcionamento do Instituto e viabilizar o financiamento aos fazendeiros, criou-se um fundo para a defesa do café para auxiliar diretamente os fazendeiros e, ao mesmo tempo, para garantir a obtenção de empréstimos externos. Os recursos para esse fundo eram obtidos através da cobrança de uma taxa no valor de um mil réis por saca de café que transitasse no Estado, medida que se estendeu, por acordo, a outros Estados produtores de café. Para solucionar os problemas imediatos de crédito, o Instituto previa a criação de um Banco oficial — Banco Paulista de Crédito Agrícola — para fornecer recursos aos fazendeiros,<sup>59</sup> que, na realidade, nunca existiu.<sup>60</sup> Muitos fazendeiros protestaram contra a forma de concessão de empréstimos para a lavoura, acusando o Instituto de Defesa do Café e o Banco do Estado de São Paulo de “proteção, filhotismo e nepotismo”.<sup>61</sup>

O sistema de defesa permanente procurou evitar ao máximo a atuação dos banqueiros e dos exportadores estrangeiros, que tinham praticamente conduzido a primeira e a terceira operações de defesa do café. A vinculação com os banqueiros internacionais restringia-se ao financiamento necessário para os compromissos assumidos pelo Instituto.

Ao reduzir a participação direta do grande capital cafeeiro e internacional na operação de valorização, esse sistema de defesa provocou insatisfação da parte de importadores e de setores nos Estados Unidos da América. Essa insatisfação se concretizou nos vetos que o Departamento de Estado fez às solicitações de empréstimos do Instituto à firma J. & W. Seligman, no valor de 15 milhões de dólares, e do governo de São Paulo à firma Speyer & Co., de mais de 25 milhões de dólares.<sup>62</sup>

A dificuldade para obter financiamento externo nos Estados Unidos não foi um obstáculo para o funcionamento do sistema, pois o Instituto, com a garantia do governo de São Paulo, contraiu, em 1926, empréstimos no valor de 10 milhões de libras esterlinas com os banqueiros Lazard Brothers Co., de Londres, que se comprometeram a fornecer anualmente novos empréstimos. Era de se esperar que os obstáculos maiores à nova intervenção partissem de países que constituíam grande mercado consumidor, já que ela prejudicava os consumidores, em razão da elevação artificial dos preços do café e retirava o monopólio da comercialização das mãos dos exportadores, em grande parte, dos Estados Unidos da América.

Os financiamentos garantiram a retenção do excedente de café e a elevação da média de preços de três libras-ouro, entre 1921 e 1924, para cinco libras-ouro, entre 1925 e 1929.<sup>63</sup> No entanto, o sistema de defesa permanente, ao não prever mecanismos de contenção da produção, alimentou as condições para o surgimento da maior crise que a economia cafeeira já tinha enfrentado. Eugênio

---

59 Monbeig, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, São Paulo, Hucitec, 1984, p. 115.

60 O Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, criado em 1909, teve seu capital aumentado em 1925 para fornecer os créditos aos fazendeiros. Em 1926, a denominação deste Banco passou para Banco do Estado de São Paulo. Delfim Netto, Antonio. *O Problema do café...*, p. 88.

61 Taunay, Affonso de. *Pequena história...*, p. 415.

62 Fausto, Boris. *Expansão cafeeira...*, pp. 242-243.

63 Conforme dados da Tabela 1.

Lefevre reconhece que “o aparelhamento instituído para a defesa do café continha esta grande falha: não cogitava da suspensão ou limitação do plantio (...)”.<sup>64</sup> A manutenção dos preços num patamar elevado fez ressurgir a “febre de plantar”. O número de cafeeiros produzindo, em São Paulo, subiu de 949.149.451, em 1923-1924, para 1.152.520.958, em 1928-1929, atingindo 1.504.035.486, em 1932-1933.<sup>65</sup> Os problemas do setor cafeeiro tendiam progressivamente a se ampliar, haja vista a demanda não acompanhar a oferta, mesmo quando os preços estavam abaixo do custo, devido à falta de elasticidade da demanda por café.<sup>66</sup>

A política de defesa do Instituto procurava atacar as causas da crise cafeeira pelo lado da oferta do produto, sem, no entanto, limitar a produção. O objetivo central consistia na formação de estoques reguladores de café para evitar que o excedente produzido fosse colocado no mercado consumidor. Os efeitos imediatos dessa política trouxe uma sensação de que estavam resolvidos os problemas da economia cafeeira. Os preços subiram, em média, de três libras a saca, entre 1921 e 1924, para cinco, entre 1925 e 1929.<sup>67</sup>

Até o Presidente Arthur Bernardes, que não se empenhou para a realização da defesa, transferindo-a para São Paulo, reconheceu importância dessa política para a economia do país. Referindo-se ao mecanismo de defesa executado pelo Instituto, o Presidente afirmou ser o processo diferente dos anteriores.

*Regulariza as entradas no mercado, de modo que não se verifique, em nenhum momento, escassez ou excesso de produto. Estando na conveniência do produtor e do bom comerciante evitar as grandes altas e baixas de cotações, que convertem os negócios em jogo, a defesa do café presta um benefício às duas partes, estabilizando os preços. (...) Por outro lado, o país não tem que objetar a esse plano, que não se está executando à custa da população, com papel-moeda, mas com empréstimos custeados pela própria produção. (...) se os pontos de vista do governo federal e dos Estados produtores têm divergido substancialmente neste assunto, as discordâncias desapareceram ante a organização atual da defesa, que renunciou ao recurso das emissões de papel-moeda e da retenção do produto, com o intento de elevar-lhe artificialmente o preços.*<sup>68</sup>

64 Lefevre, Eugênio. *A Administração do Estado*..., p. 169

65 Lefevre, Eugênio. *A Administração do Estado*..., p. 170. Ver também dados da Tabela 2.

66 Thomas H. Holloway salienta que “um dos aspectos críticos da economia mundial do café, sobre a qual os brasileiros tinham, de fato, muito pouco controle, era a falta de elasticidade da demanda. (...) O aumento do consumo não era acelerado durante o período em que o preço caía e não diminuía muito quando o preço era relativamente alto”. Para ele, a situação cafeeira agravava-se mais ainda em razão da oferta, a curto prazo, não possuir elasticidade, ou seja, a produção não tem capacidade de responder rapidamente às mudanças de preço. Holloway, Thomas H. *Vida e Morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, pp. 21-22.

67 Conforme dados apresentados na Tabela 1.

68 Palavras proferidas em mensagem do Presidente Arthur Bernardes encaminhada ao Congresso Nacional, em 1926. In: Andrade, Almir de. *Contribuição à história administrativa do Brasil*, São Paulo, Livraria José Olympio, 1950, vol. 1, p. 69.

Segundo Affonso de Taunay, o ano de 1927 foi de grande euforia para os fazendeiros de café, com a celebração “de grandes e longas festas em São Paulo”, e culminou com a realização, em outubro, do Congresso Cafeeiro em comemoração do segundo centenário do café no Brasil, no Palácio das Indústrias em São Paulo.<sup>69</sup> A retomada das plantações traduzia o grau de euforia com a defesa permanente e, portanto, a convicção de que, finalmente, os problemas da lavoura estavam resolvidos. As palavras de Mário Rolim Telles, secretário da Fazenda e administrador do Instituto, no discurso pronunciado na sessão de encerramento desse Congresso, refletem o otimismo dos fazendeiros de que as dificuldades da lavoura, finalmente tinham terminado.

*O Instituto de Café tem, e continuará a ter nos seus reguladores, espaço suficiente para armazenar toda a safra a exportar. Dispõe ainda o lavrador do crédito sobre a propriedade. Vê-se, portanto, senhores, que mais completa organização não poderia haver para a garantia da lavoura do café. (...)*

*Fazendeiros! Agora trabalhem em paz e tranquilos, fazei a grandeza do Brasil com a vossa prosperidade e trabalho, como até agora tivestes a coragem e o patriotismo de fazê-lo, na certeza do valor da vossa fortuna.*<sup>70</sup>

Nos primeiros anos de funcionamento do Instituto a situação cafeeira parecia ter-se normalizado; os preços mantiveram-se num patamar elevado e houve regularidade nas exportações. Porém, face ao anúncio da super-safra de 1927 e de um estoque visível elevado,<sup>71</sup> que ameaçavam derrubar os preços do café, os fazendeiros reiniciaram as pressões sobre o poder público. Os fazendeiros paulistas consideravam que o sistema de retenção do café, como vinha sendo adotado, prejudicava os interesses de São Paulo, pois o Instituto limitava a venda do café paulista aos exportadores enquanto os outros Estados, sem um controle efetivo, continuavam vendendo-o por um preço valorizado às custas de São Paulo.

Essas reclamações levaram os Estados produtores à realização de um Convênio, quando aprovaram medidas para corrigir alguns erros da política de defesa.<sup>72</sup> A medida mais importante do Convênio estabelecia a quantidade de café que cada Estado deveria enviar aos portos a cada mês.<sup>73</sup>

---

69 Taunay, Affonso de. *Pequena história...*, pp. 412-413.

70 Telles, Mario Rolim. *Discursos...*, pp. 29 e 31.

71 O estoque visível — estoque divulgado para os agentes econômicos — é um dos fatores principais na determinação dos preços do café.

72 O Convênio foi assinado pelos governos de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Bahia e Pernambuco, em setembro de 1927. Mensagem do Presidente Washington Luis ao Congresso Nacional de 1928. In: Lefevre, Eugênio. *A Administração do Estado...*, p. 155.

73 Por exemplo, no porto de Santos eram aceitos 89% de café de São Paulo e 11% de Minas Gerais, no porto do Rio de Janeiro eram aceitos 30% de cafés para o Rio de Janeiro, 55% para Minas Gerais, 11% para o Espírito Santo e 2,5% para São Paulo. Além disso, estipulava-se uma quantidade máxima para o estoque de café: para o porto de Vitória, 150.000 sacas; Rio de Janeiro, 360.000; Santos, 1.200.000; Paranaguá, 50.000; Bahia, 60.000; e Recife, 50.000. Telles, Mário Rolim. *Discursos sobre a defesa do café*, São Paulo. Tipografia da Casa Garraux, 1927, pp. 12-13.

O objetivo era represar o café em armazéns do interior e nas fazendas, evitando que um grande estoque visível fosse utilizado pelos exportadores para baixar os preços. Para estimular a formação do estoque nas fazendas, o Convênio criou um sistema de empréstimos diretos aos fazendeiros. Para viabilizar esses empréstimos o governo obteve um crédito de 5 milhões de libras aos banqueiros Lazard Brothers Comp., de Londres.

As medidas do Convênio e do Instituto não foram suficientes para conter a crise de superprodução, uma vez que atacavam o problema da oferta apenas no tocante à limitação do estoque visível e das vendas para o exterior. O Instituto, ao reter o café no Brasil sem a limitação do plantio, engendrou dois fatores que explicam, em grande parte, a pior crise que a economia cafeeira enfrentou, a de 1928 a 1932. A redução da entrada de café nos armazéns reguladores, para evitar que o estoque visível aumentasse, produziu um efeito mais grave para os fazendeiros do que a queda dos preços do café: a formação dos estoques nas fazendas.

Por outro lado, ao exportar uma quantidade reduzida de café, o Instituto estimulou a concorrência entre os outros países produtores, que estimulados pelo alto preço do café e pela intervenção permanente no Brasil, investiram no aumento da produção e das exportações. Quando as intervenções eram provisórias, os outros países produtores consideravam um risco muito grande investir na produção cafeeira, uma vez que o Brasil praticamente dominava o setor. As intervenções eram realizadas em caráter provisório, podendo ser suspensa a qualquer momento, sendo realizadas apenas quando os preços caíam vertiginosamente. Com um mecanismo permanente de valorização do café, o Brasil estimulava os investimentos na produção não apenas internamente, mas também nos outros países produtores.

O crescimento da produção e da exportação de café de outros países também foi estimulado pelos importadores de café, que sentiam-se prejudicados porque o novo sistema de intervenção limitava sua participação. Descontentes, os importadores, principalmente dos Estados Unidos, incentivaram os países concorrentes do Brasil, especialmente a Colômbia, que possuía um tipo de café mais apreciado pelos consumidores. A consequência imediata foi a queda da participação da produção brasileira na produção mundial, de cerca de 75% para cerca de 50%, no início da década de 1930.

Com isso, o controle artificial dos preços tornou-se vulnerável, visto que o monopólio estatal sustentava-se através do princípio da supremacia do Brasil como grande produtor e exportador mundial de café. Affonso de Taunay apontou esse problema que o mecanismo de defesa trouxe para o país.

*Absorviam os Estados Unidos metade do consumo mundial e a proporção dos cafés não brasileiros, no total de suas compras, ia ascendendo. Demonstrava isso o perigo eventual da continuação de uma política exclusivamente preocupada com a manutenção dos preços pela restrição das ofertas. Porque o único elemento de luta do Brasil retendo os estoques comprados ou impedindo os embarques no interior, fôra restringir a oferta para altear os preços.*



*Como o consumo aumentava, enquanto o Brasil regularizava as vendas para sustentar as cotações, iam seus concorrentes colocando toda a sua produção.*<sup>74</sup>

Os problemas mais graves, no entanto, encontravam-se no interior do país. O aumento da produção no país, a limitação da entrada do café nos armazéns reguladores dos estoques e o crescimento da produção nos países concorrentes geraram uma situação inusitada: o acúmulo de café nas mãos dos fazendeiros. Como diz Boris Fausto, “a expansão trazia em seu bojo os germes de uma nova crise de grandes proporções”.<sup>75</sup> Em 1928, os fazendeiros iniciaram um movimento exigindo do Instituto de Defesa do Café o aumento das exportações, mesmo que fosse a um preço reduzido. Eles deixaram de lado a preocupação com o aumento das margens de lucro, queriam se livrar dos enormes estoques que possuíam e de seus elevados custos.

O Instituto passou a sofrer também, em 1928, ataques dos exportadores. Mário Rolim Telles afirma que os exportadores “não hesitavam em lançar mão dos recursos mais desleais: telegrafavam notícias falsas, ora a assoalhar que o Instituto vendo crescer o estoque, seria obrigado a vender por baixo preço, ora que devia permitir a venda do café, por preços mais baixos”.<sup>76</sup> O Presidente Washington Luis também denunciou, na mensagem que enviou ao Congresso Nacional, em 1929, a “campanha baixista” de um “poderoso grupo de especuladores na Bolsa de Boston”, que divulgava “falsos dados de que o Instituto não possuía recursos para financiar o estoque” de café.<sup>77</sup>

As críticas dos exportadores e de muitos fazendeiros não abalaram o otimismo que reinava no Brasil. Apesar da expectativa de uma crise iminente, o Presidente da República elogiou o sistema de defesa: “tão bem organizada está a defesa de nossa produção com o auxílio eficaz e poderoso do Banco do Estado que, aos mais notáveis estadistas do mundo, ela se apresenta como uma medida de salvação, única capaz de embargar a marcha dos especuladores contra os produtores por ocasião das colheitas excessivas.”<sup>78</sup>

A situação da lavoura cafeeira não correspondia ao otimismo reinante no Brasil. A queda das exportações, em 1928, associada à super-safra de 1929 e ao estoque de mais de 27,5 milhões de sacas anunciava a grande crise que atingiria a economia cafeeira entre 1929 e 1933.<sup>79</sup> Diante dessa situação os exportadores dos Estados Unidos forçaram a baixa do preço, mas algumas ações do Instituto, como o empréstimo de 5 milhões de libras, neutralizaram a situação e os preços voltaram

---

74 Taunay, Affonso de. *História do café...*, vol. 12, p. 264.

75 Fausto, Boris. *Expansão cafeeira...*, p. 230.

76 Taunay, Affonso de. *Pequena história...*, p. 422.

77 Lefevre, Eugênio. *A Administração do Estado...*, p. 163.

78 Lefevre, Eugênio. *A Administração do Estado...*, p. 162.

79 As exportações caíram de cerca de 15 milhões de sacas, em 1927, para 13,8 milhões, em 1928, e a produção que foi de 13,6 milhões de sacas, em 1928, aumentou para 28 milhões, em 1929. Taunay, Affonso de. *Pequena história...*, p. 549. Ver também Topik, Steven. *A Presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*, Rio de Janeiro, Record, 1987, p. 98.



a subir. Os problemas do setor cafeeiro, no entanto, voltaram com mais gravidade com a crise de 1929, quando os preços despencaram. A “campanha baixista” dos exportadores prova que eles conheciam todos os dados sobre a produção e sobre o estoque invisível do Brasil, que o Instituto não divulgava.

O anúncio da crise mundial de 1929 deixou o país em pânico. As declarações do Presidente Washington Luis são apropriadas para entender a situação que se estabeleceu no país naquele momento.

*Os produtores (...) na previsão da continuidade e permanência da defesa econômica (...) haviam empregado os lucros anteriormente percebidos no pagamento de suas dívidas, no alargamento de suas culturas, no melhoramento de suas instalações agrícolas, no estabelecimento de novas fontes de riqueza, imobilizando capital, de que não conservaram reservas disponíveis. Os Institutos de Defesa fizeram os adiantamentos até os seus extremos recursos; os bancos, em geral, socorreram a agricultura, fazendo as operações mercantis com desassombro, até além mesmo das prudentes normas bancárias.*

*Tudo, porém, tem limite, e a crise cafeeira chegou ao seu; produzindo-se, então, verdadeiro pânico. O pânico não se explica, constata-se. É inútil examiná-lo, estudá-lo, descrevê-lo. Só há que informar que ele se verificou, em todas as conseqüências desastrosas, com todos os prejuízos que formam o seu sinistro cortejo habitual, influenciando dolorosamente sobre toda a vida nacional.<sup>80</sup>*

Com essa crise, os fazendeiros reiniciaram a campanha pela defesa da lavoura, exigindo que o governo exportasse o café estocado a preços reduzidos. A questão cafeeira, todavia, passou a girar em torno das disputas políticas da campanha eleitoral de 1930, quando o Presidente Washington Luis, por conveniência, envolveu-se diretamente na defesa do café procurando assim influir nas eleições presidenciais. O Partido Democrático aproveitou-se da campanha eleitoral para atacar o Partido Republicano no poder. Em outubro de 1929, o deputado paulista Paulo de Moraes Barros, do Partido Democrático, criticou a política de retenção dos estoques pelo governo federal. O deputado exigiu que o governo encaminhasse urgentemente o grosso do estoque para os países de maior consumo.<sup>81</sup>

Os fazendeiros mobilizaram-se para cobrar do governo federal medidas urgentes para a defesa da lavoura, adotando, inclusive, um lema ameaçador: “O lema é a lavoura, hoje, com o governo. E, se não formos atendidos, amanhã será a lavoura sem o governo. E, depois, a lavoura contra o governo”.<sup>82</sup> Apesar de favorável à defesa, o Presidente Washington Luis se negou a emitir moeda

---

80 Mensagem do Presidente ao Congresso Nacional, em 1930. Andrade, Almir de. *Contribuição à história...*, p. 72.

81 Taunay, Affonso de. *História do café...*, p. 349.

82 Fausto, Boris. *A Revolução de 1930*, São Paulo, Brasiliense, 1970, p. 98. Este lema foi proferido no

para socorrer os fazendeiros e o Instituto. Com isso, o presidente do Instituto, Rolim Teles, anunciou sua demissão.

A oposição capitalizou a insatisfação dos fazendeiros como se observa na plataforma de governo da Aliança Liberal apresentada por Getúlio Vargas, em janeiro de 1930. “A defesa do café constitui, sem controvérsias, o maior e mais urgente dos problemas econômicos atuais do Brasil, por isso que esse produto concorre com mais de dois terços do ouro necessário ao equilíbrio da balança comercial. Da sua sorte dependem, assim, o câmbio e a estabilização do valor da moeda”.<sup>83</sup> As mudanças ocorridas na esfera de poder, com a Revolução de 1930, não alteraram a mobilização dos fazendeiros, que, face a uma crise de maior intensidade, exigiram que o Estado assumisse permanentemente a defesa da lavoura cafeeira. Para isso, apresentaram vários projetos no legislativo, na imprensa, nos congressos agrícolas, etc.

O Presidente Getúlio Vargas tomou duas medidas imediatas, em 1931: proibiu o plantio de novos cafeeiros e iniciou as compras do excedente de café para incineração. Essa última medida foi executada, em grande parte, pelo Departamento Nacional do Café, criado pelo governo federal, em 1933, para organizar a defesa do café, considerado por Vargas “como um instrumento de uma das maiores experiências de economia dirigida que se tem feito no mundo.”<sup>84</sup> Mas, aqui já tem início uma nova história...

#### 4. A defesa permanente do café: interesses dos fazendeiros ou interesses do Estado?

A intervenção permanente na economia cafeeira consolidou uma tendência do Estado brasileiro desde sua formação, a de exercer ampla atuação no domínio econômico. A intervenção permanente representou a ruptura com os ideais liberais presentes, ainda que formalmente, nos discursos e na Constituição Federal, ideais que nortearam até mesmo as reivindicações dos fazendeiros de café. Estes diziam-se porta-vozes do liberalismo e acreditavam que as intervenções ocorriam apenas para corrigir as leis do mercado.

Os discursos apontavam para a necessidade da atuação do Estado para corrigir as distorções do mercado. Eles acreditavam realmente que os desequilíbrios do mercado poderiam ser corrigidos pela intervenção do Estado, sem alterar princípios básicos do sistema de mercado. Evidentemente eles tinham como referência a experiência de países liberais, que em determinados momentos se utilizaram do protecionismo para resguardar interesses econômicos do país.

Com a intervenção permanente, o Estado consolidou sua atuação no domínio econômico, momento em que a fronteira entre o público e o privado tornou-se ainda mais estreita. Essa intervenção foi o resultado do processo de intervenções que o Estado iniciou na economia cafeeira

---

Congresso de Lavradores realizado em São Paulo, em dezembro de 1929, na qual participou as sociedades rurais — Sociedade Rural Brasileira, Sociedade Paulista de Agricultura, Liga Agrícola Brasileira.

83 Andrade, Almir de. *Contribuição à história...*, p. 72.

84 Em discurso pronunciado por Vargas em Ribeirão Preto, em 22 de julho de 1938. Andrade, Almir de. *Contribuição à história...*, p. 75.

para atender as exigências dos fazendeiros e da acumulação de capital. A construção desse processo refletiu tanto os interesses dos fazendeiros como os interesses do Estado.

Mário Rolim Telles, como representante do poder público, não poderia deixar de justificar a ação do Estado em nome dos interesses públicos e não apenas dos interesses privados. Para Telles, quando o interesse em jogo é só o do produtor não justifica a intervenção, mas “quando o interesse direto é o do Estado, compete a este agir, como entre nós, no caso do café”. Ele insiste que em tese não se pode admitir a intervenção do Estado na economia, mas, diz ele, “a estabilização e o interesse do equilíbrio da balança de contas obrigava o governo a se dedicar à defesa do café”.<sup>85</sup>

Apesar do governo federal ter transferido os encargos da defesa permanente para São Paulo, isso não significou seu desinteresse pela economia cafeeira. Na prática, o Estado assume papel decisivo na economia com a instituição de um organismo estatal para defesa permanente do café. Foi nesse momento que ocorreu a ampliação do Estado no domínio econômico.

---

85 Telles, Mário Rolim. *A Defesa do café...*, p. 10.

# Capítulo V

---

## As relações entre o setor público e o setor privado no processo de intervenção do Estado na economia cafeeira

Para compreender a dinâmica das relações sociais no processo de intervenção do Estado na economia cafeeira, este capítulo expõe a disputa política travada entre as forças sociais pela posição hegemônica na Primeira República. Ilumina-se, principalmente, a atuação dos fazendeiros de café e suas relações com as outras forças sociais. O objetivo central é delinear a influência que os fazendeiros tiveram no processo de interpenetração entre o setor público e o setor privado, processo que engendrou a ampliação do Estado no domínio econômico.

Pretende-se também analisar os argumentos utilizados pelos fazendeiros de café para justificar a intervenção do Estado na economia cafeeira, que deram origem à ideologia da identificação dos interesses dos fazendeiros com os interesses do país. Parte-se da premissa de que essa ideologia orientou o processo de intervenção do Estado, contribuindo para o estreitamento da fronteira entre o setor público e o setor privado na Primeira República.

### 1. As forças sociais no processo de intervenção do Estado na economia cafeeira

As transformações na estrutura sócioeconômica na sociedade brasileira na segunda metade do século XIX, no contexto do desenvolvimento do capitalismo, provocou alterações no jogo político e na correlação de forças no interior da classe dominante. Nesse contexto, emergiram novas forças sociais que estavam diretamente relacionados à expansão cafeeira e à transição do trabalho escravo para o assalariado. Eram os agentes das mudanças e, com isso, passaram a ocupar espaços antes reservados aos proprietários de terra e de escravos.

Na nova correlação de forças, destacou-se o bloco cafeeiro paulista.<sup>1</sup> Este procurou influir na elaboração das políticas públicas a seu favor, enquanto as forças sociais ligadas à estrutura sócioeconômica escravocrata, dominantes até aquele momento, foram perdendo espaço político.

O bloco cafeeiro não se projetou no espaço político da Primeira República de uma forma homogênea, uma vez que existiam interesses antagônicos em seu interior. Da mesma forma, a correlação de forças do bloco cafeeiro no interior da classe dominante, e desta com a classe dominada, se alterava de acordo com os interesses de cada fração e com a conjuntura econômica e política.

Essa visão, por levar em conta a dinâmica da relação interação/conflito, contribuiu muito para desvendar quem teve a hegemonia e quem delineou o Estado intervencionista do período. Para isso, é preciso examinar a posição que os diferentes setores da sociedade, especialmente o bloco cafeeiro, ocupavam na esfera produtiva, assim como suas divergências a nível político e ideológico.

É preciso considerar também os obstáculos que impedem uma visão integrada das diferentes forças sociais na Primeira República, particularmente a tendência à regionalização que predomina na historiografia. Renato M. Perissinotto critica essa tendência e considera impróprio o termo oligarquias regionais “por ser demasiadamente generalizador, por ocultar as diferenças e semelhanças entre as classes existentes no interior das ‘regiões’”.<sup>2</sup>

### 1.1. Divergências no interior do bloco cafeeiro

Nos momentos de prosperidade da economia cafeeira aparentemente convergiam os interesses do bloco cafeeiro, principalmente na fase de expansão cafeeira, quando era elevado o retorno do capital investido. No entanto, as crises traziam consigo as divergências profundas que existiam no interior desse bloco. As crises que atingiram a economia cafeeira na Primeira República expuseram os conflitos entre fazendeiros e grupos que controlavam o comércio e o financiamento do café.

O estudo das propostas do bloco para solucionar as crises que atingiam o setor cafeeiro permitiu comprovar a existência de profundas divergências no seu interior. As propostas refletiam, na verdade, os interesses, até mesmo antagônicos, dos setores que compunham o bloco. Através delas é possível perceber que a crise da economia cafeeira não atingia as frações do bloco com a mesma intensidade.

As crises afetavam especialmente os fazendeiros de café porque originavam-se sobretudo na esfera da produção, em consequência da elevação da oferta para níveis muito superiores à demanda mundial por café. Essas crises não prejudicavam o grande capital cafeeiro, ao contrário, serviram

---

1 A expressão “bloco cafeeiro paulista” é utilizada neste trabalho com o mesmo significado atribuído por Wilson Cano, ou seja, para designar os diferentes setores que compuseram o capital cafeeiro no Estado de São Paulo. Também é utilizada a expressão “bloco cafeeiro”, para designar todos os setores da economia cafeeira.

2 Perissinotto, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1994, p. 245.



como forma de ampliação dos lucros, uma vez que a elevação da oferta permitia ao grande capital especular os estoques de café e os preços.

Como as crises eram predominantemente da lavoura, as propostas dos fazendeiros de café divergiam das propostas do grande capital cafeeiro. Os fazendeiros e seus representantes justificavam a necessidade da presença do Estado, demonstrando que a crise trazia enormes prejuízos para a “lavoura”.<sup>3</sup> A cada nova crise que atingia a lavoura cafeeira, surgiam conflitos no interior do bloco cafeeiro que ganhavam progressivamente uma conotação ideológica, principalmente sobre a consistência das idéias liberais para resolver os problemas do setor. Os fazendeiros não acreditavam que o mercado pudesse resolver os problemas que os afetavam e exigiram a presença do Estado para isso. O grande capital cafeeiro, por outro lado, opunha-se a uma solução intervencionista, pois acreditava que apenas o mercado poderia resolver a crise da lavoura.

O grande capital cafeeiro nacional e internacional associou-se aos banqueiros internacionais contra a intervenção do Estado na economia cafeeira, apesar de esses setores terem, na prática, participado ativamente das intervenções. As pressões dos banqueiros ingleses, credores do Brasil, para que o Estado resolvesse de uma maneira ortodoxa os problemas financeiros e monetários desencadeados pelo “encilhamento”, mostram que eles não estavam dispostos a aceitar as medidas reivindicadas pela “lavoura”.

As divergências entre os fazendeiros e o grande capital para a solução da crise que afetava a lavoura tinham origem na forma como interpretavam suas causas. A “lavoura” atacava duramente o grande capital cafeeiro, constituído em sua maioria pelo capital externo, apontando a especulação, praticada por este, como sendo a principal causa da crise cafeeira. Para Alfredo Ellis, um dos parlamentares mais atuantes na defesa dos lavradores no Congresso Nacional:

*Antigamente os exportadores de café, os representantes dos trusts e sindicatos contentavam-se em mugir a vaca, dando-lhe, entretanto, o suficiente para não morrer de fome. Hoje não exigem só o leite, querem o bife também, pouco se importando que a vaca pereça.*<sup>4</sup>

Ellis aponta em seu discurso um dos aspectos da crise que atingiu a lavoura e que provocou atritos entre fazendeiros e o grande capital cafeeiro: a mudança do sistema de comercialização do

---

3 Poder-se-ia argüir que a expressão “lavoura” não passava de uma retórica para simbolizar os problemas do setor cafeeiro, não correspondendo necessariamente aos anseios específicos dos fazendeiros, mas também aos interesses dos demais grupos que compunham o bloco cafeeiro. No entanto, os ataques constantes que os parlamentares faziam aos comerciantes exportadores não deixam margem à dúvida de que a expressão era utilizada para a defesa dos interesses dos fazendeiros, se bem que em outros determinados momentos foi utilizada pelos comissários que, em determinados momentos, defendiam interesses dos fazendeiros que também os beneficiariam.

4 Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados Federais, em 1899. *Documentos Parlamentares, Política econômica: valorização do café*, Rio de Janeiro, JORNAL DO COMÉRCIO, 1915, vol. 1, p. 38. Betralda Lopes apresenta um estudo importante sobre a comercialização do café em Santos, em que mostra que as casas exportadoras eram praticamente controladas pelos estrangeiros. Lopes, Betralda. “Comércio de café através do porto de Santos (1870-1974)”, in *O Café*, Anais do II Congresso de História de São Paulo, 1975.

café. Essa mudança foi explicitada mais detalhadamente por Augusto C. da Silva Telles, quando apontava as “verdadeiras causas perturbadoras da nossa vida agrícola, do comércio e da indústria”

*Nos primeiros tempos, quando pequena era a massa a exportar, quando o artigo não se prestava a grandes especulações, quando o nosso interior era desconhecido do estrangeiro, [quando] comissários e ensacadores, os únicos que tinham café a vender, reforçassem a receita por uma forma que não pesasse sobre o lavrador (...).*

*A evolução, porém, se tem operado em cada fator desse comércio. O exportador que a princípio mal conhecia um ou outro fazendeiro, hoje, pela penetração de seus inúmeros agentes, conhece-os todos a fundo, conhece suas fazendas, sua capacidade de produção, está a par da situação de cada um, sabe quais recursos, quais seus compromissos, quais seus princípios, suas tendências, tudo conhece.*

*A evolução se vai operando e, rapidamente, observamos a transformação por que passa o comércio de café das duas praças brasileiras — Rio de Janeiro e Santos. Se até certo tempo ao exportador era indispensável o comissário para lhe fornecer as partidas de suas expedições, hoje, a tendência é cortar em linha reta e ir sem rodeio ao fazendeiro: por qualquer artifício nas cotações do mercado ou nos bons argumentos de que dispõe convence o lavrador das vantagens de lhe entregar o gênero. (...) Será anulada a classe dos comissários, a única barreira de resistência a defender os interesses da lavoura. Dia a dia vamos anulando a nossa interferência no comércio de café dentro do país.<sup>5</sup>*

A alteração no sistema de comercialização do café contribuiu para a intensificação dos conflitos no bloco cafeeiro. O sistema centrado na figura do comissário começou a entrar em colapso a partir da crise do final da década de 1890, quando surgiu um sistema comandado pelos próprios exportadores. Para manter as margens de lucro, afetadas pela queda dos preços do café, os exportadores ampliaram sua área de atuação e passaram a dominar funções exercidas exclusivamente pelos comissários, que até então intermediavam a comercialização do café entre o fazendeiro e o exportador. Para Carone,

*a situação torna-se favorável ao exportador, que representa o único elemento ativo nestes anos de debacle. Fugindo ao esquema existente até então, ele vai ao interior dos Estados, penetra nas fazendas produtoras e adquire o produto diretamente. Isso significa especulação maior do preço e acumulação dos estoques em mãos dos exportadores.<sup>6</sup>*

---

5 Exposição feita por Silva Telles na Sociedade Paulista de Agricultura, Comércio e Indústria, em 1904. In Augusto C. da Silva Telles, *Propaganda e valorização do café*, São Paulo, Duprat & C., 1905, pp. 7-9. Grifos do autor.

No antigo sistema de comercialização existia uma relação de dependência entre fazendeiros, comissários e ensacadores. Os comissários exerciam as funções de intermediários, entre os fazendeiros e os exportadores, e de financistas da lavoura. Segundo Roberto Perosa, “o mecanismo de financiamento da produção vinculava-se profundamente à comercialização do produto”. Ele destaca, porém, que

*não se tratava simplesmente de uma intermediação comercial, e sim de uma relação complexa na qual a função financiadora do primeiro adquiria um relevo especial. Cabia ao comerciante a função de prover ao fazendeiro os recursos necessários para a formação da lavoura e para o trato e a colheita do cafezal. Em outras palavras, cabia ao comerciante fornecer os recursos (...) para a formação do capital fixo e de giro da produção.*<sup>7</sup>

Apesar das divergências entre fazendeiros e comerciantes comissários,<sup>8</sup> pode-se afirmar que não existia um antagonismo como o que havia entre fazendeiros e exportadores. De certa forma, os interesses dos fazendeiros eram os mesmos dos comissários. Segundo Roberto Perosa, “ao comissário, assim como ao fazendeiro, só interessava a alta, pois sua comissão repousava sobre o valor da venda. Ao exportador, ao contrário, era a baixa do preço que interessava, pois a lucratividade estava exatamente na diferença entre o preço pago ao comissário e o preço de exportação”.<sup>9</sup>

Com a mudança do sistema, isto é, com o controle das atividades intermediárias e de transporte feitas pelos exportadores, os fazendeiros sentiram-se desprotegidos, uma vez que viam-se obrigados a comercializar diretamente com os exportadores que só tinham interesse na baixa do produto. Os ataques dos fazendeiros aos exportadores baseavam-se no fato de que estes compravam o café quando os preços estavam em baixa, faziam estoque e vendiam na alta, monopolizando todo o comércio de café.

Os comissários colocavam-se ao lado dos fazendeiros no ataque aos exportadores. Augusto C. da Silva Telles, um comissário, criticou as propostas não-intervencionistas dos exportadores para solucionar a crise da lavoura. Para ele, essas propostas “longe porém estão de oferecer a indispensável resistência à grande crise que nos assoberba (...). As medidas que comumente são reclamadas concorrerão só e exclusivamente para benefício do elemento invasor e absorvente”.<sup>10</sup>

---

6 Carone, Edgar. *A República Velha (Instituições e classes sociais)*, São Paulo, Difel, 1970, p. 37.

7 Perosa, Roberto. “Comércio e financiamento na lavoura de café de São Paulo no início do século”, in *Revista de Administração de Empresas*, jan./mar., 1980, p. 63-64. Perosa apresenta um estudo importante sobre o papel do comissário no processo de comercialização e financiamento da economia cafeeira.

8 Os fazendeiros que produziam café de melhor qualidade sentiam-se prejudicados pelos comissários, pois estes misturavam todos os cafés, pagando aos fazendeiros o mesmo preço pelo produto.

9 Perosa, Roberto. *Comércio e financiamento...*, p. 67.

10 Em artigo de Augusto Telles, publicado no Jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, em 1901. Citação feita por Saes, Flávio Azevedo Marques de. “Estado e sociedade na Primeira República: a questão monetária e cambial durante a crise cafeeira (1896-1906)”, in: *Revista Brasileira de História*, vol. 2, set. 1981, p. 245.

Telles aproveitou para atacar os exportadores por estarem, naquele momento, “invadindo” atividades que eram desenvolvidas exclusivamente pelos comissários.

Para os representantes da “lavoura”, a razão principal da crise cafeeira encontrava-se na ação dos exportadores sobre as atividades dos comissários e na especulação dos estoques visando a queda dos preços. De fato, os exportadores tinham interesse na queda dos preços, mas apenas durante a safra, quando adquiriam o produto. Eles formavam os estoques e revendiam o café, a preço elevado, no longo período da entressafra. Por isso, os fazendeiros e os comissários reivindicavam medidas que garantissem um preço mínimo para o café e a transferência do monopólio do café dos exportadores para o poder público.<sup>11</sup>

Caio Prado sintetiza a situação à qual os fazendeiros se submeteram logo após a mudança do sistema de comercialização do café feito pelos comissários para o sistema dominado pelos exportadores.

*Os fazendeiros, obrigados a ceder desde logo seu produto para atenderem os encargos da produção, perdiam a diferença para os intermediários que, em última instância, não eram senão grandes casas financeiras e bancos internacionais que operavam na sombra. Aquela manobra se verificava mesmo dentro do período de um único ano agrícola. A colheita do café se faz no Brasil num período relativamente curto de quatro meses (maio a agosto), quando então a produção aflui para os portos exportadores forçando a baixa dos custos. Segue-se depois um período de carência do produto, e então os preços sobem. Os intermediários do comércio serão compradores na primeira fase, vendedores na segunda. Acabam assim, em detrimento dos produtores, a maior parte dos lucros dos negócios.*<sup>12</sup>

Os conflitos entre fazendeiros e o grande capital cafeeiro estiveram presentes durante a implantação do Convênio de Taubaté. Os exportadores discordaram de dois princípios básicos de sustentação do plano de valorização do café. Eles não admitiam transferir o controle que tinham do estoque de café para o Estado e não aceitavam a fixação de um preço mínimo para a saca de café, principais reivindicações dos fazendeiros.

Ao perceber que a política de valorização do café era irreversível, o grande capital cafeeiro resolveu participar diretamente dela. Seu objetivo era mudar os rumos do processo de intervenção, evitando, assim, a implementação de um mecanismo que prejudicasse seus interesses. Nesse sentido, até mesmo o capital externo, que resistiu ao Convênio de Taubaté, participou do processo de valorização, momento em que ocorreu uma disputa entre grupos financeiros internacionais pela condução do processo de valorização e, conseqüentemente, pelo controle do comércio de café.

11 Sobre a última reivindicação: Peixoto, Rodrigues. *A Crise do café e sua solução pelo monopólio oficial*, São Paulo, Duprat & Comp., 1903.

12 Prado Jr., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1969, p. 228.

A execução da operação de valorização do café encobriu as divergências entre os fazendeiros e o grande capital cafeeiro. Entretanto, como as intervenções eram provisórias, os preços do café voltaram a cair. Os fazendeiros reiniciaram a mobilização por novas valorizações e os ataques aos exportadores pela especulação dos estoques e dos preços do café.

Os conflitos no interior do bloco cafeeiro emergiam nos momentos em que os fazendeiros obtinham baixa remuneração pelo café que produziam. Em 1918, Silvio Alvares Penteado, na condição de fazendeiro, expôs esses conflitos e reivindicou a proteção do Estado contra a atuação dos exportadores.

*Considerando a necessidade eminentemente social e econômica de amparar a grande classe dos lavradores de café, produto básico da riqueza do Estado e da Nação — contra os eventuais manejos das classes intermediárias, tendentes a extrair lucros em completa desproporção com os serviços comerciais prestados;*

*Considerando que tais excessos de lucros das classes intermediárias, são obtidos em manifesto detrimento da remuneração eqüitativa a que tem direito a classe dos lavradores de café;*

*Considerando que a classe dos lavradores de café merece particular desvelo por parte do Governo do Estado, para efeito de congregar os seus esforços, por sua própria natureza dispersos — e para o efeito de fazer cooperar as suas energias coletivas, a bem da propriedade presente e grandeza futura do Estado e da Nação;*

*Considerando que a observação da evolução econômica das nações que se acham à vanguarda do progresso agroindustrial — demonstra a necessidade da intervenção governamental para o amparo das classes menos organizadas, garantindo a estas uma remuneração eqüitativa para a sua atividade econômica;*

*Considerando que o contrário desta sábia política econômico-social, seria entregar interesses rigorosamente idênticos, quais os dos produtores de café, a uma competição fratricida nas praças de exportação — quando todos visam idêntico fim de vender para o estrangeiro o principal produto do trabalho estadual e nacional;*

*Considerando que, mais que nunca, agora urgentemente se impõe o amparo a classe dos lavradores de café, enormemente prejudicada pela calamidade meteorológica das geadas de junho;*

*Considerando o conjunto destas transcendentais razões sociais e elevados princípios econômicos — o Estado de São Paulo resolve instituir um Sistema de defesa permanente do café, cujo primordial objetivo será a regularização dos suprimentos à praça de exportação,*



*Santos — e a estabilização das cotações do produto, dentro de preços limites, baseados em rigorosa noção de equidade econômica.*<sup>13</sup>

Silvio Alvares Penteado traduz o sentimento dos fazendeiros de café de que era preciso a intervenção do Estado para combater os exportadores e amparar os interesses da lavoura. Para ele, o estado deplorável da lavoura cafeeira decorria da “desigualdade de meios de ação e de defesa, que se deparam a classe da lavoura, devido a sua **natureza dispersa**, dissociada, espalhada geograficamente sobre vastas superfícies — em contraposição às classes industriais, bancárias, comerciais ou comissárias, cuja força e prestígio reside na **concentração**, nesses verdadeiros redutos que são as cidades”.<sup>14</sup>

Exceto nos momentos iniciais das valorizações, não houve convergência de interesses entre fazendeiros e grande capital cafeeiro, sobretudo os exportadores. Como representante da “lavoura”, Silvio Alvares Penteado destacou a situação privilegiada de “três classes dominadoras” — os exportadores e comissários, os banqueiros e os industriais —, em detrimento da classe agrícola, que se beneficiavam das valorizações. Para ele, “todas as **classes concentradas**, mais ou menos conscientemente, dominam, oprimem, jugulam a imbele e inerme **classe dispersa** da lavoura”.<sup>15</sup>

Um outro motivo dos conflitos entre fazendeiros e o grande capital cafeeiro girava em torno da fixação da taxa de câmbio. Os fazendeiros defendiam a redução da taxa, uma vez que ela proporcionava um preço mais elevado em moeda nacional. Isso desagradava o grande capital cafeeiro que, além de exportadores, eram também importadores. A desvalorização cambial restringia a demanda interna por produtos importados, já que ocorria uma elevação dos preços desses produtos em moeda nacional. Os empresários das ferrovias também sentiam-se prejudicados, com a redução de suas margens de lucro, pois consumiam produtos importados — equipamentos para a manutenção das ferrovias e combustível.<sup>16</sup>

Os conflitos no interior do bloco cafeeiro traduziam-se também na forma como os diversos grupos se organizavam para defender seus interesses. As associações que os representavam — Sociedade Rural Brasileira, Sociedade Paulista de Agricultura, Liga Agrícola Brasileira, Sociedade de Agricultores Paulista, Sociedade Nacional de Agricultura, Associação Comercial de Santos e outras — não conseguiam articular propostas consensuais para a defesa do café, refletindo as divergências entre eles. Elas só conseguiram uma articulação momentânea durante a pior crise que atingiu a economia cafeeira em 1929, diante da negativa do governo federal de socorrer o setor.<sup>17</sup>

---

13 Penteado, Silvio Alvares. *Como minorar os prejuízos da lavoura*, São Paulo, s/ed., 1918, pp. 41-42. Texto extraído do preâmbulo do “esboço de lei” que Penteado apresentou para a instituição do Sistema de defesa permanente do café, em 1918.

14 Penteado, Silvio Alvares. *Como minorar...*, p. 130. Grifos do autor.

15 Penteado, Silvio Alvares. *Como minorar...*, pp. 132-133 e 135. Grifos do autor.

16 Saes, Flávio Azevedo Marques de. *As Ferrovias de São Paulo 1870-1940*. São Paulo, Hucitec/I.N.L.-M.E.C., 1981, pp. 86-87.

17 Ver Fausto, Boris. *A Revolução de 1930*, São Paulo, Brasiliense, 1970, p. 98.

## 1.2. Relações entre o “bloco cafeeiro” e os industriais

As relações entre o “bloco cafeeiro” e os industriais não eram antagônicas, pois o capital industrial nasceu do desdobramento do capital cafeeiro.<sup>18</sup> A indústria se beneficiou do capital cafeeiro, principalmente nos momentos em que a exportação proporcionava uma rentabilidade elevada ao capital investido.

Os industriais não se beneficiavam apenas da transferência de parte do capital cafeeiro, mas também da elevação da renda interna, propiciada pelas exportações de café, canalizada, em parte, para o consumo de manufaturados.<sup>19</sup> As crises da economia cafeeira, ao afetar esse consumo, prejudicava os interesses dos industriais. Silvio Alvares Penteado, ao conclamar o apoio dos industriais à defesa permanente do café, afirma que “a sorte e a prosperidade permanente da indústria fabril, é inseparável da sorte e da prosperidade permanente da indústria cafeeira”. Ele concluiu com um questionamento: “aniquilada a lavoura, desvalorizado o café, arruinados os fazendeiros, quem irá adquirir os produtos de nossas fábricas?”<sup>20</sup>

Para Carone, não existia uma atuação agressiva dos industriais contra os fazendeiros, sendo irrestrito seu apoio ao “regime agrário-burguês”. Para ele, “a camada industrial afina-se com a estrutura político-econômica existente, não protestando em momento nenhum”. As reivindicações protecionistas dos industriais “são feitas estritamente dentro de um quadro normal de colaboração”.<sup>21</sup>

Isso não significa que tenha existido uma total harmonia entre esses dois setores. Apesar da indústria expandir-se com recursos oriundos do capital cafeeiro, a relação entre esses dois setores era contraditória: ao mesmo tempo em que o capital cafeeiro estimulava, impunha limites ao desenvolvimento industrial.<sup>22</sup> Nícia Vilela Luz mostra que o setor industrial, mesmo subordinado ao capital cafeeiro, defendia publicamente os seus interesses específicos.<sup>23</sup>

Com a República surgiu um movimento nacionalista em defesa da indústria e contra a permanência do Brasil como um país agrícola. Esse movimento tinha como pressuposto a idéia de que só o desenvolvimento industrial poderia garantir a soberania nacional e o progresso do país. Seus defensores, principalmente o industrial Amaro Cavalcante e o deputado federal Serzedelo Correa, argumentavam que para isso era necessário que o Estado protegesse a indústria, através de

---

18 Mello, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*, São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 99-100. Para ele, esse capital era empregado, tanto no núcleo produtivo do complexo exportador (produção e beneficiamento do café), quanto em seu segmento urbano (atividades comerciais, inclusive as de importação, serviços financeiros e de transportes).

19 Segundo Jacob Gorender, “foi por via do mecanismo bancário e comercial, principalmente, que o capital acumulado na cafeicultura se transferiu à indústria”. Gorender, Jacob. *A Burguesia brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 38.

20 Penteado, Silvio Alvares. *Como minorar...*, pp. 118 e 102.

21 Carone, Edgar. *A República Velha...*, p. 158.

22 Ver textos de Sérgio Silva (1976), João Manuel Cardoso de Melo (1982), Liana Maria Aureliano (1981) e Nícia Vilela Luz.

23 Luz, Nícia Vilela. *A Luta pela industrialização do Brasil*, São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

créditos públicos ou do aumento das taxas sobre produtos importados.<sup>24</sup> Segundo Nícia Vilela Luz, “a questão do auxílio às indústrias suscitou, em 1892, apaixonadas discussões teóricas a respeito do princípio da intervenção do Estado na esfera econômica”.<sup>25</sup>

Os setores que compunham o capital cafeeiro não concordavam com a idéia da intervenção do Estado na indústria. Eles temiam que a política protecionista para a indústria prejudicasse o mercado cafeeiro, já que as nações que exportavam produtos industriais para o Brasil e importavam café poderiam, em represália, impor elevação de tarifas alfandegárias ao café brasileiro.<sup>26</sup>

No entanto, o setor industrial nacional não se opôs à intervenção do Estado nos moldes defendidos pelos fazendeiros de café, principalmente em relação à taxa cambial. A proposta de baixa taxa cambial defendida pelos fazendeiros interessava aos industriais, uma vez que provocava aumento dos preços dos produtos importados, estimulando a produção industrial nacional. Nessa questão, porém, existiam conflitos entre os industriais nacionais e o grande capital cafeeiro. A queda da taxa cambial prejudicava os interesses do grande capital cafeeiro em razão da elevação dos preços, em moeda nacional, dos importados, setor que também controlava.

A identificação entre os interesses dos fazendeiros de café e os interesses dos industriais centrava-se principalmente na intervenção do Estado na economia. As propostas protecionistas defendidas pelos industriais para o seu setor estavam em consonância com as propostas intervencionistas dos fazendeiros. O fazendeiro Silvio Alvares Penteado fez um apelo aos industriais para que apoiassem a criação de um sistema de defesa permanente do café, ressaltando que “também vós elevastes o vosso esplêndido monumento fabril-industrial, sobre os sólidos alicerces do protecionismo aduaneiro, sobre bases insofismáveis de monopólio interno (...)”. Ele lembrou também que as ferrovias tinham a sua atividade “solidamente assegurada” em virtude das concessões do poder público.<sup>27</sup>

### 1.3. As relações entre os fazendeiros de café e demais setores agroexportadores e os agrointernos

Os fazendeiros de café não sofreram uma oposição sistemática da parte dos demais setores agroexportadores e dos agrointernos.<sup>28</sup> O capital cafeeiro propiciava um dinamismo à economia nacional, fundamental para as finanças públicas e para todo o mercado interno. Por isso, os setores

---

24 Para um estudo mais aprofundado sobre a temática ver Luz, Nícia Vilela. *A Luta pela industrialização do Brasil*, especialmente o capítulo “Aspectos do Pensamento Nacionalista Brasileiro”. A atuação de Serzedelo Correa não se limitava ao setor industrial, ele reivindicava a presença do Estado nos diferentes setores da economia.

25 Luz, Nícia Vilela. *A Luta pela industrialização...*, p. 109.

26 Ver Luz, Nícia Vilela. *A Luta pela industrialização...*, pp. 134-135.

27 Penteado, Silvio Alvares. *Como minorar os prejuízos...*, pp. 100-101.

28 A expressão “agrointerno” é utilizada neste trabalho para caracterizar os setores ligados às atividades agropecuárias voltadas para o mercado consumidor interno.

que se beneficiavam direta ou indiretamente do capital cafeeiro toleravam as medidas do poder público para solução das crises da economia cafeeira.

Os debates e as votações nas casas legislativas sobre a crise cafeeira mostram que os demais setores agroexportadores e agrointernos não se opuseram à idéia de intervenção do Estado na economia cafeeira. Cabe lembrar que as votações das bases legais para as intervenções tiveram o apoio de grande parte desses setores. O Convênio de Taubaté teve na Câmara Federal uma aprovação de 107 votos contra 15, enquanto no Senado o resultado foi de 35 votos contra 4. A aprovação da primeira intervenção não teria sido possível sem o apoio dos representantes dos diversos setores agropecuários. Apenas a bancada de Pernambuco e parte da bancada da Bahia votaram contra o Convênio, porque ele não contemplava os interesses da economia açucareira, que representavam.

No poder legislativo, os projetos apresentados e aprovados mostram, como diz Edgar Carone, “a tendência majoritária das classes agrárias”.<sup>29</sup> A maioria dos representantes da agroexportação e da agrointerno apoiaram as medidas para a defesa do café na expectativa de que elas pudessem futuramente beneficiá-los. No entanto, a insistência dos fazendeiros de café de que a intervenção só se justificava no caso do café, por ser um “monopólio natural do país”, começou a contrariar os interesses desses setores, que por isso, iniciaram uma mobilização pela intervenção do Estado na defesa de seus produtos. A mobilização foi maior ainda a partir da Primeira Guerra, que afetou não apenas os produtos de exportação mas também os produtos destinados para ao mercado interno,<sup>30</sup> momento em que foram enviados ao Congresso Nacional vários projetos reivindicando a defesa da borracha, do açúcar e da defesa de toda a produção nacional.

No início da década de 1920, diante da possibilidade do Estado assumir a defesa permanente do café, os conflitos entre os fazendeiros de café e os outros agroexportadores e agrointernos aumentaram. Estes desencadearam uma reação oposicionista, porque o governo federal contrariava decisão aprovada pelo Congresso Nacional em defesa de todos os produtos nacionais. A reação da oposição influenciou nas eleições presidenciais de 1922 e na decisão do governo federal de transferir a intervenção para o governo do Estado de São Paulo.<sup>31</sup> Esses conflitos estavam inseridos dentro de um contexto de luta, entre diferentes forças sociais, pela participação nas decisões do poder público, na década de 1920, e que progressivamente colocavam em xeque a hegemonia de frações do bloco cafeeiro.

Um outro ponto de divergência entre os fazendeiros de café e os agrointernos era a proposta de emissão de papel-moeda dos fazendeiros para a defesa do café. Os agrointernos consideravam

29 Carone, Edgar. *A República Velha...*, p. 155.

30 A queda das exportações provocava a redução da renda nacional influenciando no mercado consumidor interno.

31 Em relação à eleição de 1922, Boris Fausto afirma que “nenhuma outra disputa — inclusive a das eleições de 1930 — refletiu com tanta clareza interesses divergentes no terreno econômico”. Fausto, Boris. “Expansão do café e política cafeeira”, in *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano — Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*, São Paulo, Difel, 1977, volume III, p. 236.

que essas emissões provocavam a elevação da taxa de inflação e, portanto, a elevação dos preços de seus produtos, fator de diminuição do consumo. Isso implicava na transferência de renda de seus setores para o cafeeiro.

A perspectiva de que o Estado pudesse intervir de maneira permanente na economia contribuiu ainda mais para acirrar a luta, sobretudo no interior da classe dominante, pelo controle do Estado.<sup>32</sup> Os demais setores agroexportadores e os agrolibres ampliaram sua participação junto ao poder público na década de 1920. No entanto, a defesa permanente do café expressou a força hegemônica dos fazendeiros dentro da classe dominante, ainda que essa defesa tenha representado também os interesses do próprio poder público e, portanto, também de outras forças sociais.

#### 1.4. As relações entre os fazendeiros de café e os trabalhadores

As relações entre fazendeiros de café e os trabalhadores das fazendas, os colonos, sempre foram marcadas por conflitos trabalhistas. As relações de trabalho eram definidas por um contrato em que o colono se comprometia a cuidar dos cafezais e, em troca, recebia do fazendeiro uma remuneração dividida em duas partes: uma em dinheiro e a outra pela utilização da terra para o plantio de produtos de subsistência.<sup>33</sup> Face à queda dos preços do café e às dificuldades para obtenção de créditos, os fazendeiros não cumpriam todos os compromissos previstos nesse contrato.

Porém, os conflitos entre eles aumentavam em decorrência das crises que atingiam a lavoura cafeeira, porque os fazendeiros repassavam para os colonos os prejuízos da crise, reduzindo ou cortando seus salários. Numa reunião do Clube da Lavoura em São Carlos do Pinhal, 101 fazendeiros decidiram lutar “pela redução dos salários, em circunstâncias oportunas, conforme as condições das culturas dos diferentes associados”.<sup>34</sup> O CORREIO PAULISTANO publicou artigo de B. Belli, em 2 de julho de 1911, sobre a situação da lavoura em Campinas, no qual afirma que “todos os fazendeiros se acham sobrecarregados de dívidas e não podem pagar regularmente os colonos. Muitos destes vêm às vezes perdido todo o fruto de suas fadigas”.<sup>35</sup> Os fazendeiros de São José do Rio Pardo fizeram acordo para reduzir os salários e boicotar os colonos suspeitos de estarem em dívida com seu empregador anterior.<sup>36</sup>

32 Fausto, Boris. *Expansão do café...*, p. 235.

33 Essa relação de trabalho, conhecida por colonato, predominou na lavoura cafeeira do Estado de São Paulo. As obrigações entre fazendeiros e colonos eram definidas por legislação estadual, mas existia uma margem de negociação entre as partes. Os fazendeiros preferiam fazer contratos com a família, evitando contratos individuais, explorando inclusive o trabalho das crianças. Tereza Cristina Kirschner diz que “o emprego do trabalho familiar consistia em um meio de, em condições de escassez relativa de mão-de-obra, ter à disposição capacidade de trabalho suplementar na época da colheita. A solidariedade de todos os membros da família no pagamento da dívida do chefe assegurava ao fazendeiro o seu reembolso, caso aquele falecesse”. Kirschner, Tereza Cristina. “A Intervenção do Estado na criação de um mercado de trabalho para a economia cafeeira no século XIX”. in Ferreira Filho, Manoel Gonçalves *et alli*. *A Intervenção do Estado na economia: o caso café*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1985, pp. 50-51.

34 Publicado no jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, em 7 de janeiro de 1899. Citado por Beiguelman, Paula. *A Formação do povo no complexo cafeeiro*, São Paulo, Pioneira, 1977, pp. 89-90.

35 Citado por Beiguelman, Paula. *A Formação do povo...*, p. 90.



O maior conflito entre fazendeiros e colonos ocorreu após a aprovação da “lei proibitiva” de 1902, que tributava os fazendeiros por cafeeiro novo plantado porque restringia as novas plantações. Os colonos sentiram-se prejudicados com essa lei, pois a parte do contrato que mais os beneficiava era exatamente a possibilidade de ganhos maiores com a utilização do espaço, entre um novo cafeeiro e outro, onde plantavam produtos de subsistência.<sup>37</sup> Ao longo do processo de expansão cafeeira, os fazendeiros reduziram os salários dos colonos em troca do aumento da área para plantio,<sup>38</sup> pois, como salienta Maurício A. Font, a lógica planejada do sistema era colocar nas mãos do colono a responsabilidade por sua subsistência, o que minimizava as pressões econômicas sobre os fazendeiros principalmente no momento em que os preços baixos do café reduziam seus retornos.<sup>39</sup>

Além dessa lei ter sido votada para dificultar o surgimento de novos fazendeiros, alguns fazendeiros apoiaram-na visando coibir as pressões dos colonos por novos plantios. Os fazendeiros acusavam-nos pela crise de superprodução e diziam que os colonos os ameaçavam com a saída das fazendas caso não pudessem realizar novos plantios. Em 1902, Carlos Botelho apresentou um trabalho à Sociedade Paulista de Agricultura, em que discorreu sobre a situação do fazendeiro “sempre acochado pela necessidade de mais uma nova plantação cafeeira, imposta como condição de permanência do trabalhador”. Botelho considerava este “um dos maiores fatores de grande plantação que nos levou à superprodução”. Ele afirmou ainda que no momento de prosperidade todos eram alegres com a distribuição dos lucros do café, mas com a crise “só o trabalhador ainda continuava feliz”.<sup>40</sup>

Os colonos não podem ser responsabilizados pelo aumento da produção de café, eles exigiam apenas que as leis contratuais fossem cumpridas. O aumento de novos plantios foi a forma utilizada pelos fazendeiros tanto para diminuir seus custos de produção, com a redução dos salários dos colonos, como para aumentar a margem de lucros, quando o preço do café estava em alta.

Alguns fazendeiros defenderam a eliminação de uma parte dos cafezais como forma de reduzir os salários dos colonos. Em 1903, Cândido Franco de Lacerda se manifestou em prol da eliminação de 20% a 30% dos cafezais, medida que reduziria os salários dos colonos e, portanto, os custos de

36 Stolcke, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital*, São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 74.

37 Segundo Pierre Denis, “o colono não só vivia dessas culturas que lhe forneciam a alimentação, mais ainda, o próprio desenvolvimento de São Paulo lhes oferecia um mercado vantajoso para tudo o que ele chegasse a produzir além do próprio, e a sua principal preocupação era poder colher abundantemente o seu milho e o feijão. Para isso, era preciso terras novas, ainda não cansadas por anos ininterruptos de cultura e onde fosse abundante o rendimento das suas sementes; era preciso, além disso, cafeeiros jovens cujo crescimento não prejudicasse as culturas anuais”. Denis, Pierre. *O Brasil no século XX*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand/José Bastos & Comp., [1911], pp. 234-235.

38 Pierre Denis salientou que “plantar acabou por tomar-se, para o fazendeiro, uma operação absolutamente gratuita”. Denis, Pierre. *O Brasil no século....*, p. 235.

39 Font, Maurício A. “Padrões de ação coletiva dos plantadores paulistas de café: 1932-1933”, in Sorj, Bernardo et alii. *Economia e movimentos sociais na América Latina*, São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 227.

40 Citação reproduzida de Beiguelman, Paula. *A Formação do povo....*, 93.

produção. Essa medida, segundo ele, provocaria excesso de trabalhadores, obrigando-os a aceitar salários mais baixos. Ele argumentava que a área onde ocorreria o corte dos cafezais seria destinada aos colonos para que cultivassem outros cereais, o que traria mais vantagens para eles.<sup>41</sup>

Uma outra forma encontrada pelos fazendeiros para diminuir custos da produção era a dispensa da mão-de-obra ou a redução dos salários, não afetando assim a queda dos lucros provocada por crises no setor. Silvio Alvares Penteado, ao relatar a situação da lavoura após a geada de 1918 que atingiu grande parte dos cafezais, disse que um rico fazendeiro de Ribeirão Preto reduziu sua mão-de-obra de 43 para 15 famílias de colonos e reduziu o valor pago a eles de 150\$000 para 100\$000 pelo trato de 1000 cafeeiros. Em seguida ele fez um questionamento: “se um fazendeiro modelar e abastado assim procede, que não farão inúmeros outros?”<sup>42</sup>

À medida que a crise aumentava, os fazendeiros intensificavam os métodos de exploração do trabalho. Uma das formas de exploração era a aplicação das multas para quaisquer infrações cometidas pelos colonos. Como salienta Tereza Cristina Kirschner, “quando declinam os preços do café no mercado internacional, é freqüente a cobrança de multas arbitrárias, como meio de transferir para os colonos parte da perda ocasionada pela diminuição do preço do café. As multas tinham também a função de manter os trabalhadores em débito com o fazendeiro, como forma de conservá-los na fazenda, especialmente em períodos em que diminuía o fluxo imigratório”.<sup>43</sup>

Os colonos não reagiam de forma pacífica às condições de trabalho e de vida impostas pelos fazendeiros assim como não aceitavam as leis coercitivas votadas para evitar sua organização sindical. Os colonos manifestaram seu descontentamento de várias formas: abandonavam as fazendas, faziam greves e, em alguns casos, praticavam violência física contra os fazendeiros. A violência contra os fazendeiros aumentavam nos momentos de crise do café, uma vez que os prejuízos da queda dos preços do café normalmente incidiam sobre os salários.

A forma mais comum de protesto foi o abandono das fazendas. Augusto Ramos mostrou que a situação da lavoura paulista, devido à utilização do trabalho do imigrante, era mais grave que em outros Estados. “Em São Paulo a população que nas fazendas trabalhava, preparando e fazendo as colheitas, era quase toda estrangeira (em sua maioria italiana) e, como tal, desconfiada e exigente, até a ameaça, sempre disposta a abandonar a fazenda, pouco se incomodando com a perda das colheitas”; enquanto nos outros Estados “todo o pessoal era nacional e, mesmo passando privações, só pensava em permanecer onde se acham a apurar as colheitas (...)”.<sup>44</sup>

Os fazendeiros se sentiam prejudicados com a saída dos colonos das fazendas. Segundo Pierre Denis, “as coisas chegaram a tal ponto que, no momento em que foram proibidas as plantações

41 Taunay, Affonso de. *História do café no Brasil*, Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939, vol. 9, pp. 517-522. A queda da produção implicava necessariamente em redução dos salários, já que o seu valor era determinado pela quantidade de café produzido pelos colonos.

42 Penteado, Silvio Alvares. *Como minorar os prejuízos....*, p. 29.

43 Kirschner, Tereza Cristina. *A Intervenção do Estado....*, p. 54.

44 Ramos, Augusto. “A Intervenção do Estado na lavoura cafeeira”, in Departamento Nacional do Café, *O Café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*, D.N.C., Rio de Janeiro, 1934, p. 507.

novas, muitos plantadores se julgaram obrigados a plantar com medo de perder os seus colonos, que iriam procurar nas fazendas vizinhas um trabalho que lhes conviesse”.<sup>45</sup>

A greve representou também uma forma de luta contra as péssimas condições de vida e de trabalho dos colonos. Embora limitadas a algumas fazendas, onde a organização era maior, as greves mobilizaram muitos colonos. A imprensa dos trabalhadores contabilizou mais de cem greves nas fazendas de café contra os baixos salários, os atrasos nos salários, os castigos, as multas e as limitações do plantio.<sup>46</sup>

Os conflitos entre fazendeiros e colonos não se limitavam aos aspectos relativos ao contrato de trabalho. As péssimas condições de vida a que estavam submetidos os colonos também ocasionaram atritos entre eles. Os colonos utilizaram até mesmo da violência física contra os fazendeiros, já que não estavam dispostos a aceitar algumas normas estabelecidas pelos fazendeiros. Augusto Ramos diz que “eram freqüentes em São Paulo, naquele tempo, os desacatos sofridos pelos fazendeiros, dos seus trabalhadores”. Segundo ele, “reclamando a paga do que lhe devia o fazendeiro, os colonos não permitiam, às vezes, que da fazenda retirasse ele a próprio família, que retinham como refém para lhes garantir o que reclamavam”.<sup>47</sup>

Nesse contexto, quaisquer motivos poderiam desencadear a violência. Durante a crise da passagem do século constataram-se alguns conflitos. Em 1899, o irmão do então presidente Campos Sales, Diogo Sales, foi assassinado porque seu filho tentou seduzir a filha de um colono.<sup>48</sup> Verena Stolcke escreve sobre

*um dos casos mais famosos de violência individual [que] ocorreu em 1900, quando Francisco Augusto Almeida Prado, um membro da destacada família Prado, foi suficientemente descuidado para percorrer seus cafezais sem a proteção dos seus capangas. Alguns de seus trabalhadores se aproveitaram da situação e o esfaquearam e o esfaquearam com machadinhas e enxadas. Aparentemente, esse assassinato foi executado como retaliação por uma punição que Prado inflingira a seus trabalhadores, por terem se recusado a apagar um incêndio na propriedade de um de seus parentes.*<sup>49</sup>

Os fazendeiros se organizaram para resistir às pressões dos colonos. Eles se aliavam à polícia para reprimir as manifestações dos colonos, expulsando-os das fazendas e negando-lhes alimentos.<sup>50</sup> Entretanto, à medida que as manifestações aumentavam, os fazendeiros organizaram grupos armados, chamados capangas, para conter os descontentamentos dos colonos. Um outra forma de conter as manifestações era “impedir os colonos de terem a consciência da sua força, é

---

45 Denis, Pierre. *O Brasil no século...*, p. 235.

46 Stolcke, Verena. *Cafeicultura...*, p. 72.

47 Ramos, Augusto. *A Intervenção do Estado...*, p. 507.

48 Stolcke, Verena. *Cafeicultura...*, p. 72.

49 Stolcke, Verena. *Cafeicultura...* pp. 71-72.

50 Stolcke, Verena. *Cafeicultura...*, p. 73.

proibir as associações”.<sup>51</sup> Alguns fazendeiros impediram o surgimento de associações através do contrato com a família e não do contrato coletivo.

Os colonos insatisfeitos denunciavam a exploração a que estavam submetidos e pressionaram o governo de seus países de origem a adotar medidas de represálias contra essa situação. Os colonos que conseguiram retornar para seus países foram os que mais influenciaram os governantes. A Itália respondeu às pressões com uma lei que proibia a imigração subvencionada pelo governo de São Paulo.<sup>52</sup>

Os fazendeiros também reclamavam que estavam submetidos constantemente às exigências dos colonos. Respondendo a um inquérito agrícola sobre as condições da lavoura cafeeira, feito pelo secretário da agricultura de São Paulo, a comissão de agricultura do município de Dourados destacou que “fomos a esmo estendendo cafezais a poder de fabulosos salários e engordando o braço sempre mercenário por meio de novas plantações”.

*Com a baixa do preço do café os salários disparatados não mais puderam ser sustentados; em consequência da falta de terras, para uns, e para a maioria, os benéficos efeitos (neste sentido) da lei proibitiva de plantações, deram causa ao descontentamento do trabalhador agrícola que, sem interesse que o prenda ao país procura agora espatriar-se, por se ver privado dos excessivos lucros, com que irrefletidamente o acostumou o lavrador paulista.*<sup>53</sup>

O abandono das fazendas pelos colonos, a proibição feita pela Itália e a expectativa que outros países adotassem medidas semelhantes provocaram, de um lado, alterações na forma de tratamento dos colonos, com a votação de leis menos coercitivas. De outro lado, as pressões dos colonos serviram para que o poder público intervisse nas relações entre fazendeiros e colonos. Para administrar os conflitos, principalmente por causa das inúmeras greves, foi fundado, em 1911, o Patronato Agrícola, que atendeu mais aos interesses dos fazendeiros.

Para enfrentar os problemas que tinham com os colonos os fazendeiros reclamaram a mudança do sistema de trabalho. Eles pretendiam, na verdade, criar um sistema de parceria para dividir com os trabalhadores os ônus da crise que atingia constantemente a lavoura.<sup>54</sup> Uma outra forma de

51 Denis, Pierre. *O Brasil no século...*, p. 187.

52 Stolcke, Verena, *Cafecultura...*, p. 65.

53 Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. *Inquérito Agrícola sobre o estado da lavoura cafeeira no Estado de São Paulo*. São Paulo, Ed. da Revista Agrícola, 1904, p. 43.

54 A comissão de agricultura do município de Dourados propôs: “necessitamos de um bem equitativo sistema de parceria agrícola, que incuta ao imigrante o amor pela lavoura, certo ele, ao mesmo tempo, da compensação de seu trabalho não depender exclusivamente do valor comercial do café”. A comissão municipal de Anápolis, respondendo ao inquérito do secretário da Agricultura de São Paulo, reclamava do “absurdo sistema” baseado no trabalho dos colonos que tirava a liberdade dos fazendeiros. A comissão comparou o sistema do colonato com a escravidão: “antigamente quando o fazendeiro dispunha do braço escravo (...) as colheitas eram feitas com muito maior cuidado, exercendo-se fiscalização rigorosa. (...) Hoje o fazendeiro de café está fatalmente condenado a sucumbir esmagado (...), tendo de um lado a usura tirânica do capital e do outro a ganância insaciável do colono que não o deixa respirar”. Ela propunha a reforma radical do sistema de exploração como um “remédio para impedir a completa ruína das



enfrentar os problemas com os colonos, foi através da exigência da presença do Estado para garantir a política de imigração subvencionada para atenuar os efeitos causados pelo abandono dos colonos das fazendas, que em determinados momentos, no início do século, provocou um déficit de mão-de-obra.

## 2. Os fazendeiros de café como agentes do processo de intervenção do Estado na economia cafeeira

Os fazendeiros de café tiveram uma atuação decisiva no delineamento do Estado na Primeira República. Na luta política travada entre as frações de classe e entre as classes, os fazendeiros construíram os alicerces de um Estado que vai, progressivamente, tornando-se intervencionista. Argumentando que o café representava o principal produto da economia do país, os fazendeiros procuraram convencer a sociedade de que seus interesses correspondiam aos interesses nacionais. Por isso, os fazendeiros buscavam constantemente associar lavoura-riqueza-nação, ou seja, universalizar seus interesses privados.

Na produção historiográfica, existem divergências sobre quem de fato exerceu a hegemonia na Primeira República. A visão tradicional da hegemonia da burguesia do café não encontra sustentação nos fatos.<sup>55</sup> A disputa política entre diferentes frações do bloco cafeeiro pela condução da política econômica, em razão dos antagonismos de suas propostas, coloca em xeque a validade de tal visão. Recentemente, surgiram autores defendendo que durante a Primeira República o Estado tinha uma certa autonomia na condução da política econômica, tese que não leva em conta a complexidade das relações entre Estado e sociedade.<sup>56</sup>

Existem ainda duas interpretações sobre essa questão: a hegemonia foi exercida pelos fazendeiros e a hegemonia esteve nas mãos do grande capital cafeeiro.<sup>57</sup> Ainda que muitas das argumentações desses autores sejam respaldadas pelos fatos, discorda-se, neste trabalho, de suas conclusões. Para compreender a questão hegemônica parte-se da idéia de que, durante a Primeira República, o Estado refletiu os interesses divergentes das forças sociais.

Os conflitos entre o grande capital cafeeiro e os fazendeiros de café colocam em xeque a tese de que a “burguesia cafeeira” exerceu a hegemonia durante a Primeira República. Na verdade, a ação do poder público atendeu os interesses, mesmo antagônicos, desses e de outros setores da classe dominante. Nesse sentido, o Estado não teve uma atuação autônoma e nem mesmo refletiu de uma forma mecânica os interesses de uma fração ou de uma classe social. A ação do Estado

---

lavouras”. *Inquérito agrícola...*, pp. 43 e 58-59. Grifo no original.

55 Visão defendida por Boris Fausto e que teve muitos adeptos. O próprio Boris Fausto reviu recentemente essa visão. Fausto, Boris. “Estado e burguesia agroexportadora na Primeira República: uma revisão historiográfica”, in *Novos Estudos Cebrap*, julho, 1990.

56 Ver Simon Schwartzman, (1982), Winston Fritsch (1985), Annibal V. Villela e Wilson Suzigan (1983).

57 Dentre os autores que defendem a hegemonia dos fazendeiros encontram-se Edgar Carone (1970), Leôncio Basbaum (1976) e Franceschina Vilardo (1986). A tese da hegemonia do grande capital cafeeiro é defendida por Caio Prado Junior (1969), Sérgio Silva (1976) e Renato M. Perissinotto (1994).



refletiu os diversos interesses das forças sociais, sendo atravessado ora pela atuação dos fazendeiros, ora pela atuação do grande capital cafeeiro, não deixando de incorporar também as demandas de outras forças sociais.

Não se pode afirmar que uma determinada fração exerceu sozinha a hegemonia durante a Primeira República. A preponderância que o grande capital cafeeiro teve no campo econômico naquele contexto, não pressupõe que a política econômica refletiu apenas os seus interesses. Ao longo deste trabalho, percebe-se que a política econômica não seguiu uma mesma linha de orientação durante a Primeira República.<sup>58</sup>

Os fazendeiros defenderam a proteção do Estado para a lavoura cafeeira, contrariando os interesses do grande capital cafeeiro. Apesar dos benefícios que o grande capital cafeeiro teve com as valorizações do café, não se pode afirmar que ele exerceu sozinho a hegemonia naquele período. A questão da hegemonia é complexa e não pode ser reduzida a uma análise apenas do ponto de vista do econômico, mas também do político-ideológico. No campo econômico, o grande capital foi o principal beneficiário da ação do poder público, inclusive durante as intervenções, que eram realizadas com o intuito de proteger os interesses dos fazendeiros. No entanto, do ponto de vista do político-ideológico, os fazendeiros de café influíram decisivamente na construção do Estado intervencionista.

Portanto, durante a Primeira República, não existiu uma única política econômica a serviço de uma determinada classe ou fração de classe. A política econômica sofreu alterações na medida em que refletia os diversos interesses das forças sociais.<sup>59</sup> Uma análise mais detalhada das medidas econômicas implementadas pelos governos federais mostram que houve mudanças substanciais de um governo para outro, e, em determinados momentos, ela foi até mesmo contraditória, tendo medidas inconciliáveis. Ao mesmo tempo que o governo implementou medidas ortodoxas com o objetivo de controlar o déficit público, com o apoio do grande capital cafeeiro, ele também implementou medidas de defesa do café que oneravam as contas públicas, correspondentes às reivindicações dos fazendeiros.

Quando o Estado implementou as medidas intervencionistas, tanto nas intervenções provisórias como na intervenção permanente, de fato ele atendeu os interesses dos fazendeiros, o que mostra a influência deles na condução da política econômica. Pode-se argumentar que os fazendeiros conseguiram implementar suas reivindicações apenas nos momentos das intervenções,

58 Na política econômica não predominou os princípios ortodoxos, como acreditam Annibal Villela e Wilson Suzigan (1973) e Carlos Pelaez (1973). Ela refletiu, na verdade, os antagonismos das forças sociais, sobretudo das forças hegemônicas, ou seja, do grande capital cafeeiro, dos fazendeiros de café e de outras frações da classe dominante.

59 No início da Primeira República, três representantes da lavoura cafeeira paulista governaram o país — Prudente de Moraes (1894-1898), Campos Sales (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906) — com uma política econômica voltada para os interesses dos grupos financeiros internacionais que impuseram ao país a ortodoxia na administração das finanças públicas. Não se pode esquecer que esse foi o momento em que os fazendeiros de café mais pressionaram o poder público para que interviesse na solução da crise da lavoura.

tendo que reiterá-las durante toda a Primeira República. Outro argumento é o de que as intervenções representaram os interesses do próprio Estado. No entanto, foram os fazendeiros que direcionaram o Estado para o domínio econômico. Os projetos que reivindicavam a presença do Estado na defesa do café apresentados no legislativo, na imprensa e nos congressos de fazendeiros, representavam, na sua maioria, os interesses específicos dos fazendeiros de café.

Ao atribuir ao Estado a competência pela regulamentação do mercado, e não ao próprio mercado, os fazendeiros reconhecem sua fragilidade e sua impotência diante da crise cafeeira. As constantes mobilizações dos fazendeiros em prol da defesa da lavoura de café mostram que a sua força hegemônica não se manteve ao longo da Primeira República. Através dos pronunciamentos dos próprios fazendeiros pode-se constatar o quanto eles, em determinados momentos, se distanciavam do centro de decisões políticas e econômicas.

Em 1918, Silvio Alvares Penteado afirma que “desde o advento da forma republicana no Brasil que a classe dos lavradores tem sido jugulada em proporções crescentes, ao domínio das três classes: da industrial, da bancária, da comercial ou comissária — sem contar os formidáveis ônus da política tributária”.<sup>60</sup> Faz duras críticas à forma como foi conduzida a valorização de 1906, afirmando que as sacas adquiridas durante a operação de valorização “foram, em última análise, literalmente dadas de presente aos exportadores, comissários, banqueiros e outros intermediários estrangeiros”.<sup>61</sup>

O estudo dos discursos e das propostas do bloco cafeeiro comprovou a tese de que os fazendeiros tiveram um papel decisivo no processo de intervenção do Estado na economia cafeeira. O grande capital cafeeiro teve pouca influência no processo de transformação por que passou o Estado brasileiro na Primeira República. Apesar do grande capital cafeeiro ter conduzido, em determinados momentos, as intervenções, ele o fez para beneficiar-se do processo e para limitar a ação do Estado no domínio econômico.

A atuação dos fazendeiros de café foi decisiva para a intervenção do Estado na economia cafeeira, pois foram eles, e não os exportadores, que exerceram as pressões para que o Estado assumisse a política de valorização do café. Os fazendeiros não foram os grandes beneficiários das valorizações, mas foram eles os agentes da progressiva interpenetração das esferas privada e pública durante a Primeira República, processo que alimentou o intervencionismo do Estado no domínio econômico.

### 3. A ideologia da identificação dos interesses privados com os interesses públicos

Ao longo de várias décadas, os fazendeiros de café elaboraram um discurso centrado na idéia de que o café representava os interesses da sociedade brasileira. Dessa forma, eles justificavam a

---

60 Penteado, Silvio Alvares. *Como minorar os prejuízos...*, pp. 131-132.

61 Crítica feita em artigo publicado no JORNAL DO COMÉRCIO, em agosto de 1918. Penteado, Silvio Alvares. *In Como minorar os prejuízos...*, p. 122.

necessidade da intervenção do Estado para solucionar as crises que afetavam a economia cafeeira. Para isso, os fazendeiros construíram uma ideologia cujo pressuposto básico consistia na idéia de que seus interesses correspondiam aos interesses de todo o país. A cada crise que atingia a lavoura cafeeira, os fazendeiros mostravam-se cada vez mais convictos da necessidade de intervenção do poder público na defesa dos interesses da “lavoura cafeeira” e difundiam a ideologia de que os interesses do café eram interesses públicos.

A crise que atingiu a lavoura cafeeira entre 1895 e 1906 levou os fazendeiros a buscarem soluções fora do mercado, ou seja, através do poder público. Nesse período, enquanto os fazendeiros reclamavam uma atuação direta do Estado na lavoura cafeeira, o governo federal exercia uma política econômica ortodoxa para equacionar seus problemas econômicos e financeiros e dos credores brasileiros. Nesse contexto, os fazendeiros de café iniciaram a construção da ideologia da identificação dos seus interesses privados com os interesses públicos. Como afirma Elisa Pereira Reis, “foi a necessidade de vencer a resistência do poder público a intervir que levou os cafeicultores a elaborarem uma ideologia justificadora do protecionismo estatal”.<sup>62</sup>

Essa ideologia foi delineada ao longo da Primeira República através de discursos predominantemente nacionalistas. Para os fazendeiros a nação confunde-se com a lavoura cafeeira, uma vez que ela representava a garantia do progresso e desenvolvimento do país. Os argumentos dos fazendeiros para justificar a intervenção do Estado na economia cafeeira baseavam-se na idéia de que era preciso construir a nação e isso só poderia ser feito através da valorização das “classes produtoras”, as que produziam a “riqueza que sustenta o país”. Para eles, “é o café o produto que mais contribui para a conservação do nosso convívio entre as nações cultas do mundo, é ele o termômetro que denuncia a nossa existência como sociedade política”.<sup>63</sup>

São vários os discursos em que os fazendeiros de café e os seus representantes políticos constroem a ideologia da identificação dos interesses com a argumentação de que o café representava o principal produto que dava sustentação à economia brasileira.<sup>64</sup> A idéia da construção da nação brasileira estava associada à própria idéia de soberania em relação às outras nações do mundo. O café, segundo eles, era o responsável por isso. Sampaio Correia tece um comentário sobre a importância da defesa do café para a economia brasileira e da posição já conquistada pelo Brasil no mercado mundial.

*A balança de contas internacionais quando pende em nosso favor, reduz o custo de vida no Brasil. O principal peso posto na concha que nos cabe, é representado pelo ouro que o café faz afluir aos nossos mercados. É de concluir, portanto, que, muito mais que o custo de*

---

62 Reis, Elisa Pereira. “Interesses agroexportadores e construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930”, in Sorj, Bernardo et alii. *Economia e Movimentos Sociais na América Latina*, São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 207.

63 Discurso do deputado Francisco Malta, em 1905. *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1, p. 194.

64 Segundo Elisa Pereira Reis “a racionalização destinada a identificar seus interesses com os interesses gerais da nação lançava mão, sobretudo, da incontestável superioridade da economia cafeeira sobre outras atividades produtivas nacionais”. Reis, Elisa Pereira. *Interesses agroexportadores...*, p. 207.

*produção, na normal e corrente acepção, o que nos deve orientar, no organizarmos a defesa do café, é a redução do custo no Brasil. Tanto permite afirmar que o interesse do café é, entre nós, o próprio interesse nacional em jogo".*<sup>65</sup>

Nos discursos, os fazendeiros confundem a lavoura cafeeira com a própria nação, como se não existisse fronteira entre o público e o privado. Em relação à primeira valorização do café, Augusto Ramos refere-se ao “esforço colossal em defesa da fortuna pública e privada de um país exemplo digno de imitação.”<sup>66</sup> Em discurso proferido pelo deputado Francisco Malta, percebe-se também a apologia que os fazendeiros faziam ao nacionalismo e à igualdade que o Brasil poderia ter em relação às outras nações do mundo, o que justificaria a proteção do Estado à lavoura cafeeira.

*Uma das colunas sólidas da nossa vida econômica e financeira é a indústria cafeeira. É o café o produto que mais contribui para a conservação do nosso convívio entre as nações cultas do mundo.*

*(...) O café não representa apenas um fator de peso nas permutas internacionais. É, antes de tudo, um dos instrumentos mais fecundos das permutas internas, da economia indígena. Com a prosperidade da indústria cafeeira, os negócios tomam incremento, assumem proporções de grande proveito para todos os membros da Federação.*

*(...) A proteção ao produtor do café é justificada como uma das garantias dos mercados nacionais, como uma das condições para o alargamento do comércio no país, para a harmonia dos interesses de uma mesma comunhão.*

*(...) Nesse sentido, o caminho indicado é de dilatar os mercados conquistados e abrir novos, por meio de auxílios do Estado. A quem compete este papel? Ao governo nacional, à União, como é a prática seguida por todas as nações, que sentem o dever de acompanhar o interesse dos seus filhos, dispensando-lhe todo o zelo e carinho. Defendendo esse interesse, elas defendem o que é seu, a sua própria riqueza, o seu próprio crédito.*<sup>67</sup>

Para os fazendeiros, a construção da nação seria feita com a união de todas as classes na defesa dos interesses da lavoura cafeeira, já que o problema que atingia o setor afetava a todos. Henrique Dumont Villares enfatiza a importância da política econômica para a defesa da lavoura cafeeira que contempla não apenas os fazendeiros, mas todos os brasileiros.

---

65 Correia, Sampaio. “A Defesa do café”, in *O Café*, Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1934, p. 99. Sampaio Correia escrevia sobre a defesa do café nas colunas de O JORNAL.

66 Ramos, Augusto. *O Café no Brasil e no estrangeiro*, Rio de Janeiro, Papellaria Santa Helena, 1923, p. 533.

67 *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1, pp. 194-195.

*Não padece dúvidas a afirmativa de que a situação se tornou de tal gravidade que exige decisão pronta, à qual não se poderá chegar, com acerto, sem a colaboração e a boa vontade de todas as classes, porque os danos de uma política econômica errada vão atingir a todos, em proporções até agora imprevisíveis.*

*Que nenhum brasileiro se iluda, julgando que a questão não o afeta, mesmo indiretamente, porque será imensa a extensão do desastre que se antevê, caso não seja vigoroso o anteparo a se lhe opor, e que exige o máximo do espírito de sacrifício de cada um.*

*(...) Correm sério perigo, presentemente, a fortuna particular das várias classes, o bem estar de todos aqueles cujo sustento depende do andamento de qualquer indústria, a valor do papel-moeda em circulação, a estabilidade econômico-financeira dos governos federal e estaduais, — dependendo, tudo da possibilidade ou impossibilidade de se satisfazerem os compromissos assumidos. Em conclusão: estão em jogo valores morais e materiais de vulto gigantesco.*

*Do exposto se deduz que é do próprio interesse da coletividade continuar auxiliando a lavoura na solução de suas dificuldades.<sup>68</sup>*

O nacionalismo, presente nos discursos dos fazendeiros, era muito mais explícito quando eles atacavam os exportadores estrangeiros pelas crises que afetavam a lavoura cafeeira. Procuraram mostrar que os exportadores serviam mais os interesses do capital externo do que os interesses nacionais. Alfredo Ellis fez discursos com forte conotação nacionalista quando defendeu medidas de intervenção no setor cafeeiro para coibir a especulação dos exportadores, que ele considerava responsáveis pelos baixos preços do café pagos aos fazendeiros. Em um dos discursos ele afirmou:

*É chegado o momento de agir, porque se trata, não só dos mais vitais interesses do primeiro Estado da União, como dos da própria República.*

*(...) o papel do lavrador atualmente é o da abelha em uma colméia, trabalha da manhã à noite, como a abelha juntando o mel, para depositá-lo no bolso do especulador, que colhe todos os produtos do trabalho alheio.*

*(...) O especulador, que estava à espreita, verificou que o lavrador não sendo financeiro, cometia um gravíssimo erro, não deixando uma reserva em dinheiro para o giro, isto é, para o custeio de suas propriedades.*

---

68 Villares, Henrique Dumont. *Contribuição para o estudo do problema econômico do café*, São Paulo, s'ed., 1933, p. 9-10. Nesse estudo, Villares defendeu a implantação da política de defesa permanente do café.



*produção, na normal e corrente aceção, o que nos deve orientar, no organizarmos a defesa do café, é a redução do custo no Brasil. Tanto permite afirmar que o interesse do café é, entre nós, o próprio interesse nacional em jogo".*<sup>65</sup>

Nos discursos, os fazendeiros confundem a lavoura cafeeira com a própria nação, como se não existisse fronteira entre o público e o privado. Em relação à primeira valorização do café, Augusto Ramos refere-se ao “esforço colossal em defesa da fortuna pública e privada de um país exemplo digno de imitação.”<sup>66</sup> Em discurso proferido pelo deputado Francisco Malta, percebe-se também a apologia que os fazendeiros faziam ao nacionalismo e à igualdade que o Brasil poderia ter em relação às outras nações do mundo, o que justificaria a proteção do Estado à lavoura cafeeira.

*Uma das colunas sólidas da nossa vida econômica e financeira é a indústria cafeeira. É o café o produto que mais contribui para a conservação do nosso convívio entre as nações cultas do mundo.*

*(...) O café não representa apenas um fator de peso nas permutas internacionais. É, antes de tudo, um dos instrumentos mais fecundos das permutas internas, da economia indígena. Com a prosperidade da indústria cafeeira, os negócios tomam incremento, assumem proporções de grande proveito para todos os membros da Federação.*

*(...) A proteção ao produtor do café é justificada como uma das garantias dos mercados nacionais, como uma das condições para o alargamento do comércio no país, para a harmonia dos interesses de uma mesma comunhão.*

*(...) Nesse sentido, o caminho indicado é de dilatar os mercados conquistados e abrir novos, por meio de auxílios do Estado. A quem compete este papel? Ao governo nacional, à União, como é a prática seguida por todas as nações, que sentem o dever de acompanhar o interesse dos seus filhos, dispensando-lhe todo o zelo e carinho. Defendendo esse interesse, elas defendem o que é seu, a sua própria riqueza, o seu próprio crédito.*<sup>67</sup>

Para os fazendeiros, a construção da nação seria feita com a união de todas as classes na defesa dos interesses da lavoura cafeeira, já que o problema que atingia o setor afetava a todos. Henrique Dumont Villares enfatiza a importância da política econômica para a defesa da lavoura cafeeira que contempla não apenas os fazendeiros, mas todos os brasileiros.

---

65 Correia, Sampaio. “A Defesa do café”, in *O Café*, Rio de Janeiro. Departamento Nacional do Café, 1934, p. 99. Sampaio Correia escrevia sobre a defesa do café nas colunas de O JORNAL.

66 Ramos, Augusto. *O Café no Brasil e no estrangeiro*. Rio de Janeiro, Papellaria Santa Helena, 1923, p. 533.

67 *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1, pp. 194-195.

*Não padece dúvidas a afirmativa de que a situação se tornou de tal gravidade que exige decisão pronta, à qual não se poderá chegar, com acerto, sem a colaboração e a boa vontade de todas as classes, porque os danos de uma política econômica errada vão atingir a todos, em proporções até agora imprevisíveis.*

*Que nenhum brasileiro se iluda, julgando que a questão não o afeta, mesmo indiretamente, porque será imensa a extensão do desastre que se antevê, caso não seja vigoroso o anteparo a se lhe opor, e que exige o máximo do espírito de sacrifício de cada um.*

*(...) Correm sério perigo, presentemente, a fortuna particular das várias classes, o bem estar de todos aqueles cujo sustento depende do andamento de qualquer indústria, a valor do papel-moeda em circulação, a estabilidade econômico-financeira dos governos federal e estaduais, — dependendo, tudo da possibilidade ou impossibilidade de se satisfazerem os compromissos assumidos. Em conclusão: estão em jogo valores morais e materiais de vulto gigantesco.*

*Do exposto se deduz que é do próprio interesse da coletividade continuar auxiliando a lavoura na solução de suas dificuldades.<sup>68</sup>*

O nacionalismo, presente nos discursos dos fazendeiros, era muito mais explícito quando eles atacavam os exportadores estrangeiros pelas crises que afetavam a lavoura cafeeira. Procuraram mostrar que os exportadores serviam mais os interesses do capital externo do que os interesses nacionais. Alfredo Ellis fez discursos com forte conotação nacionalista quando defendeu medidas de intervenção no setor cafeeiro para coibir a especulação dos exportadores, que ele considerava responsáveis pelos baixos preços do café pagos aos fazendeiros. Em um dos discursos ele afirmou:

*É chegado o momento de agir, porque se trata, não só dos mais vitais interesses do primeiro Estado da União, como dos da própria República.*

*(...) o papel do lavrador atualmente é o da abelha em uma colméia, trabalha da manhã à noite, como a abelha juntando o mel, para depositá-lo no bolso do especulador, que colhe todos os produtos do trabalho alheio.*

*(...) O especulador, que estava à espreita, verificou que o lavrador não sendo financeiro, cometia um gravíssimo erro, não deixando uma reserva em dinheiro para o giro, isto é, para o custeio de suas propriedades.*

---

68 Villares, Henrique Dumont. *Contribuição para o estudo do problema econômico do café*, São Paulo, s'ed., 1933, p. 9-10. Nesse estudo, Villares defendeu a implantação da política de defesa permanente do café.

*(...) O especulador, completamente dono da situação e dispondo de capital, escravizou o lavrador à condição inferior à do colono, e dá-lhe pelo café o que bem quiser, isto é, o suficiente para mantê-lo na lenta agonia em que se acha. E se não o mata de vez, baixando ainda mais o preço do café, é porque isso não lhe convém. Cessariam os lucros e perderia a galinha de ovos de ouro.*

*(...) Poderosos sindicatos, grandes companhias de torrefação, se organizaram e exploram o comércio de café, sugando todos os lucros e auferindo todas as vantagens do produto, que é comprado aqui a vil preço para ser vendido, torrado, pelo quádruplo do que lhes custou.*

*Li, não há muito tempo, uma circular da firma Crosamen Brothers, de Nova York, que dispõe de uma centena de milhões de dólares, na qual, cínica e audaciosamente, declaravam que continuariam a comprar café, por preços baixos e ínfimos, porque os brasileiros, oriundos de uma raça forte e trabalhadora, como a portuguesa, tem grande capacidade de trabalho, mas pouca capacidade intelectual.<sup>69</sup>*

Os discursos nacionalistas dos fazendeiros e de seus representantes desfocavam as questões fundamentais da luta ideológica e política travada entre as frações da classe dominante. Na verdade, os fazendeiros buscavam uma política de proteção do poder público na defesa dos seus interesses. Com isso, eles acabaram defendendo a acumulação interna de capital contra os interesses do grande capital cafeeiro, ligado ao capital internacional, que não viam com bons olhos o protecionismo praticado por países submetidos à lógica da exploração do capitalismo, já na fase imperialista.

A luta política e ideológica entre o grande capital cafeeiro e os fazendeiros refletia a inserção do capitalismo no Brasil à fase do capitalismo financeiro, submetido aos interesses de grupos oligopolistas que dominavam o mercado cafeeiro. Esses grupos defendiam princípios liberais para solução dos problemas cafeeiros como forma de manter o controle sobre esse mercado, para evitar que o Estado brasileiro interviesse na acumulação interna, prejudicando seus interesses. Os fazendeiros, por outro lado, não viram outra forma de garantir o retorno dos seus investimentos no setor cafeeiro a não ser através da proteção estatal.

Para reivindicar a proteção do Estado, os fazendeiros apelaram para discursos emotivos. Por serem os produtores diretos, eles se colocava como vítimas não só dos especuladores, a quem responsabilizavam pela crise da lavoura, mas de todos aqueles que de uma forma direta ou indireta estavam ligados à economia cafeeira. Não isentavam nem os trabalhadores que eles exploravam e oprimiam. O discurso de Alfredo Ellis ilustra a situação do fazendeiro sob o ponto de vista do próprio fazendeiro.

*(...) O lavrador empobrecido tira os filhos do colégio, reduz as suas despesas, mesmo as mais urgentes, sacrifica as suas e as comodidades*

---

69 Doc. Parl., Valorização..., vol. 1, pp. 76-79.

*da família, priva-se até do necessário para poder continuar a lutar, aguardando, esperando melhores tempos, melhores preços.*

*Esta é a situação atual, perfeitamente fotografada, nitidamente pintada, sem carregar as cores negras. Lutando com as maiores dificuldades e fazendo os maiores sacrifícios, o lavrador sente, percebe e vê que neste artigo — café — que ele produz, todos lucram, todos enriquecem, desde o colono até o comissário, desde a estrada de ferro até o carroceiro, menos ele, que indefeso, sem recursos para proteger o seu produto, é forçado a entregar a vil preço para satisfazer os colonos que, como uma alcatéia de lobos lhes rondam a morada à espera do que lhes é devido.<sup>70</sup>*

O maior problema dos fazendeiros de café foi defender o intervencionismo num contexto em que predominavam as idéias liberais. A maioria deles não via contradição em defender a intervenção do Estado para solução dos problemas da lavoura e ao mesmo tempo defender os princípios liberais. Grande parte dos fazendeiros acreditava que o presença do Estado tornava-se necessária para garantir as leis de mercado. Mas alguns fazendeiros atacavam frontalmente os princípios do liberalismo, mostrando que até mesmo as nações desenvolvidas, ditas liberais, praticavam o protecionismo. Eles utilizavam também as experiências intervencionistas em países orientais, como o Japão, para atacar o liberalismo.

Em 1906, O deputado Serzedelo Correa argumentava que as causas da crise do setor cafeeiro tinham um componente natural, a superprodução, e um componente artificial de profundo alcance, a especulação. Dizia ele, “refiro-me à especulação feita dentro do mercado, de modo a subtrair o produto completamente às leis da oferta e da procura, reguladoras dos preços”. Ele não via problemas na especulação realizada em condições de livre concorrência. No entanto, “a especulação entre nós se constituiu em um verdadeiro monopólio, tanto mais forte e invencível, quanto ele se exercitava contra lavradores abatidos pelas exigências prementes de pagamentos, sem recursos para fazê-los, sem meios de obter esses recursos, pela ruína do crédito interno e pelo desmoronamento de todos os bancos nacionais”.<sup>71</sup>

O deputado Francisco Malta justifica sua crítica ao liberalismo afirmando que “um movimento extraordinário se produz na Alemanha, Itália, Inglaterra, América, e quase em toda a parte, em favor de uma ação mais vigorosa do Estado na defesa da produção”. É preciso, segundo ele, que “prescindamos das fórmulas empíricas ou doutrinárias, que a experiência declara impotentes para a solução dos problemas sociais, e enveredemos pelo caminho em que a luz, guia dos nossos passos, seja uma orientação prática e positiva”.<sup>72</sup>

---

70 *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1, pp. 77-78.

71 Discurso feito na Câmara Federal, em 21 de julho de 1906, nas discussões que antecederam a aprovação do Convênio de Taubaté. *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1, pp. 360.

72 Discurso feito na Câmara Federal em novembro de 1905. *Doc. Parl., Valorização...*, vol. 1, pp. 194 e 200.

As práticas protecionistas adotadas por grande parte dos países liberais serviram de argumento para justificar a ação do Estado na economia cafeeira. No discurso proferido pelo deputado Herculano de Freitas aparecem as controvérsias que existiam entre os fazendeiros sobre o liberalismo.

*O papel do Estado será, como pensam muitos, o de gendarme, postado de guarda à manutenção da paz pública ou o de supremo diretor da cultura e supremo diretor da economia nacional?*

*Quaisquer que possam ser as concepções filosóficas individuais, é bem certo que a corrente irresistível da organização social do momento arrasta todas as organizações políticas da civilização ocidental, e quanto mais das orientais, para essa ação constante, ininterrupta, intensa, do Estado intervindo na cultura, intervindo na economia. Só teoricamente se lhe reserva o papel de mantenedor da ordem (...).*

*Na realidade, se exige da sua ação constante, no tempo e no espaço, a intervenção para a felicidade social do povo. É imbuída dessa doutrina, que a classe produtora do Estado de São Paulo, como a classe produtora dos outros Estados, têm constantemente reclamado o auxílio da intervenção oficial, para a solução definitiva da crise, que, por ser sua, não é particular, pois que a crise da produção constitui a crise econômica, por excelência, da nação.*

*A lei da oferta e da procura regula os preços. Mas, é exatamente por isso, é baseado exatamente na fatalidade, na necessidade dessa lei econômica que se reputam eficazes as medidas propostas, porque elas consistem simplesmente em fazer rarear a oferta. E, desde que a procura permaneça a mesma, cessa o desequilíbrio em favor do preço. Não é portanto procurando violar a lei econômica, é antes obedecendo aos seus ditames que se empreende a valorização.<sup>73</sup>*

Mesmo os fazendeiros defensores do liberalismo consideravam que a presença do Estado era imprescindível na solução das crises, porém eles não concordavam com a idéia do monopólio estatal. Acreditavam que a atuação do Estado deveria se limitar à propaganda para o aumento do consumo de café no mundo. Dois membros da Sociedade Paulista de Agricultura, Comércio e Indústria, José Paulino Nogueira e Olavo Egydio, emitiram um parecer sobre a atuação do Estado na questão cafeeira: “a intervenção do governo deverá ser exclusivamente a do estímulo, não a da regulamentação nem da superintendência; seria isso tolher a indispensável liberdade da iniciativa particular”.<sup>74</sup>

---

73 Discurso feito na Câmara Legislativa de São Paulo, em 31 de maio de 1906, quando o deputado solicitava ao presidente da Câmara o envio de uma moção de apoio ao Convênio de Taubaté para o Congresso Nacional. In *Valorização do café e fixação do câmbio*. São Paulo, Tipografia Augusto Siqueira & Comp., 1906, pp. 71-72. Publicação sem autor.



Rollim Telles, deputado paulista, conhecido por sua luta em defesa dos interesses dos fazendeiros, considerava-se um seguidor do liberalismo. No entanto, ele não via incoerência em que o Estado interviesse na “liberdade de comércio” para defender o principal produto da economia nacional. O discurso de Rollim Telles é bem apropriado para ilustrar a argumentação dos fazendeiros de que o café interessava à nação e não somente ao setor privado.

*Em tese é sempre condenável a intervenção do Estado cerceando a liberdade de comércio e alterando o curso natural dos fenômenos econômicos. Ao fazer a defesa do café, devemos ter em vista se a defesa comercial de um produto, ao ser feita, acode ao interesse do produtor ou também ao interesse do país.*

*Quando o interesse em jogo é só o do produtor, ao governo não cabe prestar senão o auxílio conveniente devido nesses casos, como seja redução ou isenção de impostos de saída, intervenção da diplomacia para a consecução de isenção ou diminuição de impostos externos, exposições e propaganda, cabendo somente às corporativas que os produtores organizarem, as intervenções para a defesa mais direta.*

*Agora, quando o interesse direto é o do Estado, compete a este agir, como entre nós, no caso do café. Já dissemos e é bom repetir: em tese não se pode admitir a intervenção do Estado no comércio. Mas, no nosso caso, interessado direto no valor de nossa exportação, para poder manter a estabilização ou o equilíbrio da balança de contas, o governo não tinha outro modo de agir.<sup>75</sup>*

Essa ideologia da identificação dos interesses norteou o processo de intervenção do Estado na economia cafeeira. Com essa ideologia, os fazendeiros de café influíram no delineamento do Estado brasileiro da Primeira República, o que não significou que o Estado refletiu apenas os interesses dos fazendeiros, mas também os de outras forças sociais que procuravam influir nas políticas públicas e, em especial, na política econômica.<sup>76</sup>

---

74 In Telles, Augusto C. da Silva. *Propaganda e valorização do café*, São Paulo, Duprat & C., 1905, pp. 24-25.

75 Telles, Rollim. *A Defesa do café e a crise econômica de 1929*, São Paulo, s/ed., 1931, pp. 5 e 10.

76 No Congresso Nacional constatou-se a existência de vários projetos apresentados pelos mais diferentes setores reivindicando a intervenção do Estado. Como consequência das pressões desses setores, surgiu o projeto de defesa da produção nacional, que foi aprovado pela Câmara Federal, em 1922.

# Conclusão

---

O Estado brasileiro ampliou sua atuação no domínio econômico durante a Primeira República e não na década de 1930 como ainda predomina na historiografia. Com isso, refuta-se a idéia de que o Estado brasileiro deste período era liberal, com esporádica atuação na economia. Até mesmo autores como Steven Topik, que procura romper com essa visão tradicional, mostrando que o Estado no Brasil já era um dos mais intervencionistas daquele período com uma ampla atuação em vários setores econômicos, conclui que “o Estado intervinha no mercado para salvar o modelo do *laissez-faire*”.<sup>1</sup>

O processo de intervenção do Estado na economia estava inserido dentro do contexto do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, momento em que o Estado representou um elemento fundamental para garantia da acumulação de capital. A dinâmica desse processo de intervenção estava intimamente relacionada à economia cafeeira. Na segunda metade do século XIX, a expansão cafeeira engendrou as condições para o desenvolvimento das relações de produção capitalistas e a presença do Estado tornou-se imprescindível para essa expansão. Intervindo no setor cafeeiro, o Estado foi progressivamente ampliando sua atuação na economia: interveio diretamente no suprimento da mão-de-obra para a lavoura, executou as políticas de valorização provisórias e criou os mecanismos de intervenção permanente.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil, impulsionado pelo processo de substituição do trabalho escravo pelo assalariado, exigiu a construção do Estado capitalista. Na construção deste Estado, os fazendeiros de café tiveram uma atuação decisiva, uma vez que exigiram a presença do Estado na defesa de seus interesses e na garantia da acumulação de capital. O processo de

---

1 Topik, Steven. *A Presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*, Rio de Janeiro, Editora Record, 1987, p. 194.

intervenção do Estado brasileiro na economia tinha, portanto, intrínsecas relações com o desenvolvimento do capitalismo.<sup>2</sup>

Esse processo de intervenção foi resultado da interpenetração progressiva entre o setor público e o setor privado, em que interagiam, a um só tempo, os interesses do privado e os interesses do público, representado pelo Estado. Dessa forma, compreende-se que o que estimulava os fazendeiros de café a lutar para que o setor público defendesse seus interesses privados era a convicção de estarem defendendo interesses públicos, ou seja, de toda a sociedade.

A visão integrada das relações entre a sociedade e o Estado mostra que, no processo de intervenção, as forças sociais agem no sentido de difundir e colocar em prática a idéia de que os seus interesses são interesses públicos. Assim, os interesses públicos não fazem parte de uma esfera distinta dos interesses privados, como apregoam os defensores da tese da neutralidade do Estado. Por outro lado, não se pode conceber o Estado como um instrumento de defesa de uma classe ou de uma fração de classe. A ação do Estado é contraditória e reflete interesses antagônicos das forças sociais, cuja ação é delineada sobretudo pelos interesses das forças hegemônicas.

Os fazendeiros de café se organizaram e se mobilizaram para exigir que o Estado atuasse na solução dos problemas que atingiam a lavoura de café, uma vez que não confiavam na esfera privada, do mercado, como espaço adequado para a solução de seus problemas econômicos. Grande parte de suas reivindicações foi efetivamente implementada pelo Estado, mostrando que os fazendeiros representavam uma das forças hegemônicas do período. Isso não significou, no entanto, uma resposta mecânica do Estado aos seus interesses.

Ao atender os interesses dos fazendeiros, o Estado atende também os interesses de outras forças sociais, que disputavam a primazia na elaboração e implementação das políticas públicas, especialmente da política econômica. O grande capital cafeeiro exerceu pressões para que as crises da lavoura fossem solucionadas dentro do próprio mercado sem a intervenção do Estado, o que não impediu que o Estado interviesse. Para não perderem a hegemonia, o grande capital cafeeiro recuou em suas posições e conduziu o processo de intervenção, beneficiando-se das intervenções mais do que os fazendeiros que as reivindicavam.

Ao longo da Primeira República, o Estado intervencionista foi delineado pelos fazendeiros que viam nele a solução para a defesa do retorno do capital que investiram na produção de café. Inicialmente exigiram do Estado a intervenção no processo de substituição do trabalho escravo pelo assalariado, uma vez que a ação do setor privado era insuficiente para suprir a demanda por braços para a lavoura de café. Em resposta às pressões dos fazendeiros, o Estado passou a subsidiar a vinda dos imigrantes para o Brasil, considerada um dos fatores fundamentais para o processo de expansão

---

2 O Estado capitalista emergiu no processo de desenvolvimento do capitalismo e foi construído pela burguesia para garantir a acumulação de capital. Segundo Herbert José de Souza, "o Estado intervencionista nasceu com a própria burguesia". Souza, Herbert José de. "América Latina: A Internacionalização do capital e o Estado na obra de autores contemporâneos". in: *América Latina: Novas estratégias de dominação*. Petrópolis, Vozes, 1982. p. 77.

da produção cafeeira e da acumulação de capital. Daí em diante, a ação dos fazendeiros ampliou-se em razão da queda dos preços do café, da superprodução e da especulação praticada pelos exportadores.

A ação dos fazendeiros desencadeou o processo de intervenção do Estado na economia cafeeira. Esse processo intensificou-se a partir da Convenção de Taubaté, em 1906, quando o Estado estabeleceu, ainda que apenas na esfera estadual, mecanismos provisórios de defesa da economia cafeeira. Após esta intervenção, os fazendeiros continuaram pressionando o Estado para resolver os problemas que periodicamente afetavam a lavoura cafeeira que, na prática, resultaram nas intervenções provisórias de 1917 e 1921 e na intervenção permanente de 1924.

A ampliação do processo de intervenção ocorreu com a criação do Instituto de Defesa Permanente do Café, em 1924, quando o Estado assumiu a defesa permanente do café, decisão implementada na esfera federal, se bem que, de fato, tenha sido executada na esfera estadual. Apesar dos conflitos políticos que impediram a atuação direta do governo federal na defesa do café, foi através da criação deste Instituto que estabeleceram-se os mecanismos para que o Estado consolidasse seu domínio no setor econômico.

As intervenções não resultaram apenas da ação dos fazendeiros, mas também de interesses do próprio Estado que via nelas uma forma de aumentar a receita pública. Essa ação do poder público respondia também aos interesses de outras forças sociais que defendiam não apenas as intervenções na economia cafeeira, mas nos seus setores. Prova disso foi quando, em 1922, o Congresso Nacional votou a favor da intervenção do Estado em toda a produção nacional. A ação dos diferentes setores da economia traduziram-se na própria ação do Estado que, apesar de limitar-se à criação dos mecanismos de defesa permanente do café, engendrou as bases da ampliação do Estado no domínio econômico.

Esse processo de intervenção do Estado na economia inseria-se dentro do contexto da luta política travada no interior da classe dominante, cujas frações hegemônicas estavam diretamente ligadas à economia cafeeira. A disputa pela condução da política econômica girou sobretudo em torno da questão ideológica: de um lado, o grande capital cafeeiro que orientava-se pelas idéias liberais e, de outro lado, os fazendeiros de café que defendiam o intervencionismo estatal. Para combater o liberalismo apregoado pela fração dominante, os fazendeiros, enquanto produtores do principal produto da economia, construíram a ideologia de que seus interesses correspondiam aos interesses do país.

Um dos aspectos fundamentais dessa ideologia justificadora do intervencionismo foi o nacionalismo. Os fazendeiros argüiam que os exportadores estrangeiros, que compunham o grande capital cafeeiro, eram os responsáveis pela crise da lavoura cafeeira, uma vez que praticavam a especulação dos estoques de café provocando a queda dos preços. Os fazendeiros serviam-se da tribuna do legislativo, dos meios de comunicação e dos vários lugares públicos para atacar os exportadores estrangeiros. Esse nacionalismo transformou-se em objetivo do Instituto de Defesa Permanente do Café, que propiciava condições para que os brasileiros exercessem a função de

distribuidores mundiais do café, papel exercido até então pelos grandes exportadores estrangeiros, donos de capital abundante e barato.<sup>3</sup>

Apesar do grande capital cafeeiro ter sido o grande beneficiário das intervenções, não foi ele quem conduziu o Estado para o domínio econômico. Ele se pautou sempre pela solução das crises setor cafeeiro dentro do próprio mercado; se ele atuou diretamente no processo de intervenção, foi para continuar exercendo sua supremacia sobre as demais forças sociais. A intervenção do Estado resultou da atuação dos fazendeiros de café munidos dos mais diversos mecanismos para influir sobre o poder público, visando à defesa dos seus interesses, contrariados especialmente pelo grande capital cafeeiro.

A atuação dos fazendeiros foi decisiva na configuração do Estado intervencionista durante a Primeira República, produto não apenas das suas pressões sobre o poder público. Enquanto fração da classe dominante, os fazendeiros exerceram a hegemonia em determinados momentos da Primeira República, principalmente nos momentos das intervenções. No entanto, foi o grande capital cafeeiro a fração da classe dominante que mais influenciou as políticas públicas naquele período, beneficiando-se, inclusive, das intervenções mais do que os próprios fazendeiros. As mobilizações constantes dos fazendeiros e seus reclamos contra a crise da lavoura e contra a especulação praticada pelos exportadores estrangeiros mostravam a fragilidade de sua força hegemônica. Apesar disso, os fazendeiros e não o grande capital cafeeiro foram os principais agentes do intervencionismo do Estado na Primeira República.

No entanto, o Estado não atuou apenas na esfera dos interesses do setor cafeeiro e não constituiu-se numa instituição autônoma na elaboração e consecução das políticas públicas. Ele apresentou-se como a síntese dos interesses das classes, especialmente da classe dominante e das frações hegemônicas; mesmo que esses interesses fossem antagônicos. Essa idéia da ação contraditória do Estado coloca em xeque as teses predominantes na historiografia: 1) de que o Estado representava apenas os interesses dos cafeicultores — há os que defendem a preponderância do grande capital assim como há os defensores da preponderância dos fazendeiros de café — e 2) de que o Estado possuía autonomia na condução das políticas públicas.

O Estado brasileiro da Primeira República atendeu os interesses distintos e até mesmo contraditórios das diferentes forças sociais. O Estado refletia as relações de interação/conflito entre as forças sociais na disputa pela posição hegemônica. Nessa disputa, prevaleceram os interesses do grande capital cafeeiro e dos fazendeiros de café, mas isso não quer dizer que as outras forças sociais não tenham influído nas decisões do poder público. No entanto, foram os interesses dos fazendeiros de café que impulsionaram o processo de interpenetração entre o setor público e o setor privado, processo que deu origem ao Estado intervencionista. Foram os fazendeiros de café, mais

---

3 Murray, Charles R. “Valorização e defesa do café”, in *O Café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*, Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1934, p. 841.



do que as demais forças sociais, que delinearam esse Estado intervencionista que emergiu durante a Primeira República.

# Summary

---

OLIVEIRA, Elizabete Rodrigues. Intervention of the State in the Coffee Economy during the First Republic: the Relationship between the Private and Public Sectors. São Paulo, 1995. Dissertação de Mestrado. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas.

During the First Republic the State in Brazil became increasingly involved in the economic area, and in doing so compromised the principles of liberalism. The process of intervention by the State in the coffee economy gave rise to connections between the private and public sectors. The coffee plantation-owners, having lost their belief in the power of market forces, demanded intervention by the State in order to solve the problems affecting production. After the initial intervention of 1906, the coffee industry was hit by a series of new crises, mainly in the plantations. The plantation-owners continued with their demands for intervention by the State, and to justify this, developed an ideology whereby their group interests represented the interests of Brazilian society as a whole and which was based on the premise that coffee provided the dynamic force behind the national economy. But it was not only the private sector which contributed to the process of intervention by the State in the economy; the State itself started to take an interest direct in the process, which represented another source of income since the interventions resulted in profit for the treasuries of the coffee-producing states (mainly São Paulo) and for the Federal Government. From the present study we may conclude that the process of State intervention in the economy was characterised by connections between the public and private sectors and that coffee plantation-owners played a decisive part in the outcome of the process.

# Tabelas

---

Tabela 1 — Produção, exportação e preços do café (1889 - 1930)

ANO	Produção brasileira (1.000 sacas)	Produção brasileira / Produção mundial (%)	Exportação brasileira (1.000 sacas)	Exportação brasileira / Produção brasileira (%)	Preço da saca (mil réis)	Preço da saca (libra)
1889	4.482	51,5	5.586	67,7	30,9	3,49
1890	5.592	53,9	5.109	64,7	37,2	3,26
1891	7.515	62,9	5.373	69,4	52,9	2,91
1892	6.661	59,3	7.109	71,4	62,1	3,09
1893	6.269	59,2	5.307	67,8	85,2	4,09
1894	7.242	63,0	5.582	68,5	89,5	3,74
1895	6.007	56,9	6.720	68,7	80,9	3,33
1896	9.928	66,6	6.744	69,4	77,7	2,56
1897	11.213	69,8	9.463	63,8	55,6	1,74
1898	9.447	68,2	9.267	55,3	50,3	1,49
1899	9.564	68,6	9.771	56,6	48,2	3,07
1900	11.373	75,0	9.155	56,9	52,9	2,06
1901	16.283	81,7	14.760	59,0	34,5	1,62
1902	12.994	74,3	13.157	55,8	31,2	1,54
1903	11.193	70,7	12.927	51,7	29,7	1,47
1904	10.597	73,5	10.025	50,6	39,1	1,99
1905	11.055	76,0	10.821	48,0	30,0	1,98
1906	20.409	84,5	13.966	52,9	29,9	1,97
1907	11.349	76,5	15.680	52,7	28,9	1,82
1908	13.039	78,7	12.658	52,2	29,1	1,82
1909	15.440	81,4	16.881	52,5	31,6	1,98
1910	10.945	74,3	9.724	42,3	39,6	2,74
1911	13.115	75,0	11.258	60,4	53,9	3,58
1912	12.111	73,9	12.080	62,4	57,8	3,85
1913	14.425	73,2	13.268	62,3	46,1	3,07
1914	13.497	72,8	11.270	57,7	39,0	2,39
1915	15.981	77,9	17.061	59,7	36,4	1,88
1916	12.783	76,4	13.039	51,9	45,2	2,24
1917	15.816	84,0	10.606	36,6	41,5	2,17
1918	9.859	68,7	7.433	31,1	47,4	2,55

Tabela 1 — Produção, exportação e preços do café (1889 - 1930) – (cont.)

ANO	Produção brasileira (1.000 sacas)	Produção brasileira / Produção mundial (%)	Exportação brasileira (1.000 sacas)	Exportação brasileira / Produção brasileira (%)	Preço da saca (mil réis)	Preço da saca (libra)
1919	7.605	48,7	12.963	56,3	94,6	5,10
1920	15.115	72,3	11.525	49,1	74,7	3,51
1921	12.955	67,3	12.369	59,6	82,4	2,19
1922	10.351	64,5	12.673	64,5	118,7	3,12
1923	15.060	68,7	14.466	64,4	146,9	3,05
1924	13.336	60,0	14.226	75,8	205,9	4,62
1925	14.088	59,3	13.482	72,0	215,1	5,50
1926	18.274	66,2	13.751	73,8	170,7	5,05
1927	28.834	78,3	15.115	70,7	170,4	4,15
1928	13.621	61,1	13.881	71,5	204,6	5,00
1929	28.200	69,1	14.281	71,0	191,9	4,71
1930	16.600	56,5	15.288	62,6	119,5	2,69

Fontes: Topik, Steven. A Presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930. Rio de Janeiro, Editora Record, 1987, pp. 97-99.

Taunay, Alfonso de. Pequena história do café. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1945, pp. 548-549.



Tabela 2 — Produção cafeeira no Estado de São Paulo (1880 - 1933)

ANO	Produção de café (milhões de sacas)	Cafeeiros em produção (milhões)	Novos cafeeiros plantados (milhões)	
			Período	Quantidade
1880	1,2	106	1876 a 1883	105
1888	2,6	211	1884 a 1885	9
1890	2,9	220	1886 a 1896	306
1901	8,9	526	1897	159
1902	10,2	865	1898 a 1901	4
1906	6,9	689	1902	8
1907	15,4	697	1903 a 1906	—
1911	8,5	697	1907 a 1908	25
1913	9,5	722	1909 a 1910	13
1915	9,2	735	1911 a 1913	99
1918	12,2	834	1914 a 1916	10
1921	10,2	844	1917	28
1922	8,2	872	1918	27
1923	7,0	899	1919	50
1924	10,4	949	1920	2
1925	9,2	951	1921	15
1926	10,1	966	1922	82
1927	9,9	1048	1923	75
1928	18,0	1123	1924	30
1929	8,8	1153	1925	35
1930	19,5	1188	1926	77
1931	10,1	1265	1927	174
1932	18,7	1439	1928	65
1933	15,0	1504	1929 a 1930	57

Fonte: Cano, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo, Difel, 1977, p. 41.

Tabela 3 — Expansão da rede ferroviária na região cafeeira e no Brasil (1854 - 1929)

Ano	Extensão da rede (km)		Rede na região cafeeira/ Rede no Brasil (%)
	Região cafeeira	Brasil	
1854	15	15	100,00
1859	78	109	71,56
1864	163	411	39,66
1869	450	713	63,11
1874	1.053	1.357	77,60
1879	2.396	2.896	82,73
1884	3.830	6.325	60,55
1889	5.590	9.076	61,59
1894	7.677	12.474	61,54
1899	8.714	13.981	62,33
1904	10.212	16.024	63,73
1906	11.281	17.340	65,06
1910	—	21.467	—
1915	—	26.647	—
1920	—	28.556	—
1925	—	32.000	—
1929	18.326	32.000	57,27

Fonte: Silva, Sergio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976, p. 58.

**Tabela 4 — Taxa cambial, preço externo e preço interno (1889 - 1900)**

Ano	Taxa cambial	Preço externo	Preço interno
1889	26 7/16	100	100
1890	22 9/16	113	120
1891	14 29/32	90	171
1892	12 1/32	87	201
1893	11 19/32	103	276
1894	10 3/32	92	290
1895	9 15/16	91	262
1896	9 1/16	69	252
1897	7 23/32	47	180
1898	7 3/16	41	163
1899	7 7/16	42	156
1900	9 16/32	46	171

Fonte: Delfim Netto, Antonio. O Problema do café no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. FGV/Ministério da Agricultura/ SUPLAN, 1979, p. 22.

# Apêndices

---

## Apêndice 1

Proposta de intervenção do Estado na economia cafeeira apresentada por Alexandre Siciliano, em 1903.

**Bases gerais do contrato entre o sindicato e o governo federal para a valorização do café.**

**Proposta apresentada por Alexandre Siciliano, em 1903, à Sociedade Paulista de Agricultura.**

1º — O prazo do contrato será de 8 anos.

2º — O governo fará votar leis proibitivas de novas plantações no Brasil durante os 6 primeiros anos do contrato.

3º — O sindicato obriga-se a comprar, anualmente, todo o café que for produzido no Brasil, até quinze milhões de sacas, e quando a produção anual exceder desse limite o sindicato reserva-se o direito de poder comprar até 16 milhões de sacas, se lhe convier.

O governo será obrigado a adquirir o excesso das safras que excederem de 15 ou 16 milhões de sacas, e, no caso que o sindicato não convenha que esse excesso seja armazenado ou vendido, deverá o governo destruí-lo, preferindo os cafés de qualidade mais baixas que forem encontrados no mercado.

4º — O sindicato pagará os seguintes preços mínimos, ao câmbio de 12 dinheiros, por todo o café que for oferecido à venda até o limite de 15 ou 16 milhões de sacas por ano, conforme a cláusula antecedente: 5\$500 réis, por 10 kilos de café tipo 7 (americano) e preços correspondentes para os outros tipos no primeiro ano; 6\$000 réis no segundo ano e 6\$500 réis do terceiro ano em diante, até findar-se o contrato, sempre nas mesmas condições de base sobre o tipo 7.

Os preços mencionados acompanharão as oscilações do câmbio, até o limite de 8 dinheiros na baixa e o de 16 dinheiros na alta.

5º — O governo obriga-se a pagar ao sindicato, por saca de café que for exportado pelos portos do Brasil, durante o prazo deste contrato, como remuneração para garantir os preços mínimos de que trata a cláusula antecedente: 1\$500 réis por saca no primeiro ano; 1\$750 réis por saca no segundo ano; 2\$000 réis por saca do terceiro ano em diante, até o limite de 15 ou 16 milhões de sacas, conforme a cláusula terceira.

6º — Se os Estados julgarem conveniente poderão, de acordo com o governo federal, lançar um imposto adicional sobre o café que for exportado durante a vigência deste contrato, imposto esse que poderá ser elevado até a 1\$000 réis por saca.

Com o auxílio desse novo imposto, não só os governos desses Estados ficarão armados de meios para fazerem face a qualquer déficit que houver para complementar o pagamento dos prêmios estabelecidos na cláusula antecedente, como poderão estabelecer fundos de reserva para o caso (pouco provável) de serem obrigados a adquirir o excesso do café das safras que excederem de 15 a 16 milhões de sacas, previsto na cláusula 3ª;

7º — O sindicato obriga-se a fazer uma caução de um milhão de libras esterlinas, em títulos brasileiros ou quaisquer outros que forem aceitos pelo governo, para a fiel execução do presente contrato.

A caução poderá ser feita no Banco da Inglaterra ou de França.<sup>1</sup>

1 Siciliano, Alexandre. *Valorização do café: bases do contrato entre um sindicato e o governo federal*, São Paulo, Duprat & C., 1903, pp. 1-2.



## Apêndice 2

### O Convênio de Taubaté e suas modificações

#### 2.1. Convênio entre os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais para valorizar o café, regular o seu comércio, promover o aumento do seu consumo e a criação de uma Caixa de Conversão, fixando o valor da moeda.

Íntegra da Ata e do Convênio de Taubaté, assinado pelos governadores de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

“Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de mil novecentos e seis, nesta cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, na casa número quatorze, da rua Visconde de Rio Branco, presentes os Exmos. Srs. Drs. Jorge Tibiriçá, Nilo Peçanha e Francisco Antonio Salles, presidentes dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, pelo primeiro, por acordo dos dois outros, foi assumida a presidência.

O Exmo Sr. Dr. Jorge Tibiriçá, depois de agradecer a presença dos ilustres presidentes do Rio e Minas, declarou que a reunião convocada pelo Dr. Nilo Peçanha tinha por fim proporcionar aos três Estados oportunidade de se entenderem diretamente por seus presidentes, sobre a valorização do café e outras medidas de alto alcance econômico.

Estabelecia a discussão, ficou resolvido que os presidentes dos três Estados, se dirigissem ao Exmo Sr. Presidente da República, pedindo a convocação do Congresso Nacional, em sessão extraordinária, e urgente, para a decretação de uma lei criando um aparelho cujo fim seja a emissão de papel-moeda conversível em ouro a uma taxa pré-fixada.

Esse aparelho, que se denominará ‘Caixa de Conversão’, terá como lastro para a emissão a importância do empréstimo, que for contratado pelos Estados com o endosso da União. Passando-se ao exame das bases do convênio organizadas pelos representantes dos três estados, para a valorização do café, foi o mesmo convênio aprovado com a seguinte redação:

Convênio entre os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, para o fim de valorizar o café, regular o seu comércio, promover o aumento do seu consumo e a criação da ‘Caixa de Conversão’ fixando o valor da moeda:

Artigo primeiro — Durante o prazo que for conveniente, os Estados contratantes obrigam-se a manter nos mercados nacionais o preço mínimo de cinquenta e cinco a sessenta e cinco francos, em ouro ou moeda corrente do país, ao câmbio do dia, por saca de 60 quilos de café tipo sete americano, no primeiro ano; este preço mínimo poderá ser posteriormente elevado até o máximo de setenta francos, conforme a conveniência do mercado. Para as qualidades superiores, segundo a mesma classificação americana, os preços indicados serão aumentados proporcionalmente nos mesmos períodos.

Artigo segundo — Os governos contratantes, por meio de medidas adequadas, procurarão dificultar a exportação para o estrangeiro dos cafés inferiores aos tipos sete e favorecer, no que for possível, o desenvolvimento do seu consumo no país.

Artigo terceiro — Os Estados contratantes obrigam-se a organizar e manter um serviço regular e permanente de propaganda do café com o fim de aumentar o seu consumo, quer pelo desenvolvimento dos atuais mercados, quer pela abertura e conquista de novos, quer pela defesa contra as fraldes e falsificações.

Artigo quarto — Os governos contratantes, quando for julgado oportuno, estabelecerão os tipos nacionais de café, promovendo a criação de Bolsas ou Câmaras Sindicais para o seu comércio, de acordo com os novos tipos serão então fixados os preços a que se refere o artigo primeiro.

Artigo quinto — Aos produtores de café serão facultados os meios de melhorar as qualidades do produto pelo rebenefício.

Artigo sexto — Os governos contratantes, obrigam-se a criar uma sobre-taxa de três francos, sujeita ao aumento ou diminuição, por saca de café que for exportada por qualquer dos seus Estados e bem assim a manter as leis que neles dificultam por imposto suficientemente elevados o aumento das áreas dos terrenos cultivados com café nos seus territórios pelo prazo de dois anos, que poderá ser prorrogado por mútuo acordo.

Artigo sétimo — O produto da sobre-taxa, de que trata o artigo anterior, pago no ato da exportação, será arrecadada pela União e destinado ao pagamento de juros e amortização dos capitais necessários à execução deste convênio, sendo os saldos restantes aplicados ao custeio das despesas reclamadas pelos serviços do mesmo, começando-se a cobrança da sobre-taxa depois de verificado o disposto no artigo oitavo.

Artigo oitavo — Para a execução deste convênio fica o Estado de São Paulo, desde já autorizado a promover, dentro ou fora do país, com a garantia da sobre-taxa de três francos, de que trata o artigo sexto, e com a responsabilidade solidária dos três Estados, as operações de crédito necessárias até o capital de quinze milhões de libras esterlinas, o qual será aplicado com o lastro para a Caixa de Emissão, ouro e Conversão, que for criada pelo Congresso Nacional, para a fixação do valor da moeda.

§ primeiro — O produto da emissão sobre esse lastro será aplicado, nos termos deste convênio, na regularização do comércio de café e sua valorização, sem prejuízo, para a 'Caixa de Conversão' de outras dotações para fins criados em lei.

§ segundo — O Estado de São Paulo, antes de ultimar as operações de crédito acima indicadas, submeterá as suas condições e cláusulas ao conhecimento e aprovação da União e dos outros Estados contratantes.

§ terceiro — Caso se torne necessário o endosso ou fiança da União para as operações de crédito, serão observadas as disposições do artigo segundo, número dez, da Lei 1.452, de 30 de dezembro de 1905.

Artigo nono — A organização e direção de todos os serviços, de que trata este convênio, serão confiados a uma comissão de três membros, nomeados um por cada Estado, sob a presidência de um quarto membro, apenas com o voto de desempate, e escolhido pelos três Estados.

§ único — Cada diretor terá um suplente de nomeação igualmente, dos respectivos Estados, que os substituirá em seus impedimentos.

Artigo décimo — A comissão de que trata o artigo precedente, criará todos os serviços e nomeará todo o pessoal necessário à execução do convênio, podendo confiar em parte a sua execução a alguma associação ou empresa nacional, sob sua imediata fiscalização, tudo na forma do regulamento.

Artigo décimo primeiro — A sede da comissão diretora será a cidade de São Paulo.

Artigo décimo segundo — Para a execução dos serviços deste convênio, a comissão organizará o necessário regulamento, que será submetido à aprovação dos Estados contratantes, os quais no prazo de quinze dias, se pronunciarão sobre o mesmo, sob pena de considerar-se aprovado por aqueles que não o fizerem.

Artigo décimo terceiro — Os encargos e vantagens resultantes deste convênio serão partilhados entre os Estados contratantes, proporcionalmente à quota de arrecadação da sobre-taxa, com que cada um concorrer pela forma estabelecida no regulamento.

Artigo décimo quarto — Os Estados contratantes reconhecem e aceitam o Presidente da República como árbitro em qualquer questão que entre os mesmos se possa suscitar da execução do presente convênio.

Artigo décimo quinto — O presente convênio vigorará desde a data da sua aprovação pelo Presidente da República nos termos do número 16 do artigo 48 da Constituição Federal.

Paço Municipal de Taubaté, 26 de fevereiro de 1906. Nilo Peçanha, Francisco Salles e Jorge Tibiriçá.

## 2.2. Modificações e aditamento ao Convênio de Taubaté

Os presidentes dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo acordam e resolvem modificar o Convênio de Taubaté, aditando-lhe as seguintes cláusulas, que ficam fazendo parte integrante do mesmo Convênio:

1ª — O artigo 1º do convênio fica substituído pelo seguinte:

Durante o prazo que for julgado conveniente, os Estados contratantes obrigam-se a manter nos mercados nacionais o preço mínimo de trinta e dois a trinta e seis mil réis por saca de 60 quilos de café, tipo sete, americano, no primeiro ano; este preço mínimo poderá ser posteriormente elevado até o máximo de quarenta mil réis, conforme as conveniências do mercado.

Para as qualidades superiores, segundo a mesma qualidade americana, os preços modificados serão aumentados proporcionalmente ao mesmo período.

2ª — Se as operações de crédito necessárias para a execução do convênio forem realizadas pelos três Estados, sem endosso ou fiança da União, a sobre-taxa de três francos a que se refere o artigo sexto do mesmo convênio, será arrecadada pelos Estados e o seu produto será depositado para os fins determinados no artigo sétimo.

3ª — A arrecadação da sobre-taxa de três francos começará na época que for determinada pelos Estados contratantes.

4ª — Enquanto não for criada ou enquanto não funcionar a Caixa de Emissão e Conversão, os Estados poderão aplicar o produto do empréstimo diretamente à valorização do café.

5ª — O governo do Estado de São Paulo, antes de ultimar as negociações relativas à operação de crédito de que trata o artigo oitavo do convênio, submeterá as condições e cláusulas que foram propostas ao conhecimento e aprovação dos governos dos outros Estados contratantes e bem assim do Governo Federal, em caso de endosso pela União, a fim de ser determinada expressamente a responsabilidade de cada um deles na operação que se realizar, a qual fica dependendo daquela aprovação.

6ª — O presente convênio vigorará desde a data de sua aprovação, nos termos do número 16 do artigo 48 da Constituição Federal.

Belo Horizonte, 4 de julho de 1906. Jorge Tibiriçá, Francisco Antonio Salles e Nilo Peçanha.<sup>2</sup>

---

2 *Coleção Geral da Legislação Cafeeira do Brasil*, Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1934, vol. 1, pp. 10-12. Ver também Taunay, Affonso de. *História do café no Brasil...*, v. 10, pp. 86-93 e Lefevre, Eugenio. *A Administração do Estado de São Paulo na República Velha*, São Paulo, Tipografia Cupolo, 1937, pp. 115-120.

### Apêndice 3

#### Bases legais para a implantação da segunda política de valorização do café

**Decreto nº 3.316, de 16 de agosto de 1917**

**Autoriza o Poder Executivo a amparar e fomentar a produção nacional e dá outras providências**

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução: Art. 1º — Fica o Presidente da República autorizado a:

I. Tomar as providências necessárias para a) amparar e fomentar a produção nacional, pelo modo mais conveniente com as garantias e fiscalização necessárias, podendo celebrar, para tal fim, os acordos que julgar acertados;

(...)

XI. Fazer operações de crédito, inclusive a emissão de papel-moeda, até 300.000:000\$, observado o disposto no artigo 2º do decreto nº 2.986, de 28 de agosto de 1915, e abrir os créditos necessários para a execução das medidas constantes da presente lei e de outras providências de ordem militar e econômica, que para o cumprimento desta forem imprescindíveis, destinando-se até 50.000:000\$ da emissão autorizada para serem emprestados ao Banco do Brasil para a realização da operação de redescontos.

Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1917.

Wenceslau Braz P. Gomes e João Pandiá Calógeras.<sup>3</sup>

---

3 *Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1917*. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1918, pp. 140-141.

## Apêndice 4

### Bases legais para a implantação da terceira política de valorização do café.

**Decreto nº 4.182, de 13 de novembro de 1920**

**Autoriza o Governo a fazer emissão de papel-moeda**

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

(...)

Art. 3º — Para acudir às necessidades urgentes do comércio e da produção, por motivo de crise excepcional, poderá o governo emitir, nos termos da Lei nº 3.546 de 2 de outubro de 1918, e empregar a quantia de 50.000 contos de réis, em empréstimos aos Estados, por intermédio do Banco do Brasil ou mediante redescontos por carteira especial que for estabelecida ou por forma que julgar conveniente.

§ 1º — Não excederão de um ano os prazos desses empréstimos, nem de 8% os respectivos juros e serão garantidos, na forma usual, com apólices da dívida pública federal, bilhetes do Tesouro Nacional e outros meios que se reputem suficientes e seguros. A importância dos juros, convertida em espécie, reforçará o fundo de garantia e a do capital será incinerada à medida em que forem solvidos os empréstimos.

§ 2º — Se o fundo de garantia não bastar para a emissão, poderá o Governo reforçá-lo com títulos-ouro da dívida externa nacional, até que seja consumado o respectivo resgate nos termos dos contratos vigentes, e com outros títulos-ouro que lhe forem dados em garantia ou pagamento de convênios internacionais, na relação de um para um e com o abatimento não menor de 10% do respectivo valor nominal.

(...)

Art. 4º — Fica o Governo autorizado a aplicar também o valor total ou parcial das operações de crédito que realizar, em virtude da autorização que já se contém na 3.979, de 31 de dezembro de 1919, artigo 58:<sup>4</sup>

a) em benefício da produção nacional, sob a forma que entender mais eficaz.

(...)

Art. 10º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1920.

Epitácio Pessoa e Homero Batista.<sup>5</sup>

---

4 Através deste artigo, do Decreto 3.979, que definia o orçamento da União para 1920, o governo poderia fazer operações de crédito no interior ou no exterior do país, podendo emitir títulos ordinários ou de natureza especial. In: Ministério da Fazenda. *Anexo do Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda no ano de 1920*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1921, pp. 47-102.

5 Ministério da Fazenda. *Anexo ao Relatório do Ministério dos Negócios da Fazenda apresentado ao Presidente da República no ano de 1921*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922, pp. 22-26.



Apêndice 5

Proposta de instituição de um sistema de defesa permanente do café apresentada por Silvio Alvares Penteado, em 1917.

UM SISTEMA DE DEFESA PERMANENTE DO CAFÉ  
COMO PODERIA ORGANIZÁ-LO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Interessantes alvitreiros têm sido propostos para o problema de crucialidade, da defesa do café. Apresentam todos invariavelmente, entretanto, o grave defeito inicial de se basearem em novas emissões fiduciárias e de exigir em consequência a imediata intervenção do Governo Federal.

Acaso não será possível conceber-se outra solução mais expedita e contudo eficaz e acorde com os processos largamente empregados na atualidade econômica?

— Eis a questão que nos propomos resolver no presente escrito.

Dada a preeminente situação do Estado de São Paulo em matéria de café, a ele indubitavelmente incumbe organizar, com o seu próprio engenho e recursos, um Sistema de Defesa Permanente, um processo derivado da ‘valorização’, porém isento dos terríveis defeitos que esta revelou.

O nosso alvitre, em primeiro lugar se baseia na prática salutaríssima, já há três anos adotada, de se regular as entradas de café no mercado de Santos — prática que as críticas circunstanciadas do momento tornam insuficiente para a defesa do produto.

Em segundo lugar, se baseia na aquisição mensal de determinado número de sacas do melhor café, caso este caia a um preço inferior ao adotado pelo Estado de São Paulo, como mínimo aceitável. Desde logo diremos que tal mínimo aceitável, parece-nos dever ser fixado em 33\$333 por saca de 60 kilos de café tipo 4 — dada a melhoria do câmbio e a sua tendência para a aproximar-se de 14 d. (libra esterlina a 17\$142).

Para a aquisição do café, São Paulo criaria a sua própria moeda, sob a forma de bônus especiais do Tesouro do Estado, ‘bônus’ que conteriam os seguintes dizeres:

THE SOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO	
BÔNUS DA DEFESA DO CAFÉ — AO PORTADOR A DOIS ANOS — CEM MIL RÉIS	
Reembolsável a 108\$000, no vencimento, juros compreendidos.	
Este ‘bônus’ é especialmente garantido pelo depósito de três sacas, contendo 180 kilos de café, tipo 4, efetuado por conta do Estado, no porto de Santos.	
Emissão de julho de 1917	Série..... N.....
‘Decreto... Art.... O Thesouro se reserva a faculdade de resgatar o presente ‘bônus’ antes do vencimento e logo que seja vendido o penhor correspondente, pagando 1\$ de juros por trimestre vencido ou fração, não contando o mês da emissão. Art.... O vencimento se entende no último dia do mês correspondente ao da emissão.’	

Observemos que o valor mínimo do ‘bônus’ deve ser de 100, para comodidade das transações em geral e sobretudo — por que não dizê-lo? — para que possam eventualmente suprir as clamorosas deficiências do nosso meio circulante.

É absolutamente supérfluo insistir sobre o valor real e intrínseco de tais ‘bônus’; oxalá que o nosso dinheiro papel tivesse a metade da garantia efetiva deles!...

Em relação ao Governo federal, bem se pode dizer que São Paulo prestaria um serviço inestimável a nação, assim reforçando de uma maneira indireta e elegante o meio circulante, sem o recurso sempre calamitoso das emissões sem lastro algum.

Tratemos da terceira parte do sistema, isto é, das quantidades de café a serem adquiridas mensalmente, de julho a dezembro de cada ano. toda vez que fosse aplicável o critério do preço ‘mínimo aceitável’. Reguladas as entradas em Santos, em não mais de 40.000 sacas diárias, ou digamos preferivelmente, em ‘um milhão’ de

sacas por mês (em vista das excepcionais circunstâncias do momento), terá o governo a faculdade de emitir até '10.000 contos de bônus', e por conseguinte de adquirir também, mensalmente, um máximo de 300.000 sacas de café tipo 4.

A segurança do sistema, como se vê, reside na 'previsão seguríssima' de que, sendo entregues apenas 700.000 sacas mensalmente a venda na praça de Santos, o mercado do café possa ser perfeitamente sustentado.

Importa frisarmos quão numerosos elementos de êxito encerra o proposto alvitre. Suponhamos que seja o sistema aplicado quanto antes: quase infalivelmente verificaremos que, sendo as 'ofertas fatais' somente de 700.000 sacas da nova safra, em julho; que sendo de outras tantas em agosto, e assim por diante — verificaremos quase infalivelmente que as cotações se manterão acima do 'mínimo aceitável', de '33\$333' por saca de café tipo 4.

Nunca se repetirá bastante que o fator psicológico do amparo oportuno e seguro, nas questões econômicas, prima a todos os demais.

Figuremos agora a mais desfavorável hipótese na execução do sistema: que apesar do governo adquirir durante seis meses, de julho a dezembro, o máximo de 300.000 sacas mensais, o preço se conserve abaixo do 'mínimo aceitável' — que grandes riscos pode correr o Tesouro?

Será assim perspectiva tão temível a de responder o Estado pelo armazenamento de 1.800.000 sacas do melhor café pelo qual terá pago 60.000 contos em 'bônus' reembonsáveis em 1919 acrescidos apenas de juros de 4% ao ano? E que dizer da grande probabilidade do Estado sair ganhando na operação? Que dizer do imenso serviço prestado à lavoura, proporcionando, para a sua defesa, a respeitável massa de 60.000 contos de capital circulante?

Sem dúvida alguma os nossos bancos seriam os primeiros a tirar um integral partido dos ultra-garantidos 'bônus' da defesa do café — já acitando-os (sic) livremente em caução já empregando-os mesmo, para lastro parcial das suas caixas, assim restituindo à circulação todo o excesso das enormes reservas habituais de numerário. Mesmo porque tais 'bônus' constituiriam o ideal dos lastros bancários, lastros que vencem juros.

Pelo que, provavelmente, os 'bônus' do Tesouro de São Paulo seriam procurados pelos próprios bancos do Rio de Janeiro, sem excluir os estrangeiros. Avalie-se, finalmente, o incalculável alcance que teria um acolhimento carinhoso aos 'bônus' da defesa do café, feito pelas Caixas Econômicas estaduais.

Resumindo o assunto, seja-nos permitido invocar para o proposto Sistema de Defesa Permanente do Café, pelo menos, estas quatro qualidades:

1º, poder ser executado anualmente como o próprio 'ouro verde de casa', sem necessidade dos desagradáveis apelos ao Governo Federal;

2º, ser de concepção mais segura e de execução incomparavelmente menos onerosa que a 'valorização do café', operação primordialmente especulativa tendente a uma elevação imoderada do preço do gênero;

3º, nada ter de odioso quando encarado pelo consumidor, porquanto o que se busca é apenas o preço mínimo aceitável é apenas o direito à vida para o produtor;

4º, ser o sistema rigorosamente sustentável perante a moderna Política Econômica — muito mais sustentável, de fato que uma infinidade de expedientes quotidianamente empregados pelos mais insignes financeiros europeus, como demonstraremos, se preciso for. — Silvio Alvares Penteado.<sup>6</sup>

---

6 Publicado pelo Jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, de 2 de julho de 1917. Divulgado pelo deputado federal Nicanor Nascimento, na sessão de 3 de novembro de 1917, in *Anais da Câmara Federal*, vol. X, 1917, pp. 53-56.

## Apêndice 6

### Bases legais para a implantação de um sistema de defesa permanente da produção nacional

Decreto nº 4.548, de 19 de junho de 1922

**Autoriza o Governo a promover o incremento e a defesa da produção nacional, agrícola e pastoral, e das indústrias anexas, por meio de medidas de emergência e criação de medidas permanentes.**

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1º — Fica o Governo autorizado a promover o incremento e defesa da produção nacional, agrícola e pastoril e indústrias anexas, por meio de medidas de emergência e criação de institutos permanentes.

(...)

#### CAPÍTULO II

Art. 6º — Fica criado o Instituto de Defesa Permanente do Café, o qual terá personalidade jurídica e será administrado por um conselho, composto do Ministro da Fazenda, como presidente; do Ministro da Agricultura, como vice-presidente, e mais cinco membros nomeados pelo Presidente da República, entre pessoas de notória competência em assuntos agrícolas, comerciais e bancários.

§ único — Além da presidência, o Ministro da Fazenda, ou na sua falta, o Ministro da Agricultura, terá o direito de veto das deliberações que forem contrárias às disposições expressas desta lei.

1. — O Instituto de Defesa Permanente do Café terá a sua sede na Capital Federal, e sucursais nos mercados que o Governo julgar necessário, sendo assistido por pessoal técnico contratado especialmente para o serviço interno e externo nos diferentes mercados.

2. — Não aproveita ao Instituto de Defesa Permanente do Café o disposto no art. 10 da Constituição Federal, em favor da União.<sup>7</sup>

3. — A defesa permanente do café consistirá em:

I — Empréstimos aos interessados, mediante condições, prazos e juros módicos determinados pelo Conselho e garantia de café, depositado em armazéns gerais ou armazéns oficiais da União ou dos Estados.

II — Compra de café para a retirada provisória do mercado, quando o Conselho julgar oportuna para a regularização da oferta.

III — Serviço de informação e propaganda do café para aumento do consumo e repressão das falsificações.

4. — O fundo para a Defesa Permanente do Café será de 300.000.000\$000.

5. — Esse fundo será constituído pelos recursos seguintes:

a) — lucros que forem apurados na liquidação do estoque;

b) — lucros líquidos de outras operações de defesa do café;

c) — contribuição dos Estados;

d) — operações de crédito internas ou externas, se o poder executivo as obtiver em condições favoráveis de prazo e juros e sendo necessário;

e) — emissão de papel-moeda para completar o fundo de defesa, ficando o poder executivo expressamente autorizado para esse fim por esta lei.

6. — A emissão terá como lastro a parte do fundo ouro de garantia de papel-moeda que não está garantindo as emissões realizadas em virtude do Decreto 3.546, de 22 de outubro de 1916, e na proporção de 80% para o café que for adquirido pelo Conselho ou "warrantado" pelos particulares.

7. — Uma vez liquidadas as operações, serão incineradas, mensalmente, as notas correspondentes às importâncias emitidas.

7 Pelo artigo 10, da Constituição Federal de 1891, "É proibido aos Estados tributar bens e rendas federais ou serviços a cargo da União, e reciprocamente". Campanhole, Adriano e Campanhole, Hilton Lobo. *Constituições do Brasil*. São Paulo, Atlas, 1981, p. 570.

8. — No caso de exigir a defesa do café a *warrantagem* será produto comprado pelo Conselho para a obtenção de maiores recursos. para essa defesa a *warrantagem* será feita na base máxima de 50% dos preços correntes do café.

Art. 7º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 1922. Eptácio Pessoa e Homero Baptista.<sup>8</sup>

---

8 · *Coleção Geral da Legislação cafeeira do Brasil*, Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1934, vol. 1, pp. 77-78. Ver também Pentecado, Silvio Alvares. *A Campanha da defesa do café em 1923-24*, São Paulo, s/ed., 1923, pp. 81-83.

## Apêndice 7

### Bases legais para a intervenção permanente do café

#### 7.1. Decreto nº 4.783, de 31 de dezembro de 1923

##### Orçamento geral da República para o ano de 1924, incluindo a criação do Instituto de Defesa Permanente do Café.

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a lei seguinte:

(...)

Art. 2º — É o Presidente da República autorizado:

(...)

§ 9º — a organizar o Instituto de Defesa Permanente do Café, criado pelo Decreto 4.548, de 19 de junho de 1922, cujas disposições poderão ser revistas e modificadas de acordo com experiência, e a prover especialmente sobre o seguinte:

1º — Regularização das estradas de café nos portos e mercados, pela limitação dos transportes.

2º — Celebração de um convênio com os Estados cafeeiros, para que estes votem uma taxa de viação de oitocentos réis, ouro, por saca de café, destinada a garantir um empréstimo para a constituição e o fundo de defesa permanente do café, sendo o instituto representado na operação de crédito pelo Ministro da Fazenda.

3º — A taxa será arrecadada pelas estradas de ferro, entregue mensalmente ao Banco do Brasil e creditada em conta especial do Instituto.

4º — A importância do fundo será aplicada exclusivamente em operações de defesa do café, podendo parte dessa importância ser empregada em títulos de boa cotação e reconhecida segurança.

5º — O Poder Executivo expedirá regulamento para organizar o instituto em todos os seus detalhes.

(...)

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1923. Arthur da Silva Bernardes e R. A. Sampaio Vidal.<sup>9</sup>

#### 7.2. Lei nº 2.004 de 19 de dezembro de 1924

##### Criação do Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café.

Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Art. 1º — Fica criado o “Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café”, o qual terá personalidade jurídica e será administrado por um Conselho, composto do Secretário da Fazenda e do Tesouro, como presidente; do Secretário da Agricultura, como Vice-Presidente, e de mais três membros nomeados pelo Presidente do Estado, entre pessoas de notória competência em assuntos agrícolas e comerciais, sendo dois indicados pela lavoura cafeeira do Estado e um indicado pela Associação Comercial de Santos, conforme determinar o Regulamento.

§ único — Além da presidência, o Secretário da Fazenda e do Tesouro, ou, na sua falta, o Secretário da Agricultura, terá o direito do veto das deliberações que forem contrárias às disposições expressas desta lei, de cujo veto haverá recurso para o Presidente do Estado.

Art. 2º — O “Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café” terá a sua sede nesta Capital e sucursais onde for necessário, sendo assistido por pessoal técnico, contratado especialmente para o serviço interno e externo nos diferentes mercados.

Art. 3º — Fica criada uma taxa de viação até o valor de um mil réis (ouro) ou o seu equivalente em papel, por saca de café que transitar pelo território do Estado, a qual servirá para garantir o empréstimo que se realizar para instituir o fundo da defesa permanente do café.

<sup>9</sup> *Coleção Geral da Legislação cafeeira do Brasil*, Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1934, vol. 1, p. 80.



Art. 4º — A defesa permanente do café, que será feita pelo Instituto e que correrá exclusivamente pela Secretaria da Fazenda e do Tesouro do Estado, consistirá desde logo em:

I — Regularização das estradas de café no porto de Santos, pela limitação dos transportes, de acordo com o regulamento aprovado pelas empresas ferroviárias do Estado;

II — Celebração de um convênio com os demais Estados cafeeiros para que estes votem igualmente a taxa de viação do valor até um mil réis (ouro) por saca de café, destinada a garantir um empréstimo, de conformidade com o artigo 3º, para constituição do fundo de defesa permanente do café, sendo o Instituto representado nessa operação de crédito pelo Secretário da Fazenda e do Tesouro ou pelo seu substituto legal que é o Vice-Presidente.

§ único — A importância do fundo assim constituído será aplicada exclusivamente em operações de defesa do café, podendo parte dele ser empregada em títulos públicos de boa cotação e reconhecida segurança, a juízo do Conselho.

Art. 5º — Enquanto não for efetivado o empréstimo de que trata o artigo 3º, o produto da taxa de viação, que será arrecadada pelas estradas de ferro, será depositado pelo governo em estabelecimentos de crédito de sua confiança em conta especial do Instituto, e com ele, o Instituto poderá fazer, em caso de necessidade, as operações de que trata o artigo 7º e seus números 1, 11 e 111, por intermédio dos mesmos bancos.

Art. 6º — Realizado o empréstimo, seu líquido produto será depositado nas mesmas condições do artigo anterior ou aplicado de acordo com a segunda parte do § único do artigo 4º.

Art. 7º — Quando estiver organizado o fundo de que trata o artigo anterior, a defesa permanente do café consistirá ainda, em:

I — Empréstimos aos interessados, mediante condições de *quantum* prazo e juros que forem determinados pelo Conselho, com garantia de café depositado nos armazéns reguladores do Estado;

II — Compra de café no mercado de Santos, e em qualquer outro mercado interno, para retirada provisória, sempre que o Conselho julgar essa medida necessária para a regularização da oferta;

III — Serviço de informação, estatística e propaganda do café para aumento de seu consumo e repressão das suas falsificações.

Art. 8º — Do fundo assim organizado, quando o Conselho julgar oportuno, poderá ser destacada uma parte para constituir o capital do Banco Paulista de Crédito Agrícola, cujos estatutos serão elaborados pelo Conselho, e ao qual, além das funções que lhe forem determinadas será cometida a do nº 1, do artigo 7º.

§ 1º — Os lucros líquidos desse Banco, verificados por balanços anuais, não serão distribuídos, mas creditados à conta do Fundo de Reserva.

§ 2º — Quando esse Fundo de Reserva tiver atingido a soma igual ao capital, será transferido para o fundo da defesa permanente do café, o qual ficará assim restaurado e continuará integralizado.

Art. 9º — Uma vez restaurado o fundo permanente de acordo com o § 2º do artigo anterior, os lucros líquidos que daí por diante se verificarem, poderão ser distribuídos aos contribuintes da taxa de viação, em quotas proporcionais às suas remessas de café e a parte que houver sido destacada para a formação do capital do Banco.

Art. 10 — O fundo de defesa permanente do café — que, em qualquer tempo, reverterá proporcionalmente, aos contribuintes da taxa criada pelo artigo 3º, será intangível; em hipótese alguma poderá ser incorporado à receita do Estado, nem aplicado a quaisquer outros fins que não sejam os que estão expressamente determinados nesta lei.

Art. 11 — Os juros e os lucros que se verificarem nas operações a que se referem os números I e II do artigo 7º, serão incorporados ao fundo permanente de defesa do café.

Art. 12 — Para os efeitos do art. 2º, da lei federal nº 4.868, de 7 de dezembro de 1924, fica o governo do Estado autorizado a entrar em acordo com o governo federal, aceitando a quota que lhe couber na distribuição de que trata a referida lei.

Art. 13 — Fica aprovado o ato pelo qual o governo do Estado adquiriu e incorporou ao seu patrimônio os armazéns reguladores do transporte de café, nos termos do artigo 3º, da citada lei federal nº 4.868, de 7 de dezembro de 1924.

Art. 14 — Para solução dos compromissos resultantes da aquisição a que se refere o artigo anterior, fica o governo do Estado autorizado a fazer os encontros de contas que forem possíveis ou as operações de crédito que se tornarem necessárias.

Art. 15 — Fica o governo do Estado autorizado a regulamentar esta lei no todo ou em parte, conforme o exigirem as circunstâncias e o aconselharem as conveniências do Instituto e do Estado.

Art. 16 — A arrecadação da taxa do valor até mil réis (ouro), de que trata esta lei, terminará com a extinção do serviço de amortização e juros do empréstimo a cuja garantia ela se destina.

Art. 17 — Esta lei entrará em execução na data da sua publicação.

Art. 18 — Fica isento da taxa de viação criada por esta lei, todo o café que for despachado para Santos até 31 de dezembro do corrente ano; e bem assim o que, por efeito da limitação, estiver retido nos armazéns reguladores do Estado, provado que seja da safra de 1923 e 1924.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, 19 de dezembro de 1924. Carlos de Campos e Mario Tavares.<sup>10</sup>

---

10 *Coleção Geral da Legislação cafeeira do Brasil*, Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Brasil, 1934, vol. 2, pp. 1126-1128.

**Apêndice 8****Presidentes do Brasil — 1889-1930**

<b>Período do mandato</b>	<b>Nome do Presidente</b>	<b>Naturalidade</b>
1889-1891	Deodoro da Fonseca	alagoano
1891-1894	Floriano Peixoto	alagoano
1894-1898	Prudente de Moraes	paulista
1898-1902	Campos Sales	paulista
1902-1906	Rodrigues Alves	paulista
1906-1909	Afonso Pena	mineiro
1909-1910	Nilo Peçanha	fluminense
1910-1914	Hermes da Fonseca	gaúcho
1914-1918	Venceslau Brás	mineiro
1918-1919	Delfim Moreira	mineiro
1919-1922	Epitácio Pessoa	paraibano
1922-1926	Artur Bernardes	mineiro
1926-1930	Washington Luis	fluminense
1930-1945	Getúlio Vargas	gaúcho

Fonte: CPDOC-FGV. *Os Presidentes da República*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 1989.

**Apêndice 9****Governadores do Estado de São Paulo — 1889-1930.**

<b>Período do mandato</b>	<b>Nome do governador</b>
1889-1890	Prudente de Moraes
1890-1891	Jorge Tibiriçá
1891	Américo Brasiliense
1891-1892	José Alves de Cerqueira César
1892-1896	Bernardino de Campos
1896-1900	Fernando Prestes de Albuquerque
1900-1902	Rodrigues Alves
1902-1904	Bernardino de Campos
1904-1908	Jorge Tibiriçá
1908-1912	Albuquerque Lins
1912-1916	Rodrigues Alves
1916-1920	Altino Arantes Marques
1920-1924	Washington Luis
1924-1927	Carlos de Campos
1927	Dino da Costa Bueno
1927-1930	Júlio Prestes de Albuquerque

Fonte: Casalecchi, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista*. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 315.

# Bibliografia

---

## 1. FONTES PRIMÁRIAS

ALMEIDA, Miguel Clamon Du Pin e. **A Valorização do café**. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1906.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA BAHIA. **Representação dirigida ao Congresso Legislativo Federal contra a aprovação do Convênio de Taubaté**. Bahia, Tipografia Bahiana, 1906.

AZEVEDO, Luiz Gonzaga. **Sobre o serviço de Defesa do Café em 1906 e 1907** (Informação prestada ao Secretário da Fazenda Olavo Egydio de Souza Aranha). São Paulo, Tipografia Siqueira, Salles & Comp., 1908.

BARROS, Paulo de Moraes. **Política do Café - Discursos (Partido Democrático)**. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1930.

BRASIL. Congresso Nacional. **Anais da Câmara dos Deputados Federais**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, volumes I-VIII, 1904; vol. X, 1917; volumes X e XII, 1924; vol. XI, 1923; vol. XI, 1928.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1917 e de 1923**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1918.

\_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. **Relatório apresentado pelo Ministro Homero Batista ao Presidente da República em 1920**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1921.

\_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. **Anexo do Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda no ano de 1920**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1921.

\_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. **Anexo ao Relatório do Ministério dos Negócios da Fazenda apresentado ao Presidente da República no ano de 1921**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922.

CARVALHO, Vicente de. **Solução da crise do café**. São Paulo, Livraria Civilização, 1901.



- COSTA, Isaltino. **Os Erros da Valorização: subsídios para o estudo da defesa do café**. São Paulo, s/ed., 1925.
- \_\_\_\_\_. **Protecionismo e livre-câmbio?** São Paulo Duprat, 1917.
- COTCHING, Eduardo da Fonseca *et alli*. **Defesa permanente do café**. São Paulo, Augusto Siqueira & Comp., 1921.
- COVELLO, A. A. de. **Discurso do deputado A. A. de Covello ao Instituto de Café do Estado de São Paulo**. São Paulo, Tipografia da Casa Garraux, 1926.
- CRESTA, Camillo e RASCHIERO, J. B. **Valorização do café: plano de propaganda**. São Paulo, Duprat & Comp., 1906.
- DENIS, Pierre. **O Brasil no século XX**. Lisboa, Antiga Casa Bertrand - Jose Bastos & Comp. Editores, sem data. A primeira edição, em frances, data de 1911.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. **O Café no segundo centenário de sua introdução no Brasil**. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do café, 1934.
- \_\_\_\_\_. **Coleção geral da legislação cafeeira**. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1934, volumes 1 e 2.
- \_\_\_\_\_. **Defesa do café no Brasil: coletânea de documentos oficiais**. (org. por Armando Vidal). Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1935.
- DOCUMENTOS PARLAMENTARES. **Política Econômica: Valorização do Café**. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1915. (2 volumes).
- DOCUMENTOS PARLAMENTARES. **Mensagens Presidenciais de 1891 a 1910**. Rio de Janeiro, Tipografia Progresso, 1912; de 1919 a 1922. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1922.
- ELLIS Jr, Alfredo. **O Problema do Café no Senado da República**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1924.
- ESTADO DE SÃO PAULO. **Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1902 a 1903**. São Paulo, Tipografia do Diário Oficial, tomo XII, 1903.
- \_\_\_\_\_. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. **Inquérito Agrícola sobre o estado da lavoura cafeeira no Estado de São Paulo**. São Paulo, Editora "Revista Agrícola", 1904.
- \_\_\_\_\_. Senado do Estado de São Paulo. **Anais do Senado do Estado de São Paulo de 1923 e 1924**. São Paulo, Imprensa do Senado, 1924 e 1925.
- FERREIRA, Pedro Cintra. **Café no comércio**. Bruxellas, s/ed., 1908.
- JORNAL DO COMÉRCIO. **Retrospecto Comercial do Jornal do Comércio de 1915**. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1916.

- JORNAL DO COMÉRCIO. **Retrospecto Comercial do Jornal do Comércio de 1926**. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1927.
- LACERDA, C. F. de. **A Crise da Lavoura. Estudo das Causas da Crise do Café e dos Meios de Combatê-la**. São Paulo, s/ed., 1903.
- LEFEVRE, Eugenio. **A Administração do Estado de São Paulo na República Velha**. São Paulo, Tipografia Cupolo, 1937.
- LEVY, Herbert V. **Rumos a trilhar: contribuição para o estudo e solução dos problemas econômico-financeiro e cafeeiro do Brasil**. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1936.
- PEIXOTO, RODRIGUES. **A Crise do café e sua solução pelo monopólio oficial**. São Paulo, Duprat & Com., 1903.
- PENTEADO, E. **A Defesa do Café**. São Paulo, s/ed., 1930.
- PENTEADO, Silvio Alvares. **A Campanha da defesa do café em 1923-1924**. São Paulo, s/ed., 1923.
- \_\_\_\_\_. **Como minorar os prejuízos da lavoura**. São Paulo, s/ed., 1918.
- \_\_\_\_\_. **Ensaio de uma síntese econômica brasileira**. São Paulo, s/ed., 1918.
- \_\_\_\_\_. **Sistema de defesa permanente do café**. São Paulo, s/ed., 1921.
- PICCAROLO, Antonio. **Cooperativas e defesa do café**. (conferências realizadas na Sociedade Paulista de Agricultura). São Paulo, Livraria Magalhães, s/d.
- PONTES, Julio Pedro e MARTINS, Donato. **O Café: sua defesa sob o ponto de vista brasileiro**. São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1931.
- RAMOS, Augusto F. **O Café no Brasil e no Estrangeiro**. Rio de Janeiro, Santa Helena, 1923.
- \_\_\_\_\_. **"A Crise do Café"**. **Revista dos Tribunais**, 1930.
- \_\_\_\_\_. **Valorização do café**. São Paulo, Tipografia do Diário Oficial, 1902.
- RAMOS, F. Ferreira. **O Café, contribuição para o estudo da crise**. São Paulo, s/ed., 1902.
- SENADO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Anais do Senado do Estado de São Paulo**. São Paulo, Imprensa do Senado do Estado de São Paulo, 1924, 1925.
- SICILIANO, Alexandre. **Valorização do café: bases do contrato entre um sindicato e o governo federal**. São Paulo, Duprat & C., 1903.
- SILVA, Jose Claudio da Silva. **O Café e a moeda: movimento do café e do câmbio de 1808 a 1905**. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1906.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. **Valorização do café**. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1902.

TELLES, Augusto C. da Silva. **Propaganda e valorização do café**. São Paulo, Duprat & C., 1905.

TELLES, Rolim. **A Defesa do Café e a Crise Econômica de 1929**. São Paulo, s/ ed., 1931.

\_\_\_\_\_. **Discursos Sobre a Defesa do Café**. São Paulo, Casa Garraux, 1927.

TIPOGRAFIA AUGUSTO SIQUEIRA. **Valorização do café e fixação do câmbio**. São Paulo, Tipografia Augusto Siqueira & Comp., 1906, (publicação sem o nome do autor).

VIDAL, Raphael A. Sampaio. **Defesa permanente do café**. São Paulo, Casa Espindola, 1921.

\_\_\_\_\_. **Organização comercial da defesa do café**. São Paulo, Duprat & Comp., 1906.

VILLARES, Henrique Dumont. **Contribuição para o Estudo do Problema Econômico do Café**. São Paulo, s/ ed., 1933.

\_\_\_\_\_. **O Café, sua Produção e Exportação**. São Paulo, Instituto do Café do Estado de São Paulo, 1927.

## **2. FONTES SECUNDÁRIAS**

ANDRADE, Almir de. **Contribuição à história administrativa do Brasil**. São Paulo, Livraria Jose Olympio Editora, 1950, vol. 1.

ARAUJO, Braz Jose de. "Intervenção econômica do Estado e democracia". in Martins, Carlos Estevam. **Estado e capitalismo no Brasil**. São Paulo, Hucitec-CEBRAP, 1977.

AURELIANO, Liana Maria. **No Limiar da industrialização**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BAER, Werner, KERSTENETZKY, Isaac e VILLELA, Annibal V. "As modificações no papel do Estado na economia brasileira". **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**. vol. 3, nº 4, dez. 1973.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República: de 1889 a 1930**. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

BEIGUELMAN, Paula. **A Formação do povo no complexo cafeeiro**. São Paulo, Pioneira, 1977.

BELLO, José Maria. **História da República**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1940.

BOBBIO, Norberto. **O Conceito de sociedade civil**. São Paulo, Edições do Graal, 1982.

\_\_\_\_\_. **Estado, governo e sociedade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

BORIN, J. **Introdução ao Estudo do Café**. São Paulo, S/Ed., 1971.

CAMMACK, Paul. "O 'Coronelismo' e o 'compromisso coronelista': uma crítica". **Cadernos do Departamento de Ciência Política**. nº 5, 1979.

- CAMPANHOLE, Adriano e CAMPANHOLE, Hilton Lobo. **Constituições do Brasil**. São Paulo, Atlas, 1981.
- CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. São Paulo, Difel, 1977.
- CARONE, Edgard. **A República Velha: instituições e classe sociais**. São Paulo, Difel, 1970.
- CARVALHO, Jose L. **Estado na Economia: estudo de dois casos brasileiros**. Rio de Janeiro, Ed. Expressão e Cultura, 1979.
- CASALECCHI, José Ênio. **O Partido Republicano Paulista. (1889-1926)**. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- CASTELLS, Manuel. **A Teoria marxista das crise econômicas e as transformações do capitalismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- CASTRO, Antônio Barros de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1975, vol. 2.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Os Presidentes da República**. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- COSTA, Emília Viotti. **Da Senzala à colônia**. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil**. in *Brasil em perspectiva*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.
- DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo (1880-1945)**. 2ª ed., São Paulo, Difel, s/d.
- DELFIM NETTO, Antonio. **O Problema do Café no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. FGV/Min. Agricultura/Suplan, 1979.
- DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- DRAIBE, Sonia. **Rumos e Metamorfoses**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- DUARTE, Nestor. **A Ordem privada e a organização política nacional**. São Paulo, Editora Nacional, 1939.
- EISENBERG, P. "A Mentalidade dos Fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878". In Lapa, J. R. Amaral (org). **Modos de Produção e Realidade Brasileira**. Petrópolis, Vozes, 1980.
- ELLIS JUNIOR, Alfredo. **O Café e a paulistânia**. São Paulo, USP, 1951.
- FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder**. Porto Alegre, Globo, 1958.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, Porto Alegre, Globo, 1975, 2 vols.
- FAUSTO, Boris. "Estado e burguesia agro-exportadora na Primeira República". In: **Novos Estudos CEBRAP**. nº 27, jul/1990.
- \_\_\_\_\_. **Expansão do café e política cafeeira**. In: **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)**. São Paulo, Difel, 1977, volume III.

- \_\_\_\_\_. **A Revolução de 1930**. São Paulo, Brasiliense, 1970.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves *et alii*. **A Intervenção do Estado na Economia: o caso do café**. Brasília, Ed. UnB, 1985.
- FONT, Mauricio e BARZELATTO, Elba. **Café e Política: ação da elite cafeeira na política paulista 1920-1930**. São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 1988.
- FRITSCH, Winston. "Sobre as Interpretações Tradicionais da Lógica Política da Política Econômica na Primeira República". **Estudos Econômicos**. nº 15 (2): mai/ago 1985.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, Nacional, 1971.
- GORENDER, Jacob. **A Burguesia Brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. **O Escravidão Colonial**. São Paulo, Ática, 1978.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- GRUPPI, Luciano. **O Conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1978.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- HOLLOWAY, Thomas H. **Vida e Morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- IANNI, Otávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- KOWARICK, Lucio. "Processo de desenvolvimento do Estado na América Latina e políticas sociais". **Serviço Social & Sociedade**, nº 17, abril de 1985.
- KUGELMAS, Eduardo. **Difícil hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República**. São Paulo, FFLCH-USP, 1986, tese de doutorado.
- LAPA, Jose Roberto do Amaral. **A Economia Cafeeira**. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
- LIMA, Sandra Lucia Lopes. **O Oeste Paulista e a República**. São Paulo, Vértice, 1986.
- LOPES, Betralda. "Comércio de café através do Porto de Santos". In **O Café: Anais do II Congresso de História de São Paulo**, São Paulo, ANPH, 1975.
- LUZ, Nícia Vilela. **A Luta pela industrialização do Brasil**. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
- MALAN, Pedro Sampaio. "Debate sobre a "estatização" no Brasil". **Dados: Revista de Ciências Sociais**. vol. 24, nº 1, 1981.



- MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias**. São Paulo, Alfa-Omega, 1974.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.
- MESGRAVIS, Laima. "A Elite Cafeeira e a Estrutura Social Paulistana". In **Anais do II Congresso de História de São Paulo**, ANPH, São Paulo, 1975.
- MICELI, Sergio. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo, Difel, 1979.
- MILIBAND, Ralph. **O Estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.
- MILLIET, Sergio. **Roteiro do Café e outros ensaios**. São Paulo, INL/Hucitec, 1982.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo, Hucitec/Polis, 1984.
- MOORE Jr, Barrington. **As Origens sociais da ditadura e da democracia**. São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- MORAES, Plínio Guimarães. **Condições de funcionamento do "bloco regional cafeeiro paulista**. Campinas, dissertação, 1987.
- NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo, Hucitec, 1981.
- NUNES, Vitor. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Economia da Dependência Imperfeita**. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977.
- PELAEZ, Carlos Manuel. "Análise econômica do Programa Brasileiro de Sustentação do café - 1906-1945: Teoria, Política e Medição". in **Ensaio sobre o Café e Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro, IBC., 1973.
- PERISSINOTTO, Renato M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1994.
- PEROSA, Roberto. "Comércio e financiamento na lavoura de café de São Paulo no início do século". In **Revista de Administração de Empresas**, jan./mar. 1980
- PETRONI, Maria Tereza Schorer. "Imigração". In **História geral da civilização brasileira, O Brasil republicano: sociedade e instituições**, Rio de Janeiro, Difel, 1978
- PINTO, Virgílio Noya. "Balanço das transformações econômicas no século XIX". In **Brasil em perspectiva**. São Paulo, Difel, 1968.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder e o socialismo**. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1985.
- PRADO Jr, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1969.
- PROST, Antoine. **História da vida privada: da primeira guerra aos nossos dias**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros ensaios**. São Paulo, Alfa- Omega, 1976
- RÊGO, Walquiria Domingues Leão. **Estado e revolução burguesa no Brasil (um ensaio sobre a questão da hegemonia durante a Primeira República)**. (dissertação de mestrado), 1981.
- REIS, Elisa. "Interesses agro-exportadores e construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930". in Sorj, Bernardo *et alii*. **Economia e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- REIS, Fábio Wanderley. "'Estado e sociedade' em perspectiva". **Cadernos do Departamento de Ciência Política**. nº 2, dez., 1974.
- SAES, Decio. "Coronelismo e Estado Burgues: elementos para uma reinterpretação". **Nova Escrita Ensaio**, ano IV, nº 9, São Paulo, Escrita, 1982.
- \_\_\_\_\_. **A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- SAES, Flavio Azevedo Marques de. "Estado e Sociedade na Primeira República: a questão monetária e cambial durante a crise cafeeira (1896-1906)". **Revista Brasileira de História**, nº 2, set., 1981.
- \_\_\_\_\_. **As Ferrovias de São Paulo 1870-1940**. São Paulo, Hucitec/INL-MEC, 1981.
- \_\_\_\_\_. **A Grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira 1850-1930**. São Paulo, Hucitec, 1986.
- SALAMA, Pierre. "Intervenção do Estado e legitimação na crise financeira: o caso dos países latino-americanos semi- industrializados". **Revista de Economia Política**, vol. 8, nº 4, outubro-dezembro, 1988.
- SALLUM Jr, Brasílio. **Capitalismo e Cafeicultura, Oeste Paulista:1888-1930**. São Paulo, Duas Cidades, 1982.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. **Ordem burguesa e Liberalismo Político**. São Paulo, Duas Cidades, 1978.
- SCHARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro, Campus, 1982.
- \_\_\_\_\_. "Representação e cooptação política no Brasil". **Dados: Revista de Ciências Sociais**, nº 7, 1970.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- SENSABAUGH, Leon F. "A Questão do truste do café e as relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América no Período 1912-1913". (texto publicado em 1946 por Hispanic American Historical Review.) in **Estudos Americanos de História do Brasil**. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1967.
- SILVA, Sergio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

- SIMONSEN, Roberto C. "Aspectos da história econômica do café". *In Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Editora Nacional-Editora da USP, 1973.
- SOARES JUNIOR, Rodrigo. **Jorge Tibiriçá e sua época**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958.
- SODRE, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- SOUZA, Herbert José de. "América Latina: A Internacionalização do capital e o Estado na obra de autores contemporâneos". *in América Latina: Novas estratégias de dominação*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- STEIN, Stanley J. **Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba**. São Paulo, Brasiliense, 1961.
- STOLCKE, Verena. **Cafeicultura. Homens, mulheres e capital**. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- TANNURI, Luiz Antonio. **O Encilhamento**. São Paulo, Editora Hucitec/FUNCAMP, 1981.
- TAUNAY, Afonso de Escragnoille. **História do Café no Brasil**. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café. 1939 (volumes 9 e 10), 1941 (volumes 11 e 12) e 1942 (volume 13).
- \_\_\_\_\_. **Pequena História do Café**. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1945.
- TELAROLLI, Rodolpho. **Eleições e fraudes eleitorais na República Velha**. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- TOPIK, Steven. **A Presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930**. Rio de Janeiro, Editora Record, 1987.
- TORRES, João Carlos. "Referências teóricas para a análise da questão da estatização". *In Estado e capitalismo no Brasil*. org. Carlos Estevam Martins. São Paulo, Hucitec- CEBRAP, 1977.
- VENANCIO FILHO, Alberto. **A Intervenção do Estado no domínio econômico**. Rio de Janeiro, FGV, 1968.
- VILARDO, Franceschina. **A Burguesia cafeeira e a política econômica na Primeira República**. dissertação de Mestrado, Campinas, UNICAMP, 1986.
- VILLELA, Annibal Villanova e SUZIGAN, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973.
- ZIMMERMANN, Maria Emilia Marques. **O PRP e os Fazendeiros do Café: 1870-1889**. Campinas, UNICAMP, 1984.